



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Viver com o Envelhecimento: das Políticas às Práticas

Estudo de Caso na Freguesia de Coz, Concelho de Alcobaça

Ricardo José Pereira de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação dos Professores Doutores Cristina Maria Coimbra Vieira e Luís Carlos Martins de Almeida Mota.

Setembro, 2013



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Viver com o Envelhecimento: das Políticas às Práticas

Estudo de Caso na Freguesia de Coz, Concelho de Alcobaça

Ricardo José Pereira de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação dos Professores Doutores Cristina Maria Coimbra Vieira e Luís Carlos Martins de Almeida Mota.

Setembro, 2013

À minha companheira.

Aos meus pais.

Ao meu irmão.

Às minhas avós.

Aos meus sogros.

Agradecimentos

Ao longo do trajeto percorrido na elaboração desta dissertação, foi-me concedido o privilégio de contar com a cooperação, a boa vontade e a amizade de várias pessoas e entidades. Nesse sentido, gostaria de manifestar a minha sincera gratidão e reconhecimento às seguintes pessoas e entidades com as quais fui contactando, me envolvendo e aprendendo ao longo deste estudo:

- À Professora Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira e ao Professor Doutor Luís Carlos Martins de Almeida Mota, pela disponibilidade, dedicação, transmissão de conhecimentos, compreensão, amabilidade e competência científica na orientação e acompanhamento desta dissertação.
- À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e a todos/as os/as docentes com os/as quais tive a oportunidade de aprender no Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária.
- Aos colegas de mestrado, pela paciência, partilha, companheirismo e entreaajuda.
- Às entidades que possibilitaram e disponibilizaram o tempo dos seus colaboradores para a realização das entrevistas.
- Aos entrevistados/as neste estudo que, desde a primeira abordagem, mostraram vontade e disponibilidade para prestarem o seu contributo neste estudo.
- Ao Centro Social de Valado dos Frades pelos seus préstimos.
- À família com especial relevância para a minha companheira Helena que me acompanhou neste grande desafio.
- Aos amigos que me ajudaram direta ou indiretamente para conseguir terminar esta dissertação.
- À Câmara Municipal de Alcobaça.
- À freguesia de Coz.

Um bem-haja a todos!

“A maior descoberta da minha geração é a de que os seres humanos podem alterar as suas vidas alterando as suas atitudes mentais. Como pensares, assim serás”.

(William James, 1842-1910)

“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos”.

(Eduardo Galeano, 1940 -...)

Resumo

O envelhecimento demográfico apresenta-se em Portugal como um fenómeno incontornável que acarreta desafios para os quais teremos necessariamente de encontrar novas respostas e/ou de adequar as respostas existentes. Nesse sentido, os governantes têm vindo a determinar políticas que visam combater comportamentos estereotipados sobre a velhice, a aposentação e a pessoa idosa, aplicadas sob a forma de programas e de iniciativas pelas instituições locais. Tem vindo a ser percorrido um caminho no sentido de consciencializar a população para a valorização e para as potencialidades das pessoas idosas, que se apresentam cada vez mais instruídas e a mostrarem ganhos ao nível da sua condição física e mental. Estas políticas e práticas têm, assim, vindo a sensibilizar a população para a adoção de estilos de vida saudáveis, para a aprendizagem ao longo da vida, para o fortalecimento das relações interpessoais e para a obtenção de segurança económica. Tais incentivos são vistos como essenciais para se viver a última fase da vida com dignidade, segurança, saúde, bem-estar físico e mental, de forma ativa, produtiva, autónoma e independente. A aposentação tenderá, assim, a tornar-se numa etapa da vida mais ativa, produtiva, de continuidade do desenvolvimento, de aprendizagem e de realização pessoal, sendo reconhecido à pessoa aposentada potencial para participar ativamente na sociedade e desenvolver papéis sociais transversais, importantes e necessários, quer para a sociedade, quer para ela própria.

A sociedade portuguesa encontra-se envelhecida e tal situação parece estar a começar a colocar em causa a sustentabilidade económica, educativa e social do país. Em resposta, a estes desafios que começam a ser demasiado óbvios, os governantes têm vindo a assinalar a necessidade de existir uma maior coesão social e solidariedade entre gerações. A cooperação e responsabilização coletiva das várias entidades e sociedade civil apresentam-se, desta forma, como essenciais ao estabelecimento de um equilíbrio social e à rentabilização dos recursos, que permitam alcançar sustentabilidade no presente e no futuro.

A freguesia de Coz é atualmente uma das freguesias mais envelhecidas do concelho de Alcobaça, e nesse sentido, optámos por realizar ali o nosso estudo de caso. Pretendemos perceber, através da perceção de pessoas com responsabilidades locais que integram organizações sociais com atuação direta nesta freguesia, quais as políticas e as práticas que têm vindo a ser desenvolvidas na promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações de modo a serem obtidas melhores condições de vida e

sustentabilidade. Procurámos, assim, descortinar os rumos seguidos na mobilização, capacitação e implementação de respostas cooperativas para a população desta freguesia.

As principais conclusões que obtivemos mostram-nos que as políticas sociais em Coz não aparentam estar a responder totalmente às necessidades das pessoas, mesmo na emergência de políticas que vão de encontro ao envelhecimento progressivo da sua população. A promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações não tem vindo a ser uma prioridade, nem a merecer a continuidade das políticas sociais por parte das instituições locais.

Apesar de se tratar de um trabalho restrito, que não nos permite a generalização dos resultados, acreditamos deixar aqui pistas importantes para a intervenção, tendo em vista a promoção do envelhecimento ativo e, por conseguinte, da qualidade de vida das pessoas, à medida que vão envelhecendo.

Palavras-chave: envelhecimentos; aposentação; políticas sociais; educação de pessoas idosas; desenvolvimento.

Abstract

The demographic ageing presents itself to Portugal as unavoidable phenomenon that brings challenges for which we necessarily have to find answers for and/or that we have to adequate to the existing answers. In that sense, the rulers have come to determine policies to combat stereotyped behaviors in old age, retirement and elder people, applied in the form of programs and initiatives by local communities. It has been gone a way towards raising the awareness of the population for the valuation and the potential of older people, who have been increasingly educated and who have shown gains in terms of their physical and mental conditions. These politics and practices have, therefore, come to sensitize the population to adopt healthy lifestyles, to lifelong learning, to strengthen interpersonal relationships and to obtain economic security. Such incentives are seen as essential to live the last stage of life with dignity, safety, health, physical and mental welfare, in an active, productive, independent and autonomous way. The retirement will tend, therefore, to become a part of a more active, productive life, with the continuity of development, a learning and personal achievement, being the retired person recognized

as a person with potential to actively participate in society and develop social transverse roles, important and necessary, either for the society or for her own.

The Portuguese society is old and this situation seems to start putting into question the economic and educational sustainability and social development. In response to these challenges that start to be too obvious, the rulers have consistently stressed the need for a greater social cohesion and solidarity between generations. Cooperation and collective accountability of the various entities and civil society present themselves as essential to the establishment of a social balance and profitability of resources, which would able the population to achieve sustainability now and in the future.

The Coz parish is currently one of the most aged of the municipality of Alcobaça, and in this regard, we chose to develop our case study there. We intend to realize, through the perception of people with responsibilities that integrate local social organizations working directly in this parish, which are the policies and the practices that have been developed to promote active aging and solidarity between generations in order to as to promote a better of life and sustainability. We therefore tried to uncover the paths followed in the mobilization, training and implementation of cooperative responses for the population of this parish.

The main conclusions obtained show us that social policies in Coz don't seem to be responding fully to the needs of people, even in the emergence of politics that go against the progressive aging of the population. The promotion of an active ageing and solidarity between generations hasn't been a priority, nor deserve the continuity of social policies by local institutions.

Although this is a restricted work, which does not allow us to generalize the results, we believe that we leave here important clues for intervention in order to promote active aging and therefore the quality of life to people, as they get older.

Key words: ageing; retirement; social politics; older people education; development.

Índice

| | |
|---|-----------|
| PARTE I – Enquadramento Teórico | 11 |
| Introdução geral | 12 |
| Capítulo I – Envelhecimento(s), velhice e aposentação | 17 |
| Introdução | 17 |
| 1. Envelhecimento da população e da sociedade em Portugal | 18 |
| 2. Envelhecimento(s) e a velhice | 22 |
| 3. A transição e adaptação à reforma ou aposentação em Portugal | 28 |
| 4. A relevância das redes de suporte informal na aposentação e na velhice | 32 |
| Conclusão | 40 |
| Capítulo II – Envelhecimento ativo, solidariedade intergeracional e educação de pessoas idosas | 42 |
| Introdução | 42 |
| 1. Envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações: um processo contínuo e sustentado por políticas sociais | 44 |
| 2. Fatores que podem determinar a forma como envelhecemos ativamente | 49 |
| 3. Programas nacionais promotores de envelhecimento ativo, solidariedade entre gerações e de educação ao longo da vida | 51 |
| 4. Educação ao longo da vida e gerontologia educativa | 59 |
| Conclusão | 66 |
| PARTE II – Enquadramento Empírico | 70 |
| Capítulo I – Conceção, planeamento e caracterização metodológica da investigação | 71 |
| Introdução | 71 |
| 1. Temática e objetivos do estudo | 71 |
| 2. Caracterização da freguesia de Coz | 73 |
| 3. Metodologia | 75 |
| 4. Casos entrevistados: escolha e preparação | 79 |
| 5. Técnica de recolha de dados: a entrevista semiestruturada | 80 |
| Conclusão | 85 |
| Capítulo II – Apresentação e discussão dos dados | 86 |
| Introdução | 86 |
| 1. A análise de conteúdo | 86 |
| 2. Análise e discussão dos dados | 89 |

| | |
|--|------------|
| 2.1. Conceções de envelhecimento ativo (categoria 1) | 91 |
| 2.2. Visões sobre o envelhecimento demográfico (categoria 2) | 97 |
| 2.3. Reconhecimento social da pessoa idosa (categoria 3) | 99 |
| 2.4. Visões sobre as políticas sociais (categoria 4) | 100 |
| 2.5. Estratégias das instituições na promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações (categoria 5)..... | 106 |
| 2.6. Papéis Sociais (categoria 6) | 111 |
| 2.7. Relação entre envelhecimento ativo e aposentação (categoria 7) | 114 |
| 2.8. Trabalho em articulação e parceria (categoria 8)..... | 115 |
| 3. Síntese conclusiva dos dados recolhidos | 117 |
| Conclusão geral..... | 122 |
| Bibliografia..... | 127 |
| Anexos..... | 135 |
| Anexo 1 – Guião de Entrevista Semiestruturada..... | 136 |
| Anexo 2 – Termo de Consentimento Informado utilizado no estudo..... | 142 |
| Anexo 3 – Matriz da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com unidades de registo..... | 143 |

PARTE I – Enquadramento Teórico

Introdução geral

Portugal é, atualmente, um dos países mais envelhecidos do mundo. Para este acontecimento tem contribuído o aumento significativo da esperança média de vida, da imigração e o decréscimo da natalidade. O envelhecimento demográfico reflete “no nosso tempo a persistência da instabilidade nos planos económico e social e também dos comportamentos demográficos e familiares, o que estimula os fatores de incerteza para o futuro” (Bandeira, 2012: 31). Neste sentido, têm-se evidenciado as fragilidades da sustentabilidade da sociedade que se constata na ampliação da despesa pública, através do pagamento de pensões de saúde e de velhice e no aumento da dependência das pessoas idosas face à população ativa (Leão *et al*, 2011). A sociedade portuguesa aparenta não estar ainda totalmente consciencializada e ainda pouco preparada para os desafios colocados pelo aumento progressivo do envelhecimento da população. Nessa perspetiva não é de estranhar que se chegue muitas vezes à ideia de uma velhice-problema e de um envelhecimento da população visto enquanto ameaça ao equilíbrio da sociedade (Jerónimo 2005). Consideramos, no entanto, que a longevidade da população deve de ser encarada como uma conquista da humanidade não podendo deixar de ser vista numa perspetiva positiva. Para tal, o envelhecimento da população parece implicar uma adequação generalizada das políticas públicas que são transversais a vários sectores, extrapolando, portanto, o domínio das políticas sociais. Acreditamos que estas terão de seguir o caminho de procurar encontrar estratégias que possibilitem garantir melhores condições de vida às pessoas quando chegam à idade da aposentação e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade económica, educacional e social do país.

Portugal tem vindo a estabelecer, desde 1976, tal como indica a Constituição, um conjunto de políticas sociais para a velhice. Desde aí que várias medidas têm sido adotadas no sentido de alterar as práticas correntes vigentes. No entanto, estas têm essencialmente assentado num modelo assistencialista e nem sempre se têm mostrado adequadas às necessidades e especificidades dos destinatários. Nos últimos anos, este modelo tem vindo a ser criticado e a ser colocado em questão. Tal situação parece dever-se essencialmente: a uma alteração de perspetiva sobre como estão a ser salvaguardados os direitos básicos, a qualidade de vida, o bem-estar subjetivo da pessoa idosa; à necessidade de reduzir o esforço económico crescente, por parte do Estado, principalmente nas questões sociais e de saúde, que caminha para níveis insustentáveis; e à determinação de várias organizações mundiais de renome, que têm procurado

consciencializar os governantes para a necessidade de serem adotadas medidas preventivas que releguem para segundo plano os paradigmas exclusivamente institucionalizantes de respostas para a população idosa. A União Europeia é uma dessas várias organizações e tem procurado, na última década, sensibilizar os estados membros, para a necessidade de adoção dos princípios do envelhecimento ativo, da aprendizagem ao longo da vida e da solidariedade entre gerações, enquanto formas de melhorar as condições de vida das pessoas ao longo de todo o ciclo vida, com repercussões na velhice. Neste sentido, resolveu assinalar este compromisso político dando relevância a estas temáticas e designando mesmo o ano de 2012 como Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações (AEEASG), de forma a ser ainda mais favorecida a implementação de estratégias que envolvessem governantes, população civil e as organizações. Estas visavam contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas, garantir a igualdade de direitos e de oportunidades, independentemente da idade cronológica, o desenvolvimento das pessoas ao longo da vida, o desenvolvimento económico, educacional e social, a sustentabilidade e a coesão social. Tais estratégias parecem apresentar ainda uma outra missão, que é a de romper com preconceitos e comportamentos estereotipados face ao envelhecimento, à pessoa idosa, à velhice e à aposentação, que em Portugal aparentemente teimam em persistir.

Esta nova abordagem procurou responsabilizar todos pelo envelhecimento individual e pelo envelhecimento da sociedade, no sentido, em que o envelhecimento diz respeito a cada pessoa individualmente e à forma como cada um o vê e lida com ele. Nessa perspetiva, os nossos comportamentos perante o envelhecimento terão repercussões na vida de outros, aqueles que se encontram em nosso redor, e de uma maneira global refletir-se-á também na sociedade. Parece também tocar à sociedade o compromisso ético de colaborar para o desenvolvimento, a integração social, a valorização e a potencialização dos conhecimentos e os contributos das pessoas idosas. Esta perspetiva parece, assim, alertar para as potencialidades da pessoa idosa e para o possível subaproveitamento de recursos que se podem encontrar nas redes, tenham elas um carácter formal ou informal.

Nos últimos anos, Portugal tem apostado no desenvolvimento de respostas diversificadas destinadas às pessoas idosas, tendo em conta as suas particularidades, condição, necessidades e exigências, seguindo as diretivas da UE. Deste modo, têm-se verificado uma aposta em novas respostas, valências, projetos e iniciativas. Ao mesmo tempo, têm crescido um conjunto de serviços suplementares que vem favorecendo a

economia e que pretendem dar um tipo de resposta diferente a esta população que se encontra autónoma, física e psicologicamente ativa, com pretensão de continuar a aprender, a desenvolver-se e a usufruir da melhor maneira da sua vida (por exemplo, o turismo sénior). Estas respostas têm sortido um efeito, aparentemente positivo, contribuindo para a alteração dos estilos de vida, para a integração e participação social e para a consciencialização das pessoas para as repercussões do envelhecimento demográfico. Nesse sentido, a pessoa idosa “que se reforma e fica à espera da morte num cenário de grande dependência financeira e incapacidade física, deixou de ser o paradigma comum” (Pinto, 2008: 49). No entanto, a crise económica que despoletou nos países do sul da zona euro, nomeadamente em Portugal, e que persiste, parece colocar em risco algumas destas novas apostas e dificultar o acesso por parte das pessoas a estas ofertas disponíveis. O ano comemorativo do Ano Europeu de Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações visto também como uma oportunidade para vincar e efetivar os princípios que estão subjacentes à sua denominação coincidiu com uma época de cortes orçamentais e de ajustamentos que levaram, em alguns casos, à redução das iniciativas previstas por parte das organizações. Nesse sentido, este ano comemorativo parece ter ficado um pouco aquém das melhores expectativas, não se tendo tornado as suas iniciativas tão abrangentes, efetivas e sustentáveis como estaria previsto e/ou seria desejável.

Face ao exposto, e tendo nós em consideração que estes acontecimentos que decorrem na sociedade portuguesa apresentam expressões distintas e particulares nos diferentes contextos socio-urbanísticos ou sócio rurais do nosso território, procurámos estudar a freguesia de Coz com o intuito de identificar as suas particularidades e conhecer melhor esta freguesia rural situada no concelho de Alcobaça, que tem vindo a ver a sua população a envelhecer de forma gradual. O nosso intuito com este estudo consistiu em perceber quais as políticas e as práticas que têm vindo a ser desenvolvidas na promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações de modo a serem obtidas melhores condições de vida e sustentabilidade nesta freguesia. Para tal foram ouvidas quatro pessoas com responsabilidades locais que integram organizações sociais com atuação direta em Coz.

O presente trabalho que aqui começamos a apresentar foi repartido em duas partes. A primeira abarca uma abordagem teórica e encontra-se dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo, denominado *Envelhecimento(s), velhice e aposentação* divide-se em quatro pontos. O ponto 1 diz respeito ao envelhecimento da população e da sociedade

portuguesa, o 2 ao conceito de envelhecimento e de velhice, o 3 à transição e adaptação à aposentação e, finalmente, o último, às redes sociais de suporte informal. O segundo capítulo, denominado *Envelhecimento ativo, solidariedade intergeracional e educação de pessoas idosas*, encontra-se igualmente subdividido em quatro pontos. No primeiro analisamos as políticas sociais dirigidas aos desafios do envelhecimento demográfico e da sociedade portuguesa, no seguinte procurámos apresentar os determinantes que se encontram associados à forma como envelhecemos ativamente, o ponto 3 dedicámo-lo aos programas e instrumentos nacionais promotores de envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações e, finalmente, o 4, último ponto deste capítulo, incidiu sobre a educação ao longo da vida e a gerontologia educativa.

A segunda parte da dissertação também se encontra dividida em dois capítulos. O primeiro denomina-se *Conceção, planeamento e caracterização metodológica da investigação* e encontra-se dividido em seis pontos. Tratamos primeiro o enquadramento sobre a temática escolhida e os objetivos que se formularam, depois caracterizamos a freguesia de Coz, freguesia sobre a qual incidiu o estudo de caso, seguindo-se a caracterização da metodologia eleita para a realização da investigação e à justificação da sua escolha. Procedemos depois à apresentação dos critérios utilizados na seleção, na abordagem e solicitação da sua colaboração dos participantes neste estudo. No ponto 5 discutimos a entrevista semiestruturada, técnica por nós utilizada na recolha de dados e encerramos o capítulo com os procedimentos usados na recolha de dados, os compromissos assumidos com os participantes, a identificação dos blocos do guião de entrevista construído e dos passos percorridos para o teste e aplicação do guião da entrevista. O segundo capítulo desta parte II, intitula-se *Apresentação e discussão dos dados* e encontra-se dividido em 4 pontos que tratam, respetivamente, da definição e caracterização da análise de conteúdo, da sistematização e decomposição dos dados recolhidos, em várias rúbricas – categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo –, e da síntese conclusiva dos dados recolhidos. Por último, no ponto 4 apresentamos as conclusões a que chegámos a partir da análise de conteúdo da informação recolhida.

Este trabalho foi visto enquanto oportunidade para aprender mais sobre a freguesia de Coz e os seus habitantes no sentido, de compreender os caminhos que podem levar as pessoas a usufruírem da aposentação e da velhice em boas condições físicas, psicológicas e materiais, com qualidade de vida e bem-estar subjetivo. Assim como, perceber quais as medidas que poderiam ser benéficas para a alteração do rumo do envelhecimento

progressivo da população desta freguesia.

A nossa motivação é pessoal, profissional e escolar. No sentido pessoal, assume-se um carinho por esta freguesia e pelas suas gentes. Ao nível da motivação profissional, enquanto Animador Cultural que também somos é do nosso interesse a compreensão aprofundada dos acontecimentos sociais e dos seus públicos, antes de poderem vir a ser colocados em prática projetos ou iniciativas cooperativas e mobilizadoras que possam ser desenvolvidas nesta freguesia com os nossos contributos. Ao nível da motivação escolar, ela prende-se com o término do Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária.

Capítulo I – Envelhecimento(s), velhice e aposentação

Introdução

O envelhecimento progressivo da população e da sociedade portuguesa têm vindo a colocar novos desafios, a pôr a descoberto algumas fragilidades, a denunciar estereótipos face aos ‘novos idosos’ (Simões, 2006; Lima 2010; Rosa, 2012; Paúl, 2012) e a mostrar que existe ainda um desaproveitamento das capacidades e potencialidades das pessoas mais velhas (OMS, 2002a).

Em Portugal o caminho de consciencialização para a necessidade de alteração de perspetiva e de formas de agir face ao envelhecimento individual, ao envelhecimento da população, à velhice e à aposentação, tem vindo lentamente a assumir novos contornos e a procurar abranger novos intervenientes. Nesse sentido, e com maior incidência na última década, Portugal tem vindo a recorrer à implementação de várias políticas, programas e instrumentos, em conformidade com as diretivas da União Europeia, com o intuito de prevenir e/ou atenuar as repercussões negativas que podem resultar do envelhecimento da sociedade (CCE, 2002; CCE, 2009). Estas políticas pretendem recrutar organizações e sociedade civil para um trabalho cooperativo, de valorização pessoal e coletiva, convocando todos a participarem ativamente na sociedade, indiferentemente da idade e da sua condição, de forma a contribuírem para a sustentabilidade da sociedade a vários níveis (Programa AEEASG para Portugal, 2012). Nesse sentido, a aposentação tenderá a ser uma etapa que começará a ser vista sob outro prisma, podendo aparentemente tornar-se numa etapa da vida mais significativa e mais produtiva, resultando daí ganhos individuais e coletivos.

Seguindo este raciocínio, o capítulo I está dividido em quatro pontos. O ponto 1 pretende refletir, de forma breve, sobre os fatores que contribuíram para o envelhecimento da população e da sociedade portuguesas, expondo algumas das implicações e repercussões deste fenómeno. No ponto 2 pretende-se clarificar e distinguir termos como envelhecimento e velhice, utilizados vulgarmente no nosso quotidiano. No ponto 3 procuramos expor alguns dos acontecimentos que podem ocorrer com a transição e adaptação à aposentação, e as implicações que estes podem ter na vida destas pessoas e na das pessoas que lhes são próximas, dependendo da forma como esta fase de transição é entendida, perspetivada e planeada. No ponto 4, último ponto deste capítulo, propomo-

nos a expor algumas ideias, complementadas com estudos que nos levam a defender as redes sociais de suporte informal como muito relevantes enquanto sustentáculo e meio privilegiado para a continuação do desenvolvimento individual para a pessoa idosa, no período subsequente à aposentação e durante toda a velhice.

1. Envelhecimento da população e da sociedade em Portugal

O envelhecimento da população (ou demográfico) apresenta-se como um fenómeno atual e incontornável em Portugal. De acordo com os dados das Nações Unidas (2009), do Eurostat (2008), do Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011, 2012 e 2013), a investigação que foi desenvolvida por Bandeira e seus colaboradores (2012), entre outras que poderiam ser apresentadas, Portugal mantém uma tendência crescente de envelhecimento demográfico. Há cerca de 60 anos que se assiste a um aumento considerável do envelhecimento da população portuguesa (Bandeira, 2012), tornando Portugal, atualmente, num dos seis países mais envelhecidos do mundo, com perto de 18% da população a estar no grupo etário 65+ anos (Cabral e Silva, 2012). Um país considera-se estruturalmente envelhecido, de acordo com a OMS, quando o número de pessoas idosas ultrapassa os 7% do total da população residente (Pinto, Fernandes e Botelho, 2007). O índice de envelhecimento de Portugal em 1960 situava-se nos 27,3%, estando em 2012 nos 129,4 % (PORDATA, 2013). O envelhecimento das populações deixou, também, de ser um fenómeno somente dos municípios do interior e começou a estender-se a todo o território nacional (INE, 2012).

A média de idades da população residente em Portugal tem vindo a aumentar na última década, fixando-se nos 41,8 anos, sendo que a média de idades das mulheres (43,2 anos) é superior à dos homens (40,3 anos) (INE, 2012). É também observável uma maioria de mulheres no grupo etário dos 65 e mais anos (cerca de 58%), relativamente aos homens do mesmo grupo (cerca de 42%), evidenciando a tendência de ‘feminização’ do envelhecimento na sociedade portuguesa que se verifica desde 1900 (Programa AEEASG, 2012). Observa-se ainda um maior número de pessoas idosas relativamente à população jovem (INE, 2013). Com efeito, o envelhecimento demográfico significa fundamentalmente essa diminuição gradual do peso das gerações mais jovens e um aumento da presença das gerações mais velhas. Entre 2001 e 2011 foi verificada uma diminuição da população dos 0 aos 14 anos, de 16,2% para 14,9% do total da população

residente. Nesta mesma década, também a percentagem de indivíduos em idade considerada ativa, ou seja entre os 15 e os 64 anos, sofreu um decréscimo, passando de 67,3% para 66%, e confirmou-se ainda o aumento crescente da população com 65 ou mais anos de idade, de 16,6% para 19,0% (*idem*). Verificam-se desta forma, na atualidade, desequilíbrios nas estruturas que

tenderão a acentuar-se à medida que o aumento das probabilidades de sobrevivência beneficie principalmente as idades pró-ativas, o que poderá conduzir a uma retangularização da curva de sobrevivência e a um envelhecimento do topo da pirâmide demográfica (Bandeira *et al.*, 2012: 6).

Entre 1950 e 2009 a natalidade portuguesa decresceu em cerca de 52%. Contudo, o processo de envelhecimento demográfico em Portugal, entre 1950 e 1980, não parece ter começado somente com a quebra no número de nascimentos e com a diminuição da mortalidade. No caso português, verificou-se um envelhecimento das estruturas etárias intermédias ativas nos anos 50 e 60, devido às balanças migratórias fortemente negativas, resultado das grandes vagas de emigração de adultos ativos para países europeus após a Segunda Guerra Mundial. A ‘balança’ foi equilibrada posteriormente com o regresso de cerca de 600.000 imigrantes provenientes das ex-colónias (*idem*). Também a revolução contraceptiva que em Portugal teve início na década de 60 do século passado é apontada como causa para a diminuição de nados-vivos, numa altura em que cada mulher tinha em média 3,2 filhos. Em 2011, podia observar-se que o valor de filhos por mulher era já de 1,35 filhos, não permitindo assim, assegurar o limiar mínimo para a plena substituição das gerações (PORDATA, 2013).

A continuar esta tendência de envelhecimento da população, prevê-se que Portugal, em 2046, terá 238 idosos por cada 100 jovens, ou seja, cerca do dobro dos valores atuais e que o número de idosos em 2050 chegará a 2,95 milhões, totalizando mais 1,82 milhões que em 2006 (Programa AEEASG para Portugal, 2012). As Nações Unidas (2009) indicam nas suas previsões para 2050 que a média de idades da população portuguesa será de 50,4 anos. O Programa de Ação do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações (AEEASEG) para Portugal refere que se prevê que o envelhecimento da população em 2050 origine uma

involução da pirâmide etária, com 35,72% de pessoas com 65 e mais anos e 14,4% de crianças e jovens, apontando a longevidade para os 81 anos. Portugal regista, em 2011, um índice de longevidade de 79,20 (80,57 para as

mulheres e 74,0 para os homens), apontando as projeções para 2050 para um aumento significativo deste índice, já que se prevê que as pessoas possam viver, em média, 81 anos (84,1 as mulheres e 77,9 os homens). Significativa, ainda, é a previsão da esperança média de vida para aqueles que atingirem os 80 anos. Em 2050, dos 7,6 anos que as mulheres dos nossos dias podem viver, em média, para além dos 80 anos, passar-se-á para 10,2 e, dos 5,9 anos para os homens passar-se-á para os 7,3 (2012: 4).

O aumento da longevidade da população em muito se tem devido ao progresso do conhecimento médico e às técnicas de diagnóstico, ao desenvolvimento da indústria farmacêutica, a uma melhoria no acesso aos cuidados de saúde, ao desenvolvimento económico e social (Fernandes 2008) e à melhoria das condições de higiene e segurança. Também o crescente desenvolvimento económico e tecnológico, tem sido acompanhados de uma incontestável melhoria das condições de vida material, que se refletem nas diversas formas de conforto, no desenvolvimento dos meios de comunicação, na diminuição de fomes e epidemias e no aumento substancial do nível da educação (Fernandes, 2008). Na sociedade portuguesa, a ocorrência da democratização do acesso à educação teve início ainda no tempo ditatorial, embora em condições muito particulares. Foi posteriormente firmada e de forma ampla, plural e diversificada pelos Governos que se seguiram, com o aumento do número de anos de escolaridade e com a extensão a vários organismos para além da escola tradicional, aumentando a escolarização da população. Estas condições permitiram às populações uma melhoria real da qualidade de vida e são consideradas hoje como factos adquiridos e basilares na sociedade atual. Trata-se, efetivamente, de fatores que contribuíram e continuam a contribuir para o aumento da esperança média de vida e da qualidade dessa longevidade. O aumento do envelhecimento populacional deve, por estes e outros motivos, ser visto como um feito notável da humanidade, no entanto, é percebido também, como uma ameaça real à sociedade, tal qual a conhecemos.

O aumento do tempo de vida acarreta necessariamente uma transfiguração e modificações na sociedade. Uma ausência destas transformações por parte da sociedade, não acompanhando os novos tempos, demonstrando incapacidade para encontrar soluções adequadas, perentórias e eficazes para resolver os problemas e dar respostas às necessidades e aos desafios que se apresentam denuncia uma sociedade envelhecida, deprimida e “ameaçada com a sua própria evolução etária” (Rosa, 2012: 24). Este é um

fenómeno que poderá provocar amplas repercussões “sociais, económicas, culturais” (Lopesino *et al.*, 2011: 19), “financeiras e políticas” (Rosa, 2012: 13), “sanitárias e educacionais” (Simões, 2006: 11). O envelhecimento da sociedade portuguesa é atualmente olhado como

um fenómeno que preocupa cientistas e governantes, e que se faz acompanhar de um espectro de dificuldades relacionadas com o encargo dos idosos sobre as gerações futuras, os vários custos que o seu grande número representa, a falência dos sistemas de reforma, e de forma mais pessimista, o ‘conservadorismo’ e a falta de vitalidade e dinamismo (Fernandes, 1995, *cit.* por Martins, 2006: 127).

A este respeito, também o Comissário da UE responsável pelo Emprego, os Assuntos Sociais e a Inclusão, László Andor (U.E., 2012) afirma que talvez “muitas pessoas possam temer que a vida passe a ser mais difícil nas sociedades mais idosas onde passaremos a viver, sendo inevitáveis as tensões ou até mesmo o conflito aberto entre as gerações” (p. 1). Esta situação “coloca novos desafios à construção de uma sociedade inclusiva e à reestruturação dos próprios modelos de formação e de proteção de direitos sociais” (Ramos, 2007: 302). A desaceleração do crescimento demográfico, associado ao processo de envelhecimento da população, pode significar na nossa sociedade uma fragilização da economia, gerar uma desaceleração do ritmo de inovação, implicar um agravamento dos custos indiretos do trabalho e das despesas com os cuidados de saúde, etc. (Rosa, 2012). Não se pode, no entanto, dizer que uma população envelhecida, embora possa colocar problemas indesejáveis à sociedade, seja motivo para pôr em risco essa mesma sociedade. Acredita-se, portanto, que “o verdadeiro problema das sociedades envelhecidas não está tanto no envelhecimento da sua população, mas no que as sociedades não mudaram desde que começaram a envelhecer” (*idem*). Esta pode, assim, reagir à alteração do decorrer dos factos, encontrando formas apropriadas para se adaptar e enfrentar os novos desafios e a sua complexidade.

O envelhecimento da população não deixa, desta forma, de se constituir como uma oportunidade para o desenvolvimento das sociedades, sobretudo se estas souberem aproveitar os recursos humanos disponíveis que os seus idosos representam (Simões, 2006). No entanto, as sociedades envelhecidas não lidam bem com o envelhecimento da população e pouco têm aproveitado este processo demográfico para reformularem alguns dos seus princípios e modelos obsoletos e inapropriados (Rosa, 2012).

O envelhecimento demográfico em Portugal, provocado pela diminuição da natalidade, o aumento da mortalidade e da emigração (que se voltou a despontar nos últimos cerca de três anos devido à crise económica e financeira), associado ao envelhecimento societal, poderá ‘obrigar-nos’ a redescobrir a importância e o valor das pessoas idosas. Trata-se, pois, de uma oportunidade de mudança de atitude e de pensamento sobre o envelhecimento, a velhice, a pessoa idosa e a aposentação.

Assim sendo, nos últimos anos temos vindo a assistir em Portugal à crescente discussão pública sobre a velhice, a pessoa idosa, a aposentação e o envelhecimento progressivo da população e da sociedade portuguesas, procurando consciencializar as pessoas e organizações para os desafios iminentes, olhando-os enquanto oportunidade para a mudança. Assume-se, desta forma, que “as sociedades envelhecidas são construções sociais que resultam de processos de desenvolvimento desigual e exclusivos, por isso, o envelhecimento não é um problema do indivíduo, ou da sua família, é um problema público, ou seja de todos (Quadagno e Reid, 1999, *cit.* por Pereira, 2012: 122).

2. Envelhecimento(s) e a velhice

O envelhecimento é encarado “de forma diferente, consoante as sociedades, épocas históricas e as perspetivas teóricas ou científicas que subjazem à sua leitura” (Gonçalves e Oliveira, 2011: 245). Podemos referir-nos ao envelhecimento como um fenómeno complexo e multideterminado que não pode ser evitado. É um processo que ocorre de forma natural, universal (e, portanto, comum a todas as pessoas), progressiva, previsível e irreversível, que provoca mudanças e transformações ao longo do ciclo de vida – desde o momento da conceção até ao momento da morte – e envolve diferenciação, crescimento e desenvolvimento (Lima, 2010). Estas mudanças e transformações podem ser “morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas” (Papaléo, 1996, *cit.* por Rodrigues e Soares 2006: 2). O envelhecimento pode ser identificado em três componentes: biológico, psicológico e social. Estes autores consideram que

o envelhecimento biológico resulta da vulnerabilidade crescente de uma maior probabilidade de morrer, a que se denomina senescência; o envelhecimento psicológico é definido pela autorregulação do indivíduo, as mudanças nas funções psicológicas, como a memória e a tomada de decisões e a forma de lidar com o processo de senescência; e o envelhecimento social é relativo à forma

como a sociedade encara os mais velhos, as expectativas e os papéis que lhes são atribuídos (Schroots e Birren, 1980 *cit.* por Lima, 2010: 13).

As alterações provocadas pelo envelhecimento durante a vida adulta – jovem-adulterez, adulterez e velhice – “eram caracterizadas pela maioria dos autores, até os anos 70 do século passado (...) por um declínio crescente, universal, e inevitável” (Marchand, 2005: 9). Acreditava-se, portanto, que chegada a idade adulta, a pessoa tinha chegado ao auge do desenvolvimento e que a partir dali ocorria apenas o declínio. Atualmente, reconhece-se que a idade adulta é também caracterizada por mudanças específicas que podem ter a mesma relevância e intensidade que aquelas que ocorrem nos períodos que a antecedem. Esta visão tem vindo a ganhar maior preponderância com o aparecimento do modelo do ciclo de vida, que contribuiu positivamente para o reconhecimento das capacidades e das potencialidades das pessoas idosas. Não deixa, no entanto, de ser verdade que com o avançar da idade se verifica um declínio do ponto de vista biológico, que conduz a uma “diminuição progressiva mais ou menos rápida e de intensidade variável da capacidade funcional do organismo, diferente de órgão para órgão e de tecido para tecido, cuja velocidade de progressão depende de fatores hereditários, ambientais, sociais, nutricionais e higieno-sanitários” (Saldanha, 2009: 11). São ainda verificados desempenhos menos satisfatórios

nas aptidões psicomotoras, como nas atividades que exijam rapidez, agilidade mental e coordenação. No que diz respeito à memória e aprendizagem, [as pessoas idosas] têm assimilação de informações mais lenta e comprometimento da memória visual e auditiva. Também possuem a motivação diminuída em decorrência dos problemas de saúde e experiências prévias de aprendizagem (Ribeiro *et al.*, 2006: 6).

Algumas destas alterações decorrentes do envelhecimento em idades avançadas verificam-se na aparência física sob a forma de alteração de tom dos cabelos, da perda gradual da elasticidade do tecido conjuntivo, do aumento da quantidade de gordura no organismo face à perda de massa muscular, entre outros. O declínio biológico apresenta-se como sendo comum a todas as pessoas, dependendo, no entanto, a intensidade da aceleração do processo que se encontra diretamente relacionado com a

hereditariedade, as doenças de que eventualmente [a pessoa idosa] padeça, e do modo como forem tratadas, do apoio familiar e social, e acima de

tudo da sociologia para o envelhecimento que o país de residência definiu em termos políticos e económicos para todos os cidadãos (Saldanha, 2009: 6).

No entanto, e relativamente às funções cognitivas, de acordo com a literatura não se confirma a perda de inteligência e das capacidades intelectuais com o avançar da idade, associando-se equivocadamente, “a fadiga mental, desinteresse, diminuição da atenção e concentração, como estando associados ao declínio da inteligência” (Moreira, Torres e Barros 2004, *cit.* por Ribeiro *et al.*, 2006: 6). Diversos autores consideram que durante a idade adulta, incluindo a fase da velhice, se desenvolvem dimensões da inteligência e do eu, compensando desta forma as dimensões que por estarem mais interrelacionadas com a componente biológica possam evidenciar algum declínio (Marchand, 2005). Do ponto de vista psicológico e sociológico, a velhice apresenta-se com um significado diferente consoante a personalidade e a formação cultural dos indivíduos (Saldanha, 2009).

O processo de envelhecimento é influenciado constantemente por interações complexas do decorrer da vida de cada pessoa, das circunstâncias e contextos histórico-culturais subjacentes ao meio em que vivem (Neri e Cachioni, 1999; e Marchand, 2005). Considera-se, desta forma, que fatores como o património genético, as influências do meio ambiente, a educação, as condições de trabalho ou o estilo de vida são aspetos que não podem ser dissociados da forma como envelhecemos (Portella, 2004, *cit.* por Webber e Celich 2007: 128). Esta clarificação veio mostrar que tem vindo a ser desperdiçado, pouco aproveitado ou subvalorizado o potencial os adultos mais velhos. Verifica-se, no entanto, que uma grande parte das pessoas com 65 ou mais anos padecem de pelo menos uma doença crónica (Lima, 2010). Essa ocorrência leva, por vezes, à perda de independência e em casos mais graves, à perda da própria autonomia (poder de decisão) (*idem*). O modo como envelhecemos implica ganhos e perdas e depende do processo de crescimento e desenvolvimento de cada pessoa (Baltes e Carstensen, 1996), do seu sexo, da sua idade funcional, da ocorrência de diversas patologias e da sua superação, do seu contexto social económico e histórico-cultural, assim como da sua educação, motivação e predisposição e da das pessoas que a rodeiam. A idade funcional é-nos proposta por Fernández-Ballesteros (2000, *cit.* por Carneiro *et al.*, 2012), sugerindo-nos que “algumas funções diminuem necessariamente de eficácia (sobretudo as de natureza física, biológica), outras estabilizam (personalidade) e outras, na ausência de doença, experimentam um crescimento ao longo de todo o ciclo de vida (experiência, sabedoria)”(p.35).

No entanto, os adultos mais velhos são considerados como idosos, velhos, reformados, veteranos, maiores ou seniores (Jerónimo, 2005), tendo em conta apenas a sua idade cronológica e a chegada da aposentação ou reforma, que, em Portugal, segundo a legislação em vigor, encontra-se fixada nos 65 anos, e não pela sua idade funcional. De acordo com Fernandes (2008: 108), “a velhice, como categoria social, tem permanecido institucionalmente ligada a um limiar de idade fixo, o mesmo que está definido como o de acesso à aposentação”. Mas, sabe-se também que este fator, o cronológico, é apenas um dos critérios a ter em consideração para sabermos a idade real de uma pessoa. Marchand (2005), mencionando Huyck e Hoyer (1982), caracteriza a idade como sendo um conceito amplo com cinco dimensões:

a dimensão cronológica, definida pelo tempo que decorre desde o nascimento à morte; a dimensão biológica, que se refere aos diversos níveis de maturidade física; a dimensão psicológica, associada à evolução dos processos cognitivos e de personalidade; a dimensão funcional, referente à capacidade de adaptação às exigências sociais; a dimensão social, relacionada com os papéis, hábitos e expectativas quanto à participação social (p. 21-22).

Ser considerado idoso quando se atinge a idade de 65 anos, deixando de apresentar condições para o trabalho, é uma convenção social que surge num contexto particular (Gonçalves e Oliveira, 2011). A pessoa idosa é, nesta perspetiva, definida de acordo com um estatuto político e económico (Messy, 1993). A idade apresenta-se, assim, como uma variável biológica socialmente manipulada. Desta forma, torna-se ambíguo considerar uma idade normativa e generalizada para determinar que alguém é velho ou para determinar o limiar da velhice. Não é por isso de estranhar que entre os novos reformados são cada vez menos aqueles que se assumem como idosos (Neri, 1991, *cit.* por Rodrigues e Soares, 2006).

A velhice é a última fase da idade adulta. É determinada por uma condição que caracteriza a posição do indivíduo idoso na sociedade na qual se insere (Messy, 1993). Por outras palavras, a velhice tem que ver com o modo como a pessoa idosa se olha e se percebe e a maneira como é reconhecida e percebida pelos outros. É nessa inter-relação de perceções e entendimentos que se constitui, para cada pessoa, o conceito de velhice. A velhice apresenta-se, desta maneira, como um conceito múltiplo e variado que é prescrito culturalmente. Não se considera portanto a singularidade da representação de ‘velhice’, e reconhece-se a existência de velhices (Altman, 2011). De acordo com Simões

(1990), pode “ser-se velho fisicamente, psicologicamente de meia idade e jovem socialmente” (p. 110). Reconhece-se, portanto, que determinar a velhice de alguém é um processo complexo que envolve a combinação de vários fatores. No entanto, Fernandes (2008), diz-nos que “a velhice parece surgir agora mais nítida, associada às incapacidades físicas, psíquicas e mesmo materiais que surgem nas idades muito avançadas” (p. 97). Isto leva-nos a crer que a velhice, enquanto categoria socialmente definida, está a ser remetida cada vez para mais tarde. Desta forma, parece-nos pertinente salientar que os ganhos progressivos de anos de vida que a população portuguesa tem vindo a alcançar na última fase da vida, tema explanado no ponto anterior, provocam transformações no conceito de velhice e na idade em que se é considerado velho.

A velhice não foi no século passado vista com apreço em Portugal. Com uma perspetiva globalizada e muito ocidentalizada, a sociedade adotou a valorização de tudo o que era jovial e nos fazia aparentar mais jovens, desconsiderando a velhice. Para tal, em muito contribuiu a revolução tecnológica (com suporte nas tecnologias microeletrónicas e da era cibernética), marcada fortemente pela instantaneidade e descartabilidade, beneficiando o culto da juventude, da beleza, da virilidade e da força física, em detrimento da idade madura e da velhice que são associadas através dos estereótipos à improdutividade e ao declínio (Rodrigues e Soares, 2006; Pinto, 2008).

O velho, considerado um ancião com grande sabedoria nas sociedades tradicionais, detentor de grande experiência de vida, por quem a comunidade tinha grande respeito e consideração pela sua maturidade, passou a ser considerado como fraco, improdutivo, desatualizado, doente e dependente de outros (Rodrigues, 2008). Cada vez mais se vive durante um maior número de anos e, contudo, os anos referentes a esse aumento da esperança de vida não parecem ser socialmente valorizados. Estes indicadores mostram-nos que ainda não estamos bem despertos e consciencializados para

a nova realidade das pessoas mais velhas – mais idosas, com uma esperança de vida bem mais longa do que há umas décadas atrás e com as gerações sucessivas a mostrarem ganhos ao nível físico e mental. Pelo contrário, continuamos a julgá-las com base em crenças e preconceitos ultrapassados (Lima, 2010: 1).

Nesta perspetiva, Fernandes (2008: 77) diz-nos que “a idade de ser velho, a idade em que se começam a perder as capacidades essenciais e se regista uma deterioração do estado geral de saúde surge mais tarde, sem que institucionalmente se tenham alterado os

limiaries convencionados há mais de um século”. Esta visão, reflete-se nas atitudes e nas práticas generalizadas relativamente às pessoas idosas, discriminatórias e baseadas somente no atributo da idade. Este tipo de discriminação, positiva ou negativa, é comum em Portugal, tanto em instituições económicas e sociais, bem como é vulgar as políticas públicas orientarem-se por categorias definidas a partir das idades (Fernandes e Botelho, 2007). De acordo com a literatura, alguns autores designam a discriminação das pessoas mais velhas por ancianismo, gerontismo ou idadismo (Marques, 2011). O ancianismo está relacionado com crenças e estereótipos, preconceitos ou sentimentos de desdém em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas, assumindo por vezes formas disfarçadas de compaixão, benevolência, admiração, pena ou paternalismo (Paúl, 2012). Estas situações tendem a ocorrer quando prevalece nos idosos a passividade e a ausência de motivação, contribuindo erradamente para caracterizar os idosos como desprovidos de qualidades e de meios suficientes para exercerem um papel ativo e autónomo na sociedade à qual pertencem. Também a caracterização equívoca da homogeneidade da população idosa (Dias e Rodrigues, 2012) oculta a sua individualidade, o que contribui para distorcer a realidade e diminuir a pessoa idosa (Simões, 2006). Acreditamos pois, que a discriminação em função da idade se encontra em muito associada à desinformação. Como nos sugerem Filho e colaboradores (2010: 155), a:

desinformação impede a transformação de atitudes e de comportamentos em relação à velhice, enaltece algumas crenças que tendem a relegar os idosos às margens da sociedade e da família, além de contribuir para a imagem que esses sujeitos fazem de si próprios. Porém, tanto a participação social dos idosos quanto o conhecimento acerca do processo de envelhecimento podem influenciar de maneira positiva na quebra de estereótipos e de preconceitos para com as pessoas em idade avançada.

O envelhecimento, a velhice e aposentação tendem a ser caracterizados como algo que não parece ir ao encontro dos valores adotados pelas sociedades modernas, que privilegiam fatores como a autonomia, a independência, a produtividade, a velocidade e o culto da juventude (Amor, 2008). Em pleno século XXI exige-se à sociedade, neste caso a portuguesa, que reconheça as potencialidades das pessoas mais velhas, e que adote uma nova abordagem mais positiva na interpretação e compreensão do que é ser velho e ser reformado, diminuindo-se assim o peso criado socialmente pela entrada na aposentação.

3. A transição e adaptação à reforma ou aposentação em Portugal

A reforma ou aposentação é considerada um acontecimento social ainda recente, em Portugal. É somente em 1974, após a ditadura, que é decretada a substituição dos Sistemas de Previdência e de Assistência pelo Sistema de Segurança Social Pública, que para além de consubstanciar os dois sistemas antecedentes, determina um conjunto de medidas relativas à proteção na invalidez, na incapacidade e na velhice (Decreto-lei n.º 203, de 15 Maio de 1974).

A aposentação é uma conquista do desenvolvimento da nossa sociedade que acarta benefícios e oferece garantias, ao nível da independência financeira e do bem-estar, após o término da vida profissional. Estes benefícios e garantias são atribuídos de acordo com uma idade normalizada e estabelecida nos diferentes sistemas de pensões. A entrada na aposentação, determinada por uma idade fixa (situada de forma geral nos 65 anos), passa a delimitar a entrada na velhice, cuja transição, é assinalada pela obtenção de uma pensão. Esta transição marca a entrada numa nova etapa, que normalmente se traduz numa “ausência de emprego a tempo inteiro, associada a um rendimento económico proveniente da Segurança Social ou de outros sistemas de pensões” (Pinheiro e Fonseca, 2011: 1). Este rendimento concedido aos pensionistas – aqueles que têm direito a receber uma pensão – é facultado com uma periodicidade mensal e de forma permanente, ou seja, é vitalício. O direito à aposentação resulta portanto do trabalho e das contribuições das pessoas para o Estado ao longo da vida. A maioria dos portugueses desconta mensalmente uma percentagem do seu salário, com a pretensão de obter uma garantia de pensão ou de reforma, para o regime geral da Segurança Social ou para a Caixa Geral de Aposentações.

O aproximar da aposentação pode acarretar consigo um aumento de tensão e ansiedades nas pessoas pois conduz à mudança e alteração das rotinas habituais. Este processo proporciona inúmeras oportunidades, mas pode trazer também riscos para as pessoas com maiores dificuldades de adaptação a esta nova situação. O tempo que precede e sucede à aposentação desafia as pessoas a reinventarem as suas vidas, a descobrirem novas formas de ocupação do tempo e de satisfação pessoal, a alterar as rotinas quotidianas e a reformular valores e objetivos. A reforma, como nos diz Lima (2010: 68), apresenta-se, também, como marco de entrada na velhice. O momento de transição, de ajustamento ou adaptação a esta nova etapa, segundo Fonseca (2012: 76), pode “converter-se num momento particularmente sensível para o bem-estar psicológico e social dos indivíduos”.

Para uma melhor exposição e compreensão do processo de transição e adaptação à reforma, alguns autores como Atchley (1976, 1996, *cit.* por Fonseca, 2004), Ekerdt, Levkoff e Bosse (1985, *cit.* por Simões, 2006) e Hayslip e Panek (2002) (*idem*), sugerem uma divisão em várias fases. Aqui, não excluindo o contributo de outros autores, remeteremo-nos à exposição da divisão das fases da reforma sugerida e atestada pelas investigações de Atchley, por nos parecer mais abrangente e flexível, não limitando a duração de cada fase e considerando que se trata de um processo caracterizado pelas diferenças individuais de cada pessoa (Atchley, 2000, *cit.* por Simões, 2006). Assim sendo, a transição e adaptação à reforma contempla as fases de: pré-reforma ou aposentação; ‘lua-de-mel’; descanso e relaxamento; desencantamento; reorientação ou estabilidade e dependência. Estes não são estanques entre si, não ocorrem necessariamente pela ordem que se passará a apresentar e nem sempre acontecem na totalidade (Atchley, 1976, 1996, *cit.* por Fonseca, 2004).

O processo de aposentação começaria assim com a fase da pré-reforma ou aposentação, fase precedente à reforma, e acontece quando o indivíduo observa a hipótese ou a inevitabilidade de se reformar, começando a planear ou antecipar este momento, preparando-se (Simões, 2006). Quando se reforma, o indivíduo pode ter duas posturas. Ou é assoberbado pela euforia, que o leva a fantasiar e a querer fazer tudo aquilo que não teve oportunidade para fazer quando tinha uma vida profissional ativa – a esta fase Atchley denominou-a de ‘lua-de-mel’ – e/ou pode optar pelo descanso e relaxamento, vivendo calmamente este novo período de elevada satisfação com a vida (Fonseca, 2004). Depois deste período muito satisfatório ocorre a fase do desencantamento, sobretudo se as expectativas inicialmente formadas relativamente à aposentação forem goradas e a reforma não estiverem a decorrer como o imaginado, não conseguindo a pessoa retirar das atividades que idealizou para si, o significado de felicidade e bem-estar desejados (Lima, 2010). Por vezes, ocorrem também contrariedades ou perdas significativas de forma inesperada, por exemplo, doenças devido ao declínio do corpo, morte do cônjuge ou perdas consideráveis de rendimentos e da qualidade de vida (*idem*). Fazer o luto dessas perdas e ou enfrentar essas contrariedades é normal e saudável, no entanto, por vezes ocorrem situações de depressão, podendo as pessoas perder a vontade de viver e de ter um futuro (Fonseca, 2004). Estas situações, devem de ser acompanhadas por especialistas. Progressivamente, a pessoa aceita-se e defronta-se com a realidade procurando soluções viáveis e satisfatórias para a ocupação do tempo, explorando as

opções que ofereçam estabilidade e motivação e promovam uma rotina no quotidiano (Lima, 2010).

Embora, algumas pessoas, contudo, optem por uma vida mais pacata e descansada, segundo Fonseca (2004), a maioria procura uma rotina que permita a substituição da ocupação profissional anterior – fase de reorientação ou estabilidade. Verifica-se, no entanto, que existem indivíduos que não conseguem alcançar esta fase, consumando a entrada em uma de duas situações. Ou seja, entram ou numa fase de dependência – que resulta da passagem de uma situação de plena autonomia para uma situação de necessidade de auxílio e acompanhamento, incluindo na gestão do quotidiano – ou numa fase de retorno – momento em que o indivíduo, cansado ou incompatibilizado com a sua condição de vida, opta pela procura de um novo trabalho profissional que lhe proporcione maior satisfação e valorização e, simultaneamente, lhe ocupe o tempo (*idem*).

Considerando o processo de envelhecimento de cada pessoa como único e individualizado, constata-se a existência de diferentes formas de abordar e de vivenciar a transição entre a vida laboral, pelo menos a tempo inteiro, e a reforma. Na sociedade portuguesa o trabalho organiza a atividade humana. É ele que determina e define, em boa parte, o nosso lugar ou estatuto na sociedade. A sua importância é, por isso, indiscutível e a sua perda, quer seja voluntária ou involuntária, antecipada ou na idade prevista pela legislação em vigor, parcial ou total, traz em nosso entender sempre associado algum risco de perturbação, mesmo para aqueles que perspetivam o período da reforma como uma nova e positiva etapa das suas vidas. De facto, como nos refere Lima (2010), as sociedades ocidentais são “fortemente marcadas por regras económicas e orientadas para e pelo produtivismo, onde quem não produz não é considerado socialmente útil” (p. 68). Devido a estas convicções culturais, as pessoas são inúmeras vezes caracterizadas socialmente pelo estatuto e pelas regalias sociais que adquirem profissionalmente. A aposentação pode, assim, significar a perda de determinados papéis sociais ativos e de poder. Mas, e de acordo com Lima (2010) a aposentação pode ser, também, “uma oportunidade para adoção de um estilo de vida mais saudável, compreendendo, possivelmente, atividades físicas, lazer, passatempos, voluntariado, amizades, intensificação do convívio familiar, e uma atividade laboral a tempo parcial” (p. 71).

A aposentação é, de acordo com Simões (2006: 90), “uma transição de importância comparável à da entrada na profissão”, é surpreendente que não lhe seja dada, no entanto, relevância idêntica no que toca à sua preparação. A aposentação é uma altura que convida a ‘reformas’ individuais, pois, pode levar ao estabelecimento de novas

posturas, relacionamentos e formas de estar e de viver que dêem continuidade ao desenvolvimento da identidade e possibilitem aos indivíduos viver com satisfação. Seguidamente “à saúde, a preparação para a reforma é o fator que melhor prediz a satisfação com a mesma” (Dorfman, 1989, *cit.* por Simões, 2006: 90). Consideramos, desta maneira, que se trata de uma mais-valia educar as pessoas para a transição e adaptação à aposentação, assim como, para a adoção de estilos de vida saudáveis, para o estabelecimento de práticas que levem à estabilidade económica durante a reforma, para a gestão do tempo, gestão de emoções, de conflitos e dos relacionamentos com familiares, amigos e vizinhança e para o voluntariado. Entendemos, por isso, ser essencial o planeamento prévio da decisão do abandono da vida profissional, nomeadamente, através da frequência de “programas de preparação para a reforma, onde haja ocasião para refletir, de forma aprofundada, sobre algumas mudanças que a passagem à reforma e os anos subsequentes provocam” (Fonseca, 2012: 82-83), e corrigindo, também, algumas expectativas irrealistas da ‘pré-reforma’ (Simões, 2006: 90). Urge, por isso motivar e mobilizar as pessoas para continuarem o desenvolvimento da sua identidade, melhorando as suas possibilidades de adaptação e de satisfação neste período.

Está nas mãos de cada um interpretar e dar significado e configuração a esta fase da vida. Embora possamos depender de nós próprios, do nosso esforço e das nossas vontades, em muitas situações dependemos de outros. Tal como nos diz Lima (2010: 71), “as atitudes dos trabalhadores e da sociedade face à reforma determinam, em grande parte, como eles viverão essa transição, e são importantes dados a serem tratados pelas políticas e diretrizes dos governos e das organizações”. Pensamos, por isso, que a par dos esforços e vontade de mudança individual deverá existir também uma mudança cultural e, portanto, coletiva. Considera-se, assim, fundamental consciencializar e educar para desfazer mitos, alterar as atitudes e os comportamentos discriminatórios, preconceituosos e estereotipados, para com as pessoas mais velhas, que criam expectativas negativas e dificultam o processo de transição e de adaptação à reforma.

De acordo com García e Ruiz (2000), as expectativas que as pessoas têm face à reforma influenciam a sua satisfação com a vida após a entrada nessa fase. Assim, quando as pessoas têm expectativas positivas face à reforma e a planificam, terão mais facilidade na adaptação e ajustamento a esta fase obtendo uma maior satisfação.

A satisfação com a vida, a felicidade e o moral são indicadores que operacionalizam o bem-estar subjectivo. O bem-estar subjectivo é multifacetado e engloba componentes afetivas e cognitivas (Diener, Suh, Lucas e Smith, 1999). Conseguir viver

uma velhice bem-sucedida, ter satisfação com a vida e felicidade depende de juízos subjetivos estabelecidos por cada pessoa. A “felicidade pode ser conceptualizada como a razão entre a afetividade positiva e a afetividade negativa experimentadas, no momento presente, o moral pode definir-se como o grau de otimismo, relativo ao tipo de vida, que os indivíduos esperam no futuro” (Okun et al., 1990, *cit.* por Simões, 1992: 503). A satisfação com a vida refere-se a aspetos positivos da própria vida e não apenas à ausência de fatores negativos. Envolve uma avaliação global da vida do indivíduo, que resulta de uma ‘pesagem’ dos aspetos positivos e negativos sobre a qualidade da sua própria vida (Diener, 1984). A idade, o sexo, o estado civil, a personalidade da pessoa, a saúde física e mental, o estado ocupacional, as atitudes face à reforma e ao processo de envelhecimento, os motivos relacionados com a decisão ou imposição de se reformarem e os fatores socioculturais e económicos são variáveis que influenciam a satisfação com a vida nesta fase (Ceresia, 2006).

Reconhece-se que algumas pessoas se adaptam melhor à aposentação do que outras. No entanto, embora exista uma visão segundo a qual a aposentação conduziria a consequências negativas para a maioria das pessoas, verifica-se que tal perspetiva não tem qualquer fundamento científico. Em termos gerais, os indivíduos aposentados sentem-se adaptados “à nova condição de vida e globalmente satisfeitos com ela, muito embora variáveis como a saúde, os rendimentos económicos disponíveis e as relações sociais e familiares, sejam fatores determinantes para a maior ou menor satisfação de vida aí alcançada” (Atchley, 1989, *cit.* por Fonseca, 2004: 380). Encontram-se, desta forma, ‘disponíveis’ para poderem obter melhorias em várias aspetos da sua vida, como na “saúde física e mental, na prestação de cuidados a familiares, no envolvimento em favor da comunidade” (Simões, 2006: 100). De acordo com Carneiro e colaboradores, (2012) a satisfação com a vida e a felicidade das pessoas na velhice parecem estar inteiramente interligadas com a participação e a qualidade do relacionamento de cada pessoa com a sua comunidade, “destacando-se com efeitos mais fortes os contactos sociais regulares, seguido pela ajuda a outras pessoas e a participação em organizações voluntárias” (p. 139).

4. A relevância das redes de suporte informal na aposentação e na velhice

O Estado português tem vindo a colocar a família e as solidariedades no centro do ‘sistema de bem-estar’ relativamente ao cuidado e acompanhamento às pessoas idosas,

acentuando, assim, a importância dos vínculos entre familiares, amigos e vizinhança, da solidariedade entre gerações e da economia social (Carvalho, s/d: 21).

A família parece ser, ainda hoje, o local ideal para se viver na velhice (embora se reconheçam a existência de situações excepcionais) (Torres, 2006; Gil, 2009; Hessel e Keck, 2009; São José, 2009, *cit.* por Pimentel, 2012). A família é “um conjunto de pessoas unidas pelo sentimento de pertença de parentesco e unidas por laços de solidariedade, afeto e responsabilidade” (Carneiro *et al.*, 2012: 43). A família é um espaço “socializador fundamental, agência formadora do indivíduo nos seus aspetos sociais, afetivos e educativos, configurando um espaço relacional de grande complexidade” (Gutierrez e Minayo, 2008, *cit.* por Gomes e Mata, 2012: 165) É, portanto, um local privilegiado para a partilha de conhecimento e de valores. É também um lugar de questionamento dos valores tradicionais, de “afirmação da liberdade individual e um espaço para realização afetiva” (Pimentel, 2012: 68). Portanto, a família, representa um lugar que garante conforto, segurança e identidade.

Em Portugal verifica-se que são, ainda, os familiares que na sua maioria asseguram os cuidados à pessoa idosa, quando estas apresentam dificuldades nas atividades da vida diária (Comas-Herrera e Wittenberg, 2003, *cit.* por Carneiro *et al.* 2012). No entanto, e embora seja reconhecida à família o papel de pilar na rede de apoio social informal à pessoa idosa, enquanto suporte material, psicológico e social (Fernandes, 2008; Jacob, 2012), quando este suporte é ineficiente são os amigos e vizinhos que ajudam a colmatar as necessidades básicas, desempenhando um papel essencial. Este tipo de rede é fundamental, pois ajuda manter a pessoa idosa durante maior tempo no seu local de residência e integrada no seu meio (Domingues, 2012). Considera-se, por isso, que as pessoas idosas que consolidem relações e contato com as suas redes sociais informais obterão desses elementos da comunidade um considerável apoio e cuidado no caso de ausência da família (Hernandis e Martinez, 2005, *cit.* por Araújo *et al.*, 2012).

As redes familiares e as redes de amigos diferem pelo facto de a primeira ser considerada uma escolha involuntária e a segunda uma escolha voluntária. Devido a isso, os efeitos que se colhem das redes de apoio de vizinhos e amigos são potencialmente encarados de forma mais positiva (Litwak, 1981, *cit.* por Paúl, s/d). Assim, e nessa perspectiva, Fernandes (2008), diz-nos que a maneira como como experimentamos a “fase final do ciclo de vida decorre da biografia, ou seja, do contexto em que se desenrolou toda a trajetória de vida e da forma como se estruturaram as relações de sociabilidade,

familiares, ou outras” (p. 140). Considera pois, que ao longo da vida se vão “estabelecendo laços, sociabilidades, e solidariedades de base nas relações que estabelecemos com o cônjuge, com os filhos, [com a família], com vizinhos ou amigos que ao perdurarem são o garante da ajuda necessário” em situações imprevistas, delicadas ou de crise (*idem*).

Estas redes incluem as “estruturas da vida social de um indivíduo (como a pertença a um grupo ou a existência de laços familiares) e as funções explícitas, instrumentais ou sócio afetivas, como o apoio emocional, informativo, tangível e de pertença” (Paúl, s/d: 277). Mencionando a mesma autora atrás citada, o apoio social refere-se principalmente “à integração social ou seja à frequência de contatos com os outros; ao apoio recebido, correspondente à quantidade de ajuda efetivamente fornecida por elementos da rede e ao apoio percebido” (*idem*).

O apoio social pode dividir-se em três vertentes: a vertente estrutural, que engloba os aspetos estruturais das redes sociais; a vertente funcional, que diz respeito às utilidades que são satisfeitas pelas relações sociais, dando ênfase aos aspetos qualitativos do apoio prestado; e a vertente contextual, que tem em conta os contextos ambientais e sociais em que ocorre esse apoio (Barrón, 1996, *cit.* por Guadalupe, 2009). De acordo com Araújo e Melo (2011), o apoio recebido pela comunidade em geral tem benefícios a vários níveis:

- 1) afetivo – ser aceite e estimado pelos outros o que contribui para um reforço da autoestima;
- 2) emocional – a transmissões de emoções possibilita um sentimento de apoio e segurança, o que ajuda a ultrapassar problemas;
- 3) percepção – influencia a percepção que a pessoa tem de si própria e do meio envolvente. A pessoa reequaciona-se e reavalia a sua vida e as suas vivências, atribuindo-lhe significados e objetivos mais realistas;
- 4) informativo – o apoio social contribui para a aquisição de informações e transmissão de conhecimentos que podem ser muito úteis na vida quotidiana;
- 5) instrumental – através da disponibilização de bens e serviços que permitem às pessoas realizarem tarefas ou resolverem problemas;
- 6) convívio social – diminui o isolamento, faz aumentar a participação, a rede de contactos e a integração social e alivia tensões.

Considera-se, por isso, que quanto mais densa, heterogénea, multidimensional e próxima, for a rede social, maiores serão as probabilidades de uma pessoa recorrer a ela quando necessita. Para tal, tem que existir versatilidade, reciprocidade, intensidade e frequência

nos contatos, de forma a serem criados vínculos afetivos. Tal como nos indica o estudo de Carneiro e colaboradores,

Portugal encontra-se entre os países com um dos melhores indicadores no que respeita à obtenção de ajuda por parte dos idosos caso seja necessário, encontra-se em terceiro lugar, a nível dos Estados Membros da UE, o que mostra a existência e a importância de redes informais de solidariedade (2012: 139).

Verifica-se, no entanto, que atualmente ocorrem transformações a vários níveis na rede familiar, de amigos e de vizinhança, que colocam “novos desafios em termos de necessidades sociais e à organização das respostas públicas e privadas com vista à promoção do bem-estar individual e coletivo no processo de envelhecimento” (Carneiro *et al.*, 2012: 51). De facto, também estes recursos se encontram sujeitos às tendências sociais, educativas e económicas. Como nos indica Pereira (2012), alguns locais em Portugal parecem estar a sofrer de uma ‘crise de pessoas’ que está ser provocada “por movimentos demográficos intensos, continuados e irreversíveis, como causas de um desenvolvimento incapaz de produzir riqueza e garantir condições de vida e de trabalho” (p. 120). Desta forma, as pessoas mais velhas vão permanecendo nos seus locais de residência, ao passo que as gerações mais novas procuram melhores condições de vida e de subsistência, distanciando-se, o que dificulta a proximidade destas às pessoas idosas, e vice-versa, e diminui a frequência do seu acompanhamento e contato. Tudo isto conduz à procura de alternativas viáveis para o acompanhamento da pessoa idosa, recorrendo-se a instituições e profissionais.

Também, vários fatores têm vindo a contribuir para estabelecer uma clivagem no seio familiar que leva por vezes à sua desintegração e à institucionalização da pessoa idosa. Entre estes, encontram-se: a maior taxa de atividade feminina (Gil, 2007); o “aumento das famílias unipessoais e o surgimento de novas formas familiares e conjugais” (Carneiro *et al.*, 2012: 35); uma visão divergente entre gerações no que aos valores, atitudes, condutas e prestígio dizem respeito.

As transformações ocorridas nas famílias e no emprego podem, ainda, “conduzir a uma redução da capacidade de participação familiar em caso da dependência de um dos seus membros” (Gil, 2007: 28). Observámos também, e de acordo com os dados do INE (2013) que o número de idosos a viverem sós tem vindo a aumentar (2013: 10). Portanto, “velho, reformado e a viver só” (Fernandes, 2008: 142-143), é uma realidade cada vez mais frequente na velhice, que indicia uma estrutura social exposta a vulnerabilidades.

Tais factos têm repercussões para a vida da pessoa idosa, ficando esta mais desamparada e desprotegida devido ao facto das redes informais serem mais reduzidas e mais enfraquecidas do que antigamente. Nestas situações as redes sociais de suporte formal apresentam-se como uma alternativa. Têm, desta forma, vindo a ser construídos equipamentos e respostas sociais organizadas por valências, destinados à pessoa idosa com o intuito de satisfazer necessidades básicas (Carvalho, 2006). É dado assim um auxílio fundamental às pessoas idosas e às redes de apoio social informal, contribuindo para “minimizar a precariedade de recursos e a ausência de suportes familiares e de vizinhança” (Fernandes, 2008: 144). Assistiu-se, por isso, à criação de centros de dia, centros de convívio, apoio domiciliário, lares residenciais e residências (Carvalho, 2006), entre outros e ganharam relevância as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS’s) (*idem*).

A intervenção destes dispositivos sociais inseridos na comunidade têm vindo a auxiliar e em alguns casos a substituir mesmo a rede de suporte social informal, em particular as famílias nas funções que lhes eram atribuídas tradicionalmente. Estas responsabilidades englobam a satisfação de “necessidades físicas (como a alimentação, habitação e cuidados globais), psíquicas (como a autoestima, o afeto, o equilíbrio) e as sociais (como a identificação, relação, comunicação e pertença a um grupo)” (Martins, 2006: 134).

A diminuição considerável de cuidadores, o enfraquecimento das redes de suporte informal e a complexidade dos cuidados a prestar, levaram a um aumento em cerca de 51% (entre 1998 a 2008), dos dispositivos e das respostas sociais na comunidade, destinados às pessoas idosas e às suas famílias (Pereira, 2012). No entanto, convém ter bem presente que a institucionalização surge como substituto da rede informal, principalmente perante a não existência da rede informal devido, às razões apontadas anteriormente ou quando a pessoa idosa necessita de cuidados geriátricos e gerontológicos especializados (Saldanha 2009; Pereira, 2012). Ressalva-se assim, a importância do sentimento de pertença do indivíduo idoso à comunidade, na qual pode estar inserido e obter a satisfação das suas necessidades. Remete-se desta forma, para “segundo plano e como não desejáveis os paradigmas exclusivamente institucionalizantes” para as pessoas idosas (Quintela, 2011, *in* Ribeiro e Paul, 2011: XIII).

Esta perspectiva atual, incide na ideia de manter a pessoa idosa, enquanto for possível, na comunidade e na família, complementando os cuidados informais com

cuidados formais através de apoio no domicílio, reduzindo os custos (Pereira, 2012), trabalhando com as redes de suporte informal e garantindo melhor bem-estar subjetivo à pessoa idosa. Esta perspectiva pode ser corroborada por vários pesquisadores, como Herr e Weakland (1979) e Fernandes (2008) que nos indicam que estas redes são as mais importantes na vida da pessoa idosa, tendo esta melhor qualidade de vida quando está mais próxima da família, amigos ou vizinhos. Esta proximidade permite a estas pessoas o estabelecimento de relações sociais fortes e mais duradouras, o que lhes possibilita o desenvolvimento de perceções positivas de si próprias e levando-as a considerara a sua vida mais satisfatória. São também estas as pessoas que, normalmente, evidenciam maior capacidade e motivação para procederem a alterações positivas na sua vida (Ribeiro *et al.*, 2011).

A proximidade a familiares e à vizinhança, assim como um envolvimento em atos sociais e comunitários, pode permitir que a pessoa idosa se mantenha emocionalmente estável, face a eventuais declínios biológicos, psíquicos e sociais, mantendo durante mais tempo a sua identidade e possibilitando o diálogo entre gerações. Consoante a idade avança, como referimos anteriormente, são também maiores as probabilidades de doença e de perda de algumas faculdades, o que torna as pessoas mais dependentes e a necessitar de maior acompanhamento e apoio das redes de sociais e de suporte. Estes problemas de saúde podem contribuir para o agravamento da pobreza e para o isolamento.

Em Portugal, ser velho representa, na maior parte das pessoas, ser pobre. De acordo com os dados da Comissão Europeia (*Statistics in Focus*, 9/2012, *Population and social conditions*, European Commission), em 2010, 26,1% dos portugueses idosos, viviam em risco de pobreza e/ou exclusão social (EAPN, 2012). Também os dados do INE referindo-se ao ano de 2008, indicavam que 27,7% das pessoas idosas em Portugal sofria de privação material (INE, 2010). Este é um indicador não monetário de condições de vida que pretende medir a exclusão social. A privação material corresponde à incapacidade de se garantirem pelo menos 3 itens dos 9 que passamos a expor:

capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio (EAPN, 2012: 12).

Portugal ainda vive atualmente com a herança do regime previdencial que antecedeu a Revolução do 25 de Abril de 1974, deixando muitas gerações de reformados a viverem com uma pensão social, resultado de não terem chegado a contribuir, ou de terem pouco tempo de descontos para qualquer caixa de pensões, usufruindo, assim, de uma pequena verba monetária (Fernandes, 2008: 143). Verifica-se, desta forma, que uma boa parte das pessoas reformadas vive com baixas pensões, sendo os benefícios sociais insuficientes para um número importante de pessoas em idade avançada, o que acarreta precariedade e fragilidade social e contribui para a descapitalização económica e social ao longo do percurso de vida (*idem*).

A situação de pobreza apresenta-se como um fator que pode levar à deterioração do bem-estar material, com implicações nas capacidades físicas e mentais da pessoa (*idem*), levando-a à perda de independência e ao abandono de projetos futuros. A reforma e a velhice podem, desta forma, envolver “grande fragilidade e vulnerabilidades físicas, psicológicas e materiais” (Fernandes, 2008: 136).

Atendendo à relevância destas problemáticas, a Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012, de 5 de Abril de 2012, recomendou ao Governo agir no sentido de “incentivar o voluntariado de vizinhança, coordenado pelos concelhos locais de ação social e em estreita articulação com as forças de segurança e os serviços da segurança social, com o fim de identificar pessoas idosas em situação de isolamento, abandono e violência” (Carneiro *et al.*, 2012: 139). Neste sentido, as redes sociais de suporte informal apresentam-se como garante, principalmente em caso de ‘crises’, e constituem um incalculável recurso, devendo ser bem edificadas e reforçadas (Lima e Gail, 2011). Torna-se, por isso, fundamental ao longo da vida uma gestão cuidada e assertiva destes relacionamentos intra e intergerações, que se conservam na afetividade e na proximidade. Uma boa rede social informal parece, assim diminuir e/ou afastar cenários de exclusão social, alienação, solidão, depressão, os quais representam grandes fatores de risco para a má qualidade de vida e aumento da morbilidade após a aposentação e na velhice e que em última consequência, podem conduzir a uma morte prematura (Saldanha, 2009). Ou seja, trabalham-se vínculos e relações que poderão garantir “proteção, segurança e cuidados adequados” (OMS, 2002a: 14), em caso de necessidade.

Aparentemente, o acompanhamento à pessoa idosa parece depender em grande parte “das famílias e das redes sociais, e que estas, por sua vez, dependem de uma demografia equilibrada, e que esta, por sua vez também depende da adoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis” (Pereira, 2012: 124). Mas, as redes de suporte informal,

assim como a restante comunidade também necessitam da pessoa idosa. Com efeito, as pessoas idosas são também uma mais-valia reconhecida no apoio e auxílio aos outros. Portanto, considera-se que apesar da maior possibilidade de os idosos dependerem de apoio, à medida que envelhecem, não é a dependência o principal fator nas relações do idoso-família (Shanas, 1979; Dobrof, 1997, *cit.* por Domingues, 2012), e do idoso-comunidade, mas sim, a ‘interdependência’.

As pessoas idosas também prestam auxílio e dão contributos válidos e são “seguramente, um recurso para as respetivas famílias (aspetos afetivos, relacionais e financeiros, apoio a familiares, etc.), comunidades (voluntariado, cuidado a vizinhos, etc.) e economias (consumidores de bens e serviços, trabalhadores, etc.), em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e possibilidade de capacitação” (Pimentel e Silva, 2012: 216). Considera-se, assim, pertinente dar continuidade a programas educativos que favoreçam o diálogo entre gerações, fortalecendo as relações interpessoais, que trabalhem competências de negociação e de gestão de conflitos no seio familiar e/ou comunitário, que permitam a partilha de informação, de saberes, de conhecimentos e de experiências, e que leve à contínua construção de ‘pontes’ intergeracionais.

Em Portugal, apesar de ser uma convicção de senso comum que apresentamos défices de solidariedade entre gerações, a verdade é que a investigação sociológica vem mostrar o contrário (Pereira, 2012). De acordo com Cabral e Silva (2012), as solidariedades entre as diferentes gerações, principalmente, dentro das linhagens familiares são quase indestrutíveis. No entanto, a carência de perspetivas de futuro para os jovens, devido à ausência de emprego e de segurança, que permitam estabilidade económica, podem vir a alterar o rumo dos acontecimentos. Considera-se, no entanto e de acordo com os mesmos autores, que o Estado não poderá exigir mais do que dá as famílias, podendo este vir a destruir estas redes familiares de grande consistência (*idem*). De facto, embora se deseje e reclame a implementação de redes sociais que suportem e apoiem as pessoas idosas de forma próxima na comunidade, tal intensão não parece ser sustentada

por medidas práticas que fomentem a conciliação entre vida familiar [cuidados] e trabalho, quer em termos de apoios financeiros, benefícios fiscais, flexibilidade no trabalho (horários de trabalho, justificação de faltas ou em licenças de assistência à família, mais alargadas e compatíveis com a temporalidade de doenças crónicas (...)) [e parece não existir, ainda,] uma política

que proteja aqueles que saem do mercado de trabalho (...) para cuidarem a tempo inteiro (Gil, 2007: 31).

Existe, portanto a carência de um novo padrão de políticas sociais para a velhice que sejam ‘amigas’ das redes de suporte informais, que contemplem direitos sociais nas relações do trabalho, que sejam capazes de converter a inflexibilidade do tempo imposta pelo mundo da produção numa maior liberdade gerida também em função da vida pessoal e social dos trabalhadores, permitindo a cada pessoa exercer um maior controlo sobre o seu tempo e a sua vida e uma melhor conciliação entre trabalho com remuneração, trabalho voluntário, formação, lazer, tempo destinado à família, e participação social (Guillemard, 2001, *cit.* por Pinto, Fernandes e Botelho, 2007). Propõem-se, assim, que governantes, sociedade civil e organizações locais trabalhem num projeto comum que resulte no bem-estar e na melhoria das condições de vida para a pessoa idosa, para as famílias e que permita o desenvolvimento individual da pessoa e da comunidade.

Conclusão

O crescimento da população idosa em Portugal, apresenta-se como uma inevitabilidade na sociedade portuguesa. O país enfrenta atualmente uma realidade que começa cada vez mais a ganhar um impacto social significativo devido às baixas taxas de natalidade e de mortalidade, e ao aumento da emigração de jovens, o que resulta num aumento significativo do peso da população idosa no conjunto da população ativa do país (Bandeira *et al.*, 2012; Fonseca, 2008).

Ao longo do ciclo da vida de uma pessoa ocorre o processo de envelhecimento e nele ocorrem ganhos e perdas. Os ganhos são predominantes nos primeiros anos de vida, verificando-se maiores perdas nos últimos anos da mesma (Lima, 2010). No entanto, quando se chega à velhice, temos ainda muito para fazer, para descobrir e para aprender, por nós próprios e pelos outros, contrariamente ao que apregoam os estereótipos e os preconceitos.

A sociedade portuguesa encontra-se numa situação em que se confronta, por um lado, com o crescimento significativo da população idosa e, por outro lado, mantêm atitudes ainda preconceituosas sobre a velhice, retardando a implementação de medidas

que possam atenuar situações nefastas para a vida das pessoas idosas. Nesse sentido, parece existir ainda muito para fazer relativamente à mudança de mentalidades.

O aumento da longevidade em Portugal tem, no entanto, e de forma positiva, contado com o contributo da família, amigos e vizinhos, membros pertencentes a redes de apoio informal. No entanto, ainda zelamos pouco por esses recursos. As famílias, que constituem tradicionalmente o suporte social das pessoas mais velhas, parecem ser confrontadas atualmente com outras prioridades, remetendo para um plano secundário a atenção e o acompanhamento dos mais velhos, sobrando cada vez mais esse acompanhamento para vizinhos, amigos e instituições públicas e privadas, ou de solidariedade social (Carneiro *et al.*, 2012). Perspetiva-se, assim, que “os apoios informais tenderão a ser mais restritos no futuro” (Fernandes, 2008: 149), tocando às redes formais uma grande parte do apoio, cuidado e acompanhamento à pessoa idosa. Parece-nos, no entanto, importante convocar as redes de apoio informal para uma articulação cada vez maior com as redes formais, de forma a ser realizado um trabalho em cooperação que se traduza em desenvolvimento social e na melhoria das condições de vida para as pessoas no pós reforma.

Acreditamos que uma maior rentabilização e fortalecimento das redes sociais permite obter vantagens no bem-estar físico e psicológico e na satisfação com a vida, aquando da entrada de cada pessoa na aposentação e na velhice. No entanto, o Estado português procura afastar-se a pouco-e-pouco do seu papel fulcral e de financiador dos cuidados e acompanhamento às pessoas mais velhas, devido a fatores ligados sobretudo à sustentabilidade económica, passando a serem ainda mais “responsabilizadas a sociedade civil, famílias, amigos, voluntários, organizações não-governamentais e o mercado para fazerem face à provisão de bens e serviços produtores de bem-estar” (Silva, 2002, *cit.* por Carvalho, 2006: 5).

Todas estas organizações têm responsabilidades na forma como organizamos, vivenciamos e desfrutamos a nossa velhice. Nesse sentido, são fundamentais para o envelhecimento ativo, para a solidariedade entre gerações e na prevenção do isolamento social das pessoas idosas. Consideramos deterem ainda responsabilidades na forma como é encarado o envelhecimento, a velhice e a aposentação, e pela forma como são apoiadas, cuidadas, motivadas e rentabilizadas as pessoas idosas.

Capítulo II – Envelhecimento ativo, solidariedade intergeracional e educação de pessoas idosas

Introdução

Nas últimas décadas vários organismos internacionais, nomeadamente, a Organização Mundial de Saúde (OMS), as Nações Unidas, o Banco Mundial, a União Europeia (UE), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras, têm vindo a intensificar a sua preocupação sobre as repercussões do envelhecimento demográfico e das sociedades ocidentais salientando a necessidade de mudança de paradigma face à visão negativa e estereotipada do envelhecimento, da velhice e da aposentação, para o bem da sustentabilidade da sociedade e das gerações futuras.

É a partir da década de 80 do séc. XX, que se vislumbram alguns acontecimentos internacionais de relevo, que se mostraram importantes para a construção e definição de políticas sociais destinadas às pessoas idosas adotadas, por exemplo por Portugal, dos quais identificamos: a) a I Assembleia Mundial do Envelhecimento de Viena, em 1982; b) a Assembleia das Nações Unidas em 1991; c) a II Assembleia das Nações Unidas em Madrid no ano de 2002; d) e a III Assembleia das Nações Unidas em Léon no ano de 2007 (Jacob, 2008).

Estes e outros acontecimentos políticos e sociais que os sucederam, têm vindo a determinar os caminhos seguidos pelas políticas sociais, mais concretamente, a partir da aplicação de vários programas com o apoio e incentivo europeu e estatal, com vista a elucidar as populações para as vantagens que poderão existir ao investir numa sociedade que se pretende saudável, inclusiva, coesa, equilibrada, mais justa e sustentável no presente no futuro, onde todos possam ser cidadãos(ãs) num sentido holístico, ter qualidade de vida e desempenhar vários papéis na sociedade, indiferentemente da idade cronológica que apresentem (OMS, 2005; CCE, 2009). Tais ideais só poderão ser postos em prática, se os países financiarem as políticas relativas ao envelhecimento e se governos, as organizações internacionais e a sociedade civil se unirem na implementação de estratégias e de programas de ‘envelhecimento ativo’, que promovam a melhoria da saúde física e mental, as relações sociais, a participação, a integração social, a cidadania, a segurança e as acessibilidades das pessoas idosas (OMS, 2002a), acompanhando, assim, as alterações rápidas dos novos tempos. Nesse sentido, reconhece-se a inevitabilidade de

mobilizar o país, as organizações não-governamentais, as instituições académicas e o setor público e privado, a desenvolver soluções apropriadas e a trabalharem cooperativamente para a construção de uma agenda relevante para o envelhecimento ativo (OMS, 2005) e solidariedade entre gerações. Pretende-se, desta forma, uma consonância das iniciativas das esferas públicas e privadas, no sentido de responder aos desafios colocados pelo envelhecimento demográfico e pelo perfil das necessidades, capacidades e expectativas das pessoas idosas, mas também, conducentes ao “alcance da sustentabilidade dos sistemas e mecanismos – formais e informais, nacionais e locais – de proteção social” (Programa AEEASG para Portugal, 2012).

Acompanhando esta visão, o presente capítulo desta tese está dividido em quatro pontos e pretende expor de forma sintetizada as políticas sociais, os programas e os instrumentos que têm vindo a ser utilizados por Portugal na implementação dos princípios do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações, e da educação e formação ao longo da vida. É ainda nosso objetivo falar sobre os fatores que podem influenciar a forma como envelhecemos ativamente. Desta forma, o ponto 1 é dedicado às políticas sociais que têm vindo a ser implementadas enquanto linhas a serem seguidas para minorar as repercussões do envelhecimento demográfico e da própria sociedade portuguesa. O ponto 2 diz respeito aos fatores que podem determinar a forma como envelhecemos ativamente, consoante as nossas escolhas, características pessoais e o meio onde vivemos. O ponto 3 remete para uma reflexão sobre o caminho que aparentemente tem vindo a ser percorrido, na aplicação de programas e instrumentos nacionais promotores de envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações, com destaque para os anos que precederam o Ano Europeu do Envelhecimento ativo e Solidariedade entre Gerações (AEEASG) e o próprio ano de 2012, o ano da sua comemoração. O ponto 4, e último ponto deste capítulo, incide sobre a educação ao longo da vida e a gerontologia educativa, enquanto fatores essenciais para a consciencialização sobre o velho, o envelhecimento, a velhice e a transição e adaptação à aposentação e para a adoção das práticas de envelhecimento ativo, solidariedade entre gerações e integração plena e cidadã das pessoas mais velhas na sociedade durante o maior tempo possível, rentabilizando o seu potencial humano e a sua predisposição para aprender em todas as fases do seu desenvolvimento ao longo do ciclo de vida.

1. Envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações: um processo contínuo e sustentado por políticas sociais

A partir da segunda metade do século XX assistimos na sociedade ocidental à criação de teorias e modelos, que procuravam contrariar a tendência da desvinculação e de demarcação da pessoa de papéis ativos na sociedade, na velhice “associada a situações de pobreza, isolamento social, solidão, doença e dependência” (Mauritti, 2004: 340). Vários autores procuraram, assim, valorizar a pessoa idosa e a última etapa da vida. Como nos indica Simões (2006: 140), entre essas teorias e modelos, encontram-se a teoria da continuidade (Havighurst, 1958), e os modelos de ‘envelhecimento bem-sucedido’ (Rowe e Kahn, 1999; Baltes e Baltes, 1990); ‘envelhecimento produtivo’ (Caro *et al.*, 1993; Butler e Gleason, 1985), e ‘envelhecimento consciente’ (Shachter e Miller, 1995).

No final dos anos 90, e continuando essa perspectiva de valorização e desenvolvimento da pessoa na última etapa da idade adulta, e da importância da sua integração plena e ativa na sociedade, a Organização Mundial da Saúde adota o conceito de envelhecimento ativo (OMS, 2005; Fernandes e Botelho, 2007; Programa AEEASG para Portugal, 2012), procurando dar uma maior abrangência a esta concepção. Nesse sentido, o conceito procura englobar todos os modelos anteriores e oferecer à sociedade e aos profissionais um verdadeiro paradigma para se poderem orientar (Lopesino *et al.*, 2011). O envelhecimento ativo é, assim, definido como o processo de otimização das “oportunidades de saúde, de participação na sociedade e de segurança, a fim de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas vão envelhecendo” (OMS, 2005: 13). Visa a participação contínua e ao longo do ciclo de vida das pessoas nas “questões sociais, económicas, culturais, espirituais e civis, e não somente a respetiva capacidade de estarem fisicamente ativas ou de fazer parte da força de trabalho” (OMS, 2002: 14). Além disso, tem como intuito aumentar a expectativa de uma vida saudável e a qualidade de vida para todas as pessoas à medida que vão envelhecendo, inclusivamente daquelas que são frágeis, incapacitadas fisicamente e que precisam de cuidados.

Em 2002, a Comissão Europeia, demonstrando preocupação relativamente aos desafios colocados pelo envelhecimento da população, faz uma comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, alertando para a necessidade de delinear estratégias que visem o aproveitamento pleno do potencial das pessoas. Considera, assim, que uma resposta apropriada aos desafios colocados pelo envelhecimento deverá compreender a inclusão de pessoas de todas as idades, o envolvimento de todas as partes interessadas,

desde instituições públicas e privadas a organizações não-governamentais (ONG's), a participação de parceiros sociais, de forma a favorecer o diálogo e o trabalho em articulação e parceria e a implementação de políticas e práticas que contribuam para um envelhecimento ativo (CCE, 2002). Para serem atingidas estas metas, considera-se fundamental a aplicação de um conjunto de práticas como: a educação e formação ao longo do ciclo de vida; o desenvolvimento de atividades que permitam otimizar as capacidades individuais e que contribuam para a conservar a saúde dos indivíduos; a dilatação do período de vida ativa; a passagem à aposentação de uma forma gradual e planeada; a continuidade de uma vida ativa após a aposentação; e a rentabilização dos recursos. Consideram que estas práticas de um envelhecimento ativo têm que procurar ser altamente benéficas para as pessoas de todas as idades, visando aumentar a qualidade da vida dos indivíduos e seu desenvolvimento individual e, ao mesmo tempo, contribuir para um desenvolvimento coletivo e para menores encargos nos domínios das pensões e da saúde (*idem*).

O envelhecimento ativo, visto como um movimento coletivo, é adotado como um dos princípios estratégicos promovidos pela Comunidade Europeia, e também pelas Nações Unidas, para uma nova perspectiva de desenvolvimento social, para as atuais e futuras gerações (Jacob, 2008). Assume-se, desta forma, a questão do envelhecimento no âmbito social em que decorre o processo individual, ao mesmo tempo que se apela à transversalidade sectorial da dinâmica social, tornando-se aquele num conceito abrangente (Fernandes e Botelho 2007).

Em 2009, a Comissão das Comunidades Europeias volta a sensibilizar os governos dos Estados Membros para a necessidade da introdução de iniciativas que visem dar resposta ao envelhecimento da população, de acordo com as exigências dos tempos modernos, que: promovam a renovação demográfica na Europa mediante a criação de condições mais favoráveis para as famílias; levem ao aumento do número de empregos e do tempo de atividade profissional; conduzam à melhoria da qualidade de vida; tornem os países europeus mais produtivos e dinâmicos; proporcionem o aumento das taxas de emprego para trabalhadores mais velhos; criem um maior número de empregos e levem a vidas profissionais mais longas; permitam ter uma população idosa mais saudável; possam acolher e integrar os migrantes na Europa; e assegurem nos Estados Membros a sustentabilidade das finanças públicas, de forma a poder ser garantida a proteção social adequada, a igualdade e a coesão entre as gerações (CCE, 2009).

A UE tem, assim, vindo a lançar nos últimos anos desafios e a criar estímulos aos Estados Membros, por forma a colocarem em prática políticas e programas promotores de aprendizagem ao longo da vida e de envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações, assumindo desta forma um compromisso político, com base nos seus valores nucleares, assinalados na Carta dos Direitos Fundamentais e no tratado de Lisboa. O intuito aparenta ser o de obter “o desenvolvimento da comunidade, enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento, caracterizada por um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social, assegurando ao mesmo tempo a proteção adequada do ambiente para as gerações futuras” (Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, União Europeia, 2007-2013). Pretende-se, com isto, criar respostas que permitam: a) melhores oportunidades para que as pessoas mais velhas possam desempenhar o seu papel no mercado de trabalho; b) combater a pobreza, sobretudo das mulheres, e a exclusão social; c) encorajar o voluntariado e a participação ativa na vida familiar e na sociedade; d) incentivar o envelhecimento com dignidade (Decisão n.º 940/2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho) (Programa de AEEASG para Portugal, 2012: 9); e) e, promover “a renovação demográfica; o emprego; a produtividade; o dinamismo produtivo da Europa; o acolhimento e integração efetiva de imigrantes; e finanças públicas sustentáveis” (Carneiro *et al.*, 2012: 32).

Em 2011, a UE, após a decisão do Parlamento Europeu, designa o ano de 2012 de Ano do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações, tendo como objetivos:

a) sensibilizar a opinião pública para o valor do envelhecimento ativo das suas diversas dimensões [incluindo a intergeracionalidade] e conseguir uma posição destacada nas agendas políticas; b) estimular o debate e o intercâmbio de informações e desenvolver a aprendizagem mútua entre os Estados-Membros e as várias partes interessadas; c) propor um quadro de compromisso e de ação concreta para que a União, os Estados Membros e as partes interessadas possam elaborar soluções, políticas, estratégias e iniciativas de longo prazo inovadoras, sustentadas e duradouras; e) promover atividades de luta contra a discriminação em razão da idade, superando estereótipos e eliminando obstáculos, em especial quanto à empregabilidade (Programa AEEASG para Portugal, 2012: 9).

Embora estas decisões se apresentassem como oportunidades para a adoção de medidas que procurassem asseverar desenvolvimento a vários níveis nos Estados Membros da UE, no que diz respeito à promoção do envelhecimento ativo, em Portugal “sobressai o uso generalizado de medidas políticas como a supressão dos incentivos à

reforma antecipada, aumento da idade legal de reforma, mudança do regime de cálculo das pensões e reconfiguração do sistema de proteção social” (Gonçalves e Dias, 2008: 27).

Ao longo da exposição que temos vindo a construir, apresenta-se uma ‘dupla’ abordagem ao conceito de envelhecimento ativo a partir de duas perspetivas diferenciadas. A primeira, a perspetiva que “faz da participação económica das pessoas mais velhas a pedra angular para a Estratégia Europeia para o Emprego e uma outra perspetiva [mais adotada por exemplo pela OMS], que faz da ‘atividade’ no envelhecimento o elemento estruturante para a rutura face ao envelhecimento-incapacidade” (Gil, 2007: 25). Estas várias abordagens e aplicações inerentes ao entendimento do conceito de envelhecimento ativo, que depois emergem nas práticas desenvolvidas, reconhece que os ‘novos velhos’ são diferentes dos do século passado, vivem mais tempo, apresentam melhores condições de saúde e maiores níveis de instrução, assim como se perspectiva que sejam as gerações vindouras (Simões, 2006). Parece acolher-se, também, e cada vez mais a ideia de que a vitalidade da nossa sociedade se encontra cada vez mais dependente da participação ativa das pessoas idosas. Assim sendo, o maior desafio aparenta estar

na promoção de uma cultura que valorize a experiência e o conhecimento que acresce com a idade. (...) [é, ainda fundamental] proporcionar as condições económicas e sociais que permitam às pessoas de todas as idades uma integração plena na sociedade, que passa pela liberdade em decidir como se relacionam e podem contribuir para a sociedade” [sentindo-se realizadas neste processo] (OIT, 2002).

Para tal, é essencial uma consciencialização por parte das pessoas para que percebam todo o seu “potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida e que participem na sociedade de acordo com as suas necessidades, desejos e capacidades” (OMS, 2002a: 14). Pretende-se, assim, incentivar as pessoas, indiferentemente de serem aposentadas, de terem alguma doença ou de viverem com alguma necessidade especial, para continuarem a contribuir ativamente para os seus cônjuges, familiares, amigos, comunidade e país (*idem*).

As contribuições das pessoas idosas podem revelar-se da maior importância numa sociedade como a nossa. Nesse sentido, alguns autores, indicam que esses contributos se verificam: a) no trabalho não-remunerado, mas economicamente importante, no apoio a

familiares, a outras pessoas idosas e na manutenção e preservação das condições do seu habitat, ou no desenvolvimento de trabalhos voluntários na comunidade; b) o envolvimento em atividades de lazer; c) nas contribuições para a economia, numa perspectiva em que a ampliação do número de pessoas idosas e a melhoria do seu padrão de vida pode contribuir para a criação de novos nichos de consumo, por exemplo, nas áreas do turismo, da estética, da cosmética, da moda, da nutrição e da prestação de serviços a idosos; d) nas contribuições para a melhoria da saúde, das capacidades funcionais e da satisfação das pessoas idosas; e) e na continuação do exercício do trabalho assalariado mantendo-se inseridos no mercado de trabalho (Kart, 1997; Hooyman e Kyiat 1996, *cit.* por Neri e Cachioni, 1999). Acredita-se, assim, que estas pessoas podem continuar o seu desenvolvimento se continuarem socialmente integradas, tendo a oportunidade de participar ativamente na sociedade, assumindo papéis importantes na vida social, na comunidade e na esfera familiar, zelando por interesses públicos e privados, melhorando as suas capacidades e competências e mantendo durante mais tempo o controlo total da sua vida, ou seja, mantendo-se independentes e autónomas e garantindo à partida os seus direitos (Lopesino *et al.*, 2011: 287).

O envelhecimento ativo e as solidariedades entre gerações apresentam-se assim como muito relevantes para “promoção da saúde no processo de envelhecimento com destaque para a participação e integração, dignidade, autorrealização, autonomia, ambientes seguros e proteção, e suporte nas situações de doença e incapacidade, em contexto familiar e comunitário” (Pinto, Fernandes e Botelho, 2007: 49). Uma política promotora do envelhecimento ativo deve, assim, orientar-se para: a prevenção e redução das doenças crónicas; a promoção de políticas de igualdade, incluindo, as que dizem respeito às condições económicas; proporcionar ambientes seguros e adequados ao envelhecimento; o desenvolvimento de serviços sociais e de saúde acessíveis, de baixo custo e alta qualidade, adequados às necessidades das pessoas enquanto envelhecem; apoiar as redes de suporte informais e cuidadores através de iniciativas como hospitais de dia, pensões e subsídios financeiros e cuidados especiais no domicílio; garantir a toda a população, de forma digna, justa e equitativa de acesso aos cuidados de saúde e a serviços educativos e sociais; a implementação de políticas, programas e serviços que capacitem as pessoas a permanecerem na sua habitação e durante a velhice; prover educação e formação para idosos, cuidadores, e para profissionais da gerontologia e da geriatria; proporcionar educação e oportunidade de aprendizagem ao longo da vida à população em geral; proporcionar a participação ativa das pessoas idosas no processo social, educativo,

cultural e económico, trabalho formal e informal e nas atividades voluntárias; e, reduzir as desigualdades no direito à segurança e no que concerne às necessidades das mulheres mais velhas (adaptado Fernandes e Botelho, 2007).

2. Fatores que podem determinar a forma como envelhecemos ativamente

Concordarmos com a afirmação de que todos somos diferentes e portanto únicos. E, que enquanto pessoas socializantes interagimos com o meio onde estamos inseridos, sendo por ele diretamente influenciados. Possivelmente, também concordaremos com a afirmação de que realizar um envelhecimento ativo depende direta e indiretamente de vários fatores transversais que influenciam e determinam a forma como cada um envelhece, compreende ou se decide a traçar o seu percurso para envelhecer ativamente. O processo de envelhecer de forma ativa está, assim, sujeito a vários condicionantes e entre estes, encontram-se: a cultura e o género; os determinantes relacionados com os sistemas sanitários; os serviços sociais; os fatores pessoais; os fatores psicológicos; os estilos de vida saudáveis e a participação ativa no cuidado da própria saúde; os determinantes relacionados com a esfera económica, tais como rendimentos, proteção social, oportunidades de trabalho digno; o ambiente físico, tais como serviços de transporte público de fácil acesso, habitação segura e adequada, água limpa, ar puro e segurança alimentar; o ambiente social, tais como o apoio das redes sociais, a prevenção de violência, a educação e alfabetização, a disponibilização dos serviços sociais e de saúde direcionados para a promoção da saúde e prevenção da doença, de acesso equitativo e com qualidade (OMS, 2002a; OMS, 2002b; OMS, 2005).

Embora possamos constatar que existam alguns fatores determinantes que podem condicionar o modo como envelhecermos ativamente, sobre os quais podemos, ou não, alterar o rumo dos acontecimentos, existem outros que dependem em muito da nossa informação, visão e postura face ao envelhecimento, à velhice e à aposentação, assim como da daqueles que nos são próximos e a das instituições que nos auxiliam ou assistem. Fazer um envelhecimento ativo tem, assim, o cunho de muitas pessoas, e está também diretamente relacionado com escolhas, decisões e a uma constante reavaliação, que engloba as dimensões fisiológica, psíquica e social da pessoa em causa. Cabe, no entanto, a cada um de nós assumir a responsabilidade de envelhecermos com qualidade e de tomarmos a iniciativa e as rédeas da nossa vida, no que toca à forma como envelhecemos,

vivenciamos a aposentação e a velhice, desde que tenhamos recebido cultura para o efeito e não tenhamos doenças genéticas transmitidas de forma dominante (Saldanha, 2009).

Ao longo da vida, vamos tomando decisões, escolhendo, adaptando-nos e reavaliando-nos constantemente e circunscrevendo o caminho que pretendemos percorrer rumo a uma velhice mais digna, saudável, segura, satisfatória e feliz que continue a ser uma etapa propícia a realizações pessoais. Neste sentido, Simões (2006), remete-nos para o modelo Otimização Seletiva com Compensação (SOC) de Baltes e Baltes (1990), e para o modelo Otimização do controlo Primário e Secundário (OPS) de Heckhausen e Schulz (2000). Estes modelos assentam na ideia de que envelhecer com sucesso é algo que está relacionado com o conceito de plasticidade comportamental ao longo do ciclo de vida, ou seja, é a capacidade potencial de desenvolvermos capacidades e competências para nos adaptarmos, para priorizarmos, para nos reavaliarmos e para nos prepararmos para lidar com uma variedade de exigências (oportunidades ou limitações) ao longo da vida de maneira realista, de forma a procedermos a compensações e ajustes nas metas pessoais traçadas que permitam alcançar níveis satisfatórios de bem-estar subjetivo (*idem*). Está, portanto, implícito que quando as pessoas começam a atingir uma idade avançada, os recursos sociais e psicológicos começam a declinar, ao mesmo tempo que se verifica também a diminuição deste potencial adaptativo destas pessoas (Lima e Gail, 2011). Estas pessoas podem, no entanto, “recorrer a processos e estratégias compensatórias resilientes, como aprender a resistir melhor à adversidade aprendendo a relaxar, a pensar de forma mais positiva, a fazer exercícios, a partilhar com amigos” (Ramos, 2005 *cit.* por Lima e Gail, 2011: 126), participando ativamente na sociedade em vários âmbitos. Parte-se assim do pressuposto de que “aumentando a nossa perceção de controlo nestas dimensões podemos desfrutar de um envelhecimento mais positivo, responsabilizando-nos pelo processo [de envelhecimento] e responsabilizando quem de direito pelos cuidados de que podemos beneficiar” (Ribeiro *et al.*, 2011: 11).

Também nos parece de igual importância perceber a forma como profissionais das organizações locais, familiares e sociedade civil olham e vivem com o envelhecimento, a velhice e a aposentação, pois também eles têm um papel ativo na forma como envelhecemos. Reconhece-se aqui um papel determinante aos profissionais das instituições locais, principalmente os que trabalham em respostas sociais na contribuição que poderão dar para um entendimento positivo acerca do envelhecimento, e da vida após a aposentação junto das suas comunidades, contribuindo para a integração, desenvolvimento, realização pessoal, bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas.

De acordo com Cruz (2008), os profissionais das instituições sociais reconhecem as potencialidades dos idosos, enquanto pessoas com experiência de vida, detentores de conhecimentos e sabedoria que podem ser transmitidos às gerações mais novas, e enquanto cidadãos ativos e participativos, no entanto, admitem a existência de um conjunto de dificuldades para a concretização desse papel positivo. Entre estas, reconhece-se que algumas pessoas idosas: encontram-se sujeitas a perdas de papéis sociais, à solidão e a situações de dependência; evidenciam fracos recursos económicos e vulnerabilidade face à pobreza; suportam a ausência ou diminuto acompanhamento de redes de suporte familiar ou de vizinhança; e sofrem situações de violência e exploração. Estes profissionais reconhecem, ainda, que estas pessoas não são devidamente auxiliadas, devido à insuficiência das respostas que garantem a sua qualidade de vida, às desigualdades nos apoios, à quase ausência de iniciativas da comunidade e às condições habitacionais que são, por vezes, inapropriadas (*idem*).

As organizações formais locais, enquanto instituições de apoio em proximidade na figura dos seus profissionais, deveriam, assim, assumir um papel mais proeminente, já que são conhecedoras da realidade e constituem interlocutores privilegiados entre o poder central e as práticas sociais. Essas mesmas entidades deveriam colaborar ativamente para a construção e adequação de programas de proteção, de prevenção e de desenvolvimento social, neste caso relacionados com o envelhecimento e as suas repercussões. Nesse sentido, as organizações locais de proximidade têm vindo a ser convocadas para assumirem o papel de protagonistas pelos governantes, na readequação de valências e de serviços e na aplicação de programas e instrumentos destinados a atenuar as repercussões do envelhecimento.

3. Programas nacionais promotores de envelhecimento ativo, solidariedade entre gerações e de educação ao longo da vida

Ao longo dos anos Portugal tem vindo a procurar adaptar-se às novas realidades sociais e económicas, no que ao envelhecimento diz respeito. Desde 1976 que se recomenda um novo modo de gerir a velhice e de tratar os idosos em Portugal, através de uma política de terceira idade, indicada na Constituição (Velo, 2005). Os benefícios de proteção social conquistados nos últimos cerca de 30 anos, como “o direito a uma pensão de reforma que garante a sobrevivência material e o benefício de programas de ação com

o fim de prolongar a sua inserção no quadro de vida habitual” (Fernandes, 2008: 144), foram fatores que possibilitaram uma maior segurança para viver a última etapa da vida, mas “as gerações mais velhas irão continuar com dificuldades num quadro comum que ocorre com a idade” (*idem*).

Portugal tem paulatinamente vindo a desenvolver políticas sociais para a velhice, “assentes num modelo assistencialista, e operacionalizadas sobretudo com protocolizações com Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS)” (Martin e Lopes, 2008: 44).

No entanto, na última década têm vindo a ser desenvolvidas políticas sociais com vista a complementar o sistema essencialmente de cuidados disponibilizados às pessoas idosas, com vista a acolher os objetivos da política de envelhecimento ativo. Entre as quais encontra-se: o Plano Nacional de Saúde (PNS) que engloba o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas idosas (2004) e o Plano Nacional de Emprego (PNE) (2005-2008) (Machado, 2007), o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES); a Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCC); os Modelos de Qualidade para Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário; o Rendimento Solidário para Idosos; o Programa de Conforto Habitacional para pessoas Idosas (Martin e Lopes, 2008: 44) e o Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (Jacob, 2012b).

Embora estas políticas sociais tivessem contribuído para a aplicação de programas de ação social, com vista a dar resposta e a encontrar soluções adequadas para as necessidades e problemáticas da população, tais medidas e programas nem sempre foram aplicados da melhor maneira nem com a rapidez e a assertividade que se impunham, mesmo na emergência de medidas inovadoras orientadas para a promoção de um envelhecimento ativo (Gil, 2007).

No que ao emprego diz respeito, estes instrumentos não alcançaram os efeitos desejados, por exemplo, relativamente ao número de pessoas idosas que pudessem continuar inseridas no mercado de trabalho. O emprego escasseia e os trabalhadores mais velhos são precocemente afastados do mercado de trabalho (Fernandes, 2008), assim como também se confirma e de acordo com os dados da EAPN Portugal (2012) que relativamente ao emprego para trabalhadores dos 65 aos 69 anos, o nosso país foi um daqueles onde se registou uma diminuição considerável a este nível, entre 2005 e 2011 (27,6% e 21,9%, respetivamente). Portanto, os últimos anos têm sido cada vez mais difíceis no que ao emprego diz respeito para estas pessoas. Tal situação leva-as a optarem

livremente pela aposentação, ou, numa boa parte das vezes, são convidadas a abandonar o mercado de trabalho.

Relativamente às medidas decretadas para a área da ação social e para a área da saúde, verifica-se que “foram assentes numa divisão etária, o que tem favorecido uma estigmatização da pessoa idosa, encarada essencialmente como doente, utente ou beneficiário” (Guimarães, 2012: 289-290), e que se têm dirigido, principalmente, para idosos com idades mais avançadas, mais dependentes, e, nem sempre, revelando cobertura e respostas adequadas às necessidades sentidas no quotidiano destes e pelas suas famílias (Velo, 2005). Queremos com isto dizer que, se por um lado, estes programas tornaram acessíveis bens e serviços essenciais, atividades de lazer e bem-estar a pessoas que de outro modo não conseguiriam ter acedido aos mesmos, por outro revelam ainda limitações menos desejáveis. Embora assentem em boas intenções os cuidados e serviços prestados não têm sabido “preservar e desenvolver a autonomia das pessoas a quem se dirigem, tornando-os meros *recipientes* cuja natureza e extensão é decidida por outros” (Fernandes, 2008: 145). Estes programas “que têm por objetivo criar espaços e serviços alternativos de satisfação de necessidades de modo a evitar a perda de autonomia e de inserção social das pessoas idosas, devem prolongar a sua independência em casa e no ambiente social habitual” (Guillemard, 1996, *cit.* por Fernandes, 2008: 145).

No entanto, tal concretização deste objetivo nem sempre tem sido conseguida e, nesse sentido o beneficiário perde, por vezes, a sua liberdade. Este tipo de situações leva a que pessoas que apresentam vitalidade e que são autónomas e independentes não se revejam com as ofertas disponibilizadas por muitos Centros de Dia, Centros Recreativos e de Convívio, entre outros. Outra das razões parece incidir no facto de se acharem ainda jovens, ou com grande vitalidade para esse tipo de respostas, comparativamente com as pessoas que habitualmente são utentes ou beneficiárias de tais serviços. Existia, portanto, uma lacuna que abria caminho a uma nova resposta, dirigida a estas pessoas. Começaram, assim, a despoletar as Universidades Sêniores ou Universidades da Terceira Idade (UTIs), que passaram de 15 em 2001 para 180 em 2011, tendo em 2007 sido criada a Rede de Universidades para a Terceira Idade (RUTIS) (Jacob, 2012b).

As UTIs apresentam-se como resposta válida para as pessoas reformadas ou idosas continuarem a aprender, para estarem socialmente inseridas, ocupando o seu tempo com ofertas educativas, artísticas e de lazer que lhes proporcionem prazer, realização pessoal, bem-estar físico e emocional, autoestima e ‘*status*’ (Jacob, 2012a). Na opinião do mesmo autor, estas organizações são espaços de aprendizagem não formal, onde as

peças a partir dos 50 anos podem “partilhar os seus conhecimentos, adquirir mais competências e experienciar novas atividades” (p. 59), em vários domínios. Tais organizações têm vindo a crescer significativamente desde o ano 2000 tendo em 2002 cerca de 5 000 participantes e no ano de 2012, cerca de 30 000 (*idem*). Nas UTIs os sêniores podem desempenhar funções de aluno, professores e dirigentes, simultaneamente, estando por isso diretamente envolvidos nas disciplinas escolhidas, na escolha dos conteúdos a aprender, e no tipo de atividades a serem promovidas e implementadas (*idem*), dentro dos espaços das Universidades e nas comunidades que as acolhem. As UTIs são indiscutivelmente espaços que foram criados para abraçar o envelhecimento ativo e, portanto, tal oferta deve ser reconhecida e apoiada. Verifica-se, no entanto, que tais respostas ainda se limitam em muito ao bem-estar e à realização pessoal das pessoas aposentadas e/ou idosas pelo facto de serem iniciativas de lazer, ou de aprendizagens que em pouco servem o mundo do trabalho e a restante sociedade. Nesse sentido, e procurando um tipo diferente de resposta, ultimamente têm surgido em Portugal algumas adaptações às mesmas, começando a desenhar-se os primeiros projetos de educação formal para sêniores oriundos das Universidades tradicionais (adaptado Jacob, 2012a). Este parece ser já um passo no caminho para uma educação mais exigente destinada aos sêniores que tem mais qualificação e que, querendo estar ativos e produtivos socialmente, não se satisfazem com programas de lazer ou de aprendizagem pouco aprofundados.

Paulatinamente, tem-se vindo a apostar na adoção de soluções mais abrangentes e adequadas aos ‘novos velhos’. Nesse âmbito, em muito têm contribuído “a mais moderna noção de inovação nas políticas sociais para a terceira idade que se caracteriza por programas descentralizados, desenvolvidos no âmbito local mas que têm implicações a nível central” (Kraan *et al.*, 1993, *cit.* por Martin e Lopes, 2008: 44), caracterizados pela sua flexibilidade e por uma maior interligação entre o sistema formal e informal, mais de acordo com os princípios do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações. Estes programas são transversais a vários Ministérios, organizações e à sociedade civil. Nessa lógica deparámo-nos com a conceção e implementação de programas, serviços e valências para responderem de uma forma mais adequada e abrangente às características e particularidades dos públicos-alvo, e assistimos a reformulações no que toca às metodologias de trabalho, impulsionados pela agenda do envelhecimento ativo do AEEASG, comemorado em 2012. Nesse sentido, e de forma a procurar ampliar a oferta disponível, atualizar os procedimentos e as metodologias de intervenção para estarem

mais de acordo com os objetivos e direções seguidas por Portugal no âmbito das designações europeias, foram levadas avante várias iniciativas e instrumentos públicos que reuniram e mobilizaram organizações públicas e privadas, que atuaram em várias domínios do envelhecimento ativo e da solidariedade intergeracional e intrageracional, e ainda fomentaram a aprendizagem ao longo da vida, tais como:

a) oportunidades de ganhos em saúde ao longo da vida – o Plano Nacional de Saúde (2011-2016), o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas e o Programa ‘Saúde e Termalismo Sénior’;

b) acessibilidade para todos/as, dentro e fora de casa – Sistema de Atribuição Produtos de Apoio (SAPA) e Rede Europeia de Desenho para Todos e Acessibilidade Eletrónica;

c) segurança social perante eventualidades de vida – continuidade e ajuste de prestações sociais e familiares que garantam o apoio pecuniário em situações de velhice, pobreza, dependência ou necessidade de assistência por outrem, viuvez, etc.;

d) conhecer, ganhar mais sabedoria e divertir-se – a Rede das Universidades Sêniores e ‘Turismo Sénior’;

e) novas tecnologias de informação e comunicação – o Net@vó, Projeto TIO – Terceira Idade Online e Idade Maior;

f) informação útil e oportuna – serviço Linha do Cidadão Idoso, a Linha Nacional de Emergência Social (LNES) e o serviço de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (APNE);

g) voluntariado e o diálogo entre gerações – o projeto local “V.I.P.- Voluntariado Intergeracional de Proximidade” e os planos e atividades intergeracionais e intrageracionais em autarquias (Programa AEEASG de Portugal, 2012).

Podemos ainda referir outras iniciativas com relevo, como por exemplo, o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), o legado do Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social, o Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), o Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social, e o programa Europeu Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações para Portugal 2012 (que temos vindo a referenciar). Há ainda a destacar os vários projetos e valências assegurados pelas autarquias, os Programa Cidades Amigas da Pessoa Idosa, Programas de Telemedicina ou Teleassistência, entre outros, sendo alguns deles desenvolvidos por autarquias e por instituições privadas.

Estamos, portanto, numa fase de atualizações no campo das práticas sociais, que de acordo com Ferrigno, Leite e Abigailil (2006: 1436) se encontram,

em processo de evolução, de práticas sociais tuteladas para possibilidades de ações transformadoras, colocando nas agendas do governo, das famílias, da sociedade e do próprio idoso novas ideologias, valores e programas que possibilitarão práticas de ações e articulações políticas, bem como o acesso aos serviços que contribuirão para o envelhecimento digno, ativo e saudável (*cit. por Dal Rio, 2009: 19*).

Encontram-se assim dados os primeiros passos, para uma mudança de paradigma da quase exclusividade dos serviços para pessoas idosas dependentes, ou com problemas de saúde, para outros que se destinam a pessoas saudáveis e ativas. Tal mobilização tem vindo a contribuir para as vantagens inerentes ao conceito de envelhecimento ativo, atribuindo um papel de protagonismo às pessoas idosas e destacando o seu papel de cidadãos ativos e participativos. Mas, embora o envelhecimento ativo pareça estar a começar agora a “ter os seus efeitos na intervenção pública, através de novas formas de pensar e encarar a saúde, o envelhecimento e os estilos de vida” (Fernandes, 2008: 156), ainda existe muito caminho para trilhar para termos a funcionar uma estratégia global que responda a estes desafios. Para tal temos de ter em atenção que persistem

desigualdades pessoais e espaciais que afetam sobretudo as gerações mais idosas (elevados índices de pobreza associada a problemas de habitat, a défices de acesso a serviços de proximidade com qualidade, a problemas de saúde e a isolamento), as quais reforçam a componente reparadora/inclusiva da proteção social da velhice, tanto melhor sucedida, quanto mais integrar uma lógica de empoderamento contrariando uma lógica assistencialista (Quaresma, 2007: 41).

As políticas e os programas de desenvolvimento para o envelhecimento ativo oferecem a possibilidade de dar resposta tanto às pessoas individualmente como às comunidades que estão a envelhecer. Nesse sentido, quando a saúde, o mercado de trabalho, o emprego e as políticas sanitárias apoiarem o envelhecimento ativo, possivelmente haverá menos mortes prematuras nas etapas mais produtivas da vida, menos incapacidades relacionadas com doenças crónicas e o envelhecimento, mais pessoas a disfrutar de uma qualidade de vida positiva à medida que vão envelhecendo, mais pessoas a participarem ativamente nos vários âmbitos sociais, culturais, económicos

e políticos da sociedade em trabalhos remunerados ou não remunerados e na vida doméstica familiar e comunitária (OMS, 2002b).

Não poderíamos, pois, de deixar de evidenciar a necessidade de se continuarem a desenvolver e se possível aumentar as políticas e os programas com incentivos diretos à educação, ao emprego, à saúde, à cidadania, à ocupação do tempo de forma produtiva e transformadora. Há ainda que ter em atenção as acessibilidades e os transportes para pessoas idosas, não esquecendo os programas de incentivo à natalidade e à garantia de condições económicas e sociais para os jovens, que os leve a permanecerem no país, diminuindo os números da emigração. De facto, a “renovação demográfica exige medidas para desenvolver um clima social global recetivo às necessidades das famílias, a uma transição rápida para uma sociedade favorável às crianças e à criação de condições que permitam um melhor equilíbrio [entre a] vida profissional e familiar” (CCE, 2009).

Relativamente ao emprego, o futuro a longo-longo-prazo parece passar por uma integração maior de séniores no mercado de trabalho, tendo estes mais flexibilidade nos horários ou usufruindo de horários *part-time* (Gösta Esping-Andersen, 2008, *cit.* por Cabral e Silva, 2012; Lima, 2010). No que respeita à saúde, pensa-se que deveria ser seguido um caminho que alcançasse formas de articulação e de cooperativismo entre o Sistema Nacional de Saúde, as instituições locais com responsabilidades nas respostas sociais e as redes de suporte informal. Pensamos, que esta articulação poderia ser benéfica para serem garantidas respostas mais próximas e atempadas às necessidades das comunidades. Nesse sentido, parece-nos que esta união de esforços e de conhecimentos poderiam tornar-se muito uteis e válidos para a consciencialização efetiva da população para as vantagens se adotarem os princípios do envelhecimento ativo, da solidariedade entre gerações e da aprendizagem ao longo da vida enquanto meios para alcançarem uma melhor qualidade de vida.

Relativamente às acessibilidades e serviços de transporte público, estes deveriam ser acessíveis e baratos, tanto em áreas rurais como urbanas, de modo a que pessoas de todas as idades possam participar integralmente na vida da família e da comunidade, sendo um contributo muito importante para os idosos com dificuldades na mobilidade. Na verdade, para a pessoa idosa a proximidade a membros da família, a serviços e ao transporte pode significar a diferença entre uma interação social positiva e o isolamento (OMS, 2005). Também os padrões de construção e de adequação dos espaços públicos e residenciais devem ter em atenção as necessidades de saúde, de segurança que incluam iluminação, pisos regulares ou não escorregadios, corrimões para apoio e para a

mobilidade das pessoas idosas, diminuindo assim, os obstáculos e os riscos de quedas (uma das causas de lesões graves incapacitantes) (*idem*).

Tais medidas e incentivos devem, assim, procurar um equilíbrio social, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social, de pensões e de serviços de saúde e ao mesmo tempo garantir respostas e serviços mais favoráveis que permitam melhores condições, segurança e bem-estar no emprego, na vida familiar e na vida comunitária. No entanto, parece ser generalizada a opinião de nos encontramos ainda atualmente numa fase de transição, sendo que temos ainda de repensar a vida e a forma como se vive, o curso da vida, o envelhecimento e a forma de enfrentar os preconceitos (Kalache, 2012), “para alcançarmos a dignidade, humanidade, igualdade de direitos, justiça social e afeto” (Madeira, 2012: 14). Tais direitos aparentemente só poderão ser alcançados, se o direito à educação for uma realidade ao longo do ciclo de vida. No entanto, num estudo sobre políticas públicas para as 3.^a e 4.^a idades em Portugal, verifica-se que as políticas globais e integradas para o envelhecimento se revelavam inexistentes (Cabral e Silva, 2012). De facto, não se verificava a existência de

políticas educativas para os idosos, em especial a chamada ‘educação ao longo da vida’, que não deve ser confundida com as ‘universidades séniores’; também não há políticas de habitação e urbanismo, na linha das ‘cidades amigas dos idosos’, e tem faltado também a articulação efetiva entre departamentos da Saúde, da Segurança e da Ação Social, confiando-se retoricamente nas iniciativas da sociedade civil (*idem*).

Os desafios colocados pelo envelhecimento continuam, por isso, bem patentes com todas as suas repercussões económicas, políticas e sociais, e colocando em causa o equilíbrio da sociedade. As iniciativas políticas e os programas anteriormente referidos necessitam de ser sustentados por uma consciencialização efetiva da população e pela mobilização transversal aos vários setores da sociedade na resposta aos desafios do envelhecimento, e portanto a educação da população em vários domínios apresenta-se como investimento essencial. De acordo com Quaresma (2008), a edificação do envelhecimento como experiência positiva, coerente com a conquista da longevidade que marca o início do século XXI, confere à educação e formação ao longo da vida um papel determinante. Neste sentido, colocam-se “novos desafios à educação e formação de adultos, nomeadamente através da valorização do envelhecimento ativo” (Ramos, 2007:

299) e da gerontologia educativa, para uma capacitação transversal da sociedade portuguesa.

4. Educação ao longo da vida e gerontologia educativa

O conceito de educação é lato e engloba uma grande “componente ética e moral, a qual lhe é constitutiva, estando, precisamente, relacionado com o desenvolvimento do ser humano, no sentido de cada um de nós se tornar melhor pessoa” (Gonçalves e Oliveira, 2011: 246). Ou seja, engloba todo “um processo de formação do carácter, de formação da pessoa” (Maslow, 1985 *cit.* por Simões, 1989: 5). A educação é, desta forma, essencial para “aprender a crescer, aprender em que sentido crescer, aprender o que é bom e o que é mau, aprender o que é desejável e indesejável, aprender o que escolher e o que não escolher” (Maslow, 1985: 172, *cit.* por Simões, 2007: 5). Nessa perspetiva, a educação ocorre ao longo do ciclo de vida da pessoa, num processo permanente, onde ocorrem aprendizagens e reaprendizagens contínuas e constantes, e nos vários contextos do saber (Brandão, 2002, *cit.* por Oliveira, 2009), em que aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver juntos (Delors *et al.*, 1996) e instruir fazem parte do trajeto de cada pessoa através de ações de educação formal, não formal ou informal. Ou seja, o ser humano está constantemente a educar-se, em diálogo permanente com o seu meio envolvente, onde

aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia (Freire, 2001: 12).

O acesso à educação está consagrado como um direito comum a todas as pessoas (Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948) pois, é considerada um requisito essencial para uma integração e participação social plena e cidadã (Oliveira, 2009). A educação é-nos facultada e transmitida ‘pelo outro’, num diálogo permanente e de socialização, onde a escola tem um papel fundamental, mas também, é resultado da nossa vontade e persistência para estarmos abertos à aprendizagem em todos os contextos onde ocorre a vida humana, à partilha de conhecimentos e à integração e participação sociais, numa reaprendizagem constante e adaptada à sociedade e suas ‘exigências’.

Assim, e como nos dizia Comênio (1592-1670), todas as pessoas deviam ter “a necessidade, a possibilidade e a facilidade de serem educados” (Alcoforado e Ferreira, 2011: 8), de forma global e em todas as matérias. A educação é, assim, assumida como um contributo basilar de e para toda a humanidade (Veiga-Branco, 2012), que deve ser acessível e estar ao alcance de todas as pessoas, indiferentemente da idade, sexo, etnia, religião, condição ou situação. Contudo, ela deverá ser ajustada à especificidade de cada período da vida, onde se compreende “a formação pré-natal, da infância, da puerícia, da adolescência, da juventude, da idade adulta, da velhice e da morte” (Alcoforado e Ferreira, 2011: 8). A educação é assim considerada como algo permanente, que ocorre ao longo da vida, de uma forma interativa e cumulativa, para acompanhar as mudanças rápidas e contínuas da sociedade moderna (Dal Rio, 2009).

Tal com temos vindo a explanar, em pontos anteriores, o envelhecimento da população portuguesa apresenta-se como uma realidade da qual não podemos fugir (Fangueiro, 2008). Tendo em conta a necessidade de encontrar respostas de fundo para os desafios daí decorrentes impõem que o caminho da educação deva ser percorrido (Simões, 2006). Tal como nos refere Fernandes (2008: 157), “com o aumento do tempo de vida ficou comprometida a organização do ciclo de vida a três tempos, formação, atividade e reforma”. Parece-nos, desta forma, inevitável ser assumido pela sociedade portuguesa um novo paradigma, alicerçado por políticas contínuas, que compreenda os idosos enquanto participantes ativos numa sociedade para todas as idades, permitindo que estas pessoas sejam mais que contribuintes ativos, que sejam cidadão ativos, que possam beneficiar e participar no seu desenvolvimento e no da sociedade (OMS, 2005). Neste sentido, e tendo em linha de conta a multiplicidade e a extensão dos desafios com os quais os cidadãos portugueses terão de lidar num futuro não muito distante, “parece existir apenas um caminho possível (...) na busca de alternativas de melhoria das condições da nossa existência coletiva e individual: uma educação humanista, democrática e cidadã ao alcance da totalidade da população adulta” (Melo, Lima e Almeida, 2002, *cit.* por Lima, 2007: 31). Não poderemos, nesse sentido, excluir a população idosa de continuar o seu desenvolvimento, retirando-lhes, por conta da idade, os seus papéis sociais adquiridos ao longo da vida e colocando em causa a sua integração e papel ativo na sociedade.

No nosso entendimento faz sentido, que mesmo em idades avançadas, se fale em projeto de vida e em futuro (Guimarães, 2005). Para tal, verifica-se a necessidade da alteração progressiva de atitudes e comportamentos nos vários setores da sociedade, que permitam possibilitar à pessoa idosa condições de enriquecimento e desenvolvimento

peçoal que possam resultar em vantagens para a sociedade. Desta forma, não poderemos abdicar do valor da experiêcia da pessoa idosa, devendo repensar o papel que lhe reconhecemos para o aparecimento de novos contributos na emergente realidade socioeconômica e cultural, através da educação contínua e da manutenção da identidade de cidadania (Veiga-Branco, 2012).

Tal como acontece em qualquer outra idade, a educação e o conhecimento são fundamentais também para os adultos idosos (Simões, 2006; Jacob, 2008). Considera-se, desta forma, que aprender e estar socialmente ativo na velhice não são aspetos que dependem da idade, mas das condições em que se realizam. Atualmente, e nas sociedades ocidentais, é o conhecimento que marca a diferença, pois a idade (maior ou menor) não representa, à partida, “um prejuízo para o indivíduo ou para a sociedade, como parece acontecer na sociedade portuguesa” (Rosa, 2012: 25). Logo, os idosos apresentam-se, também, como um público para educar.

O envelhecimento da população tem também impacto no que se refere ao investimento na educação, alterando as preferências de educação individuais ao longo do ciclo de vida. As sociedades que apresentam uma esperança de vida mais elevada à nascença, uma mortalidade infantil mais baixa e uma redução da fecundidade, têm a necessidade de incentivar os seus cidadãos a investir mais em educação que seja de boa qualidade (OIT, 2013). Também, o modelo de crescimento português, baseado mais em fatores materiais, que em fatores imateriais, parece encontrar-se esgotado (Ramos, 2007). Neste reconhece-se a sua fragilidade aos níveis: da baixa qualificação dos recursos humanos; do déficit de produtividade; da competitividade assente em baixos salários; do emprego em atividades de baixo valor acrescentado; do fraco investimento em atividades de investigação e desenvolvimento; da qualificação dos recursos humanos o que dificulta os esforços de modernização dos sectores tradicionais e é um fator de bloqueio da diversificação do tecido produtivo para indústrias tecnologicamente mais avançadas (*idem*). Daí a necessidade de continuar a aprendizagem ao longo da vida de forma a permitir que a população ativa seja mais bem formada, para mais facilmente ser requalificada à medida que envelhece, principalmente após atingir a idade de maior produtividade (OIT, 2013). A aprendizagem ao longo da vida é, assim, vista como fundamental para modernizar o sistema produtivo nacional, por forma a procurar recuperar o atraso estrutural do país face aos países mais desenvolvidos (Ramos, 2007).

A ideia de educar a população idosa ganha ainda maior força, se refletirmos, por exemplo, sobre o ritmo acelerado a que se produz conhecimento e se inventam novas

tecnologias, o que afeta consideravelmente a vida quotidiana das pessoas (Lopesino *et al.*, 2012). Tal fato, visto como mais-valia e sinal de desenvolvimento nas sociedades ocidentais, pode acentuar por vezes as desigualdades entre jovens e adultos idosos (Simões, 2006). De acordo com Pinto (2008) as pessoas idosas são na sua maioria infoexcluídas, ou seja, têm um acesso desigual às informações divulgadas pela via informática e conseqüentemente ao conhecimento que move toda a sociedade. Também se parece reconhecer, de forma global, que as gerações mais novas apresentam maiores níveis de instrução do que as outras que as antecederam (*idem*). Para além disso, a ameaça eminente de colapso do sistema de pensões e de segurança social parece ditar um aumento da idade de reforma, o que fará com que as pessoas tenham de permanecer durante mais tempo em atividade profissional (Cruz, 2008). As inquietações com a educação e formação das pessoas com mais de 50 anos estão, assim, diretamente associadas às questões do emprego e do prolongamento da vida ativa, embora tenham maior importância na manutenção de uma atividade profissional, social ou cultural no período pós reforma (Quaresma, 2008). Neste sentido, a formação ao longo da vida já praticada pelas gerações mais novas e o desenvolvimento pessoal, apresentam-se como parte da solução para equilibrar os níveis de instrução de trabalhadores mais jovens e mais velhos (Fernandes, 2008). As pessoas mais velhas e idosas apresentam-se, assim, como um público que tenderá a procurar ou a ser incentivado a adquirir mais educação, numa busca de simetria educacional entre as gerações, e de forma a adequarem-se às novas exigências da sociedade (Simões, 2006). Deduzimos, por isso, que as próximas gerações deverão ser mais instruídas e produtivas do que as antecedentes, desde que o sistema educativo consiga proporcionar educação de boa qualidade para todos (OIT, 2013).

Considera-se, portanto, que com maiores níveis de educação serão obtidas mais vantagens para todas as pessoas. No que diz respeito às pessoas idosas, a educação apresenta-se com uma mais-valia “não só pelos impactos diretos, melhores competências para gerir a sua própria saúde através de maior conhecimento e capacidade de resolução de episódios patológicos pontuais, como nos impactos indiretos ao propiciar um estatuto socioeconómico mais favorável” (Fernandes, 2008: 64). Ainda, Néri e Cachioni (1999, *cit.* por Dal Rio, 2009) nos indicam que a educação é apontada como determinante para a obtenção de uma velhice bem-sucedida e Quaresma (2008), reconhece vantagens associadas a uma maior escolarização e participação social na obtenção de maiores níveis de autonomia e de bem-estar em idades avançadas. A educação é, nesta perspetiva, tida como uma possibilidade de garantir uma vida mais digna e satisfatória. A educação

apresenta-se, assim, como determinante fundamental do envelhecimento ativo (embora por vezes aparente encontrar-se um pouco esquecida), tendo em vista uma mudança de paradigma na forma como se entende o envelhecimento, a velhice e a aposentação. Ela é ainda fundamental para a adequação e equilíbrio dos conhecimentos e da informação entre gerações. Nesse sentido, verifica-se como essencial facultar à população em geral a educação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente através da:

a) educação básica e instrução sobre saúde de forma a tornar a educação básica disponível para todos durante o curso de vida; ter como objetivo a alfabetização de todos; promover a instrução sobre a saúde, através da educação para a saúde durante o curso da vida; e ensinar às pessoas sobre como cuidar delas mesmas e de outros, à medida que envelhecem; educar e capacitar os idosos na seleção e uso efetivos dos serviços de saúde e comunitários.

b) aprendizagem permanente – permitir a participação integral dos idosos, ao propiciar políticas e programas de educação e [formação] que defendem a aprendizagem permanente de homens e mulheres conforme eles envelhecem; dar aos idosos oportunidades de desenvolver novas habilidades, principalmente em áreas como tecnologia da informação e novas técnicas agrícolas (OMS, 2005: 51).

Para além destas,

a consciencialização, o esclarecimento e a autonomia, a educação política e cívica, a educação comunitária, o mundo do trabalho, da economia, do emprego e das profissões, a cultura de paz e de solidariedade [inter e intra geracionais] [...] a educação multicultural, as ‘literacias múltiplas’ (Keller, 2002), a saúde e o meio ambiente, o acesso à informação e ao conhecimento e a sua leitura crítica, a cooperação internacional, a população idosa, os imigrantes, a autonomia da mulher, a família, entre outras (Lima, 2007: 30-31).

A educação constante e ao longo da vida procura esbater essa perspetiva, da qual não partilhamos de que a pessoa idosa não tem capacidade para a aprendizagem. Esta nova visão de educação procura valorizar e promover as pessoas idosas no seu papel ativo, produtivo e de cidadania na sociedade, desenvolvendo e aperfeiçoando nelas competências relacionais e técnicas. Surge aqui a ideia de construção contínua da identidade, da satisfação e realização pessoal da pessoa na velhice e da sua participação cidadã.

Face às repercussões do envelhecimento da sociedade, à desinformação, aos estereótipos e preconceitos subjacentes na sociedade portuguesa, a gerontologia educativa apresenta-se como uma disciplina muito útil. A gerontologia educativa engloba a educação e formação para a população em geral sobre envelhecimento, a velhice e a pessoa idosa; e para profissionais que trabalham diretamente ou indiretamente com pessoas idosas (Withnall, 2000; Cachioni e Neri, 2004 *cit.* por Veiga-Branco, 2012). Engloba ainda, a educação para a preparação da transição e adaptação à aposentação (Simões, 2006: 100). Esta disciplina procura proporcionar diferentes tipos de relações e de diálogo entre as várias gerações, tratando os idosos como iguais, incentivando-os a continuar a sua aprendizagem e a diminuir os efeitos biológicos negativos presentes no envelhecimento. Ou seja, a gerontologia educativa tem num dos seus princípios básicos a visão do envelhecimento e da velhice como algo positivo, acentuando as possibilidades e potencialidades de cada pessoa, independentemente da sua idade (Jacob, 2012a). E, no nosso entendimento, deve ser vista como abrangente e diversificada, tendo como áreas de atuação todas as atividades educativas onde estejam envolvidas as pessoas idosas (*idem*), ou seja, deve ser “entendida como método de organização, ensino, instrução e facilitação de [aprendizagens] e também como intervenção social voltada à socialização e à ressocialização dos idosos, dos que trabalham com eles e da sociedade em geral” (Neri e Cachioni, 1999: 126). A gerontologia educativa engloba, desta forma, programas de “animação, estimulação, enriquecimento pessoal, formação e instrução dirigidos a idosos” (Jacob, 2012a: 57), a profissionais da gerontologia, e às redes de suporte informal. Desta forma, deve ter em conta três dimensões: o plano das práticas educativas (finalidades, modos ou públicos); a diversidade de instituições implicadas, de forma direta e indireta, nos processos de educação; o nível da diversidade das figuras dos educadores ou formadores (Canário, 2008). A gerontologia educativa apresenta-se, assim, sob duas perspetivas complementares uma: que vê na educação uma estratégia para a promoção de instrumentos de promoção da vida social, com vista a uma melhor integração e participação das pessoas idosas na sociedade enquanto cidadãos; a outra, que vê na educação uma forma de evitar o deterioramento das capacidades físicas e cognitivas, servindo-se das atividades educativas para dotar as pessoas de mais conhecimentos que lhes permita estarem física e mentalmente ativas e mais bem informadas para o cuidado pessoal ou o apoio a familiares ou amigos (Jacob, 2012).

A gerontologia educativa aparece como uma área fundamental para atender às necessidades e problemáticas que se fazem sentir, procurando repensar, adaptar ou

reinventar as práticas gerontológicas, cruzando saberes e ou competências, entre as várias áreas do conhecimento, de acordo com os novos desafios que se apresentam. O campo da gerontologia é, assim, transversal a áreas como a Saúde, a Psicologia e as Ciências Sociais e Humanas (Paul e Ribeiro, 2012). Reconhece ainda os contributos de áreas como a Medicina, a Nutrição, o Desporto, o Direito (*idem*), o Design, a Arquitetura, Turismo e os domínios das novas tecnologias. Estas áreas do saber poderão ser importantes para o ordenamento do território e para a eliminação de barreiras arquitetónicas, para a criação de ajudas técnicas, para o desenvolvimento do desporto e do turismo séniores e para o desenvolvimento de novas respostas comunitárias com funcionamento alargado, que incluam a terapia física e mental (Vara, 2012), entre outras.

Como nos alertam Dias e Rodrigues (2012), as análises tendencialmente generalistas, que assumem as pessoas idosas como um grupo social uniforme levam, várias vezes, ao desenho de políticas sociais generalistas, que não respondem efetivamente aos problemas e às dinâmicas sociais. As pessoas idosas devem ser vistas de forma holística e individualizada (Guimarães, 2012), pois apresentam grande diversidade cultural (Dias e Rodrigues, 2012), quanto aos seus níveis de educação, aos costumes, às formas de estar perante a vida, às ideologias políticas, à religião, às crenças, às motivações, aos agregados familiares, à história de vida, às experiências, potencialidades e limitações. É, assim, essencial estar preparado para a singularidade desta população, devendo-se valorizar as suas diferenças e particularidades, aquando do estabelecimento de programas de formação (Simões, 2006). De acordo com Veiga-Branco (2012: 54), o adulto idoso é um aluno *educere*, ou seja não deve fazer nada que não queira e que não acredite ser-lhe útil ou necessário. Portanto, os programas educativos para idosos devem ser co-realizados, para que sejam significativos e respondam efetivamente às necessidades e anseios das pessoas idosas (Sáez e Escarbajal, 1998, *cit.* por Veiga-branco, 2012). Para tal, e para melhor se compreenderem os idosos, adequando-se a intervenção educativa às suas características, considera-se determinante o conhecimento das suas vivências, dos seus percursos, por forma a perceber os momentos áureos e os constrangimentos que marcaram a sua vida, de maneira a serem encontrados educadores/animadores e formatos adequados e adaptados aos seus destinatários (Veiga-Branco, 2012). Considera-se, por isso, que a investigação, a educação e as práticas em gerontologia devem estar integradas, por forma a compreender-se melhor as pessoas idosas e a encontrar novos papéis para os mais velhos na nossa sociedade (Paúl, 2012). É por isso fundamental um mapeamento das capacidades e necessidades das pessoas mais

velhas, de forma a se poder sustentar e potenciar a vida até idades mais avançadas (Auchenbaum, 2010, *cit.* por Paúl, 2012).

Neste enquadramento, parece ser viável pensar que uma maior oferta de programas educativos ao longo da vida, que sejam multidisciplinares, ou seja, que abranjam conteúdos, públicos e educadores/animadores de áreas diversificadas, poderá levar a melhores condições de vida quando se chega à idade da velhice, tanto para as pessoas idosas como para aquelas que lhes são próximas. Considera-se, assim, fundamental que indiferentemente da idade que se tenha, se esteja aberto ao conhecimento e a novas aprendizagens, num processo contínuo e abrangente de construção da pessoa. Faz assim sentido que também a educação sobre gerontologia deva ocorrer desde cedo e ao longo do ciclo de vida, por forma a melhorar as aprendizagens e os conhecimentos, e as ações que facilitem a interiorização e compreensão do processo de envelhecimento, da velhice e da aposentação, encarando-os de uma perspetiva positiva, diferente daquela que tem sido a visão tradicional. Logo, não poderão ser desperdiçadas as oportunidades de desenvolvimento das pessoas nos diferentes estádios etários, para a promoção do envelhecimento ativo, da cidadania e da solidariedade entre gerações, por forma a serem criadas respostas efetivas aos desafios impostos pela sociedade, cada vez mais envelhecida, complexa, diversificada e multicultural.

Conclusão

No século XXI a velhice conquistou a quarta idade nas sociedades ocidentais e a imagem da pessoa idosa que se reforma e fica à espera da morte num cenário de incapacidade física e mental, está a deixar de ser o paradigma comum.

Envelhecer de uma forma ativa e saudável, é algo que se constrói com base nas relações que integram o nosso quotidiano, através do reforço dos laços sociais e intergeracionais ao longo da vida, o que reduz a tendência de isolamento e a solidão na velhice ou na reforma. No entanto, a forma como envelhecemos é diretamente influenciada pelas condições físicas, materiais, culturais, humanas e económicas do meio em que estamos inseridos, pela educação, pelos conhecimentos científicos disponíveis, pelas conjunturas políticas, económicas e sociais e pelas políticas sociais seguidas pelos governantes. Entre os principais desafios políticos decorrentes do envelhecimento

encontra-se a implementação de políticas que consigam dar respostas sociais adequadas de forma a:

proporcionar segurança económica na velhice; manter a solidariedade intergeracional; combater a exclusão social causada pela discriminação a partir da idade; providenciar cuidados de longa duração no contexto de mudanças no padrão familiar e de residência; proporcionar a cidadania plena mesmo em idades avançadas (Walker, 2002, *cit.* por Fernandes e Botelho, 2007: 13).

A sociedade parece ter de gerir alguns desafios, como o de superar as consequências do envelhecimento da população, de forma a garantir a sustentabilidade económica e social do país. Nesse sentido, tem vindo a adotar políticas sociais e programas que incentivem

a participação ativa dos mais idosos na sociedade; o acesso e permanência dos idosos no mundo laboral; a criação de um sistema de aprendizagem ao longo da vida e promoção do envelhecimento ativo; a adequação das respostas e esquemas de proteção social às mutações demográficas e sociais; a promoção da solidariedade intergeracional; a promoção de uma vida mais autónoma e de maior qualidade; o alargamento da rede de equipamentos e serviços de apoio e integração a comunidades de pertença” (Fangueiro, 2008: 47).

A participação ativa dos mais velhos na sociedade portuguesa parece, desta forma, estar a ser edificada progressivamente, primeiro pela força dos números e depois pelo acumular das pressões sociais, políticas e económicas que incentivam a isso. Damo-nos conta, no entanto, que parece haver ainda muito para refletir, debater e fazer para a consciencialização, educação e formação da comunidade em geral, no sentido de uma alteração e adequação de atitudes e comportamentos relativamente à forma como são tratadas, informadas, motivadas, cuidadas e integradas as pessoas idosas. Considera-se, portanto, indispensável que as políticas para o envelhecimento ativo “sejam estimuladas pelos princípios de promoção de bem-estar ao longo da vida, enquanto trajetória contínua, porque só assim ficaremos preparados, não para encarar o envelhecimento, mas para viver melhor ao longo da vida” (Fernandes, 2008: 159).

A educação ao longo da vida e a gerontologia educativa podem vir a desempenhar um papel importante na educação para a velhice, para a aposentação, para os relacionamentos interpessoais e entre gerações e para o envelhecimento ativo, consciencializando a sociedade civil e as organizações para as boas práticas que levem:

ao bem-estar físico e emocional; à coesão social; à aceitação da diversidade e da multiculturalidade; à igualdade de oportunidades e de direitos; à participação cívica, ativa e produtiva na sociedade; e à criação de segurança económica e financeira. A educação e formação de adultos e a gerontologia educativa assumem, nesta perspetiva, uma dimensão claramente ética, cultural, política, social e cívica, estando diretamente associadas às orientações do protótipo de sociedade que se ambiciona uma sociedade cada vez melhor, mais rica, mais justa e mais desenvolvida, que garanta proteção social e igualdade de oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, teremos que aumentar a formação e os níveis de educação do pessoal técnico e não técnico, de forma a termos uma sociedade condizente com os novos velhos. Mas, para alcançarmos tal sociedade teremos que dar resposta a um grande desafio que “parece estar na capacidade de podermos atingir elevados níveis de emprego e produtividade e podermos implementar padrões decentes de proteção social” (Fernandes, 2008: 153). Caso contrário, poderemos colocar em causa a estabilidade social e o desenvolvimento da democracia.

Estarão os governantes, as organizações locais, as famílias e a comunidade consciencializadas, determinadas e numa conjuntura adequada para fazerem face às exigências dos novos desafios do envelhecimento da população e da sociedade? Estarão as próprias pessoas idosas consciencializadas para alterarem hábitos e comportamentos que levem a um envelhecimento ativo e à solidariedade entre gerações? Estará a sociedade atual preparada para aceitar que ‘os novos velhos’ tenham uma aposentação mais interventiva socialmente? O Estado tem aqui um papel central enquanto “intermediário e regulador, pois “produz muitos dos serviços oferecidos, regulamenta o correspondente mercado e cofinancia o consumo dos indivíduos e das famílias relativamente a ensino, formação profissional e prestações sociais, corrigindo [algumas] desigualdades” (Mendes, 2011: 40). No entanto, os tempos como se sabe são de contingência e de austeridade devido à crise financeira e económica que se faz sentir e, que levou a um declínio acelerado da atividade económica e à recessão em que nos encontramos. Talvez por isso se verifique um desinvestimento na educação e no denominado estado social. Comparando os Orçamentos do Estado de 2010 (ano anterior à entrada em vigor do Programa de Assistência Económica e Financeira) e o Orçamento de Estado de 2013, verifica-se em Portugal uma diminuição de 2,8 milhões de euros nas grandes áreas sociais – Educação e Saúde – o que corresponde a um corte de cerca de 15% no espaço de apenas três anos. Tal situação leva à procura de novas formas de atuar, envolvendo todos na busca de novas soluções que sejam mais céleres, que envolvem menos custos e que

tenham em conta e valorizem os recursos disponíveis. Por essa razão, educar para o envelhecimento ativo, para a solidariedade entre gerações, para a aposentação numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida é um desafio ao qual teremos de continuar a dar resposta, prosseguindo com a consciencialização da sociedade portuguesa, desenvolvendo e dando continuidade ao trabalho de parcerias e de cooperação que o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações (AEEASG) em 2012 veio tentar promover.

PARTE II – Enquadramento Empírico

Capítulo I – Conceção, planeamento e caracterização metodológica da investigação

Introdução

Neste capítulo procurou-se justificar a pertinência da investigação que se pretendeu realizar, expondo as razões subjacentes que estiveram na sua origem e descrevendo os passos seguidos para a sua conceção e planeamento. Desta forma, propomo-nos a apresentar no ponto 1 um enquadramento sobre a temática elegida, assim como indicar os objetivos que se formularam. No ponto 2 faremos uma breve caracterização da freguesia de Coz, freguesia situada no concelho de Alcobaça na zona Oeste de Portugal e sobre a qual incidiu o estudo de caso. No ponto 3 procuraremos realizar uma breve caracterização da metodologia eleita para a realização da investigação, justificando a escolha. No ponto 4 explicaremos os critérios utilizados na seleção dos participantes que contribuíram para o estudo, a forma como se procedeu à sua abordagem e à solicitação da sua colaboração no referido estudo. No ponto 5 propomo-nos enunciar em que consiste uma entrevista semiestruturada enquanto técnica de recolha de dados. O ponto 6, último ponto deste capítulo, procurará expor os procedimentos usados na recolha de dados, assim como, os compromissos assumidos com os participantes. Incidirá ainda na identificação dos blocos do guião de entrevista construído, e na identificação dos passos percorridos para o teste e aplicação do guião da entrevista.

1. Temática e objetivos do estudo

Quando assumimos a intenção de realizar uma investigação, temos necessariamente que definir o tema que pretendemos estudar. Para tal, considera-se fundamental a existência de motivações que levem o investigador a realizar tal trabalho, sejam elas pessoais ou profissionais. Desta forma, e entre tantos outros estudos que gostaríamos de ter realizado, optámos nesta tese por um que conjugasse as duas fontes de motivação.

Entre 1 de Setembro de 2009 e 16 de abril de 2012, tivemos a oportunidade de poder trabalhar enquanto Técnico Superior de Animação Sociocultural com uma equipa multidisciplinar no Concelho de Alcobaça, através de um projeto de desenvolvimento

social interconcelhio (Alcobaça-Nazaré), denominado Projeto Mais Participação, Mais Cidadania, Mais Desenvolvimento, inserido no Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social. Este programa visava “promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social de territórios deprimidos” (Portaria 396/2007 – 2 de Abril). Neste mesmo trabalho, fomos contactando com as realidades das populações e das organizações, de forma a podermos implementar respostas e atividades previstas no plano de ação do referido projeto, em cooperação e parceria com as organizações locais, sustentadas pelos diagnósticos sociais dos dois concelhos, com vista à capacitação das pessoas e das organizações, a vários níveis, que resultasse em desenvolvimento social e na melhoria das condições de vida das pessoas. Nesse trabalho, pudemos averiguar que algumas das freguesias do concelho de Alcobaça se encontravam a envelhecer a um ritmo acelerado, conforme apontava já o Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça de 2007.

Pelo facto de nos encontrarmos a frequentar o Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, tendo a intenção e vontade em aprender mais sobre os caminhos que podem levar as pessoas a usufruírem da aposentação e da velhice em boas condições físicas, psicológicas e materiais e tendo a possibilidade de realizar uma dissertação no segundo ano resolvemos escolher esta freguesia pouco estudada e com a qual tivemos grande ligação e identificação. De forma a compreendermos melhor o caminho que tem vindo a ser percorrido pela freguesia em questão, na implementação das políticas e das práticas que fomentem os princípios do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações, enquanto resposta aos desafios colocados pelo envelhecimento da sua população, resolvemos realizar um estudo de caso de natureza qualitativa. Seguimos, assim, “uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real; quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas muitas fontes de dados” (Yin, 1988, *cit.* por Carmo e Ferreira, 2008: 234). Neste sentido, o nosso estudo, teve como objetivo perceber quais as políticas e as práticas locais que têm vindo a ser desenvolvidas na promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações na freguesia de Coz de modo a serem obtidas melhores condições de vida para as pessoas residentes e assegurar sustentabilidade no futuro, identificando os desafios colocados às organizações e à sociedade civil perante o envelhecimento da população e da sociedade.

Foram, assim, chamadas a prestarem o seu contributo para esta investigação

quatro pessoas com responsabilidades locais que integram organizações sociais com atuação direta nesta freguesia.

2. Caraterização da freguesia de Coz

Coz ou Cós é uma freguesia localizada na zona Oeste de Portugal pertencente ao Concelho de Alcobaça. Está localizada 8 km a norte da cidade de Alcobaça e tem uma área de 14, 61 Km². Encontra-se situada num vale de terra fértil, onde predominam pomares, olivais, pinhal e eucaliptal. Esta freguesia abrange as povoações de Alqueidão, Alto Varatojo, Casal da Areia, Casal do Resoneiro, Casalinho, Castanheira, Moinho da Mata, Pomarinho, Póvoa, Vale do Amieiro e Varatojo.

Relativamente às atividades económicas desta freguesia, a agricultura foi outrora a atividade principal desta população. Atualmente, a indústria apresenta-se como atividade económica predominante, dispondo Coz no seu território do maior Parque Industrial do Concelho de Alcobaça. Nas suas terras estão assim localizadas diversas fábricas de móveis, faianças artísticas e decorativas, vidro, cristal, cartonagens, pequenas indústrias de fabricação de cestas de junco, entre outras.

Em Coz, o património religioso assume-se enquanto parte importante do património cultural. Esta afirmação, é alicerçada pelas várias manifestações do culto religioso do Cristianismo, vigentes nos diversos imóveis que ali se podem encontrar como o Mosteiro de Santa Maria de Coz ou Convento de Cós, a Ermida de Santa Rita, a Igreja Matriz de Coz, outrora chamada Igreja da Misericórdia, o Santuário de Nossa Senhora da Luz, a Capela de Santa Marta, Capela de Nossa Senhora da Graça, a Fonte Santa, entre outras. São também comuns as movimentações populares que levam avante as tradicionais festas da Ascensão, do Espírito Santo, do Corpo de Deus, de St^a. Eufémia, de N^a. Senhora da Graça, de St^a. Marta e da Sr^a. da Luz. Dispõe também de vários grupos organizados relacionados diretamente com a prática religiosa, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Cós e o Agrupamento 522 Corpo Nacional de Escutas – Coz.

No entanto, observamos que o seu património é mais vasto, sendo também testemunhos do seu património, o mosaico romano do ‘Rei de Coz’, os seus moinhos de água, as suas cestas de junco, os lagares de azeite, assim como, na gastronomia, as misturadas, e alguns bolos típicos como os bolos dos noivos, as ferraduras, as filhoses,

Papão de Anjo do Convento de Coz, Sopa Dourada do Convento de Cós, Toucinho do Céu do Convento de Cós... e as suas pessoas.

Esta freguesia apresenta em funcionamento várias associações e organizações sem fins lucrativos, entre elas, a Associação Recreativa Povoense, a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Casalinho, a Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Castanheirense, o Centro Desportivo e Cultural do Casal da Areia e Clube de Caça, Pesca e Tiro de Cós e uma Instituição Privada de Solidariedade Social, o Centro Bem-Estar Social da Freguesia de Cós com valências de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário que de uma forma mais ou menos contínua vão, em colaboração com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal de Alcobaça, realizando algumas atividades e comemorando algumas festividades.

Esta freguesia é ainda depositária de alguns serviços essenciais à população como são os casos da Extensão de Saúde, da Farmácia, dos Correios, da Pré-escola e de duas Escolas Primárias, tendo já encerrado uma e existindo uma diminuição de turmas nos últimos dez anos. Tem ainda algum comércio como cafés, restaurantes, padarias, churrascaria, entre outros. O seu território não é coberto, no entanto, por uma rede de transportes e verifica-se que existe ainda um trabalho a realizar ao nível das acessibilidades.

No que diz respeito aos dados sobre a sua população, Coz, entre 2001 e 2011 de acordo com os Censos, tem vindo a diminuir e a envelhecer. Verifica-se, assim, que a sua população residente em 2001 era de 2043 indivíduos sendo que dessas 2043, 415 tinham 65 anos ou mais. No ano de 2011 observou-se que a sua população tinha já diminuído para 1895 habitantes, (910 homens e 985 mulheres) e a população com 65 anos ou mais era de 432 indivíduos. De acordo com o Censos 2011, Coz tem vindo a perder população em todos os grupos etários e a ganhar população no grupo com 65 anos ou mais face a 2001. Ou seja, no grupo etário dos 0-14 anos perdeu 7,72% da população, na geração dos 15-24 anos perdeu 36,46%, da geração dos 25-64 anos perdeu 3,99% e na geração dos 65 ou mais ganhou 4,10% da população. A situação não aparenta estar a inverter-se, pois, os indicadores verificados no que se refere à geração dos 0-14 anos de 2001 apresentavam um número maior de indivíduos comparativamente ao ano de 2011, 275 indivíduos em 2001 e 251 indivíduos em 2011. Ainda se pode observar também nesta freguesia que o n.º de pessoas com 65 ou mais anos a viver sós ou com outros elementos do mesmo grupo etário atinge os 294 indivíduos (Censos, 2011).

Caso se concretize a deliberação de reorganizar e de diminuir o número de freguesias, uma das intenções do atual governo que está a ser cumprida pelas autarquias, conforme a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro prevê-se, tal qual indica a Direção Geral da Administração Interna, em 28 de março de 2013, que a freguesia de Coz se alargue englobando as freguesias atuais de Montes e Alpedriz. Estas duas freguesias encontram-se também elas envelhecidas, de acordo com os dados do Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça de 2007 (último realizado) e do Censos 2011, quer pela diminuição da natalidade, quer pelo aumento da longevidade. A freguesia de Montes é mesmo a freguesia mais envelhecida do concelho de Alcobaça. Se este alargamento se efetivar, como parece estar eminente, Coz passará a ser uma freguesia maior, mas também mais envelhecida do que é hoje, podendo passar mesmo a ser uma das duas freguesias mais envelhecidas do concelho de Alcobaça.

3. Metodologia

A pessoa humana, ao longo dos tempos, tem vindo a percorrer o seu caminho, motivado sempre pela procura de um maior conhecimento da realidade, na tentativa de alcançar a ‘verdade’ (Trentini e Gonçalves, 2009: 310). Essa pretensão que parece ser inata ao ser humano, levou a ser encontrado um caminho que aperfeiçoasse o conhecimento comum (*idem*), tendo a ciência assumido esse papel ético de protagonismo e de prestígio, procurando alicerçar a validade das suas afirmações na objetividade e na independência relativamente à história e à intervenção humana (Marques, 1998: s/d). A ciência tem vindo a assumir-se:

como corpo de conhecimentos que são relatados nos livros e manuais científicos; como uma instituição social, que inclui centros de investigação, institutos, revistas e que pode ser examinada pela história, sociologia e antropologia; e ainda como método, ou seja, enquanto processo sistemático de pesquisa do saber baseado em princípios conjuntos de carácter empírico-racional (*idem*).

A ciência é legitimada pelo conhecimento científico enquanto mediação para o ser humano bem conduzir a sua existência, e nesse sentido pertence-lhe o compromisso de evidenciar a intencionalidade da sua existência, para direcioná-la rumo a uma qualidade de vida que se encontre à altura dos padrões de dignidade das pessoas (Severino, 2000: 13). Assim, o compromisso do ser humano parece estar diretamente relacionado com a invenção e a produção de conhecimento, com o intuito de construir cidadania, entendida atualmente como a única forma decente de sermos inteiramente humanos (*idem*) e de se produzir desenvolvimento. A investigação científica apresenta-se, assim, entre outros, como uma opção válida na compreensão e no estudo dos fenômenos e dos comportamentos das pessoas e do seu meio, apresentando-se diretamente associada ao encontro de soluções para problemas de ordem prática, e ao desejo de encontrar explicações constantes que possam ser testadas e julgadas através de provas empíricas (Koche, 2006, *cit.* por Trentini e Gonçalves, 2009: 310). Isto acontece em qualquer área do saber, sobre qualquer fenômeno e com diferentes pessoas mesmo que tenham crenças, objetivos e crenças opostas (Marques, 1998: s/d). De acordo com (Silva, 1986: 52), e na linha de Gaston Bachelard, o processo de produção de conhecimento científico divide-se em três atos epistemológicos indissociáveis: “a *rutura* com as evidências de senso comum que possam constituir obstáculos àquele processo; a *construção* do objeto de análise, das teorias explicativas; a *verificação* da validade dessas teorias pelo seu teste, quer dizer, pelo confronto com a informação empírica”. O conhecimento científico concretiza-se quando se

pratica a pesquisa, e só se pratica a pesquisa trabalhando o conhecimento a partir das fontes apropriadas a cada tipo de objeto. Construir o objeto do conhecimento é aprendê-lo [nas] suas próprias fontes, [na] sua particularidade: não é contemplá-lo ou intuí-lo em sua essência, nem representá-lo abstratamente; ou melhor, a sua representação abstrata não é um ponto de partida, é um ponto de chegada, é o resultado de uma construção feita com os dados e elementos fornecidos pela fonte na qual o objeto se realiza (Severino, 2000: 13).

A pesquisa científica constitui um desafio permanente, “devido à complexidade e abrangência do seu objeto de estudo” (Sarriera, 2008, *cit.* por Trentini e Gonçalves, 2009: 310), que abrange “fenômenos e atividades relacionadas ao ser humano, à cultura, à sociedade e aos elementos que fazem parte da comunicação, como a linguagem” (Lungarzo, 1995, *cit.* por Trentini e Gonçalves, 2009: 310). Esta visa fundamentalmente,

contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os domínios, através de procedimentos e raciocínios lógicos orientados segundo rigorosos critérios que podem ser alcançados de forma dedutiva ou indutiva (Marques, 1998). O raciocínio dedutivo é utilizado nos estudos que seguem uma metodologia quantitativa e o raciocínio indutivo é utilizado naqueles que utilizam uma metodologia qualitativa (Carmo e Ferreira, 2008). Estes dois tipos de metodologia de investigação tem abordagens, finalidades e procedimentos diferentes, ou seja, enquanto aos estudos quantitativos está subjacente uma preocupação com a medição e a análise de relações causais entre variáveis, a metodologia qualitativa coloca “ênfase nos processos e nos significados atribuídos aos fenómenos pelos indivíduos, que os vivenciam, não se colocando o acento no exame ou medição rigorosos dos mesmos, em termos de quantidade, intensidade ou frequência” (Vieira, 1995: 41). A metodologia quantitativa “parte de ideias gerais e abstratas de modo a extrair dados específicos e particulares (...) e a conclusão obtida só é correta se as premissas de que se parte forem verdadeiras” (Marques, 1998). Na metodologia qualitativa o percurso é efetuado “a partir do estudo de um número limitado de casos, em que é esperado fazer emergir uma relação significativa entre eles, com a possibilidade da generalização a novos casos” (*idem*). Na metodologia qualitativa o significado não é composto pela soma das respostas estatísticas, mas por uma construção cujos significados vão confirmar uma lógica ou mesmo várias lógicas. Assim sendo, “é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa” (Minayo e Sanches, 1993: 244). A investigação quantitativa, em termos gerais, procura fundamentalmente “estabelecer relações e explicar as causas das mudanças observadas nos fatos sociais que são alvo de medição, e a investigação qualitativa está mais voltada para a compreensão dos fenómenos sociais, a partir de uma perspetiva dos participantes” (Schumacher, 1989, *cit.* por Vieira, 1995: 41). Na metodologia qualitativa, a realidade, composta por várias realidades, é estudada de forma global. Assim, os indivíduos, os grupos e situações são estudadas tendo por base o passado e o presente dos sujeitos de investigação (Carmo e Ferreira, 2008). Ou seja, o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de depoimentos representativos e objetivamente mensuráveis das opiniões de determinado grupo, mas no aprofundamento da compreensão de um fenómeno social através das transações e da partilha responsável dos atores envolvidos.

A investigação qualitativa possibilita também ao investigador assumir “uma postura diferente na sua tentativa de estudar cientificamente, não a realidade, mas as perceções que, quer eles, quer os outros (os indivíduos ‘comuns’) têm da mesma” (Vieira,

1995: 47). Assume-se, neste enquadramento, que a compreensão das relações, das atividades humanas e dos significados que as caracterizam “é radicalmente diferente do agrupamento dos fenómenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social” (Minayo e Sanches, 1993: 244). Na investigação qualitativa verifica-se assim que os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que por resultados ou produtos (Bogdan e Biklen, 1994: 49).

Desta forma, e atendendo aos objetivos e natureza do nosso estudo, que pretendeu estudar alguns aspetos restritos da realidade da freguesia de Coz privilegiando a compreensão das pessoas, dos seus comportamentos, vivências e experiências em profundidade, através das percepções de quatro interlocutores privilegiados, optámos pela utilização da metodologia qualitativa, considerando-a como a mais apropriada neste caso específico. Procurou-se, desta forma, aceder a informação que não conseguiríamos se utilizássemos métodos quantitativos de investigação.

Na investigação qualitativa, o ambiente natural é a fonte onde são recolhidos os dados e o investigador é tido como um instrumento fundamental para a realização da pesquisa, pois é através do diálogo entre investigador e participantes na investigação que a recolha da informação acontece (Bogdan e Biklen, 1994: 47, 51). De acordo com as palavras de Minayo e Sanches (1993: 245), “o material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala quotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos”. Considera-se, desta forma, que para a pesquisa qualitativa toda a informação transacionada tem relevância e potencial para nos levar a uma melhor compreensão do objeto que pretendemos estudar (Bogdan e Biklen, 1994: 49). Mas tem que se ter a percepção que este tipo de metodologia lida com “significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida quotidiana” (Minayo e Sanches, 1993: 245), quer da parte dos participantes, quer por parte do investigador. Esta isenção leva à necessidade de os investigadores que escolham a metodologia qualitativa adotarem procedimentos que indiquem as orientações seguidas na recolha e no tratamento da informação. Nesse sentido, os investigadores qualitativos procuram estabelecer estratégias e adotar procedimentos de forma a apreender, a descrever e a interpretar as informações e as experiências que o interlocutor privilegiado lhe fornece. O investigador, enquanto instrumento da recolha dos dados, deve, portanto, apresentar grande sensibilidade, conhecimento e experiência, pois disso dependem a fiabilidade dos dados e a validade da

investigação (Carmo e Ferreira, 2008). O investigador tem, assim, que: ser humano, esforçando-se para entender a realidade que pretende estudar e as pessoas que estão envolvidas; ser natural, procurando minimizar os efeitos que provoca nos participantes da sua a investigação; ser sensível ao contexto, levando em linha de conta atos, palavras e gestos das pessoas que só poderão ser compreendidos dentro de contexto; ter em conta o significado compreendendo os participantes através dos mesmos quadros de referência que as pessoas estudadas; de recolher os dados encontrando formas de os registar e de os descrever da maneira mais exata e fidedigna possível (Carmo e Ferreira, 2008).

De acordo com Minayo e Sanches (1993: 245), a investigação qualitativa, desenvolve-se portanto em duas direções: numa prepara as suas teorias, os métodos, os princípios e apresenta os resultados; noutra, inventa e autentica o seu caminho, abandona certas vias e toma direções que considera serem privilegiadas, de forma a tornar a investigação científica credível. Cabe, assim, à natureza da investigação determinar a validade ou a falsidade de uma teoria científica, e não aos especialistas (Marques, 1998) No entanto, os investigadores assumem um compromisso ético de indicar os procedimentos utilizados e de registar e documentar a informação recolhida e a forma como foi tratada e cruzada a informação, para a obtenção das conclusões.

4. Casos entrevistados: escolha e preparação

Seguindo o raciocínio de Vieira (1995), defendemos que só contatando direta e continuamente com as pessoas podemos ambicionar ser capazes de aprender a descobrir “o que elas experienciam, a forma como interpretam as suas experiências e como elas próprias estruturam o mundo social em que vivem” (Psathas, 1973, *cit.* por Bogdan e Biklen, 1982: 30). Nesse sentido, e enquanto investigador que tem plena consciência que não tem um conhecimento profundo e alargado sobre a realidade, e a comunidade que se pretendia estudar, mas que está disposto a ouvir e a aprender, na eleição dos entrevistados seguimos as sugestões de Amado (2009: 186), escolhendo interlocutores privilegiados, com experiências próprias e diferenciadas com quem se considerou poder aprender o máximo sobre as situações, realidades e/ou comportamentos que se pretendiam investigar. Foi nossa intenção, assim, ter acesso a outras dimensões da realidade da freguesia de Coz, através da perceção de quatro pessoas que foram convidadas a participar e a colaborar nesta investigação, devido à sua experiência de vida

quotidiana e profissional, pelas responsabilidades sociais que apresentam nesta freguesia e/ ou pelo estatuto que auferem junto da comunidade de Coz.

Após a identificação destas pessoas, tivemos que proceder ao contato prévio, neste caso por telefone e em alguns casos de forma presencial, de modo a explicitar a relevância do seu contributo para o estudo, o porquê da sua escolha, o que se pretende com o estudo, garantir a disponibilidade da pessoa entrevistada para a realização da entrevista e, por último, combinar o dia, a data, a hora e o local para a realização da mesma.

5. Técnica de recolha de dados: a entrevista semiestruturada

A entrevista é uma das técnicas mais comuns e importantes no estudo e compreensão do ser humano (Aires, 2011: 27). Na metodologia qualitativa considera-se a relação entre o investigador e o entrevistado como uma característica importante para a estabelecimento de momentos de diálogo, de partilha e de perceção das experiências humanas. É nessa possibilidade de diálogo que o entrevistado, possuidor do seu próprio ponto de vista, transmite as suas interpretações, o que muitas vezes faz colocar as pressuposições do investigador em causa. A entrevista apresenta-se desta forma como um método que é apropriado para estudar o

sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc. (Quivy e Campenhoudt, 1998: 193).

A entrevista é utilizada quando se pretende conhecer o ponto de vista do outro (Máximo-Esteves, 2008: 93) sobre determinada realidade, situação ou comportamento que se pretende estudar. De acordo com Carmo e Ferreira (2008), o objetivo de uma entrevista “é abrir a área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador” (p. 142). Nesse sentido, a entrevista permite abrir o caminho à reflexão, ampliar e circunscrever horizontes de leitura, tomar conhecimento das extensões ou das particularidades de uma determinada situação ou problema e ao mesmo tempo pode levar o investigador a adotar uma perspetiva mais correta sobre a temática ou situação que pretende estudar. Assim, considera-se a entrevista como um espaço propício à

conversação intencional e orientada, onde ocorre uma verdadeira partilha “que implica uma relação pessoal, durante a qual os participantes desempenham papéis fixos: o entrevistador pergunta e o entrevistado responde (Máximo-Esteves, 2008: 92-93). Ao entrevistado cabe-lhe o papel de exprimir

as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas perceções ou as suas experiências, ao passo que através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o entrevistado aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade (Quivy e Campenhoudt, 1998: 192).

Para que tal seja possível, o investigador deve conseguir colocar em prática estratégias que permitam ao entrevistado “falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (*idem*). De acordo com Amado, (2009: 192), na execução da entrevista o entrevistador deve:

apresentar-se como alguém que pretende aprender; ganhar a confiança do entrevistado; evitar, na medida do possível, dirigir a entrevista; dar a palavra; evitar interrogatórios; não cortar nem interferir; não fazer perguntas que influenciem o entrevistado; utilizar frequentes sinais verbais e não-verbais de reforço, estímulo; procurar, apesar dos estímulos, manter-se com alguma neutralidade; não restringir a temática abordada, possibilitando o alargamento dos temas propostos e a informação espontânea de temas previstos no guião, mas ainda não abordados; evitar compartimentações estanques dos temas; esclarecer os quadros de referência (conceitos e situações) utilizados pelo entrevistado; certificar-se que o entrevistado o entende e é entendido; tomar notas de modo discreto.

Também as múltiplas e diferentes situações em que podem ocorrer as entrevistas, levam à diversidade dos formatos e dos métodos utilizados para a sua aplicação, procurando-se, assim, uma adequação “convenientemente às exigências do ambiente e dos objetivos que o investigador se propõe a atingir” (Carmo e Ferreira, 2008: 145). Assim, tendo em conta o objeto deste estudo, para a recolha dos dados decidimo-nos por aplicar uma entrevista semiestruturada ou semidiretiva. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008) este tipo de entrevista é “certamente a mais utilizada em investigação social” (p. 198). É semiestruturada ou semidiretiva pois não contempla um grande número de perguntas precisas, no entanto as perguntas também não são

inteiramente abertas (*idem*). As questões da entrevista devem, por isso, ser suficientemente gerais para explorar aprofundadamente o tema do estudo, e suficientemente específicas para se ajustarem ao entrevistado e aos seus conhecimentos. Estas “derivam de um plano prévio, um *guião* onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado” (Amado, 2009: 182).

A entrevista semiestruturada utilizada no nosso trabalho foi conduzida e sustentada por um guião flexível previamente construído por nós e sujeito a um estudo piloto (anexo 1). Esta verificação da aplicação e funcionamento do guião incidiu sobre a pertinência, objetividade, extensão e grau de clareza das questões, visando aperfeiçoá-lo, tornando as questões mais perceptíveis e compreensíveis para os entrevistados. O teste do guião decorreu junto dos professores orientadores deste trabalho e de uma técnica de intervenção social que tinha exercido funções profissionais no território onde incidiu o nosso estudo.

A entrevista semiestruturada permitiu-nos proceder a ajustamentos necessários no decurso da entrevista, tais como, por exemplo, alterar a sequência das questões e adaptá-las ao nível de compreensão e da apropriação das questões por parte dos entrevistados, explorar novos pontos que surgissem no decorrer da interação investigador-entrevistado os quais pudessem contribuir para o enriquecimento dos dados recolhidos, ajustar as questões para que se pudesse perceber com maior clareza a informação e para que a pessoa entrevistada não se afastasse dos objetivos da investigação.

A entrevista semiestruturada é um instrumento que exige transcrição integral do que foi gravado, devendo esta ser fidedigna à informação recolhida, contendo todas as informações transacionadas (Carmo e Ferreira, 2008: 198). Tal procedimento é essencial para que se possa posteriormente realizar uma análise credível dos dados, através da comparação e ‘triangulação’ da informação.

Para a realização da entrevista semiestruturada, procedemos à realização de um guião, que nos serviu de apoio. O bloco I deste guião incidiu sobre o processo de legitimação da entrevista. O segundo bloco destinou-se à caracterização biográfica dos entrevistados. No bloco III procurou-se estruturar questões que nos levassem à obtenção de informação sobre as perceções e as expectativas criadas na população pelo Ano Europeu Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações. Com o bloco IV pretendeu-se recolher informação que contribuísse para identificar os caminhos que têm vindo a ser seguidos pelas políticas sociais para a consciencialização e educação das

peças para o envelhecimento ativo e para a solidariedade entre gerações. No Bloco V procurou-se captar as perspectivas que os entrevistados tinham relativamente às políticas locais que se perspectivavam para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. No bloco VI pretendeu-se apurar qual a perceção que cada entrevistado tinha sobre os conceitos de velhice, envelhecimento ativo, envelhecimento demográfico e a aposentação. O Bloco VII recaiu sobre a perceção das pessoas entrevistadas face ao reconhecimento social das pessoas idosas por parte da população de Coz. Por último, o Bloco VIII foi dedicado ao encerramento da entrevista, onde nos mostrámos abertos a sugestões para futuros estudos que fossem mais-valias para a concretização dos objetivos do AEEASG.

6. Procedimentos da recolha de dados

Desde a primeira abordagem aos participantes para a realização desta investigação que o processo decorreu de uma forma natural e simples, onde imperou a vontade de cooperação por parte das pessoas que se pretendeu entrevistar e das instituições às quais estão profissionalmente ligadas. Neste sentido, o trabalho foi facilitado, pois os intervenientes assumiram um compromisso de cidadania e de ‘dever’ relativamente a este estudo, interessando-se pela temática em causa.

Na recolha de dados para este estudo tivemos em atenção vários procedimentos de nível técnico, ético e de responsabilidade moral. Nesse sentido, enquanto investigadores que necessitamos dos contributos dos entrevistados, considerámos pertencer-nos a responsabilidade de não deixar ao acaso certos tipos de condutas que poderão influenciar os dados que possamos recolher. Os locais escolhidos para a realização das entrevistas, as horas marcadas e a duração da entrevista foram, assim, determinados consoante a disponibilidade, a receptividade e a proposta do entrevistado. Desta forma, ambicionámos evitar alterações significativas no seu quotidiano, não comprometendo, assim, à partida, as respostas dadas, por falta de tempo, pelo contexto ou pela falta de disposição. Procurou-se também salvaguardar que, durante as entrevistas, os participantes se sentissem confortáveis e descontraídos, almejando criar um ambiente empático, onde predominasse a confiança, o respeito e a escuta ativa, de forma a ser obtida informação rica e com grande importância para a investigação.

Outra das decisões que tomámos (investigador e orientadores) foi a de que neste estudo teríamos algo a ganhar se omitíssemos a identidade da pessoa entrevistada, garantindo assim, a absoluta confidencialidade relativamente às fontes. O intuito foi o de assegurar, à partida, todas as condições aos entrevistados, para que se sentissem bem com a partilha e contributo que aceitaram prestar, procurando não os comprometer com a informação fornecida. Tal procedimento foi muito bem acolhido pelos participantes, deixando-os mais ‘à vontade’ para dizerem a sua opinião sem quaisquer tipo de apreensões.

Aquando da realização das entrevistas seguiram-se vários procedimentos. Primeiramente, procurou-se obter legitimação da entrevista por parte do entrevistado. Nesse sentido, começámos por fazer uma breve apresentação pessoal, escolar e profissional da nossa pessoa, assim como, por explicar a opção por este estudo e por esta freguesia, procurando desde logo alcançar um clima de confiança, de respeito e de diálogo. Posteriormente, fez-se a apresentação dos objetivos da entrevista, seguindo-se a comunicação da intenção em nos comprometermos perante os entrevistados a respeitar alguns aspetos éticos e deontológicos relativamente à entrevista, no que se refere à recolha dos dados, à transcrição, à análise e à difusão da informação. Nesse sentido, foi apresentado, aceite verbalmente e posteriormente assinado formalmente, com cada um dos participantes no estudo, um Termo de Consentimento Informado (anexo 2). Este teve como objetivo selar um compromisso e responsabilizar as partes pela credibilidade da informação, pelo seu tratamento, pela omissão da identidade dos entrevistados na divulgação da informação, pelo reconhecimento da forma voluntária da participação e portanto, sem motivo para remuneração ou a qualquer outro tipo de regalias enquanto moeda de troca das informações ou dados transmitidos.

No decorrer da entrevista, enquanto entrevistador, procurámos: manter a calma, fazendo com que o entrevistado pudesse falar sem inibição, interrompendo ou acrescentando algo apenas de forma a poder clarificar algum aspeto que não tenha sido bem compreendido; manter uma postura assertiva, fazendo cumprir os procedimentos previamente estabelecidos, adaptando-os apenas consoante as necessidades não previstas do decorrer da entrevista; ser simpático, interessado e atento aos pormenores, agradecendo todos os contributos e mostrando disponibilidade para transmitir as conclusões do estudo após o seu término e a sua defesa no âmbito do júri de mestrado.

Após à realização das entrevistas semiestruturadas e do seu registo áudio, passou-se à transcrição integral das mesmas, que resultaram em 79 páginas A4, sendo

posteriormente toda a informação recolhida e transcrita sujeita a uma análise de conteúdo. Disso damos conta no capítulo seguinte deste trabalho.

Conclusão

Neste capítulo apresentámos a temática eleita para a realização do presente estudo, indicando o seu local de realização e os motivos que nos levaram a optar por este trabalho. Procedeu-se, posteriormente, a uma breve reflexão teórica sobre a investigação qualitativa, uma vez que o trabalho desenvolvido na freguesia de Coz se enquadra nos estudos de caso. Apresentámos também uma breve caracterização desta freguesia, onde foi possível verificar, através de alguns indicadores, que a sua população se encontra continuamente a envelhecer, não se verificando para já alterações que invertam essa realidade. Aqui, pudemos ainda perceber a riqueza do seu património religioso e algumas das alterações que têm vindo a ocorrer nas principais atividades económicas. Posteriormente, indicámos e justificámos a escolha dos participantes neste estudo de caso, enquanto pessoas interlocutoras privilegiadas e detentores de grande informação, conhecimento e experiência a vários níveis sobre a freguesia de Coz, e sobre os comportamentos e vivências dos seus habitantes. Descrevemos o instrumento utilizado (guião) para a recolha dos dados nas quatro entrevistas semiestruturadas que realizámos, e apresentaram-se os procedimentos respeitados para a recolha das informações. Foram ainda mencionadas algumas preocupações éticas que nos pareceu importante ter, tendo em vista salvaguardar os direitos dos participantes e de cumprir os nossos deveres enquanto investigador.

O capítulo seguinte deste trabalho é dedicado à apresentação e interpretação das informações recolhidas durante as entrevistas.

Capítulo II – Apresentação e discussão dos dados

Introdução

Este capítulo é dedicado à apresentação e discussão dos dados da investigação que nos propusemos realizar, um estudo de caso de natureza qualitativa que foi desenvolvido na freguesia de Coz. Tal como referenciámos no capítulo anterior, utilizámos a técnica da entrevista semiestruturada para a recolha dos dados junto dos interlocutores privilegiados escolhidos, tendo depois procedido à gravação com autorização das entrevistas, para procedermos a uma transcrição integral da informação fornecida. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008), em investigação social a recolha dos dados recorrendo à entrevista pressupõe uma análise de conteúdo. Nesse sentido, chegou a altura de iniciar tal processo. No entanto, e embora a análise de conteúdo se evidencie como sendo um aspeto fulcral no processo de investigação, apresenta-se também como um problema para o investigador, pois, independentemente dos métodos e das técnicas utilizadas, esta envolve grande minúcia no processo analítico que é aplicado aos dados recolhidos (Aires, 2011). Por esse motivo convinha que fossemos conhecedores do que é exatamente a análise de conteúdo, para podermos cumprir os procedimentos e respeitar as suas particularidades no tratamento da informação.

Desta forma, sentimos necessidade de realizar uma breve reflexão com base na literatura da especialidade a que tivemos acesso, sobre a definição e caracterização da análise de conteúdo, à qual dedicámos o ponto 1. No ponto 2 pretendeu-se realizar uma sistematização dos dados, decompondo a informação em várias rúbricas: categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo. No ponto 3 realizámos uma síntese conclusiva dos dados recolhidos. E, por último procurámos tirar as nossas conclusões, tendo por base os objetivos do estudo, a análise de conteúdo dos dados e a interpretação que fizemos da informação obtida.

1. A análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação que se pode integrar em qualquer um dos grandes tipos de procedimentos lógicos da investigação, e servir igualmente os diferentes métodos (Vala, 1986). Tratando-se o nosso trabalho de

um estudo de caso de natureza qualitativa, esta técnica pode ser utilizada na análise da informação recolhida.

A análise de conteúdo difere caso se utilize uma metodologia qualitativa ou uma metodologia quantitativa. Na análise quantitativa, o mais importante “aparece com frequência, sendo o número de vezes o critério mais utilizado” (Carmo e Ferreira, 2008: 271). Na análise qualitativa, “a noção de importância implica a novidade, o interesse, o valor de um tema” (*idem*). Assim, nesta investigação que segue as orientações da metodologia qualitativa, tivemos que ter presente que à análise de conteúdo estão implícitas várias etapas, como a “definição dos objetivos e do quadro de referência teórico, a constituição de um *corpus*, a definição de categorias, a definição de unidades de análise, a quantificação (não obrigatória) e a interpretação dos resultados obtidos” (*idem*). Tivemos também presente que as reflexões a que os entrevistados estiveram sujeitos e que expressaram através das perguntas colocadas não revelam apenas ou sobretudo uma lógica formal, mas também uma “lógica que envolve convenções e símbolos, aspetos racionais e não racionais, conscientes e inconscientes” (Vala, 1986: 110). Estes aspetos encontram-se codificados e o investigador ao fazer a análise pretende aceder, pelo menos em parte, a uma descodificação da informação. A análise de conteúdo na metodologia qualitativa serve, desta forma, para analisar a realidade, utilizando deduções interpretativas a partir dos conteúdos transmitidos pelos entrevistados (Amado, Costa, Crusoé, 2013). No nosso trabalho procedemos, assim, à organização desses conteúdos num sistema de categorias que traduzissem as ideias-chave veiculadas nas entrevistas em análise (Amado, 2009). As categorias apresentam-se enquanto elementos chave do código do analista (Vala, 1986). Nesse sentido, decompusemos a informação dessas unidades de significação e/ou de representação e, de seguida, reorganizámo-las num conjunto de categorias que permitisse atingir uma compreensão mais aprofundada acerca das perceções dos entrevistados sobre as temáticas em estudo, tal como indicou Amado (2007¹). Procurámos garantir, ainda no procedimento da designação das categorias, que respeitávamos as sugestões de Grawitz (1993, *cit.* por Carmo e Ferreira, 2008), segundo o qual as categorias devem respeitar os seguintes requisitos: exaustividade, devendo todo o conteúdo que se decidiu classificar estar incluído nas categorias consideradas; exclusividade, sendo que os mesmos elementos devem de pertencer somente a uma mesma categoria e não a várias; objetividade, já que as

¹ A Técnica da Análise de Conteúdo. Documento *Power Point* de apresentação de comunicação em 16/4/2007.

características de cada categoria devem de ser explicadas claramente e sem ambiguidade, de modo a que diferentes codificadores classifiquem os vários elementos que se selecionaram dos conteúdos em análise, nas mesmas categorias; e pertinência, devendo as categorias constituídas apresentar uma relação próxima com os objetivos e com o conteúdo que está a ser classificado. Assim, na determinação das categorias procedemos a leituras sucessivas da informação recolhida, levando em consideração os objetivos do estudo e tendo presente que as categorias não devem ser numerosas ou demasiado detalhadas, nem em número insuficiente para não se revelarem demasiado generalistas e de difícil delimitação, tal como nos recomendam Carmo e Ferreira (2008). De acordo com (Vala, 1986), à lógica de construção das categorias encontra-se implícita: a) a possibilidade de identificação de indicadores na informação; b) a existência de um estado ou de um processo subjacente à produção da informação pela fonte; c) e uma correspondência entre o indicador e o estado ou processo que ocorre na fonte. Nesse sentido, atribuímos um código a cada uma das categorias e subcategorias e aproximámos e confrontámos as unidades de registo a que se atribuiu o mesmo código (Amado, Costa, Crusoé, 2013). De acordo com Carmo e Ferreira (2008), uma unidade de registo é um “segmento mínimo de conteúdo que se considera necessário para poder proceder à análise, colocando-o numa dada categoria” (p. 275). Esta indicação é essencial, pois na interpretação dos dados o investigador necessita de sustentar as conclusões delineadas, possibilitando a compreensão e explicação dos fenómenos que são objeto estudo e, em alguns casos, levando mesmo o investigador a prever acontecimentos ou situações (*idem*). Percorre-se, assim, um caminho que pretende descobrir aspetos importantes que devem ser capturados para que possam posteriormente ser transmitidos a outros (Bogdan e Biklen, 1994). Para tal, o investigador tem que procurar assegurar sempre a fidedignidade e a validade dos resultados (Vala, 1986). Nesse sentido, procurámos cumprir exhaustivamente os procedimentos indicados, com o acompanhamento e a orientação de especialistas (professores orientadores) durante o estudo.

De seguida passaremos a classificar a informação por rúbricas, que diferenciamos em categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo, seguindo os procedimentos referidos.

2. Análise e discussão dos dados

No quadro 1, a seguir apresentado são descritas as categorias, as subcategorias e os indicadores que estabelecemos após a no análise às entrevistas.

Quadro 1: Matriz da análise de conteúdo das entrevistas realizadas (MAC)

| Categorias | Subcategorias | Indicadores |
|---|--|--|
| 1. Conceções sobre envelhecimento ativo | 1.1. Qualidade de vida. | O envelhecimento ativo permite chegar ao fim da vida com alguma qualidade de vida |
| | 1.2. Saúde e bem-estar. | Manter um estilo de vida saudável e ativo proporciona bem-estar físico e mental. |
| | 1.3. Atividade, utilidade e produtividade. | Envelhecer ativamente pressupõe ser proactivo e útil à sociedade. |
| | 1.4. Autonomia e independência. | Envelhecer ativamente contribui para chegar à última fase da vida com maior autonomia e independência, o que é essencial para a pessoa se manter no seu local de residência. |
| | 1.5. Direitos básicos garantidos. | O envelhecimento ativo pressupõe que sejam garantidos os direitos básicos às pessoas. |
| | 1.6. Voluntariado. | A participação voluntária da pessoa idosa em atividades comunitárias apresenta-se como uma mais-valia para a pessoa idosa e para a comunidade. |
| | 1.7. Mentalidade da pessoa. | Promover um envelhecimento ativo ao longo da vida depende da mentalidade da pessoa, da sua integração social e educação. |
| | 1.8. Solidariedade inter e intra geracional e integração familiar e comunitária. | A solidariedade entre pessoas indiferentemente das suas idades poderá trazer vantagens para todas as gerações. |
| | 1.9. Ocupação. | As organizações devem promover e/ou incentivar a criação de organizações e atividades educativas, culturais, desportivas e de serviços que vão ao encontro das necessidades dos seniores. |
| | 1.10. Educação e formação. | As pessoas idosas são cada vez mais instruídas. |
| 2. Visões sobre o envelhecimento demográfico. | 2.1. Visão positiva do envelhecimento demográfico. | Aumento da esperança média de vida / longevidade é visto como positivo |
| | 2.2. Visão negativa do envelhecimento demográfico. | O aumento da longevidade e o decréscimo da natalidade são vistos como uma ameaça à sustentabilidade económica. |
| | 2.3. Estratégias para reverter o envelhecimento demográfico. | O envelhecimento demográfico pode vir a diminuir na freguesia de Coz se existirem incentivos à natalidade, sustentabilidade empresarial, desenvolvimento a nível económico, social, educativo e turístico e emigração de pessoas de outros países. |

| | | |
|---|---|---|
| 3. Reconhecimento social da pessoa idosa. | 3.1. Reconhecimento por via dos contributos à comunidade. | A pessoa idosa é reconhecida se ao longo da vida presta contributos importantes para a comunidade. |
| | 3.2. Reconhecimento por via da sabedoria acumulada e potencial da pessoa idosa. | A maioria das pessoas idosas é ainda pouco valorizada e os seus contributos subaproveitados. |
| 4. Visões sobre as políticas sociais. | 4.1. Políticas sociais de promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. | As políticas sociais não parecem abranger ainda respostas que se encontrem à altura das necessidades das pessoas idosas e do envelhecimento da população. |
| | 4.2. O Ano Europeu do Envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. | O Ano Europeu Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações passou um pouco despercebido. |
| | 4.3. Reorganização das freguesias. | A junção das freguesias não é totalmente bem-vista pelos participantes. |
| | 4.4. Consciencialização pública para alteração de comportamentos face ao envelhecimento, velhice e aposentação. | A sensibilização junto da população de Coz foi feita e teve um impacto positivo. |
| 5. Estratégias das instituições na promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. | 5.1. Tipos de estratégias utilizadas. | As estratégias centraram-se em boa parte em atividades de sensibilização e não estão a ter continuidade. |
| | 5.2. Meios de comunicação utilizados para fazer chegar a informação às pessoas. | São diversos os meios utilizados na divulgação e informação à população. |
| | 5.3. Públicos-alvo das políticas e das práticas para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações e receptividade destes às iniciativas propostas. | As estratégias para o envelhecimento ativo, destinam-se quase na sua totalidade à população aposentada autónoma. |
| | 5.4. Políticas para a promoção dos princípios do AEEASG da instituição à qual a pessoa entrevistada pertence. | As políticas para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações não são prioridade por parte das instituições. |
| 6. Papéis sociais. | 6.1. Família. | O papel da família é importante e deve ser assumido pelos seus membros. |
| | 6.2. Vizinhos/amigos/ comunidade. | Em Coz a solidariedade que caracteriza a aldeia, parece estar a desvanecer-se. |
| | 6.3. Instituições. | Os papéis sociais das diferentes entidades podem ser melhorados. |
| | 6.4. Estado. | O Estado parece estar a desresponsabilizar-se dos seus papéis sociais para com as pessoas idosas. |
| 7. Relação entre envelhecimento ativo e aposentação. | 7.1. Perceções pessoais. | A aposentação é vista como uma etapa da vida mais descontrainda onde se abandona o trabalho profissional a tempo inteiro, semi-financiada ou financiada na totalidade pelos descontos feitos, em que existe uma maior disponibilidade para se fazerem atividades significativas para a pessoa que proporcionem um envelhecimento ativo. |
| 8. Trabalho em articulação e parceria. | 8.1. Ocasões onde se verifica a cooperação. | O trabalho em parceria acontece pontualmente. |

De seguida, propomo-nos transformar a nossa matriz numa narrativa organizada, à qual introduziremos excertos das declarações dos entrevistados com o intuito de conferir credibilidade e fiabilidade às interpretações por nós realizadas.

2.1. Concepções de envelhecimento ativo (categoria 1)

Verificámos através das declarações dos entrevistados que as suas concepções de envelhecimento ativo apontavam em várias direções. Optámos, assim, por dividir esta categoria em várias subcategorias, as quais identificámos como: qualidade de vida; saúde e bem-estar; atividade, utilidade e produtividade; autonomia e independência; direitos básicos garantidos; voluntariado; mentalidade da pessoa; solidariedade inter e intra geracional e integração familiar e comunitária; ocupação; e educação e formação.

Relativamente à primeira subcategoria, ‘qualidade de vida’, depreendemos através da nossa análise que realizar um envelhecimento ativo, parece ser um fator importante para obter qualidade de vida na aposentação.

E4 (...) “é uma pessoa que quer viver a reforma ativamente e com alguma qualidade de vida”.

E2 (...) “O envelhecimento ativo é chegar ao fim da vida com qualidade de vida”.

E1 (...) é preciso é criar condições para que os idosos sejam ativos e tenham uma velhice digna e alegre e em confraternidade com outros, isso é que é importante”.

O que à subcategoria ‘saúde e bem-estar’ diz respeito, percecionámos das declarações dos entrevistados que a adoção de estilos de vida saudáveis pode ser um fator importante para a preservação da saúde e para se obter bem-estar físico e mental, e ainda prazer na velhice.

E1 (...) “a reforma, se tiverem atividades (...) é uma velhice mais bonita e mais saudável. (...) pelo menos essa parte da vida que nos dê prazer”.

E3 (...) “O envelhecimento ativo é as pessoas poderem ir cultivando (...) uma vida saudável. (...) manutenção das próprias forças humanas do equilíbrio do corpo. (...) no envelhecimento as pessoas (...) deveriam ser acompanhadas também em questões de saúde. (...) os nossos hospitais e (...) centros médicos poderiam ter a vida facilitada se as pessoas tivessem mais informação (...) sobre saúde e educação alimentar. (...) pela comunicação social pelo interagir social penso que as pessoas se sentem também com essa responsabilidade de promover (...) o bem-estar”.

E4 (...) “o básico é (...) as pessoas manterem sempre estilos de vida saudáveis (...) o desporto (...) é fundamental (...) quando chegarmos a uma idade mais avançada já temos esse princípio tão dentro de nós e acabamos por mantê-lo e isso dá bem-estar físico e também (...) bem-estar mental ...”.

Relativamente à ‘atividade, utilidade e produtividade’, os entrevistados, parecem indicar-nos que ter um envelhecimento ativo implica que a pessoa se mantenha socialmente integrada, de uma forma ativa e participativa, de modo a preservar durante mais tempo uma condição que lhe permita prestar contributos úteis e válidos.

E1 (...) “Tem de criar alguma coisa que o entretenha, que o mantenha vivo, útil. É o aposentado a partir da altura em que se fica aposentado não cruzar os braços e se sentar a ver televisão (...) se tivermos uma certa atividade é diferente de (...) paramos e nos deixamos morrer. (...) o envelhecimento ativo (...) é nós irmos envelhecendo mas sempre a fazer alguma coisa de útil (...) mas não parar porque (...) é pior, vai ser uma velhice muito mais complicada”.

E4 (...) “terem como princípio manterem-se ativos. (...) sermos pessoas proactivas”.

E3 (...) sentirem-se empenhadas na medida do possível, numa resposta que se quer ativa, empenhada e válida numa comunidade que precisa de todos.

Criámos a subcategoria ‘autonomia e independência’, pois depreendemos das informações transmitidas que na perspetiva dos entrevistados, um envelhecimento ativo pode permitir chegar à última fase da vida com melhores níveis de lucidez e de autonomia física. Essa condição permite à pessoa idosa proteger melhor o seu direito de tomar decisões e determinar os rumos da sua vida, e de se manter no seu local habitual de residência.

E2 (...) “chegar ao fim da vida (...) com discernimento, (...) lucidez e com alguma autonomia física é essencial”.

E4 (...) “em relação aos lares, (...) até que ponto esta capacidade grande é boa (...) devíamos incentivar mais as pessoas a ficarem na localidade onde residem. (...) o ideal seria (...) lares mais pequenos. Porque há muita tendência das pessoas irem para muito longe e porque é que devemos desenraizar as pessoas, não faz grande sentido. (...) poderá até permanecer mais tempo em casa. (...) que é para eles se poderem manter mais tempo em casa e com mais qualidade de vida. (...) o programa de teleassistência”.

A próxima subcategoria foi criada, pois, depreendemos da informação recolhida que as perceções dos nossos entrevistados sugeriam que para se realizar um envelhecimento ativo é necessário primeiramente salvaguardar um conjunto de ‘direitos básicos’, que têm a ver com a sobrevivência das pessoas e com a igualdade de oportunidades, que neste momento parecem encontrar em causa devido à conjuntura económica do país.

E4 (...) “O envelhecimento ativo (...) pressupõe as pessoas terem (...) os direitos básicos garantidos (...) se não (...) nada mais pode funcionar (...) a nível de acesso à saúde, aos serviços sociais, (...) acesso a uma reforma digna. (...) é todo um conjunto de ações (...) passa pela garantia dos mínimos para depois fazermos coisas mais abrangentes. (...) as pessoas estão a perder muito

poder (...) estão a perder a capacidade financeira que têm e isso está a trazer fragilidades básicas da alimentação, de poder ir a qualquer lado, do acesso à saúde. Há uma série de coisas que nós tínhamos como fundamentais, essenciais e básicas e víamos como uma resposta natural e efetiva que neste momento já não existe. As pessoas já não conseguem aceder como acediam antes”.

E3 (...) “é necessário é que as pessoas tomassem consciência (...) se reunissem e interagissem para eles próprios colmatarem as necessidades e reivindicar até aquilo que tinham que reivindicar em várias situações de resposta necessária. (...) maior parte dos nossos reformados não tem 500€ por mês”.

Parece ser também feita pelos nossos entrevistados uma associação direta entre envelhecimento ativo e o trabalho de ‘voluntariado’ na comunidade, o qual pode ser benéfico não apenas para as pessoas idosas, mas também para a restante comunidade.

E2 (...) “eles podem ajudar em inúmeras atividades simples mas que podem trazer um conjunto de vantagens, desde coisas relacionadas com o artesanato, a própria animação sociocultural poderia aproveitar muito através da participação de alguns idosos que têm conhecimentos de música, de teatro, de uma série de coisas e que não está a ser minimamente valorizado”.

E3 (...) “eles podem muitas vezes ser voluntários em tantas e tantas coisas. (...) sentir-se empenhado numa comunidade até se calhar às vezes com mais tempo para dar de si, não um trabalho braçal, mas se calhar um trabalho mais intelectual (...) que pode ajudar e muito”.

E4 (...) “O envelhecimento ativo pressupõe uma pessoa que reformou-se e (...) quer ser participativo, (...) pode colaborar numa direção de uma instituição, (...) pode ser voluntário, (...) pode dar um pouco de si e ao mesmo tempo usufruir aquilo que a sociedade tem para lhe oferecer”.

Verifica-se ainda, através do tratamento da informação que ‘a mentalidade da pessoa’ determina a realização de um envelhecimento ativo. Nesse sentido, os nossos entrevistados sugerem-nos que a consciencialização das pessoas é fundamental para a mudança de mentalidades. Parecem considerar, no entanto, que para essa consciencialização ser efetiva, caberá à pessoa a responsabilidade de mostrar abertura suficiente, para receber e para procurar a informação com significado para ela, por forma a desenvolver estratégias individuais e a integrar projetos coletivos que visem alcançar uma velhice mais satisfatória.

E1 (...) porque depois também temos de ir às pessoas... já houve pessoas aqui nesta instituição que “já trabalhei toda a vida agora não quero fazer mais nada” (...) e ficam-se por ali. É preciso induzi-las a (...) quererem fazer alguma coisa e (...) gostarem porque também não pode ser escravatura.

E2 (...) “À medida que as pessoas se consciencializam que têm necessidade de envelhecer ativamente e quando essa consciencialização é feita antecipadamente as pessoas têm essa preocupação e não são só as instituições e nota-se que as pessoas que vão ficando reformadas tendem a procurar apoios e a procurar atividades e a aderir a movimentos que lhe proporcionem um envelhecimento mais ativo e mais saudável. (...) também temos que fazer nós próprios a nossa parte. Temos que ter abertura de espírito para querer envelhecer ativamente porque não basta definir políticas, não basta propor atividades. Elas

podem vir de fora, devem vir de fora, deve haver uma preocupação oficial com esta situação, mas também as pessoas elas próprias têm que ter em si a vontade de envelhecer ativamente e há pessoas que não têm isto, há pessoas que pela sua forma pela sua personalidade, pela vida que tiveram se desmotivaram e esses é difícil de conquistar para as atividades do envelhecimento ativo. Também haveria um trabalho a fazer com esses, mas esse era mais profundo e tinha já que envolver uma equipa (...) mas não deixaria de ser pertinente. (...) Juntam-se por faixas etárias, juntam-se por grupos de interesse, e chegam a promover sozinho algumas atividades, embora aqui alguns elementos pertençam à Universidade Sénior de Alcobaça, mas penso que não são muitos, mas aderem coletivamente a atividades que são informais que não têm uma definição como seria aconselhável que não foram delineadas por ninguém, não têm um líder, mas há atividades. E, as pessoas vão e fazem e organizam-se e participam mas é tudo muito informal.

E3 (...) “não devia haver a ideia de que a pessoa para envelhecer não tem que fazer nada, quer dizer que está dispensada de tudo. (...) a mentalidade, a mentalidade da exclusão (...) muitas vezes, quando as pessoas descartam muito a sua responsabilidade pessoal e estão à espera que a ação social seja capaz de fazer tudo, há aí um iate de tempo e de espaço que muitas vezes dá-me impressão que as pessoas ainda não estão bem sensibilizadas no sentido de perceber que há um papel que lhes pertence. (...) As pessoas ficaram talvez com mais vontade de se valorizar a elas próprias, penso que hoje já não temos aquele manto negro de pessoas que viviam a viuvez e um certo desencanto pela idade de abandono que era a terceira idade. Penso que as pessoas hoje se arranjam mais, aparecem mais bem vestidas, (...) até com alguma maquilhagem de pessoas de mais idade que até tinham vergonha (...) talvez na conversa também (...) menos deprimente, mais positiva”.

E4 (...) “é uma questão de mentalidade da própria pessoa idosa não só daqueles que a rodeiam. (...) Antes que se pensava que a única hipótese era quando chegassem a idosos era irem para um lar, e agora há outras respostas sociais o que é importante. (...) Muitas pessoas ainda pensam que se vão reformar e que aquelas que têm uma quinta vão trabalhar na quintinha deles (...) vão ficar no canto deles sossegados a gozar dos rendimentos, que era a ideia floreada que se tinha. (...) O nosso carácter é definido ao longo da vida. Se somos pessoas mais abertas e mais expansivas assim seremos enquanto idosos. Se ao longo da vida nos retraímos e formos socialmente pouco ativos e pouco sociais, (...) acabamos por (...) ter uma velhice mais retraída e menos social também. (...) O facto de (...) não ficarmos parados à espera que as coisas venham até nós mas procurarmos novas soluções e procurarmos novas respostas vinca depois a nossa maneira de estar e acaba por se refletir no futuro e no nosso envelhecimento”.

Outra subcategoria que determinámos foi a: ‘solidariedade inter e intra geracional e integração familiar e comunitária’. A solidariedade inter e intra geracional aparenta ser vista pelos entrevistados enquanto meio para alcançar vantagens para todas as gerações, no sentido de garantir equilíbrio familiar e social, proporcionar bem-estar, partilha de conhecimentos e um desenvolvimento sustentável, aspetos estes que favorecem o envelhecimento ativo. No entanto, na freguesia de Coz a solidariedade parece estar a decrescer, à medida que as pessoas se vão tornando mais individualistas.

E1 (...) Os idosos (...) davam o contributo deles com a informação, até com a juventude, as estórias que eles contam aos jovens também são importantes.

A história da experiência da vida deles, (...) é importante e é um contributo que eles dão”.

E2 (...) “os idosos ativos podem dar (...) contributos ao nível das crianças porque podem ser referência para as crianças e os jovens, podem ser sustentação em termos de segurança de acompanhamento, etc. porque os pais estão mais ativos e mais ausentes e os idosos podem ter um papel importante na educação dos mais novos”.

E3 (...) “os idosos têm alguma facilidade em conseguir-se desenvencilhar (...) têm sempre um bocadinho de terra, têm sempre recursos que às vezes os mais novos não têm essa possibilidade. (...) as pessoas perceberem que solidariamente conseguem dar vida a elas próprias e dar vida aos outros. (...) nota-se que o grosso das pessoas tenha (...) uma visão mais sã da vida, (...) Os mais novos andam sempre a dizer avó não faças isto, avó não faças aquilo (...) mas às tantas, porque eles tiveram essa valorização (...) eles acabaram por aceitar mais facilmente o conselho dos netos. (...) os idosos deviam (...) ensinar a sua arte, a sua experiência de vida, os seus conhecimentos (...) os idosos precisam muito de falar porque, muitas vezes, se sentem sozinhos. (...) havia de haver espaços onde eles pudessem encontrar os mais novos, onde se pudessem encontrar com a sociedade ativa em espaços públicos e onde eles pudessem ser chamados (...) nem que fosse a plantar um canteiro de morangos ou a fazer uma carpintaria ou fazer aquilo que eles sabem fazer, passando os conhecimentos práticos aos outros de forma se calhar até lúdica. (...) as crianças têm tudo a ganhar quando se relacionam com pessoas mais velhas. (...) sentir-se empenhado constantemente na construção de uma comunidade mais sã, mais adequada, com mais recursos. (...) o ambiente ainda possível da aldeia onde as pessoas podem interagir umas com as outras mesmo para jogar às cartas ou para fazer outras coisas. As pessoas conhecem-se (...) têm proximidade, já se perdeu um bocadinho o hábito de ir à casa uns dos outros, (...) é péssimo mas que está a acontecer, (...) há montes de recursos que a sociedade moderna proporciona e (...) as pessoas se calhar por alguma limitação também vão (...) fechando-se mais no seu muro porque têm em casa um recurso que se chama televisão.

E4 (...) “têm ali um grupo de pessoas que são tão ativas que depois obrigam que o vizinho do lado também seja. (...) sempre foi um grupo de pessoas que foram envelhecendo muito ativamente e com muitas atividades desenvolvidas por eles próprios (...) é uma comunidade (...) muito ativa e capaz de abraçar qualquer projeto novo e de levá-lo a cabo (...) são uma comunidade aberta e expansiva”.

Determinámos também uma subcategoria denominada ‘ocupação’, pois a ocupação do tempo livre com atividades foi-nos indicada pelos entrevistados como sendo uma das expressões de envelhecimento ativo mais recorrente. Nesse sentido, verificámos que existiram já algumas iniciativas na freguesia, sendo no entanto, na sua maioria estas descontínuas ou pontuais. A informação recolhida sugere, no entanto, a necessidade de serem desenvolvidas novas ofertas para as pessoas idosas que sejam significativas para elas, para que estas se envolvam e se encontrem motivadas para colaborar na criação de ofertas mais estruturadas e duradouras. As organizações devem assim promover e/ou incentivar a criação de organizações e atividades educativas, culturais, desportivas e de serviços que vão ao encontro das necessidades dos séniores.

E1 (...) se houver atividades e convívio entre elas nas atividades que às vezes são organizadas (...) a prática de ginástica, (...) aquelas hortazinhas que (...) os distraía e utilizava o tempo deles, (...) a feitoria de artesanato tudo isso é importante (...) os passeios pedestres, as visitas (...) à praia aos monumentos, tudo isso, é irem às festas organizadas por exemplo pela Câmara para idosos também é importante e o convívio que há nessas festas. (...) Os idosos, (...) no nosso caso aqui, um dos contributos que eles podem fazer ou que têm feito é (...) artesanato, (...) hortinhas ...”.

E2 (...) “Participação em ginástica, (...) em ateliers, (...) nas caminhadas, (...) nas feiras, o que quer que se faça desde que as pessoas sejam previamente avisadas e devidamente informadas e convocadas porque a convocatória também tem relevo, (...) a forma como se tentam envolver as pessoas é essencial porque elas têm que perceber que têm vantagem (...) aderem”.

E3 (...) vêm no trabalho não uma ocupação gratificante, mas muitas vezes um castigo (...) entretanto já vão aparecendo algumas pessoas que não têm estas características mas são muito poucas. De maneira que quando a gente as convida para fazer alguma atividade (...) que seja lúdico ou que seja uma atividade mais envolvente na comunidade as pessoas normalmente não aderem com muita facilidade. No entanto, essa atividade que as pessoas vão desenvolvendo na comunidade, (...) manifesta-se muitas vezes (...) a preparação das próprias atividades, o empenho (...) às festas que são rituais, que são habituais (...), nesta comunidade. (...) Havia (...) de existir sempre a preocupação da ocupação ser uma coisa muito sã e válida para o envelhecimento. (...) portanto, já (...) há (...) educação física para a terceira idade e uma ou outra atividade mas (...) não são suficientes, mas (...) já é alguma coisa.

E4 (...) “criar clubes, coisas mais estruturadas, um clube sénior em que as pessoas possam ir, que tenha um certo estatuto para as pessoas (...) não sentirem que é sempre o fim da linha, (...) uma coisa que se arranjou que se atamancou para eles. Tem que haver coisas sérias estruturadas (...) que se veja que há (...) um trabalho de fundo e (...) eles possam usufruir (...) sempre para o dia-a-dia deles. (...) chamar às direções das instituições pessoas com alguma idade para poderem decidir qual o caminho que deve de ser feito pela instituição (...) agora mesmo são (...) as pessoas mais idosas que fazem parte da direção que reúnem com o poder político e que sensibilizam para a necessidade de determinados projetos. (...) vê-se bastante em centros recreativos, desportivos e IPSS’s nas direções, pessoas reformadas que têm muito para dar e que se empenham para tal. (...) organização de (...) atividades de ocupação de tempos-livres (...) de Santos Populares, (...) passeios seniores (...) o desporto sénior, tem havido bailes, comemorações da terceira idade, mas em vez de ser algo pesado e visto como uma comemoração fechada e só para aquele grupo etário tem-se tentado abrir à comunidade e (...) transmitir uma imagem mais leve que dá a entender que (...) a terceira idade é um processo como todos os outros e podemos vivê-la bem e com qualidade e com leveza. (...) atividades intergeracionais...”.

A última subcategoria que determinámos na categoria conceções sobre envelhecimento ativo foi a subcategoria ‘educação e formação’. Deduzimos, da informação fornecida pelos participantes nas entrevistas, que as pessoas idosas se apresentam cada vez mais instruídas e mais exigentes. Nesta lógica, indicam-nos a necessidade de se poderem vir a adequar ou a desenvolver novas respostas que fomentem a continuação da aprendizagem, a integração social e o desenvolvimento pessoal.

E3 (...) a educação para o envelhecimento ativo é a primeira coisa que é necessária. Depois que haja respostas na comunidade. (...) Universidade de Terceira Idade que não é para todos com certeza, mas que dá respostas para alguns”.

E4 (...) “não nos podemos esquecer que os idosos de agora são idosos diferentes daqueles que tínhamos há 7, 8 ou 9 anos atrás, (...) eram pessoas que aceitavam qualquer coisa. Agora são pessoas mais formadas, mais informadas, querem outro tipo de atividades, (...) temos se calhar de arrancar, (...) com outro tipo de respostas e com outro tipo de atividades (...) saber-mo-nos adaptar a isso. Isso também é um desafio para nós. Espero que consigamos estar ao nível dele. (...) complementarem a formação com atividades, com outras disciplinas mais ou menos sérias desde o inglês, a matemática, até a hidroginástica, a informática”.

2.2. Visões sobre o envelhecimento demográfico (categoria 2)

Verificámos através das declarações dos entrevistados que a sua ‘conceção de envelhecimento demográfico’ poderia ser vista sob dois pontos de vista, tendo surgido então duas subcategorias. A primeira tem a ver com uma visão positiva, que tem em conta o aumento da esperança média de vida/longevidade.

E3 (...) “o envelhecimento demográfico do ponto de vista das pessoas que chegavam aos 70 anos e eram velhas e agora só aos noventa é que são, isso aí é uma coisa ótima porque a gente consegue ter esperança de vida até mais tarde, consegue manter-se cá mais tempo e quem gosta de viver, (...) usufruir daquilo que gosta de fazer, da sua família, dos seus amigos, etc.”.

E4 (...) “a população idosa cada vez dura mais anos e felizmente”.

A segunda visão tem a ver com aspetos negativos dado que o envelhecimento demográfico é visto como uma ameaça à sustentabilidade económica, resultado do aumento da longevidade e do decréscimo da natalidade, pondo em causa a renovação de gerações, o sistema de pensões e de reformas, os níveis de produtividade, o desenvolvimento, a qualidade de vida e as ofertas disponíveis, tal como mostram os seguintes excertos:

E1 (...) “é uma desgraça, (...) a população está muito envelhecida, cada vez há menos gente nova e depois vamos ter um grave problema que é os novos não conseguem ganhar para os idosos terem uma velhice digna, (...) não há gente nova. (...) não vejo grande futuro a população está muito envelhecida estão a falecer nesta freguesia muitas, está a bater recordes de falecimento mesmo de gente que não é muito velha (...) vai-nos custar muito dinheiro futuramente (...) não vai haver pessoas que depois tenham rendimentos para nos dar uma reforma digna, nem se calhar a mínima vamos ter porque isso vai acontecer. (...) ainda por cima, (...) a nossa massa útil está sair do país, estão a incentivá-los a sair, cada vez somos menos e cada vez ficamos mais agarrados, porque não temos hipótese e como o país está a ser governado ainda pior ou tem sido governado”.

E2 (...) “é um fenómeno grave. (...) O envelhecimento demográfico (...) não sendo (...) compensado com natalidade, (...) com políticas de promoção da fidelização dos jovens aos seu país é algo de muito aterrador, porque se as coisas continuarem como estão hoje, nós correremos o risco de daqui a alguns anos poucos sermos um país de velhos. Este país não é para novos. Está a não ser para novos (...) o envelhecimento demográfico aqui será qualquer coisa de dramático. É mesmo (...) um caos. Porque deixamos de ter jovens, os jovens vão ter os seus filhos a outros pontos que serão naturais de lá e onde é que está o futuro de um país (...) há motivo de grande preocupação e o envelhecimento demográfico é algo de muito assustador para quem aqui anda”.

E3 (...) “é um problema porque as pessoas têm tendência a deslocar-se para os grandes centros e a comunidade de Coz sente-se muito com isso (...) as pessoas que se formaram acabam por sair da aldeia (...) não têm possibilidades localmente e portanto ainda que tenham menos filhos, (...) não ficam aqui. (...) é uma comunidade que esteve constantemente a exportar (...) gente nova (...) e isso é (...) um problema que depois faz ir embora os transportes públicos, (...) o emprego, (...) se não há procura no minimercado ele fecha (...) ou os outros serviços públicos que depois ficam cada vez mais distantes”.

E4 (...) “é o facto de cada vez menos existirem jovens e aqueles que existem estarem a ir para fora (...) cada vez existe um número maior de idosos em relação à população jovem. (...) ou muda muito o nosso estado e nós conseguimos produzir num nível tal que (...) a qualidade do nosso trabalho (...) bons salários e maiores descontos ou então não sei (...) como vai ser revertida esta situação. (...) não termos população ativa que permita suportar as despesas que a população reformada implica (...) logo a população que (...) está a atingir a idade da reforma tem que cada vez mais tarde se reformar para se conseguir manter uma sustentabilidade financeira (...). E depois, também em termos de bem-estar populacional é muito complicado um país em que tende só para o envelhecimento e não há população jovem para (...) impulsionar e promover um país mais dinâmico e outro tipo de ações que (...) tem que ser feito pela população ativa e não por aquela que está na idade de reforma. Acaba por (...) não haver um suporte financeiro que permita a qualidade de vida da população idosa e é grave. (...) uma carga fiscal cada vez maior para aqueles que trabalham (...) não sei se nós aguentamos”.

Identificámos ainda nesta categoria a subcategoria ‘estratégias para reverter o envelhecimento demográfico’. A interpretação dos dados recolhidos leva-nos a deduzir que o envelhecimento demográfico em Coz pode vir a diminuir se se verificarem incentivos à natalidade, uma sustentabilidade empresarial, desenvolvimento a nível económico, social, educativo e turístico e ou a entrada de pessoas de outros países (imigração).

E1 (...) “Só se viessem para aí chineses e africanos. (...) É o desenvolvimento (...) da agricultura do turismo (...) com o artesanato, produtos agrícolas, um apoio à comunidade vendendo esses mesmos produtos (...) só assim é que eu vejo que isto possa dar, porque temos um mundo inteiro para nos visitar. Está bem que é uma percentagem mínima quem tem dinheiro para, mas quem tem dinheiro para, (...) vem, agora é preciso é criar condições para eles virem, atraí-los para cá inclusive os próprios idosos. Se calhar há idosos (...) se fossem convidados a vir para uma aldeia destas o caso de franceses e ingleses que estão aí a viver e deixaram os seus países de origem para virem viver para aqui,

(...) porque acham que tem mais saúde e liberdade e estão mais descansados numa aldeia pobre como a nossa e se calhar é para isso que se temos que virar é atrair pessoas para virem viver para a nossa terra”.

E3 (...) “as pessoas têm de ter condições para se instalarem e para desenvolverem as suas vidas a partir do ponto onde têm referências e onde se deviam de sentir bem. (...) Mas a criação de trabalhos localmente e sobretudo na panóplia de escolhas que as pessoas fazem é sempre complicado (...) e às vezes os serviços... por exemplo (...) os casais que querem pôr uma criança na creche, (...) ou mesmo na escola primária e se for uma escola da aldeia acaba por ter pouquíssimos recursos e a formação acaba por ser inferior a uma formação dada numa escola com mais condições (...), o repovoamento (...) apesar de termos bons acessos (...) há aqui falta de apostas concretas do que é que o estado português entende como bom para o desenvolvimento das pessoas e a partir daí, se há que apostar nas redes de transporte ou na educação, ou nisto e naquilo, quer dizer nas várias vertentes das coisas necessárias para que haja qualidade de vida. Não podem ser as pessoas a escolher, digamos assim, casuisticamente porque não vão fazer uma escolha de conjunto e portanto não vão beneficiar a todos”.

E4 (...) “maior sustentabilidade económica que retivesse cá os jovens, que houvesse uma política de promoção da natalidade efetiva (...) têm de ser criadas estruturas de retaguarda como creches (...) na maior parte delas financiadas pelo estado, como (...) horário de trabalho mais reduzido, (...) sustentabilidade empresarial (...) apoio do estado que permita de facto às famílias terem mais filhos para depois isto reverter e haver pessoas jovens para poderem contribuir para que este desnível não se acentue...”.

2.3. Reconhecimento social da pessoa idosa (categoria 3)

Designámos a terceira categoria ‘reconhecimento social da pessoa idosa’, pois, parece-nos através do discurso dos entrevistados que a pessoa idosa é reconhecida de forma diferente consoante os critérios de valorização utilizados. A pessoa idosa parece ser vista de acordo com os contributos que prestou para a comunidade e/ ou de acordo com a sua sabedoria e condição para continuar o seu desenvolvimento e os seus papéis sociais. Assim sendo, decidimo-nos por dividir esta categoria em duas subcategorias, as quais denominamos de ‘reconhecimento por via dos contributos à comunidade’ e ‘reconhecimento por via da sabedoria acumulada e potencial da pessoa idosa’. No que diz respeito ao reconhecimento da pessoa idosa por via dos contributos à comunidade, parece existir um reconhecimento público da pessoa, se esta ao longo da sua vida for prestando contributos importantes para a comunidade. Esse reconhecimento verifica-se sob a forma de agradecimentos ou manifestação pública pontual em vida ou na sequência da morte dessa mesma pessoa.

E1 (...) “Pela parte de alguns (...) sim, há outras pessoas que não ligam nada a isso. (...) Ainda há uns anos houve um agradecimento público a uma professora primária que lecionou aqui na freguesia, (...) é um reconhecimento do

trabalho dela, (...) em determinados eventos o reconhecimento de pessoas que passaram por determinadas associações (...) são agradecidas pelo trabalho que fizeram. (...) houve situações pontuais em que se fez isso. (...) Há famílias que sim e há outras que não, (...) há sempre dois pratos na balança...”

E3 (...) não quer dizer que seja geral mas (...) há esse reconhecimento. (...) uma senhora (...) que toda a vida trabalhou para a comunidade de forma muito empenhada (...) as pessoas reconheciam nela uma pessoa atenta às necessidades dos outros. (...) foi quase espontâneo a necessidade de lhe fazer uma homenagem. (...) pode não haver até manifestações públicas, mas nota-se que há um carinho pelas pessoas que contribuíram. (...) as pessoas ao lidar com a morte (...) fazem uma espécie de avaliação da vida daquela pessoa (...) o funeral tem muita gente porque a pessoa era boa”.

E4 (...) “considero que sim, porque (...) é uma comunidade que se foi construindo por ela própria”.

No que concerne ‘reconhecimento por via da sabedoria acumulada e potencial da pessoa idosa’, parece que a maioria das pessoas idosas é pouco valorizada e os seus contributos e potencialidades são subaproveitadas.

E2 (...) “Não. (...) as pessoas idosas têm uma história, uma experiência adquirida, têm um conjunto de conhecimentos, mesmo com algumas dificuldades se os pusermos a conversar sobre alguns temas podemos dali tirar coisas muito interessantes a vários níveis e isso está a cair no esquecimento. As pessoas estão ocupadas, (...) com outras realidades (...) é preocupações (...) prioridades e eles vão partindo, (...) sem deixarem cá o seu testemunho (...) os seus conhecimentos, os valores que se podiam guardar, (...) não estão a ser valorizados nem aproveitados. (...) nos últimos anos (...) tem-se deixado passar a ideia de que o idoso é um ‘elefante branco na sala’ que não é alguém a quem se possa recorrer e que possa ter um papel importante nas nossas vidas”.

2.4. Visões sobre as políticas sociais (categoria 4)

Identificámos a categoria ‘visões sobre as políticas sociais’, a qual dividimos em várias subcategorias: ‘políticas sociais de promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações’; ‘o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações’; ‘reorganização das freguesias’ e ‘consciencialização pública para alteração de comportamentos face ao envelhecimento, à velhice e à aposentação’. No que concerne à visão sobre as políticas sociais de promoção de envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações, deduzimos através da informação que nos foi concedida que estas deveriam ser suportadas por uma estratégia que envolvesse o investimento em projetos sociais cooperativos e intergeracionais. Estes podem vir a ser desenvolvidos por pessoas voluntárias, liderados por técnicos e dirigidos a toda a população, de modo a serem alterados estilos de vida e mentalidades, com vista a favorecer a participação

familiar e comunitária. As políticas sociais não parecem abranger, ainda, respostas que se encontrem à altura das necessidades das pessoas idosas e do envelhecimento da população.

E1 (...) “faltam sempre coisas, (...) até tempo para criar determinadas atividades para atrair as pessoas de uma certa idade, mas pelo menos os serviços mínimos nós temos. (...) O problema é criar condições para. Mas era importante criá-las. As pessoas terem sempre um entretém, uma atividade (...) Percorridos (...) os caminhos, deviam-se criar condições para que elas já tivessem uma certa informação e têm-na, que quando chegarem à altura da reforma criarem um *hobbie* qualquer (...) uma grande parte deles fazem isso, ajudam os filhos, ajudam os netos, (...) há outros que não e nem sequer querem falar nisso. (...) Deviam ser incentivados a isso e chamados se calhar à atenção que isso é mais saudável mas uma grande parte deles já fazem isso e já sabem disso. A maior parte. (...) É importante haver projetos para que os idosos tenham uma velhice mais digna, mais ativa e porque não ajudar nas visitas ao convento, (...) haver grupos dos que tiverem mais ativos para acompanharem os visitantes, (...) ajudar na venda de determinados produtos, tudo isso é bom para eles e para a velhice deles. (...) os estudos se calhar estão feitos e preciso é pô-los em prática ...”

E2 (...) “o que é que o nosso país quer fazer com os idosos que tem. Se prefere gastar o dinheiro com medicamentos, hospitalizações cuidados paliativos e continuados ou se não seria melhor redefinir a política, apostar mais na saúde, na promoção de atividades. Ficava mais barato porque só uma pessoa consegue (...) delinear um projeto e pôr em prática, com apoios pontuais, e desde que as parcerias estejam afinadas e a funcionar (...) atividades para dezenas de pessoas e isso ficava sinceramente muito mais barato e era muito mais ético, mas não é isso que está a preocupar os nossos governantes neste momento. (...) era preciso promover a ideia de que os idosos valem a pena. (...) deveria fazer parte de um planeamento estratégico que custa a arrancar, (...) sempre pelo mesmo motivo, razões económico-financeiras. (...) desejar que o envelhecimento ativo venha a ser uma realidade quer ao nível da nossa comunidade, quer ao nível mais geral, porque com o envelhecimento da população esta é uma temática que é cada vez mais urgente e deveria ter começado ontem. (...) Neste momento na freguesia de Coz não está a ser desenvolvida coisa nenhuma. Já foi e neste momento havia necessidade de relançar o projeto, (...) e fazer um ‘re-arranque’ para um processo dessa natureza. (...) Provavelmente (...) promover grupos de trabalho voluntário. Talvez através das próprias pessoas que estão a chegar a essa idade em que já precisam de atividades (...) têm de se promover atividades para o envelhecimento ativo. Provavelmente vai ter que haver (...) grupos comunitários que podem ser liderados por técnicos, (...) que fizesse ali a parte mais teórica e o aconselhamento profissional porque as coisas vistas do ponto de vista teórico e mais profissional podem depois ter um efeito prático mais saudável e em termos de organização das coisas (...) tem que haver alguém que sustente esses grupos (...) talvez as instituições locais tenham que começar a procurar entre aqueles que são mais ativos e mais disponíveis, formar grupos que promovam as (...) atividades e depois esses diferentes grupos seriam coordenados por um técnico que punha essa malta toda a trabalhar. Se calhar esse vai ser o caminho porque não se está a ver que haja outra possibilidade. (...) Era preciso mudar as mentalidades, provavelmente tirar as pessoas dos sítios onde estão e pôr lá cabeças novas (...) dar oportunidades aos mais novos. E, não é com as políticas que estão a ser seguidas, isto é de certeza absoluta que isto se vai reverter. (...) Ainda não existem mas são uma possibilidade (...) provavelmente é uma questão só de se começarem a convocar as pessoas certas para começar a desenvolver esse tipo de atividades, embora as pessoas estejam de alguma forma hoje em dia

pouco pelo associativismo. Estão muito individualistas e aderem às atividades mas não estão disponíveis para fazer parte da organização delas. Preferem ficar nas suas casas, nas suas coisas e depois se houver atividades elas vão, mas fazer parte da sua preparação é algo que tem que ser desmontado e é uma coisa que tem que ser trabalhada. Mas é algo que pode vir a resultar no futuro. (...) tem que haver (...) política de envelhecimento que tem que ser uma política de cobertura de toda a população”.

E3 (...) “era muito importante perceber o que é que a própria sociedade espera digamos assim da terceira idade”. (...) as pessoas (...) têm algumas características que as leva a ter alguma dificuldade em aderir a estes programas (...) as pessoas quando se reformam não se reformam efetivamente (...) ficam sempre com alguma atividade mais que não seja a tratar dos animais e do quintal e da casa (...) são pessoas que normalmente têm atividade útil na proximidade também do apoio que dão à família, sempre que ainda têm condições para o fazer. De maneira que estes programas têm sempre alguma dificuldade em resultar se não forem bem adequados à zona da aldeia. (...) a estruturação e a iniciativa tinha que partir (...) se calhar mais das entidades públicas lançando desafios à comunidade para eles próprios construírem aquilo que eles são capaz de fazer. Às vezes até não é tanto pelo dinheiro mas é sobretudo pelo empenho”.

E4 (...) “sensibilizar as pessoas para a importância de ao reformarem-se continuarem a participar na sociedade e a participarem naquilo que lhes é oferecido. (...) tem que haver um grande suporte social e é um desafio imenso porque não há verbas que permitam esse investimento que se tem que fazer no social e nas respostas destinadas às pessoas idosas. É um grande desafio. (...) ainda falta muito trilha, mas isso tem muito a ver para já com questões de cidadania porque nós ainda estamos a aprender o que é que é cidadania em Portugal. E se uma pessoa não valorizou muito esse aspeto durante a vida ativa depois quando se reforma também acha que se calhar não se deve interessar tanto assim em colaborar para o bem-estar da comunidade em prol da população e acaba por ser uma pessoa sempre mais apagada. (...) ainda há muitos casos de pessoas que são usadas para ter em casa e para a família depois ficar com a reforma”. (...) mas (...) tem-se evoluído bastante e cada vez mais a população está mais sensibilizada para o bem-estar da pessoa idosa. (...) os políticos também estão (...) só que depois na prática é tudo retirado. (...) estamos num período de estagnação se não regressão. (...) temos que ter uma postura descontráida e de respeito para com as pessoas idosas, mas por outro lado vê-se tanta injustiça que no fundo emana de cima (...) tenho algum receio que tudo o que foi feito não dê uns passos atrás. (...) tivemos (...) uns anos de apogeu em que era tudo era promovido, tudo era fantástico (...) o complemento solidário para idosos, que todas as pessoas tinham que ter um teto mínimo para sobreviver (...) foi promovido e foi implementado (...) complemento por dependência, todas as pessoas que estavam de certa forma dependente tinham esse apoio ...”.

Relativamente à visão dos participantes na entrevista sobre ‘o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade Entre Gerações’, verificámos que as comemorações relativas ao mesmo, passaram um pouco despercebidas em Coz, tendo sido este ano europeu pouco comemorado devido a cortes orçamentais e a contingências financeiras. Os anos que o antecederam aparentam ter sido mais proveitosos para a consciencialização da população e para a necessidade de se realizar um envelhecimento

ativo e de se promover uma maior solidariedade entre gerações. Não se verificou, portanto, uma continuidade das iniciativas de sensibilização.

E1 (...) “Só tenho uma questão só não sei qual foi o ano (...) Ah! Foi o Ano Passado? Eu ouvi falar nisso mas agora estava distraído. (...) não houve assim se calhar muitas atividades (...) mas conseguimos (...) ter ginástica na Associação de Coz através da Câmara Municipal para idosos e depois o Centro de Bem-estar é que fez mais atividades direcionadas às pessoas que o utilizam e que estão interessadas. (...) não fez assim grandes atividades para os idosos embora eu gostasse de fazer mas pronto não é fácil. (...) ano europeu (...) as mudanças se calhar não se veem a olhos vistos, mas tentou-se pelo fazer algumas coisas para que se melhorasse a velhice aos idosos aos reformados neste caso”.

E2 (...) “Aliás eu estava a pensar que o Ano do Envelhecimento ativo era este ano. (...) estava a pensar que era 2013”.

E4 (...) “o AEEASG é um ano crucial para ser comemorado (...) acho que foi pena ter vindo no ano em que veio, porque foi um ano em que havia muitos cortes orçamentais, havia muito a fazer, muito a desenvolver e de facto aqui no concelho ficou muito à quem de qualquer expectativa (...) tivemos muitos colóquios, muitas ações relacionadas com o envelhecimento e com o envelhecimento ativo antes deste ano (...) tivemos o projeto cidades que é um projeto que visa perceber quais são os défices que todos os concelhos têm em relação às pessoas com mais de 65 anos de idade. (...) de 3 em 3 meses (...) com todas as IPSS's do concelho planeando atividades em conjunto e quase todos os anos (...) decidimos organizar um colóquio ou um seminário. E neste ano precisamente pelos cortes orçamentais (...) acabámos por não realizar nenhuma atividade em concreto (...) não se comemorou como se deveria ter comemorado devido a contingências financeiras, infelizmente tivemos esse problema. (...) na freguesia de Coz (...) tiveram um projeto muito específico e realmente quiseram mesmo tocar na intergeracionalidade e fazer um trabalho em conjunto entre os jovens e as pessoas idosas e felizmente eles já tinham um grupo lá de idosos, de pessoas com mais de 60 anos de idade ou 65 (...) que eram muito ativas e já participavam muito nomeadamente, com a instituição, com o Centro de Coz. (...) eles conseguiram alcançar os objetivos que tinham (...) era uma freguesia que não tinha muitas atividades, que realmente abrangessem as suas faixas etárias (...) penso que foi fundamental este projeto para poderem (...) sensibilizar a população para a importância do respeitar a pessoa idosa e de realmente os mais novos participarem (...) e terem atividades conjuntas. (...) a freguesia de Coz foi uma das freguesias do concelho que teve sucesso e das poucas (...) comemorar este ano internacional. (...) Não foi (...) o ano passado (...) que criou o tal trampolim (...) pelo facto de não ter havido tantas comemorações ou de não ter sido tão promovido quanto isso. (...) há (...) dez, quinze anos a esta parte que as questões do envelhecimento têm tido especial atenção dos diferentes municípios”.

No que à subcategoria ‘reorganização das freguesias’ diz respeito, segundo a percepção dos entrevistados o assimilar das freguesias de Montes e Alpedriz por parte de Coz não parece favorecer as pessoas idosas. Estas pessoas parecem apresentar alguma resistência a esta mudança receando desvantagens no acesso a serviços essenciais. Temem que estes passem a encontrar-se mais longe do seu local de residência. Mas, a reorganização do território também pode ser encarada como uma oportunidade para a

rentabilização de recursos humanos e económicos e para a melhoria da articulação entre entidades e serviços.

E1 (...) “Estamos a falar das agregações (...) isso a nível de idosos pode ser bom por um lado e pode ser mau por outro (...) conseguíamos se calhar (...) poupança de meios, se se agrupasse por exemplo nas três freguesias (...) as IPSS’s todas, (...) cada qual na sua casa a fazerem o que tem a fazer, mas se forem geridas em grupo que se consegue dar melhor resposta e até libertar algum pessoal, não quer dizer que se liberte pessoal para ir para a rua, não, para se servir melhor a população e com menos despesas porque não se compreende por exemplo o serviço dos Montes vir (...) para Póvoa ou Coz isso tem um custo, se tivesse agrupado Coz fazia o serviço de Coz, Montes fazia o serviço dos Montes (...) Montes por exemplo vai ter camas, (...) pelo menos estão a trabalhar para isso, se fosse preciso um utente de Coz ser acamado tinha nos Montes cama, (...) quem diz Montes diz Alpedriz tem de haver (...) uma permuta (...) acho que se conseguia melhor prestação de serviços e que era mais rentável (...) mesmo as compras se fossem em grupo atingia-se um *plafond* (...) que nos saía mais barato (...) que cada qual comprar a sua, mas também é preciso que as pessoas pensem um bocado nisso. (...) é trabalhar em grupo e depois ver quais eram as coisas que se podiam aproveitar dali, das três instituições o que é que se podia tirar proveito porque só depois de conversando e organizando é que dava. (...) até (...) se conseguia libertar por exemplo uma técnica, são três técnicas, para o apoio ao turismo, as próprias pessoas que trabalhavam que fazem o serviço de apoio domiciliário se houvesse por exemplo casas, que estão aí casas à venda, casas para arrendar, (...) que se podia arrendar (...) a visitantes, a estrangeiros, pôr-se uma coisa na net e depois dessas pessoas que ficavam mais aliviadas no trabalho davam apoio a esse aluguer, (...) iam fazer a cama (...) limpar (...) conseguia-se rentabilizar mais, o dinheiro que viesse era para instituição, (...) mas, é preciso as pessoas organizadas e não comecem a puxar uma para cada lado”.

E2 (...) “Não me parece que tenha um impacto positivo porque a população idosa está presa a questões de tradição e tem alguma dificuldade em ver alargada a sua freguesia, (...) em ver alterados procedimentos habituais, (...) em se deslocar e as remodelações implicam outras deslocações e isso também vai ser difícil (...) vai ser mais um obstáculo que lhes é criado (...) e portanto (...) esse até será um dos grupos que será mais reativo negativamente. Embora se possam criar sinergias, mas não tenho a certeza que isso vá ser uma realidade”.

E3 (...) “Não me parece que vá fazer grande alteração, pelo menos no habitat natural das pessoas não me parece nada (...) mas se juntam freguesias para economizar também não estou a ver um aproveitamento de recursos, mas que tipo de recursos, não estou a ver. (...) A não ser que as respostas passem a ser da Junta de Freguesia, mas que também não me parece. Portanto as respostas serão tanto melhores quanto a comunidade se envolver e der respostas. (...) se uma resposta que funciona bem em Coz for capaz depois de abranger as outras duas freguesias que se vão agregar, ótimo (...) Mas não me parece que haja muitas mudanças por aí...”.

E4 (...) “não sei se pelo menos primariamente se será muito bom. (...) até agora os Presidentes da Junta (...) eram pessoas que conheciam muito bem o local e conheciam muito bem as pessoas que cá viviam e nós podíamos ligar e perguntar sobre determinada pessoa e eles por A mais B conseguiam ver quem era, quem era a família e identificar a pessoa idosa. (...) com a junção das freguesias (...) o Presidente não tem noção de determinada freguesia que não era dele (...) e aqui ainda vemos um meio muito rural. (...) o facto de (...) termos sempre visto essa pessoa conviver numa freguesia diferente vai depois limitar aqui a intervenção do Presidente de Junta. (...) pode não ser bom para a intervenção direta porque mais dificilmente nós conseguiremos, depois pedir a

intervenção e tentar saber informação daquela pessoa. (...) a nível mais macro não estou a ver assim grandes vantagens por causa da fase em que nós estamos a atravessar de razões financeiras, mas por outro lado se a freguesia é grande já pode ela própria proporcionar algumas atividades porque o número de idosos é maior e justifica, (...) abrir uma atividade de ocupação de tempos livres para os idosos (...) não estou a ver assim grandes vantagens”.

No que concerne à subcategoria ‘consciencialização pública para alteração de comportamentos face ao envelhecimento, à velhice e à aposentação’, pudemos depreender da informação recolhida que a sensibilização junto da população de Coz foi feita e teve um impacto positivo. No entanto, verifica-se que existe ainda um caminho a percorrer na alteração dos estilos de vida das pessoas, na valorização efetiva e no reconhecimento das suas potencialidades. Falta dar continuidade ao trabalho realizado com a implementação de projetos significativos e envolventes que mobilizem a população nesse sentido.

E1 (...) “O impacto foi bom. (...) Está a ser promovida (...) pelo Centro Bem-estar (...), o resto está a ser pouco promovida, a não ser esses dias, esses os anos, (...) o resto é o dia-a-dia e ninguém faz mais nada se não forem as instituições a fazer alguma coisa o estado é difícil”.

E2 (...) “O impacto é positivo e a sensibilização foi efetiva. A questão é que com a crise que se vive, embora a sensibilização esteja feita e os objetivos estejam mais ou menos definidos depois há dificuldades, há um conjunto de obstáculos que se prendem com as questões económicas e com a incapacidade para pôr algumas das medidas em prática uma vez que não há recursos. Nós temos uma população muito envelhecida (...) na instituição temos só praticamente quarta idade e a terceira idade neste momento está a ser deixada um pouco (...) ao abandono, porque para delinear, desenvolver, pôr em prática atividades para o envelhecimento ativo implica dinheiro, (...) meios, (...) recursos que na grande maioria das vezes não temos. (...) Essa consciencialização teve, tem e vai continuar a ter impacto porque as pessoas tomam conhecimento da situação que vivem os que estão agora na quarta idade e que embora vão resistindo em termos de anos de vida, estão a ficar muito limitados na sua autonomia, tanto ao nível físico, como ao nível mental e começam a ter essa consciencialização e essa preocupação e portanto aderem com muita facilidade, eu acho, pelo menos aqui na freguesia isso tem-se notado desde que as propostas sejam interessantes e definam bem os objetivos. As pessoas aderem e vão e querem participar por forma a garantir o seu próprio envelhecimento ativo, sem dúvida nenhuma que a consciencialização e o dar a conhecer tanto os efeitos como as medidas é essencial é fundamental. (...) oficialmente e de forma formal neste momento não há. Mas (...) até os próprios meios de comunicação social (...) veiculam esta ideia da necessidade de se promoverem formas de envelhecimento ativo, então há uma consciencialização coletiva da necessidade do envelhecimento ativo per si. Cada pessoa toma consciência até pelas dificuldades que vai sentido com o seu próprio envelhecimento. Cada pessoa a partir dos cinquenta e picos começa a achar que se não fizer alguma coisa por si, independentemente das políticas do envelhecimento ativo, às tantas tem a vida complicada pelo menos a médio prazo e há de facto uma consciencialização”.

E3 (...) “ser velho não é nenhuma condenação é apenas um processo natural e que as pessoas por serem velhas não têm que viver à margem, nem têm

de ser desprezadas as grandes possibilidades (...) a aprendizagem da vida deles. (...) estas pessoas muitas vezes têm uma visão talvez um bocadinho pessimista sobre o envelhecimento e sobre a vida”.

E4 (...) “muitas vezes (...) nas instituições (...) as pessoas querem que os idosos participem nas atividades e eles acabam por dizer agora não porque estou na reforma e quero é paz e sossego. (...) A perceção em relação ao envelhecimento tem vindo a mudar, felizmente, ao longo dos últimos anos. (...) Felizmente houve um grande investimento (...) em ações de promoção de atividades de ocupação de tempos livres, de promoção do bem-estar e de facto viu-se que as pessoas gradualmente iam-se envolvendo e iam participando nestas atividades e sentiam que estavam a ser valorizadas e que o facto delas serem reformadas ou de serem consideradas já idosas não as punha (...) à parte da sociedade, pelo contrário eram chamadas para atividades muito específicas e a pouco e pouco elas foram também, participando (...) e sentindo-se (...) ocupados e sentindo que realmente poderiam ter mais qualidade de vida do que aquela que eles espectavam ter quando olhavam para a velhice deles. (...) um processo gradual e não apenas consequente de apenas o ano passado. (...) tivemos durante muitos anos aquela ideia de há é idoso agora tem que ficar quietinho e no canto dele (...) isso tem vindo (...) a mudar muito devido a campanhas nacionais, mas também, sobretudo aos projetos feitos pela autarquia. (...) têm dado uma imagem muito leve e muito natural de todas as atividades que têm feito junto dos séniores. (...) a nível nacional temos tido vários projetos, o projeto TIO e outros que realmente têm trazido alguma publicidade em relação a adotar comportamentos adequados e civilizados, porque de facto nós devíamos beber mais das pessoas mais idosas porque eles sim têm o *know how* e têm a experiência e eles podemos dar muito mais do que aquilo que nós pensávamos em determinada altura. (...) Quanto às instituições (...) nomeadamente as IPSS's elas estão mais sensibilizadas para esta questão, portanto acabam por fazer exposições, algumas ações com vista a sensibilizar a comunidade”.

2.5. Estratégias das instituições na promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações (categoria 5)

A categoria ‘estratégias das instituições na promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações’, por nós criada, apresenta-se dividida em quatro subcategorias: ‘tipos de estratégias utilizadas’; ‘meios de comunicação utilizados para fazer chegar a informação às pessoas’; ‘públicos-alvo das políticas e das práticas para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações e recetividade destes às iniciativas propostas’; e ‘políticas para a promoção dos princípios do AEEASG da instituição à qual a pessoa entrevistada pertence’.

Relativamente aos tipos de estratégias utilizadas, elas centraram-se em boa parte em atividades de sensibilização, que neste momento não estão a ter grande continuidade. Estas procuraram sensibilizar para os direitos e para as potencialidades da pessoa idosa, e são promovidas pelo Centro Bem-estar Social da Freguesia de Coz e pelo Município,

em parceria com outras instituições locais. No entanto, as iniciativas não estão a ter continuidade, encontrando-se neste momento estagnadas.

E1 (...) “Não sou a pessoa indicada para falar nas estratégias (...) não temos (...) nada direcionado exatamente para, mas tem-se tentado fazer alguma coisa em colaboração com o Centro Bem-Estar”.

E2 (...) “neste momento como não se está a fazer praticamente nada (...) a fragilidade é total. (...) se não tenho atividades neste momento definidas não consigo apontar nem as fragilidades nem os pontos fortes da política em si porque ela não existe”.

E3 (...) “procuramos valorizar também a pessoa humana e a sua envolvência e a sua importância na família. (...) não fazer coisas estanques para as crianças, (...) jovens, (...) para a idade do trabalho (...) e depois para a terceira idade mas, procurar que as atividades que vou desenvolvendo elas possam ter a cumplicidade de todos neste sentido de haver interajuda, aquilo que a terceira idade pode fazer pode complementar aquilo que as crianças podem fazer e vice-versa e acredito nisso. Nesse tipo de formação e penso que é por aí que mais se tem notado, digamos assim, o desenvolvimento. (...) que haja o enriquecimento da comunidade pela participação ativa de várias gerações. (...) por aquilo que me foi dado a perceber isso passou muito pela área social que é desenvolvida em Coz concretamente do Centro de Dia e do apoio ao domicílio (...) havia bastante empenho nalgumas atividades mais práticas tipo valorizar as artes sabidas pelos mais velhos (...) havia essa partilha (...) de saberes e ao mesmo tempo (...) de valorização e ocupação dos mais velhos no Centro de Dia”.

E4 (...) é um trabalho municipal (...) as IPSS's, claro, têm um trabalho fundamental porque (...) trabalham muito próximo das comunidades e como têm os Centros de Dia e os Centros de Convívio e mesmo as pessoas que estão em Apoio Domiciliário acabam por participar muito nas atividades e acabam por ter ali uma dinâmica diferente. (...) reuniões periódicas com as Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho. (...) Talvez seja uma lacuna (...) se calhar tínhamos que trabalhar isso mais tarde, de ver as especificidades (...) da freguesia e dar-lhes aquilo que realmente mais necessitam.

No que aos ‘meios de comunicação utilizados para fazer chegar a informação às pessoas’ diz respeito, verifica-se pela indicação dos participantes uma diversidade de meios utilizados na divulgação e informação à população. A informação parece ser normalmente dirigida à população em geral. No entanto, quando se trata de comunicar informação específica para as pessoas idosas esta é realizada de forma mais personalizada. Os meios utilizados passam pela afixação e divulgação de informação em locais estratégicos na freguesia, pela personalização da informação através de convites e através da informação presencial por parte de técnicos das instituições e também pela difusão na rádio e jornais regionais.

E1 (...) “Através de cartazes de folhas de informação nos *placards* (...) folhetos”.

E2 (...) “Chega por circular e por contacto pessoal. Como se trata de uma freguesia pequena e como temos equipas de apoio domiciliário na rua e circulamos por todos os lugares da freguesia (...) sempre que há alguma atividade de relevo nós fazemos contacto pessoal, fazemos convite, personalizamos o convite”.

E3 (...) “a informação através dos jornais, de panfletos, de cartazes, de placards (...) também passa muito por boca pelo menos com as coisas específicas. (...) há uma pequenina folha que nós distribuimos (...) que chamamos o marcador (...) as pessoas hoje são um bocadinho avessas a papéis e (...) para não ocupar muito espaço e as pessoas levarem com alguma facilidade”.

E4 (...) “promovemos as atividades (...) na rádio através dos meios da comunicação social, nos jornais colocamos sempre a divulgação das atividades e depois temos a internet que (...) está assim um bocadinho mais parado. Mas sabemos que estas redes sociais não chegam tanto às pessoas idosas (...). E depois também as pessoas que nós conhecemos, acabamos por encontrá-las na rua e dizer-lhes olha não se esqueça que há esta atividade... e (...) temos (...) um professor (...) de desporto e ele tem uma relação muito próxima com todos os idosos. Então sempre que temos uma atividade (...) pedimos-lhe (...) para promover junto do grupo de alunos que ele tem, embora já seja um grupo que já está beneficiado por participar no desporto sénior, mas sabemos que são pessoas ativas e que gostam de participar e se for com o passa palavra dele acaba por funcionar sempre bem. (...) alguns são os utentes das IPSS’s, a própria IPSS passa a palavra aos utentes. (...) acabam por organizar os grupos e (...) incentivá-los a participar. (...) e depois o passa palavra”.

No que concerne à subcategoria ‘públicos-alvo das políticas e das práticas para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações e recetividade destes às iniciativas propostas’, as indicações dos participantes parecem revelar que as políticas e as práticas destinadas à promoção do envelhecimento ativo, se têm destinado quase na totalidade à população da terceira idade (população aposentada autónoma) e estas pessoas tem respondido com a sua participação, desde que considerem as atividades significativas para si.

E2 (...) “Destinam-se sempre à população da freguesia. (...) mais à população da terceira idade ativa do que propriamente (...) à população que está institucionalizada (...) porque vivemos agora um momento em que a grande maioria dos nossos idosos está com problemas físicos e mentais que limitam muito as atividades (...) o número de pessoas da instituição que podem participar é muito baixo porque temos muitas pessoas acamadas, doentes, cadeiras de rodas, etc. não temos neste momento na instituição um grupo de pessoas que dê para desenvolver grandes atividades, (...) esse tipo de atividade é mais preventiva e é mais direcionada para a população da terceira idade que está ativa e que participa nas atividades que se reformou recentemente que tem disponibilidade. (...) é uma boa recetividade de uma maneira geral a adesão é significativa”.

E3 (...) “as pessoas são muito avessas à novidade (...) mas depois também quando se entusiasmam facilmente procuram (...) porque acham gratificante”.

E4 (...) “as atividades socioculturais (...) os passeios séniores para pessoas com mais de 65 anos de idade, (...) a pessoas com mais de 60 anos de idade (...) todas elas utentes das IPSS’s que muitas vezes não têm esta idade mas que por já serem utentes podem participar. (...) tem sido bom, foi gradual, no primeiro ano acaba por haver uma certa estranheza mas depois quando vão vendo que corre bem, que gostam de participar, voltam no ano seguinte e depois dizem ao amigo para vir também e temos notado que (...) cada ano que passa em todas as atividades temos tido mais participantes, o que é muito bom e dá ânimo para continuar. (...) o que é feito tem boa recetividade por parte das pessoas idosas, e

de facto as pessoas sentem-se acarinhadas e sentem que (...) está ali algo específico para a melhoria, para o bem-estar”.

As ‘políticas para a promoção dos princípios do AEEASG da instituição à qual a pessoa entrevistada pertence’ não se têm verificado como uma aposta contínua das instituições às quais os entrevistados estão profissionalmente ligados, e neste momento não parecem ser prioridade. Em nosso entender, parece existir mesmo um desinvestimento devido a fatores económicos e financeiros. As instituições estão focadas em primeira instância a oferecerem respostas a situações limites, e estão a colocar para segundo plano ou mesmo a descurar a prevenção.

E1 (...) “São fracas perante os meios que há, (...) podia haver mais se houvesse mais meios, (...) mas faz-se os possíveis por com pouco se fazer muito e ajudar quem faz porque às vezes não é propriamente nós fazermos (...) quem está dentro do meio quem trabalha com idosos tentamos ajudar (...) achamos que é melhor do que sermos nós a fazer porque à mais qualificação para o fazer. (...) neste caso é o Centro Bem-estar a maior parte das vezes. (...) Fizemos agora o rastreio, ajudar no transporte para determinados eventos também é uma das políticas de ajuda nesse processo (...) conseguimos cá manter a ginástica uma vez por semana para idosos ou para reformados (...) alguns espetáculos (...) musicais mas que às vezes (...) as pessoas não vão, às vezes por falta de transporte, por falta de acompanhamento (...) abrir o convento (...) a visitas de outros idosos até de outras instituições. (...) a única coisa que se pode tentar fazer é criar melhores acessibilidades mas quanto ao resto é difícil (...) depois também não sei exatamente qual o seguimento de tudo isto. (...) A minha instituição não tem feito, mas tem recorrido à Câmara que tem já gabinete de apoio ao idoso, tem aquele Alcobaça Amiga (...) quando vimos que está aqui alguma coisa mal, que precisamos (...) através da Câmara às vezes conseguimos esse apoio. (...) intermediário para estas instituições que estão vocacionadas para isto o caso do Centro Bem-estar e da Câmara, da Alcobaça Amiga (...) às vezes temos de recorrer a elas que estão vocacionadas para isto para depois prestarem o apoio devido”.

E2 (...) “falta muita coisa, está a faltar mesmo tudo, acho que sim. (...) deficientes muito”. (...) essa não é uma prioridade. Os problemas que afligem (...) não passam por este tipo de orientação (...) baseiam-se basicamente na gestão financeira, na gestão dos recursos humanos e pouco mais. (...) é uma política que acaba por ser em vez de ser preventiva, porque no fundo o envelhecimento ativo é uma política ‘preventiva’ (...) desde já começar a fazer coisas no sentido de promover a saúde, o bem-estar, etc. da população sénior (...) nós estamos numa atitude de política ‘curativa’ porque como não se faz nada para prevenir os efeitos da idade quando vamos ‘buscar’ os idosos (...) trazemos num estado em que eles nem podem, parte das vezes, depois corresponder a qualquer tipo de atividade (...) acudimos em situações limites, mas isto penso que tem que ser sempre visto num âmbito mais global e tem que ser visto se calhar a nível nacional. (...) havendo necessidade (...) estamos sempre disponíveis para ceder instalações e para ajudar a promover atividades, por vezes também disponibilizamos os recursos humanos mas essa disponibilização passa mais pela carolice e pelo empenho pessoal e privado de cada uma das funcionárias do que propriamente uma disponibilização institucional. (...) Para já essencial era definir uma política. Começar por fazer uma definição teórica, um enquadramento teórico daquilo que se pretende fazer e dos impactos e dos objetivos e da filosofia

de orientação dessa política e depois não querer dar a passada maior que a perna e definir passos para a ir implementando com lógica desde a sensibilização à efetivação, mas fazer uma definição correta, discutida posta inclusivamente à apreciação de um grupo de pessoas que estivesse pronta para... até fazer (...) um estudo piloto, ou um grupo de pessoas que entrassem em atividades e que lhe fizessem avaliações para depois poder transferir aquilo para toda a população”.

E3 (...) “temos tido um ato positivo na medida em que (...) sensibilizo a (...) comunidade para os problemas sociais (...) podem-se tornar mais sensíveis aos problemas sociais que vão acontecendo à sua volta e de sentirem que são problemas de todos nós, não são os problemas nem do governo, nem do Estado, nem das Instituições que têm o rótulo de fazer caridade, mas que é uma necessidade de todos nós estarmos atentos e não sabendo às vezes como resolver os problemas, saber recorrer a quem os pode ajudar a resolver os problemas. (...) nestas comunidades pequenas onde muitas vezes nunca se ganhou o hábito de leitura ou que não está tanto divulgado como devia estar, (...) fazer esse projeto envolvendo os mais velhos e os mais novos nas comunidades (...) penso que é uma iniciativa de âmbito cultural (...) Ou termos a possibilidade de envolver as pessoas em mais atividades onde os mais velhos que têm mais tempo pudessem ter disponibilidade para se sentirem mais ocupados, quer dizer, não diria uma universidade da terceira idade porque não haveria condições para o fazer neste sentido, mas gostaria muito mais de, se não houvesse aquela tal ocupação das pessoas que ainda têm vida útil estarem muito na proximidade da família e serem um apoio muito importante poderem também contribuir na comunidade para esse trabalho necessário, desenvolvimento de atividades que fossem proveitosas para os mais velhos e para os mais novos, para todos. Não estou a ver assim outra atividade que eu possa desenvolver com os fracos recursos. (...) às vezes há falhas, não de encontrarmos uma pessoa morta há sete ou oito anos em casa mas (...) de (...) não ser eficaz ou até às vezes de sentirmos as mãos e os pés atados em determinadas situações onde não temos tempo ou não somos capazes de agir, de resolver, (...) são tantas as necessidades que muitas vezes acontecem (...) são sempre também de emergência, (...) à partida nós temos a certeza de uma resposta social que vem depois de tratar de não sei quantos documentos, e de fazer não sei quantas burocracias, mas muitas vezes não somos suficientemente rápidos para agir antes de se perder uma pessoa”.

E4 (...) “agora de repente é tudo cortado sem se dar explicação e sem qualquer justificação. (...) já tivemos melhor, já tivemos mais atividades lúdicas, já tivemos mais atividades com vista à promoção da qualidade de vida do idoso. Neste momento dadas as restrições financeiras cada vez temos menos atividades e são muito tiradas a ferros. (...) estamos em altura de contingência e quer queiramos quer não depois estas atividades lúdicas acabam sempre por sofrer um bocadinho. E nem sempre se percebe o impacto que têm, porque não é um impacto direto, é um impacto a longo prazo, é um impacto que realmente não é visível a não ser que a pessoa ficou satisfeita e que se sente bem (...) já tivemos uma panóplia maior de atividades, neste momento não está a funcionar tão bem como já funcionou. (...) o balanço é sempre positivo, porque aquilo que já foi feito foi muito bom e resultou muito bem. E, de facto as pessoas não se esquecem das atividades que foram promovidas e do bem-estar que lhes proporcionou. (...) é um ponto de viragem, (...) estamos agora numa fase mas que entretanto iremos fazer mais e quando voltarmos a fazer espero que mais adaptado. (...) é muito grave porque estamos a perder muitos direitos adquiridos ao longo dos anos e que se pensava que já não íamos regredir e que iríamos sempre evoluir no sentido de conseguir mais e melhor (...) neste momento estamos a trabalhar para conseguir coisas essenciais, para garantir que as pessoas tenham o mínimo. E nunca pensámos (...) trabalhar nesta base (...) pensei sempre que fosse evolutivo e que agora já estava estes direitos garantidos e vamos trabalhar para outros diferentes

(...) estamos muito primários outra vez (...) nós já termos tido um trabalho para trás de intervenção junto das pessoas idosas a nível mais macro pode ser que (...) a haver mudança que consigamos facilmente fazer ver a importância de atividades com maior incremento e que envolvam ainda mais pessoas do que aquelas que envolviam até agora. Mas ainda demora algum tempo, por enquanto não estou a ver assim um futuro muito risonho. (...) chegámos a fazer alguns colóquios e workshops dirigidos à população em geral com vista realmente à sensibilização para o bem-estar da pessoa idosa e para atividades e (...) sensibilização para o envelhecimento ativo (...) e as pessoas participavam e nós trazíamos alguns exemplos concelhos e de fora do concelho e ajudavam a sensibilizar para esta questão. (...) Bem as entidades têm que criar cada vez mais respostas e respostas diversificadas (...) nós estamos habituados a trabalhar formatados de determinada forma e temos que realmente mudar”.

2.6. Papéis Sociais (categoria 6)

A categoria ‘papéis sociais’ por nós criada apresenta-se dividida em quatro subcategorias: ‘família’; ‘vizinhos/amigos/ comunidade’; ‘instituições’; e ‘Estado’.

No que à subcategoria ‘família’ diz respeito, entendemos através da informação recolhida e analisada que o papel da família é importante e deve ser assumido pelos seus membros. No entanto, a família não aparenta conseguir responder sozinha às necessidades da população idosa.

E1 (...) “A família tem de dar apoio às pessoas que os criaram e que lutaram uma vida inteira para eles terem condições ou não, (...) porque também acontece o contrário. (...) esse era o principal papel das famílias apoiarem mais os idosos no seu envelhecimento, mas a maior parte das famílias às vezes querem é ver-se livre deles. (...) às vezes podiam fazer um bocadinho mais por eles podiam. Em certas situações, não digo que sejam todas (...) porque a vida, nós também não podemos avaliar a vida dos outros e às vezes a vida deles está complicada também até para ganhar o pão, o dia-a-dia deles, não tem por vezes disponibilidade para cuidar mais dos pais, dos sogros (...) das pessoas com mais idade (...) dos reformados”.

E2 (...) “a família tem um papel essencial e neste momento está com uma grande dificuldade em o cumprir, porque em vez de apoiar os seus idosos está a verificar-se alguma exploração dos idosos. As famílias estão mais preocupadas com a garantia do seu bem-estar do que com a garantia do bem-estar do idoso que pertence a essa família, e até se verifica isso é sabido que vão buscá-los aos lares e evitam que frequentem instituições para poder beneficiar dos valores da reforma que eram direcionados para essas instituições. Isso não traz uma mais-valia para o idoso porque se os fossem buscar para os integrar na família e portanto o idoso fazia parte, era um elemento integrante, mas não, vão buscá-los e deixam-nos um pouco ao abandono sendo que o valor da reforma é gasto em benefício da família nuclear que tem aquele apêndice apenas e portanto a família não está a desempenhar o seu papel”.

E4 (...) “é fundamental (...) sobretudo para aquela população idosa que está mais inerte. (...) é fundamental a família chamar o idoso a participar nas atividades que são propostas e a sensibilizá-lo para a importância de ser uma pessoa mais ativa. (...) a família (...) mais na sensibilização porque (...) também

sendo trabalhadores (...) não podem (...) promover atividades diretas para a pessoa idosa”.

No que concerne aos papéis sociais dos vizinhos, de amigos ou da comunidade, inseridos na subcategoria ‘vizinhos/amigos/comunidade’, a informação recolhida e analisada parece apontar para o desvanecimento da solidariedade e da entreatajuda que caracterizavam antes a aldeia. Verifica-se, no entanto, que as instituições sociais parecem ter a consciência das suas responsabilidades perante a comunidade. Nesse sentido, estes parecem demonstrar já alguma iniciativa no encorajamento à população para a adoção de atitudes solidárias e de cooperação.

E1 (...) “A restante comunidade devia de dar mais apoio às vezes e não dá, mas está dentro também de quem gere as IPSS’s, quem gere as Juntas, dar um certo apoio”.

E2 (...) “a restante comunidade tenta enfiar a cabeça na areia, a fazer de conta que não está a acontecer nada. (...) ninguém está a cumprir o seu papel para com os idosos”.

E3 (...) “as pessoas sentem-se membros vivos de uma comunidade onde eles têm quota-parte de responsabilidade, essa consciência dá-me impressão que é uma consciência que tradicionalmente é própria da aldeia e que parece que teimosamente a modernidade quer apagar porque as pessoas tendencialmente tendem a subir os muros digamos assim da indiferença uns para com os outros, e portanto, a comunidade é um apelo a que isso não aconteça (...), que se sintam envolvidas (...) procuro que a (...) comunidade seja sensível a esse acolhimento necessário a todos, quer as pessoas (...) se sintam mais ou menos pertencentes à comunidade porque há pessoas (...) vêm de fora e que não se sentem pertencentes à comunidade. (...) há um papel que lhes pertence, que é indispensável, os cuidados de proximidade, o apoio da vizinha só de todos os dias gritar à janela D. Maria está bem, pode facilitar imenso o processo todo de proximidade, de uma pessoa ter a sua independência, (...) se continuarem em casa e estarem a ser apoiadas pela proximidade acho que é fundamental. (...) quando sei que (...) vai haver um tempo mais desfavorável (...) aviso para pedirem aos vizinhos para ajudarem a ver se os telhados estão ou não entupidos no sentido depois de provocar danos nas casas, de procurar sensibilizar nesse sentido da catástrofe”.

No que à subcategoria ‘instituições’ diz respeito, os dados recolhidos e analisados parecem indicar que as instituições têm demonstrado abertura às iniciativas propostas. Deduz-se ainda, pela informação analisada, que as instituições devem de desenvolver estratégias e respostas que vão de encontro às necessidades das pessoas idosas. Parece ser, ainda reconhecido, que as respostas oferecidas pelas instituições poderiam vir a ser melhoradas.

E2 (...) “As instituições fazem, as associações ainda têm um papel, mais uma vez sempre informal mas têm, promovem coisas. (...) as instituições estão abertas às iniciativas, mas as famílias e as empresas não vejo, vejo as empresas mais preocupadas com a sobrevivência”.

E3 (...) “quando as pessoas sofrem o embate de ficarem dependentes, (...) ou porque não aceitam essa dependência, ou porque deixam de ter apoio

familiar ou famílias desestruturadas. (...) criou-se muitos clubes (...) que hoje não passam de cafês onde se joga às cartas, não têm importância (...) quase nenhuma e que podiam ser lugares privilegiados onde as pessoas podiam não só criar, mas também reivindicar os direitos. (...) não é uma participação democrática das pessoas, mas é apenas o clube de alguns que têm o café mais perto de casa. (...) as famílias na medida em que vão precisando vão consultando e vão ficando informadas, mais nesse sentido. Portanto tirando a igreja e o Centro de Dia não estou a ver nem os clubes (...) não sei se têm assim tanta importância”.

E4 (...) “as instituições (...) têm esse dever de promover as atividades, de abrir espaço para que eles possam participar. (...) no trabalho direto é que nós conseguimos sensibilizar as famílias. (...) é pedido no fundo (...) as pessoas saberem respeitar o que é o direito da pessoa idosa (...) os direitos que estão consagrados têm que ser realmente implementados. E muitas vezes (...) porque a pessoa está numa fase mais debilitada (...) mais carente e não tem uma voz tão ativa e a família acaba por abusar (...) acabam por não ter em consideração, (...) aquilo que a pessoa pensa e aquilo a que a pessoa tem direito e o que fazemos é realmente sensibilizar a família para os direitos que o próprio tem e para o facto de enquanto família serem responsáveis por aquela pessoa idosa e também de ter obrigação de promover o bem-estar da pessoa que é idosa e que é da família deles”.

No que concerne à subcategoria ‘Estado’, os dados recolhidos e analisados sugerem que o Estado embora vá ainda honrando alguns compromissos para com as pessoas idosas, pagando as reformas e permitindo o acesso aos cuidados de saúde e a serviços sociais a preços mais reduzidos, parece estar a querer desresponsabilizar-se paulatinamente dos seus papéis, quer para com as pessoas idosas, quer para com as instituições. No entender dos entrevistados, o Estado aparenta subaproveitar o potencial, o conhecimento e a disponibilidade destas pessoas, assim como das pessoas que se encontram desempregadas e que poderiam ser tidas como mais-valias no apoio às pessoas idosas.

E1 (...) “O Estado com a parte de saúde e das reformas, também contribui alguma coisa para o bem-estar dos idosos (...), embora nem toda a gente tenha uma boa reforma, nem (...) um serviço de saúde como deve ser, mas pronto, é suportado na maior parte pelo Estado ou numa grande parte”.

E2 (...) “o Estado está a pagar as reformas, (...) primeiro dá com uma mão e depois tira com a outra, aumenta um conjunto de coisas que os idosos têm que pagar, promete cortar alguns acordos de cooperação e as instituições ficam sem capacidade de resposta e também os têm que aumentar. O Estado também não está a cumprir o seu papel”.

E3 (...) “falta o incentivo talvez público mais concreto (...) se calhar para resolver problemas (...) a sociedade ainda não se habituou (...) a viver agora nesta situação de haver muitos desempregados e o que fazer com o tempo livre”.

E4 (...) “ (...) o Estado tem obrigação (...) de promover essas atividades e de dar espaço para que as pessoas idosas participem porque muitas vezes elas podiam estar mais ativas (...) E o papel é se calhar o Estado (...) precisa de uma opinião sobre determinado assunto chamar a comunidade com mais idade a participar e a informar porque realmente eles têm uma ideia de como é que o processo todo teve continuidade e podem realmente nos abrir os olhos para aquilo

que pode ser agora determinado assunto, porque realmente a história é importante e rentabilizar esse *know how* que eles têm e o saber que eles foram adquirindo ao longo da vida”.

2.7. Relação entre envelhecimento ativo e aposentação (categoria 7)

A nossa penúltima categoria, que designámos por ‘relação entre envelhecimento ativo e aposentação’ tem apenas uma subcategoria denominada ‘perceções pessoais’. A informação recolhida e analisada que esteve na conceção desta subcategoria parece indicar-nos que a aposentação é vista como uma etapa da vida que deve ser preparada. Nesta fase parece ocorrer um abandono do trabalho profissional a tempo inteiro, passando as pessoas reformadas a serem semi-financiadas ou financiadas na totalidade pelos descontos feitos. Aparentemente, no nosso entendimento, existe uma maior disponibilidade por parte das pessoas aposentadas para participarem em atividades que proporcionem um envelhecimento ativo e que sejam significantes para si, e ao mesmo tempo elas podem usufruir da vida de forma mais descontraída.

E1 (...) “A reforma é quando nós chegamos à idade de receber alguma coisa daquilo que descontámos a vida inteira ou não, (...) e o envelhecimento ativo é tirar partido disso, (...) não termos de ser obrigados a trabalhar o dia inteiro mas pelo menos uma atividade que nos mantenha vivos e úteis e mais saudáveis”.

E2 (...) “Uma coisa não tem a ver necessariamente não tem a ver diretamente com a outra embora quando as pessoas se reformam ficam mais livres, ficam com mais disponibilidade para aderir a atividades do envelhecimento ativo. Mas eu sei que há essa ideia porque as pessoas pensam agora não posso fazer, tenho a minha vida tenho o meu trabalho, as minhas coisas e portanto não tenho disponibilidade para fazer atividades, para ir à ginástica à natação, às atividades da Universidade, inscrever-me numa formação, ler e guardam tudo para a idade da reforma (...) quando eu me reformar vou ler todos os livros que não li enquanto estive na vida ativa, vou fazer toda a ginástica que não fiz, vou fazer tudo o que devia de ter feito e não fiz, vou ao cinema as vezes todas que me apetecer. Eu acho que isso depois não é assim. Se não houver algum trabalho prévio e as pessoas não começarem a fazer um esforço um pouco atrás depois pode ser um pouco tarde demais e aquela predisposição que pensavam que iam ter talvez na prática não se traduzia nessa tal predisposição e depois deixem cair um pouco os braços. Eu acho que a política de envelhecimento ativo não pode ser guardada apenas para quando as pessoas se reformam que agora parece que vai ser aos 66. É tarde, é muito tarde para iniciar atividades para promover o envelhecimento ativo, (...) isso tem que vir de trás e essas atividades terão que ser vistas em duas perspetivas, ao serem planeadas tem que haver umas direcionadas para quem já está livre e outras para quem tem vontade de prevenir o envelhecimento e portanto fazer em horas diferentes, em momentos diferentes, com níveis de exigência diferentes porque se tratam de populações diferentes, mas que devem ser as duas tidas em conta”.

E4 (...) “a aposentação, aquilo que nós temos a ideia e quando se fala em aposentação é nós pensamos a pessoa pôs as botas, como é que se diz tirou as botas, não é bem assim mas qualquer coisa do género. Essa situação normalmente faz-nos lembrar uma pessoa que se reformou e depois vive a reforma com inércia sem atividade nenhuma. (...) fundamentalmente a pessoa que se reforma vai com a ideia que se reforma é para descansar e não para estar com grandes chatices e para participar em muitas coisas...”.

2.8. Trabalho em articulação e parceria (categoria 8)

A categoria ‘trabalho em articulação’ que organizámos em último lugar, tem apenas uma subcategoria denominada ‘ocasiões onde se verifica a cooperação’. Podemos deduzir com base na análise aos dados recolhidos que o trabalho em parceria acontece pontualmente na realização de atividades, com intuito de assegurar a logística ou na resposta a situações limite. Não nos parece existir, portanto, um trabalho de cooperação contínuo e planeado em Coz, que tenha bem delineados os papéis de cada entidade e os objetivos sociais que se pretendem alcançar com a cooperação, de forma a poderem ser alcançados resultados concretos. Este trabalho aparenta, no entanto, e de acordo com a informação analisada, ser visto como uma lacuna institucional, que pode vir a ser melhorada.

E1 (...) “é sempre através da Câmara o que há em rede é nós recorrermos à Câmara e às IPSS’s, às instituições para por vezes (...) socorrerem em determinadas situações que nos aparecem porque só eles é que nos podem socorrer no caso. (...) A cumprir pode não estar, mas que ajuda (...) vai dando resposta às situações pedidas (...) minimamente tem dado. (...) se recorrermos à Câmara e aos gabinetes de apoio (...) e ao Centro de Bem-estar ao mesmo tempo e à Segurança Social por vezes, conseguimos resolver os problemas, embora não na totalidade, mas tentamos pelo menos resolver as coisas de uma maneira que as pessoas fiquem minimamente servidas, (...) porque nem sempre se consegue tudo e nos tempos de hoje ainda mais difícil está”.

E2 (...) “É um trabalho que não tem sido desenvolvido. (...) Era muito importante vir a desenvolver. Era fundamental vir a desenvolver. Faz parte daquilo que deveria ser a filosofia de orientação de qualquer instituição desta área, mas para ser honesta não há um trabalho, não está feito e não sei quando vai ser e não... está complicado. (...) Qualquer coisa que se faça é sempre em parceria com a Junta de Freguesia e em alguns casos também com a Câmara. Mas (...) neste momento as parcerias são fracas. (...) nota, nota, pela escassez de atividade. (...) quando tentamos recorrer a entidades e fazer parcerias por forma a conseguir efetivá-las não conseguimos obter uma resposta positiva. Portanto, uma coisa é o plano teórico que aí está tudo mais que reconhecido e toda a gente quer se perguntarmos desde a Câmara à Junta, à Segurança Social e a todos os parceiros toda a gente diz do ponto de vista teórico que o envelhecimento ativo é a aposta que é muito importante e que é incontornável, depois na prática todos tentam escapar a essa responsabilidade partindo do princípio que talvez a instituição possa sozinha fazer isso ou tentar desenrascar isso, mas as políticas de

envelhecimento ativo não são para ser desenrascadas são para fazerem parte de um planeamento estratégico a médio e longo prazo e isso não se verifica”.

E3 (...) “esse trabalho de parceria ele acontece de uma forma menos institucional digamos assim e mais ocasional. (...) darmos apoio aos mais idosos que estão no Centro de Dia (...) depois também quando o Centro precisa desenvolve atividades por exemplo de sensibilização para comprar uma carrinha para fazer isto, para fazer aquilo, portanto nós somos o veículo transmissor digamos assim das atividades que o Centro quer implementar ou desenvolver e pede a parceria (...) para a divulgação. (...) há outras atividades que são normais (...) uma procissão, as festas tradicionais onde naturalmente as pessoas se sentem com alguma pertença e que o Centro promove também para que essas pessoas possam estar presentes e possam usufruir (...) das várias atividades que já são normais, mas que eles têm uma participação que não poderiam ter se não tivessem apoio logístico”.

E4 (...) “a rede social (...) tem como objetivo criar sinergias e aproveitar o que cada um pode dar para realmente produzir efeitos em qualquer uma das áreas, em qualquer um dos eixos, portanto que está diagnosticado como sendo prioritário. (...) aí há um trabalho de articulação e de (...) trabalho em rede. (...) existe um grupo de trabalho que foi criado pela rede social (...) em que se junta várias entidades concelhias como a GNR, a PSP, a Saúde, a Câmara as Juntas de Freguesia e as IPSS’s de cada concelho no sentido de identificarem pessoas idosas que vivam sozinhas ou que estejam numa situação de perigo ou de isolamento e é feito um trabalho em conjunto no sentido de saber quem é que já identificou aquela pessoa, o que é que já se conhece sobre aquela pessoa e que intervenção vai ser feita no futuro. (...) a rede social é o sítio privilegiado para trabalhar em conjunto com intervenção com as várias entidades. (...) Fazem parte dessa rede todas as instituições concelhias que se mostrem interessadas em participar (...) que tenham alguma vertente de cariz social. (...) quando elas não se mostram interessadas muitas vezes há um contacto por parte do responsável da Rede (...) para convidá-las a participar. (...) existem reuniões (...) são postos a debate temáticas que possam vir a mudar aquilo que foi diagnosticado como estando em falha no (...) concelho. E aí sim só se trabalha em rede e se promovem novos projetos. (...) as diferentes entidades que podem sinalizar casos e podem ter intervenção direta junto dos casos e cada uma delas na reunião propor o que é que pode ser feito junto àquele idoso e depois um deles trabalhar em nome de todos. Isso é um trabalho em rede. Porque se não anda a PSP vai a casa de uma pessoa e identifica a pessoa como estando sozinha e vai lá regularmente, mas depois nós e os serviços de Ação Social também vamos lá (...) poderemos ver o que é que cada um pode dar, que mais-valias e que serviço tem e depois aplicar essas mais-valias junto da pessoa ou no grupo. (...) Realizamos anualmente algumas atividades em parceria (...) o carnaval sénior que nós cedemos aqui a tenda, e cedemos... damos algum apoio logístico às IPSS’s, eles trazem-nos os utentes (...) também temos o som, a música a organização musical (...) também é aberto à comunidade essa atividade (...) os Santos Populares que também damos apoio na cedência do espaço, e da cedência de uma equipa de limpeza, das mesas e das cadeiras (...) o Magusto Sénior. Eles fazem as coreografias para serem apresentadas e nós organizamos o resto (...) do Magusto. (...) há atividades mais específicas (...) churrascos, sardinhas, mas ao longo do ano, mais ou menos de três em três meses vamos organizando uma atividade que é conjunta com a Câmara e as IPSS’s. (...) com empresas não estou a ver que tenhamos feito com vista a esta sensibilização, não me estou a recordar de trabalho junto de empresas, embora cada vez mais agora esteja na moda, felizmente, o voluntariado e então sentimos muitas vezes que quando as pessoas se voluntariam é para fazerem apoio de proximidade junto das pessoas idosas e muitas entidades muitas empresas estão a implementar como uma política deles os empregados darem um

dia enquanto voluntários por alguma causa. (...) o ser voluntário obrigado não é muito bom, porque as pessoas ou são ou não são voluntárias não é (...) não é nada saudável (...) o facto da empresa ter o cuidado (...) de a pessoa ter de disponibilizar um dia por mês para fazê-lo, (...) está a sensibilizar os funcionários para estas questões também”.

Com o intuito de complementar a nossa análise, realizámos, um quadro que engloba para além das categorias, subcategorias e indicadores, também as unidades de registo que tem mais alguns excertos da entrevista que optámos por não colocar na análise e discussão dos dados, os quais remetemos para anexo (anexo 3).

3. Síntese conclusiva dos dados recolhidos

Após realizarmos a exposição referente à análise de conteúdo das entrevistas no ponto anterior, propomo-nos agora, e em forma de síntese, indicar as conclusões a que nos foi possível chegar com este trabalho de investigação.

O envelhecimento ativo parece encontrar-se associado à obtenção de qualidade de vida, à adoção de estilos de vida saudáveis, à integração e participação social, ao trabalho voluntário e à garantia dos direitos básicos por parte das pessoas idosas. Deduzimos portanto que envelhecer ativamente visa a preservação da saúde e a obtenção de bem-estar físico e psicológico ao longo de todo o ciclo de vida. É ainda importante para a pessoa manter-se socialmente integrada, ativa e participativa, de modo a preservar durante mais tempo uma condição que lhe permita prestar contributos úteis e válidos à sociedade, rentabilizando os seus recursos, fazendo valer os seus direitos, preservando a sua autonomia e independência e vivendo no seu local habitual de residência na velhice.

O modo de ser e de pensar de cada pessoa parecem determinar a vivência, ou não, de um envelhecimento ativo. Parece caber a cada pessoa a responsabilidade para determinar a forma como pretende viver o seu envelhecimento. A realização de um envelhecimento ativo parece implicar uma disponibilidade por parte da pessoa para receber e procurar informação significativa, de modo a ficar mais esclarecida e ciente para poder desenvolver a sua própria estratégia pessoal ou ter a possibilidade de integrar projetos coletivos, que lhe sejam benéficos para a obtenção de uma velhice mais digna e mais satisfatória. Nesse sentido, no entender das pessoas entrevistadas, a consciencialização das pessoas parece verificar-se como fundamental para a mudança de mentalidades.

A solidariedade inter e intra geracional revelaram-se aspetos muito bem vistos pelos entrevistados, no sentido de as pessoas se manterem em atividade e com responsabilidades no desenvolvimento social durante o maior tempo possível, continuando a desenvolver os papéis sociais junto da família e estando integrados na comunidade após a aposentação. A solidariedade intra e inter gerações aparenta, assim, trazer vantagens para todos na manutenção do equilíbrio familiar e social, permitindo à pessoa idosa alcançar o bem-estar, a partilha de conhecimentos e um desenvolvimento sustentável, os quais são favoráveis a um envelhecimento ativo. Constatou-se, no entanto, pela nossa análise fruto da nossa experiência profissional no terreno, que a solidariedade na freguesia de Coz, se encontra a decrescer à medida que as pessoas se vão tornando mais individualistas.

A prática da ocupação do tempo livre com atividades ainda não se vislumbra como uma prática recorrente e contínua na freguesia de Coz, verificando-se pela análise realizada que existe uma oferta diminuta para aquilo que se prevêem ser as necessidades da população. Nesse sentido, parece haver a necessidade de serem concebidas novas ofertas para as pessoas idosas, que sejam significativas para elas e que lhes proporcionem desenvolvimento, bem-estar e estatuto social, de modo a que estas se envolvam e se sintam motivadas para participarem e mesmo colaborarem na criação de ofertas estruturadas e duradouras.

As instituições revelam estar cientes da sua responsabilidade de desenvolver iniciativas junto da população que promovam a continuação da aprendizagem, a integração social, o desenvolvimento pessoal independentemente da idade, a consciencialização da população para a rentabilização e a valorização do recurso 'pessoa idosa'. Os idosos de hoje em dia mostram ser diferentes, cada vez mais instruídos e mais exigentes, o que pressupõe uma adequação das respostas e dos serviços aos 'novos idosos'. No entanto, e pelo que nos foi possível perceber, as instituições têm vindo a focar-se essencialmente em procurar dar respostas a situações limite, remetendo para segundo plano ou descurando mesmo a prevenção.

As instituições mostraram estar abertas às iniciativas de envelhecimento ativo, quando estas lhes são propostas, mas não têm vindo a assumir um papel de protagonismo no planeamento e na intervenção articulada, para a promoção do envelhecimento ativo e solidariedade intra e inter gerações. Nesse sentido, a nossa análise leva-nos a considerar que as respostas oferecidas pelas instituições deveriam ser ajustadas e melhoradas.

A comemoração do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações parece ter passado um pouco despercebida em Coz. Verificaram-se poucas iniciativas, pelo que ouvimos, devido a cortes orçamentais e a contingências financeiras. Os anos que antecederam este marco talvez tenham sido, por isso, mais proveitosos para a consciencialização da população para a necessidade de se realizar um envelhecimento ativo e de se promover uma maior solidariedade entre gerações.

Pelo que depreendemos das entrevistas, as estratégias das instituições para a promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações centram-se em boa parte na realização de atividades de sensibilização, as quais neste momento não estão a ter na sua grande maioria continuidade. O Centro Bem-Estar Social da Freguesia de Coz e o Município de Alcobaça, em parceria com outras instituições locais (embora se verifique a realização de algumas iniciativas da responsabilidade da Igreja e de algumas associações locais), assumiram essas iniciativas que se destinaram maioritariamente à população aposentada autónoma, tendo estas pessoas respondido com a sua participação nos casos em que consideram as atividades significativas. As iniciativas realizadas apresentaram várias configurações e objetivos, tendo-se traduzido em atividades físicas e desportivas, inter e intra geracionais, culturais, educativas e de lazer. Foram ainda realizados convívios e comemoradas efemérides.

No que concerne aos meios utilizados para fazer chegar a informação às pessoas, verificámos pela análise realizada que estes têm sido diversificados e têm passado pela afixação e divulgação de informação em locais estratégicos na freguesia, sob a forma de cartazes ou folhetos, pela personalização da informação através de convites e da informação presencial por parte de técnicos das instituições, e pela difusão na rádio e nos jornais regionais.

As políticas para a promoção dos princípios do AEEASG da instituição à qual a pessoa entrevistada pertence aparentemente não se têm verificado como uma aposta contínua, e neste momento não assumem carácter de prioridade para as entidades. Pelo que depreendemos da informação analisada parece mesmo existir um desinvestimento, que se supõe estar relacionado com fatores económicos e financeiros.

A reorganização das freguesias parece não favorecer as pessoas idosas, presas a questões de tradição, algumas com limitações no acesso a serviços essenciais, ao quais poderão vir a encontrar-se ainda mais distantes do seu local de residência. Mas, a reestruturação parece ser vista também, por alguns como uma oportunidade para a

rentabilização de recursos humanos e económicos e para a melhoria da articulação entre entidades e serviços.

O compromisso ético de acompanhamento e cuidado à pessoa idosa parece pertencer ainda à família. Mas, pelo que nos foi dado a perceber pelas perceções dos entrevistados, esse papel nem sempre é assumido pelos respetivos membros, existindo mesmo alguns casos de famílias que se aproveitam de algumas fragilidades da pessoa idosa para tomarem as rédeas da vida da mesma. A família não aparenta conseguir responder sozinha às necessidades da população idosa.

O papel social que era assegurado pelos vizinhos, amigos e a restante comunidade, em contexto de aldeia, aparentemente tem vindo a desvanecer-se, verificando-se menos solidariedade e entreaajuda, contrariamente ao incentivo a estes valores sociais que tem sido levado a cabo por algumas instituições locais.

O Estado parece não estar a cumprir totalmente com as suas obrigações no que às pessoas idosas diz respeito, embora vá ainda honrando alguns compromissos sociais pagando reformas e permitindo o acesso aos cuidados de saúde e a serviços sociais a preços mais reduzidos. No entanto, a participação social destinada às instituições com respostas a esta população tem vindo a diminuir, o que faz aumentar os preços dos serviços. O Estado também aparenta, ainda, subaproveitar o potencial, o conhecimento e a disponibilidade das pessoas.

O trabalho em parceria parece tender a acontecer pontualmente na realização de atividades, e tem muitas vezes o intuito de assegurar apenas a logística ou a resposta a situações limite. Não nos parece existir, portanto, um trabalho de cooperação contínuo e planeado no tempo na freguesia de Coz, que tenha bem definido os papéis que cabem a cada entidade, e as metas que pretendem atingir. Em nosso entender, este tipo de trabalho necessita de ser melhorado, de forma a colmatar eventuais lacunas.

A aposentação tende a ser vista como uma altura de mudanças onde ocorre um abandono do trabalho profissional a tempo inteiro, passando as pessoas reformadas a serem semi-financiadas ou financiadas na totalidade pelos descontos feitos, havendo por isso, vantagens em ser preparada. Esta parece ser uma altura onde existe uma maior disponibilidade por parte das pessoas para poderem usufruir da vida de forma mais descontraída e para participarem em atividades significativas para si e que proporcionem um envelhecimento ativo.

O envelhecimento demográfico é visto pelos entrevistados sob duas perspetivas: a que vê no aumento da esperança média de vida/longevidade uma conquista da

humanidade; a outra que vê o envelhecimento da população como uma ameaça à sustentabilidade económica, resultado do aumento da longevidade, da migração e da imigração. Também o decréscimo da natalidade parece colocar em causa a renovação de gerações, o sistema de pensões e de reformas, os níveis de produtividade, o desenvolvimento, a qualidade de vida e as ofertas disponíveis. De acordo com o que depreendemos da informação transmitida pelos entrevistados, em Coz os efeitos negativos do envelhecimento para a sociedade podem vir a ser revertidos se existir um conjunto de incentivos que se prendem com a promoção da natalidade, da sustentabilidade empresarial, do desenvolvimento económico, social, educativo e turístico, para que se mantenham os jovens na freguesia e ou que se fomente a entrada na mesma de pessoas de outros países.

O reconhecimento social da pessoa idosa parece depender dos critérios de valorização utilizados. A pessoa idosa que presta contributos à comunidade tende a obter desta um reconhecimento público, que se concretiza sob a forma de agradecimentos ou de manifestações públicas pontuais em vida ou na sequência da morte da pessoa. No que concerne ao reconhecimento por via da sabedoria acumulada e da valorização do potencial da pessoa idosa, parece que as pessoas idosas de Coz são ainda pouco valorizadas e que os seus contributos e potencialidades permanecem subaproveitados.

Relativamente às estratégias determinadas pelas políticas sociais, a nossa análise leva-nos a indicar que estas não parecem responder totalmente às necessidades das pessoas. Coz tem vindo a ter algumas iniciativas de sensibilização e de promoção do envelhecimento ativo e de solidariedade entre gerações. No entanto, verificámos que esta não tem sido uma prioridade das políticas sociais locais, mesmo na emergência de políticas que vão ao encontro do envelhecimento progressivo da sua população. Falta, portanto, dar continuidade à sensibilização transversal da população, com o desenvolvimento de projetos cooperativos, estruturados, significativos e mobilizadores, os quais proporcionem respostas mais satisfatórias e incitem à participação e ao envolvimento geral da população nas questões sociais e económicas, independentemente da sua idade. Urge, assim, pôr em prática políticas sociais que vislumbrem atenuar a discriminação social em função da idade e os possíveis efeitos negativos do envelhecimento progressivo da população.

Nota: Não se evita o envelhecimento; atenuam-se os seus efeitos!

Conclusão geral

O envelhecimento da população em Coz tem tendência para se acentuar e, neste sentido parece existir a necessidade de se levarem respostas políticas efetivas que permitam alterar o rumo dos acontecimentos. A sua não concretização poderá colocar em causa, num futuro não muito distante, a sustentabilidade económica e social da freguesia. Se se confirmar a agregação anunciada por parte da freguesia de Coz, das freguesias de Montes e de Alpedriz, também elas muito envelhecidas, Coz passará a ter ainda uma população mais envelhecida.

As instituições locais aparentam estar limitadas na sua atuação por questões económicas e financeiras, fruto das contenções orçamentais por parte do Estado e das dificuldades inerentes a uma crise económica que parece estar para durar. Também as famílias parecem sofrer aqui as consequências do panorama atual do país e, não sendo imunes a esta situação, veem os seus jovens partir para outros locais em Portugal ou a imigrar, levando consigo a esperança de um reequilíbrio social da população da freguesia nos próximos tempos. Este panorama poderá acarretar desvantagens ao nível da manutenção do acompanhamento familiar em proximidade, ao nível da partilha das experiências e de conhecimentos entre gerações e entreajuda, por parte das gerações mais novas às pessoas mais velhas que dele careçam.

Verificámos também que persistem ainda alguns estereótipos relativamente ao envelhecimento, à velhice, à aposentação e à pessoa idosa, quer nos residentes da freguesia, quer nos representantes das instituições locais, aparentando ter ainda uma visão reduzida e muito segmentada das potencialidades da pessoa idosa, o que em certos casos parece ir ao encontro dos estereótipos vigentes na sociedade portuguesa.

Coz tem vindo a adotar respostas sociais de apoio às famílias e à população idosa, abrindo valências de Centro de Dia e de Apoio no Domicílio, promovendo a ginástica para a população sénior, mantendo certos serviços de saúde, incluindo farmácia e uma oferta de ocupação, pontual, dos tempos livres. Consideramos, no entanto, que as exigências dos novos tempos, dos ‘novos idosos’, requerem adequações e outro tipo de respostas mais diversificadas. Parece existir, portanto, um descurar de medidas preventivas que evite que a pessoa viva a velhice num estado de fragilidade pondo em causa a sua dignidade. É necessário agir de forma a prevenir situações de incapacidade e de doença, favorecendo a saúde e a manutenção da independência e da autonomia das pessoas. Pensamos, que adotar estilos de vida saudáveis e estabelecer uma rede de

relações solidárias inter e intra gerações é já, de algum modo, participar na criação de estratégias públicas que se refletem positivamente no desenvolvimento pessoal e na da comunidade. É sobretudo ser-se capaz de viver o envelhecimento de forma positiva o que implica uma percepção das vantagens para as pessoas e para a sociedade. Verifica-se, nesse sentido, em Coz, a existência de um caminho que foi percorrido na sensibilização para a adoção de comportamentos que favoreçam o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. Este é um trabalho que não deverá, em nosso entender, ser abandonado, devendo, ao invés, ser reatado e se possível melhorado. Embora já presenciássemos em Coz a algumas iniciativas de sensibilização e de promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações, verificámos que este caminho ainda não é visto como prioritário no âmbito das políticas sociais locais, mesmo na emergência de respostas que vão ao encontro dos desafios colocados pelo envelhecimento gradual da sua população.

As políticas sociais destinadas à população envelhecida, traduzidas numa aposta na sensibilização para o envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações, parecem estar agora estagnadas. De igual modo, as práticas sociais destinadas maioritariamente a este segmento da população têm mesmo sofrido uma diminuição. Não poderíamos deixar passar a oportunidade para sublinhar a nossa discordância com a segmentação das políticas sociais para o envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações. Nesse sentido, sugerimos que a consciencialização da população para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações seja transversal à população, encontrando métodos próprios e adequados aos destinatários e deverá de ocorrer desde a infância “tanto a nível educacional como de saúde” (Palma 2000, *cit.* por Borba *et al.*, s/d: 4). Consideramos que se deve preparar a velhice desde cedo, no sentido em que se prepara em novo a velhice que se ambiciona ter no futuro, ao mesmo tempo que se aprende a viver melhor ao longo da vida (Fernandes, 2008). Consideramos, desta forma que devemos educar e formar as pessoas para que realizem um envelhecimento ativo e adotem comportamentos solidários inter e intra geracionais, de modo a se manterem ativas, participativas, produtivas e socialmente integradas, em constante desenvolvimento e aprendizagem e zelando pela saúde. Fórmula para assegurar melhor os direitos, a autonomia, a independência e a segurança que conduzam à qualidade de vida e ao bem-estar e a preparação para a aposentação. Sintetizando, o envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações parecem contribuir para se viver melhor ao longo de todo o ciclo de vida e para se estar apto a participar nas questões económicas, educativas, culturais, espirituais e cívicas durante mais tempo. Acreditamos que independentemente do que os idosos consigam

fazer – com maior ou menor durabilidade e dispêndio de energia – mantendo-se em atividade preservam ou melhoram a sua condição física e intelectual, tornando-se aptos, durante mais tempo, para serem os protagonistas da sua vida e exercerem as suas funções de cidadãos, podendo prestar melhores contributos familiares e sociais e alcançar maiores níveis de satisfação com a sua vida. A adoção de estilos de vida ativos e saudáveis parece permitir à pessoa idosa: manter-se no seu habitat, zelando por ele; o acesso à informação e às novas tecnologias; a educação ao longo da vida; o acesso às atividades de lazer, desportivas, culturais, de voluntariado e cidadania; garantir durante mais tempo os direitos ao nível das acessibilidades, da fiscalidade; da saúde; das respostas sociais (Gil, 2007).

O envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações parecem carecer, no entanto, de um investimento ao nível das políticas públicas, de forma a tornar o aumento dos ganhos de vida numa “celebração da sabedoria” (Kalache, 2012: 17).

Nesse sentido, verificámos que em Coz parece faltar percorrer o caminho que leve à efetivação das práticas do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações. Defendemos, por isso, a continuidade das políticas sociais destinadas a um envelhecimento ativo e à solidariedade entre gerações, que se começavam a desenhar antes da crise económica ter emergido. Consideramos de especial relevância a continuidade da consciencialização e formação da população e das entidades locais para as persistentes representações sociais estereotipadas relativamente ao velho, à velhice, à aposentação e ao envelhecimento. Entendemos que as práticas deverão seguir o caminho da educação transversal da população, através do desenvolvimento de projetos cooperativos estruturados, significantes e mobilizadores. Projetos pensados para proporcionar respostas mais satisfatórias, incentivadoras da participação e do envolvimento da população em geral, independentemente da sua idade e formação. As iniciativas a realizar deverão, necessariamente, ter em conta as especificidades dos destinatários. Pensamos também que as políticas sociais devem ter como objetivos, atenuar a discriminação social em função da idade, a começar pelas instituições locais de resposta social e o envelhecimento progressivo da população, e potenciar o património material e imaterial tendo em vista o desenvolvimento local.

O Estado parece querer paulatinamente diminuir a sua contribuição em algumas das respostas sociais que tem vindo a financiar nos últimos anos. Nesse sentido, a cooperação entre instituições e a rentabilização dos recursos disponíveis assumem grande importância na obtenção de respostas mais satisfatórias para a população. No entanto, a

intervenção de proximidade envolvendo várias instituições, num trabalho articulado e cooperante, e o planeamento estratégico coletivo, não parece ainda vigorar de forma efetiva nesta freguesia. Neste contexto consideramos que o presente e o futuro da freguesia de Coz merecem uma reflexão conjunta entre os principais interlocutores, tanto da freguesia de Coz como do Município de Alcobaça. Urge que se discutam os diferentes pontos de vista sobre as temáticas em apreço. Pontos de vista que, a avaliar por estes entrevistados, denunciam divergências, verificando-se mesmo algumas generalizações, em casos pontuais, que não parecem coincidir com a realidade da maioria da população, desta freguesia. A Rede Social pode ser um espaço importante para ocorrer esta partilha e debate de forma a se clarificarem posições e a gerarem-se consensos que determinem, *a posteriori*, a definição de medidas e/ou de programas que respondam mais satisfatoriamente às necessidades da população face aos desafios emergentes da freguesia em resultado do seu envelhecimento demográfico. Há, por isso, necessidade de mobilizar os interlocutores privilegiados sensibilizando-os de forma efetiva para esta necessidade de modo a conferir-lhe caráter prioritário.

O trabalho em cooperação e parceria parece tender para se centralizar muito nos profissionais das instituições e encontra-se ainda pouco implementado. Aparentemente parece, de forma recorrente, não englobar associações sem fins lucrativos, famílias e empresas locais ou instituições externas ao concelho. Consideramos que uma intervenção local deve conjugar esforços, através da realização e efetivação de parcerias entre câmaras municipais, associações recreativas e outras, centros de saúde e instituições sociais (Fernandes 2008: 156). Porque não comprometer o setor empresarial através da participação cívica e ativa nos domínios sociais apelando à responsabilidade social perante a comunidade? Pensamos que esta postura poderia ser revista, numa perspetiva de integração e de responsabilização coletiva, de partilha de procedimentos e de boas práticas. Os tempos difíceis que vivemos atualmente não parecem permitir grande desenvolvimento, “mas, poderão ser de envolvimento, de avaliação e reflexão e sobretudo de união, ligando-nos mais uns aos outros: cidadãos, instituições, políticos” (Madeira, 2012: 14).

A solidariedade e o associativismo, nomeadamente no domínio social, parecem encontrar-se em declínio, verificando-se uma diminuição das atividades públicas e da assunção de responsabilidades cívicas, contudo existem sinais claros da sua persistência na freguesia de Coz. Verificamos também que a educação em ambientes formais e não formais, na freguesia, ainda se encontra pouco explorada, a par do trabalho de

voluntariado em benefício da comunidade. Nesse sentido, consideramos que estes são caminhos a percorrer com vista à obtenção de mais e maiores contributos que poderão vir a proporcionar maior qualidade de vida, bem-estar subjetivo e desenvolvimento pessoal e local.

Em Coz deveria ser reatado o trabalho que antecedeu o AEEASG, de modo que permitisse o desenvolvimento individual (das pessoas) e o desenvolvimento local (da freguesia) e que procurasse também responder aos desafios colocados pelo envelhecimento demográfico, numa perspetiva que englobasse a sociedade civil, as empresas e as instituições locais num projeto comum apelando à responsabilidade social.

Não podemos deixar de salientar que a realização de estudos sobre esta freguesia que visem identificar as necessidades efetivas da população, numa perspetiva de prevenção de situações de doença e de dependência, constituirão contributos importantes para o conhecimento e atualização da informação, que poderá servir para complementar o Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça.

A investigação que realizámos não se encontra isenta de limitações. Nesse sentido, gostaríamos de alertar que esta não se deve desarraigir do seu contexto, assumindo desde já que Coz possui várias particularidades sociais, religiosas, económicas, culturais, educativas e de conjuntura, que colocam algumas restrições a qualquer tentativa nossa de estender estas conclusões ao que se passa noutra freguesia. Estamos ainda cientes de que o nosso estudo poderia ter sido alargado a outras fontes, tendo incluído a perceção de outros interlocutores privilegiados existentes nesta freguesia. Certamente que eles também dariam contributos importantes para o enriquecimento do nosso estudo. Assumimos, no entanto, as nossas decisões de fazer um estudo pequeno, que ambicionasse obter informação relevante e detalhada para a análise do nosso objeto de pesquisa, dentro do tempo que nos foi concedido para a realização do trabalho. Não poderíamos deixar ainda de evidenciar que, tratando-se de um estudo de natureza qualitativa e dada a nossa ligação afetiva à freguesia de Coz, houve certamente da nossa parte algum enviesamento da informação recolhida, ainda que tivéssemos feito o possível para evitar que isso acontecesse.

Para finalizar, queremos agradecer vivamente aos nossos entrevistados pela sua disponibilidade em colaborarem voluntariamente neste trabalho e por nos confiarem as suas perceções sobre as temáticas que abordámos neste estudo.

Bibliografia

- Aires, L. (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alcoforado, L. e Ferreira, S. M. (2011). Educação e formação de adultos: nótulas sobre a necessidade de descomprometer a cinderela depois do beijo do príncipe encantado. In L. Alcoforado et al. (Orgs.), *Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação* (pp. 7-20). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Altman, M. (2011). O envelhecimento à luz da psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 44, 193-206.
- Amado, J. S. (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação (Investigação Educacional II). Relatório de Disciplina apresentado nas Provas de Agregação*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (não publicado).
- Amado, J., Costa, A. P. e Crusoé, N. (2013). Procedimentos de análise de dados, In J. Amado (Org.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 301-351). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amor, T. (2008). Os desafios do envelhecimento. *Cidade Solidária. Envelhecimento – descobrir novos caminhos*, 6-11.
- Araújo, C. K., Cardoso, C. M. C., Moreira, E. P, Wegner, E. e Areosa, S. V. C. (2012). Vínculos familiares e sociais nas relações dos idosos. *Revista Jovens Pesquisadores*, 1, 97-107.
- Araújo, L. e Sara, M. (2012). Relacione-se com os outros. In O. Ribeiro e C. Paúl (Orgs.), *Manual de Envelhecimento Activo* (pp. 141-167). Lisboa: Lidel Edições Técnicas.
- Araújo, R. (2005). Cidade Solidária. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 13, 49-53.
- Baltes, M. M. e L. L. Carstensen (1996). The Process of Successful Ageing. *Ageing and Society*, 16, 397-422.
- Bandeira, M. L. (2012). *As Dinâmicas do envelhecimento. Estudo do envelhecimento da população portuguesa entre 1950 e 2011*. Relatório final e difusão dos dados alargada. Lisboa: Fundação Manuel Francisco dos Santos.
- Benavente, A., Peixoto P., Aníbal G., Jacinto M., Manita R., Nogueira, R., Queiroz, S., Macar T. e Graça, V. (2013). Educação: levanta-te e luta. *Observatório de Políticas de Educação e de Formação*. CES, UC, CEIEF, ULHT (Disponível em www.op-edu.eu, acessado em 3 de julho de 2013).

- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Cabral, M. V. e Silva, P. A. (2012). Relações entre grupos etários e capital social. *Revista Rediteia*, 79-89.
- Canário, R. (2008). *Educação de Adultos: Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Carmo, H. e Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação. Guia para a Auto-aprendizagem* (2.^a Edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carneiro, R., Chau, F., Soares, C., Fialho, J. A. S. e Sacadura, M. J. (2012). *Relatório Final. O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas: Universidade Católica Portuguesa.
- Carvalho, Maria I. L. B. (2006). *Abordagem do Serviço Social à Política de Cuidados na Velhice em Portugal* (Disponível em <http://mariairenedecarvalho.com/index.php/2-uncategorised>, acessado em 13 de agosto de 2013).
- CCE (2002). *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Resposta da Europa ao Envelhecimento da População Mundial Promover o Progresso - Económico e Social num Mundo em Envelhecimento*. (Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52002DC0143:PT:HTML>, acessado em 12 de agosto de 2013).
- CCE (2009). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Gerir o Impacto do Envelhecimento da População na UE. Relatório sobre o Envelhecimento Demográfico 2009*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Ceresia, F. (2006). *The retirement and early retirement behaviour in Italy: a System Dynamics Approach*. The 24th International Conference of the System Dynamics Society (Disponível em <http://www.systemdynamics.org/conferences/2006/proceed/papers/CERES442.pdf>, acessado a 24 de Junho de 2012).
- Cruz, P. (2008). Envelhecer Activamente. *Revista Rediteia*, 41, 14-17
- Dal Rio, M. C. (2009). *Perspectiva social do envelhecimento*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta.
- Delors, J., Al-Mufti I., Amagi I., Carneiro, R., Chung F., Geremek B., Gorham, W., Kornhauser A., Manley M., Quero M. P., Savané M., Singh K., Stavenhagen R., Suhr, M. W. e Nanzhao, Z. (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a*

- UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Lisboa: UNESCO/Edições ASA.
- Dias I. e Rodrigues E. V. (2012). Demografia e sociologia do Envelhecimento. In O. Ribeiro e C. Paúl (Orgs.), *Manual de Gerontologia (179-201)*. Lisboa: Lidel Edições Técnicas.
 - Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95, 542-575.
 - Diener, E., Suh, E., Lucas, R. e Smith, H. (1999). Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. *Psychological Bulletin*, 125, 2, 276-302.
 - Domingues, M. A. (2012). Mapa mínimo de relações do idoso: uma ferramenta para avaliar rede suporte social. In F. Pereira (org.), *Teoria e prática da gerontologia. Um guia para cuidadores de idosos* (pp. 175-188). Viseu: Psico & Soma.
 - EAPN (2012 dezembro). *Indicadores sobre a pobreza. Dados Europeus e Nacionais*. Porto: EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza.
 - EAPN (2012). *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. Mensagens que devem permanecer*. EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza (Disponível em http://www.eapn.pt/enews/docs/doc_envelhecimento_ativo.pdf, acessado a 9 de agosto de 2013).
 - Figueiro, C. (2008). Respostas sociais para pessoas idosas. *Revista Rediteia* 41, 47- 48.
 - Fernandes, A. A. e Botelho, M. A. (2007). Envelhecer activo, envelhecer saudável: o grande desafio. *Fórum Sociológico*, 17, II Série, 11-16.
 - Filho, H. R. K., Koch, L. F. A., Koch, H. R. Koch, M. F. N., Diniewicz, F. A. e Diniz, R. A. (2010). Envelhecimento humano e ancianismo: revisão. *Rev. Clín. Pesq. Odontol*, 6, 2, 155-160.
 - Fonseca, A. M. (2004). *Uma abordagem psicológica da "passagem à reforma" - desenvolvimento, envelhecimento, transição e adaptação*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Biomédicas (não publicada). Porto: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.
 - Fonseca, A. M. (2008). Envelhecimento bem sucedido. *Revista Rediteia*, 41, 20-21.
 - Fonseca, A. M. (2012). *Do trabalho à reforma: quando os dias parecem mais longos*. *Sociologia*, 75-95.
 - Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios de Paulo Freire* (5.^a edição). Cortez Editora: São Paulo.
 - García, A. J. M. e Ruiz, E. J. G. F. (2000). La preparación para la jubilación: Revisión de los factores psicológicos y sociales que inciden en un mejor ajuste emocional al final del desempeño laboral. *Anales de Psicología*, 87-99.

- Gil, A. P. (2007). Envelhecimento Activo: complementaridades e contradições. *Fórum Sociológico*, 17, II série, 25-36.
- Gomes, M. J. e Mata, A. (2012) A Família provedora de cuidados ao idoso dependente. In F. Pereira (Org.), *Teoria e prática da gerontologia. Um guia para cuidadores de idosos* (pp-163-174). Viseu: Psico & Soma.
- Gonçalves, C. D. e Oliveira, A. L. (2011). Sabedoria e Educação: Um estudo com adultos na Universidade Sénior. In L. Alcoforado et al. (Orgs.), *Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação* (pp. 245-254). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, C. M. e Dias, I. (2008). Envelhecimento e Emprego. Políticas sociais gerontológicas. *Revista Rediteia*, 41, 26-28.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em rede. Serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guimarães P. (2005). Cidade Solidária. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 13, 27-29.
- INE (2010). *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2011). *Censos 2011 – Resultados Provisórios*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2013). *Estatísticas Demográficas 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jacob, L. (2008). Envelhecer Activamente. *Revista Rediteia*, 41, 34 -36.
- Jacob, L. (2012a). A aprendizagem ao longo da vida e a formação para séniores. *Revista Rediteia*, 45, 53-65.
- Jacob, L. (2012b). Respostas sociais para idosos em Portugal. In F. Pereira (Org.), *Teoria e prática da gerontologia. Um guia para cuidadores de idosos* (pp. 129-147). Viseu: Psico & Soma.
- Jerónimo, L. (2005). Cidade Solidária. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 13, 15-19.
- Junior, E. D. A. (2004). *A Pastoral do Envelhecimento Ativo*. Rio de Janeiro: PPGEF/UGF.
- Kalache, A. (2012). Entrevista a Alexandre Kalache. *Revista de PolRediteia* 45, 17-32.
- Lima, L. C. (2007). *Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. Lisboa: Cortez Editora.

- Lima, M. P. (2010). *Envelhecimento(s). Estado da Arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lima, M. P. e Gail, A. (2011). *Posso ser? Dinâmicas grupais em torno da personalidade e do envelhecimento*. Coimbra: Minerva.
- Lopesino, P. C., López-Céron, A. B., Muñoz, M. P. e Echanagorría, A. M. (2011). *Envejecimiento Activo, Libro Blanco*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad; Secretaría General de Política Social y Consumo; Instituto de Mayores y Servicios Sociales.
- Machado, P. (2007). Refletindo sobre o conceito de envelhecimento activo. Pensando no Envelhecimento em Meio Urbano. *Fórum Sociológico*, 17, II série, 53-63.
- Madeira, M. J. (2012). Nota introdutória. *Revista de Política Social*, 45, 12-16.
- Marchand, H. D. (2005). *A idade da sabedoria. Maturidade e Envelhecimento*. Porto: Âmbar. Coleção idade do saber, n.º4.
- Marques, P. (1998). *Ciência, investigação e metodologia* (Disponível em <http://pcmarques.paginas.sapo.pt/Metodo.htm>, acessado a 25 de agosto de 2013).
- Marques, S. (2011). *Discriminação na Terceira Idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Martins, R. M. (2006). Envelhecimento e Políticas Sociais. *Revista Millenium*, 126-138.
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da investigação-acção*. Portugal: Porto Editora.
- Mendes, F. (2011). *Segurança Social: O Futuro Hipotecado*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Messy, J. (1993). *A pessoa idosa não existe – uma abordagem psicanalítica da velhice*. São Paulo: ALEPH.
- Minayo, M. C. S. e Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), 239-262.
- Nações Unidas (2009). Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. *World Population Prospects: The 2008 Revision. Highlights*. New York: United Nations.
- Néri, A. L. e Cachioni, M. (1999). Velhice bem-sucedida e educação. A. L. Néri e G. G. Debert (Orgs.) *Velhice e Sociedade* (pp. 113-140). São Paulo: Papirus.
- OIT (2013). Emprego e proteção social no novo contexto demográfico. *Conferência Internacional do Trabalho*, 102.ª sessão, Relatório IV. Suíça: Genebra.
- OIT (2002). *An inclusive society for an ageing population: the employment and social protection challenge*. Madrid: Editora.

- Oliveira, I. A. (2009). Salto para o futuro. Educação ao longo da vida. *Texto – Educação de jovens, adultos e idosos*, XIX , 11, 14-19.
- OMS (2002a). *Envelhecimento ativo. Um Projeto de Política de Saúde*. Madrid: Editora.
- OMS. (2002b). Envejecimiento activo: un marco político. *Rev. Esp. Geriatr. Gerontol*, 37(s2),74-105.
- OMS. (2005). *Envelhecimento activo: uma política de Saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.
- Paúl, C. (2012). Tendências atuais e desenvolvimentos futuros da gerontologia. In O. Ribeiro e C. Paúl (Org.), *Manual de Gerontologia. Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 2-17). Lidel Edições Técnicas: Lisboa.
- Paúl, C. (s/d). *Envelhecimento activo e redes de suporte social*. Porto: Departamento de Ciências do Comportamento da Universidade do Porto.
- Pereira F. (2012). Sistemas de apoio aos idosos em Portugal. In F. Pereira (Orgs.), *Teoria e Prática da gerontologia* (pp. 119-128). *Um Guia para Cuidadores de Idosos*. Viseu: Psico & Soma.
- Pimentel, L. (2012). Cuidar de pessoas idosas dependentes: as intersecções entre a esfera pública e a esfera privada. *Revista Rediteia* 45, 67-77.
- Pimentel, H. e Silva, M. (2012). Inclusão social dos idosos. In AUTORES (Orgs.), *Teoria e prática da gerontologia. Um guia para cuidadores de idosos* (pp. 215-226). Viseu: Psico & Soma.
- Pinheiro, J. C. e Fonseca. A. M. (2011). *(Re)formar a vida* (Disponível em <http://barometro.com.pt/archives/248>, acessado a 22 de abril de 2013).
- Pinto, P., Fernandes, A. A. e Botelho, M. (2007). Envelhecimento Activo e Estilos de Vida Saudáveis: A Actividade Física. *Fórum Sociológico*, 17, II série, 43-51.
- Pinto, T. A. (2008). Novas Tecnologias & Idosos. Exclusões e soluções. *Revista Rediteia* 41, 29-31.
- Programa AEEASG para Portugal (2012). *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e solidariedade entre Gerações. Programa de ação, 2012*. Lisboa: Governo de Portugal.
- Quaresma, M. L. (2008). Envelhecer com projecto. *Revista Rediteia*, 41, 39-41.
- Ramos, M. C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41, 3, 299-333.
- Rede Social (2007). *Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça*. Alcobaça: Câmara Municipal.
- Ribeiro O. e Paúl, C. (2011). *Manual de Envelhecimento Activo*. Lisboa: Lidel Edições Técnicas.

- Ribeiro, C., Oliveira, C., Souza, C. e Freitas, T. (2006). *Idosos e família: Asilo ou casa*. (Disponível em Psicologia.com.pt). O portal dos psicólogos.
- Rodrigues, L. S. e Soares, G. A. (2006). Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. *Revista Ágora*, 4, 1-29.
- Rodrigues, S. (2008). Mitos e preconceitos da velhice. *Revista Rediteia*, 41, 21-22.
- Rosa, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Saldanha, H. (2009). *Bem Viver para bem Envelhecer. Um desafio à Gerontologia e à Geriatria*. Lisboa: Lidel Edições.
- Silva, A. S. (1986) A Ruptura com as Ciências Sociais. In A. S. Silva e J. M. A. Pinto (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 26-53). Lisboa: Edições Afrontamento
- Simões, A. (1989). Educação e aprendizagem. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 4-119.
- Simões, A. (1990). Alguns mitos respeitantes ao idoso. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 24, 109-121.
- Simões, A. (1992). Ulterior Validação de uma Escala de Satisfação com a Vida (SWLS). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 3, 503-515.
- Simões, A. (2006). *A nova velhice. Um novo público a educar*. Coimbra: Ambar. Colecção idade do saber, n.º5.
- Simões, A. (2007). *O que é a educação? Separata Psicologia e Educação. Novos e velhos temas*. Coimbra: Almedina.
- Trentini, C. M. e Gonçalves, M. T. A. (2009). Os métodos de investigação na pesquisa junto a cuidadores de idosos com a Doença de Alzheimer. *Psico*, 40, 3, 308-318.
- União Europeia. (2012). *A contribuição da UE para um envelhecimento ativo e solidariedade entre as gerações*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Vara, M. O olhar do gerontólogo. In F. Pereira (Orgs.), *Teoria e Prática da gerontologia. Um Guia para Cuidadores de Idosos* (pp. 65-77). Viseu.
- Veiga-Branco, A. (2012). O gerontólogo... um mediador no espaço gerontológico, In F. Pereira (Orgs.), *Teoria e prática da gerontologia. Um guia para cuidadores de idosos*. (pp. 41-63). Viseu: Psico & Soma.
- Veloso, E. C. (2005). Cidade Solidária. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 13, 20-25.
- Vieira, C. M. C. (1995). *Investigação Quantitativa e Investigação Qualitativa: uma abordagem comparativa. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (não publicado).

- Webber, F. e Celich, K. L. (2007). As contribuições da universidade aberta para a terceira idade no envelhecimento saudável. *Sedrez Estud. interdiscip. Envelhec.*, V, 12, 127-142.

Websites

- www.ine.com acedido em 20/8/2013 onde foram consultados os documentos:
 - População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios.
 - População residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e sua evolução entre 2001 e 2011.
 - Censos 2011 (dados definitivos) – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, segundo o número de residentes.
- [http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Indice+sintetico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reproducao+\(R\)-416](http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Indice+sintetico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reproducao+(R)-416) acedido em 4/1/2013.
- Programa Aprendizagem ao Longo da Vida da União Europeia, no link <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000037595/> acedido em 21/04/2013.

Anexos

Anexo 1 – Guião de Entrevista Semiestruturada

– Objetivo principal da entrevista

Perceber quais as políticas locais que têm vindo a ser desenvolvidas para a promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações (EASG) na freguesia de Coz e conhecer as diferentes perspetivas, de pessoas com responsabilidades locais, sobre a respetiva sustentabilidade futura.

| BLOCOS | OBJETIVOS | QUESTÕES ORIENTADORAS | QUESTÕES ESPECÍFICAS |
|-------------------------------------|--|--|----------------------|
| I. Legitimação da entrevista | 1. Fazer a apresentação do entrevistador e da pessoa entrevistada. | 1. Esclarecimento sobre os objetivos da entrevista | |
| | 2. Criar um clima de confiança mútua. | 2. Indicação do uso dos dados recolhidos | |
| | 3. Explicar os objetivos da entrevista. | | |
| | 4. Garantir os aspetos éticos e deontológicos. | | |
| | 5. Pedir autorização para a gravação da entrevista. | | |

| | | | |
|--|---|--|---|
| II. Caraterização dos entrevistados e recolha de dados biográficos | Recolher dados sociodemográficos sobre cada entrevistado. | 1. Fale-nos um pouco de si, por favor. | 1. Data de nascimento 1.1. Naturalidade/ local de residência/trabalho |
| | 2. Conhecer a formação académica e profissional da pessoa entrevistada. | 2. Qual a sua formação académica? | 2. Em que área? Frequentou outras formações? Formação inicial? Formação contínua? Pode identificar algumas? |
| | 3. Caraterizar a situação profissional atual. | 3. Quais são as funções que desempenha na instituição que representa? | 3. Que responsabilidades específicas tem a seu encargo? |
| III. Perceções sobre as expectativas criadas na população pelo AEEASG | 1. Compreender as expectativas criadas na população pelo AEEASG e pelas instituições que aplicaram o programa em Coz. | 1. Na sua opinião, que impacto teve a consciencialização para a promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações na freguesia de Coz? | 1. De que forma o AEEASG contribuiu para isso? |
| | 2. Identificar eventuais mudanças na atuação das pessoas e das instituições da freguesia de Coz. | 2. No seu entender que mudanças ocorreram relativamente a comportamentos e perceções sobre o envelhecimento e a velhice? | 2. Pode dar-nos exemplos concretos, por favor? |
| IV. Consciencialização e educação para o envelhecimento ativo e para a solidariedade entre gerações | 1. Conhecer o modo como a população de Coz está a ser consciencializada para as questões do envelhecimento | 1. Como está a ser promovida a consciencialização pública quanto à necessidade de alteração de comportamentos face ao envelhecimento, à velhice e à aposentação? | 1. Pode indicar-nos as estratégias específicas que estão a ser desenvolvidas aqui na freguesia, por favor? |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | ativo e da solidariedade entre gerações. | | |
| | 2. Tomar conhecimento de medidas e projetos concretos que estão a ser implementados em Coz, derivados do AEEASG. | 2. Que meios coloca a sua instituição ao dispor da população, de forma a incentivar a participação nas atividades socioculturais? | 2. A quem se destinam? 2.1. Como chega a informação específica às pessoas? Quais os meios? |
| | 3. Conhecer a receptividade das pessoas às iniciativas desenvolvidas. | 3. Qual a receptividade das pessoas a essas iniciativas? | 3. Há algum trabalho em parceria? Que instituições estão envolvidas? 3.1. Como estão a fazer chegar as iniciativas às pessoas? |
| V. Políticas locais que se perspetivam para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações | 1. Perceber de que forma os entrevistados avaliam as políticas estimuladas pelo AEEASG. | 1. Como caracteriza atualmente as políticas da sua instituição para a promoção dos princípios do AEEASG? | 1. Porquê? Pode desenvolver por favor? |
| | 2. Conhecer as fragilidades e os pontos fortes dessas políticas. | 2. Que balanço faz das mesmas? | 2. Quais são, na sua perspetiva, os pontos mais fortes e as fragilidades destas políticas? Porquê? |
| | 3. Identificar eventuais fragilidades dessas políticas. | 3. Na sua perspetiva, como se está a passar das iniciativas de sensibilização para a consciencialização coletiva da necessidade de mudança de perspetiva sobre o envelhecimento? | 3. Como serão divulgadas/os juntos dos destinatários? 3.1. Qual o papel específico que é pedido às famílias, às empresas, e às instituições locais neste processo? |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | 4. Conhecer projetos políticos futuros destinados especificamente à população idosa de Coz. | 4. Quais as medidas ou projetos que prevê vir a implementar para a melhoria das condições de vida da população idosa? | 4. Pode dar-nos exemplos concretos dessas medidas/projetos? |
| | 5. Saber qual a atividade específica da instituição da pessoa entrevistada, destinada à população idosa. | 5. Que trabalho tem sido desenvolvido pela sua instituição para a criação de uma rede de respostas comunitárias efetivas, eficientes e sustentáveis? | 5. Como se concretizam essas respostas? 5.1. Quem faz parte dessa rede? 5.2. Está a cumprir os objetivos de partida? 5.3. Pode desenvolver por favor? |
| | 6. Compreender a opinião das pessoas entrevistadas sobre o possível impacto da nova organização das freguesias, imposta pelo poder central. | 6. Em seu entender, as alterações que decorrem atualmente nas freguesias e nos municípios que impacto terão na criação de respostas às necessidades e problemáticas da população sénior? | 6. O que pode vir a mudar? 6.1. Que implicações poderão ter essas mudanças? |
| VI. Visão sobre a velhice e o envelhecimento ativo, o envelhecimento demográfico e a aposentação | 1. Conhecer a visão dos entrevistados sobre conceitos como envelhecimento ativo, envelhecimento demográfico e aposentação. | 1. O que é para si o envelhecimento ativo? | 1. Pode definir este termo por palavras suas, por favor? |
| | | 2. O que é para si o envelhecimento demográfico? | 2. Pode definir este termo por palavras suas, por favor? |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | | <p>2.1. Quais são em seu entender as principais consequências deste fenómeno?</p> <p>2.2. Como poderá reverter-se?</p> |
| | 3. Conhecer o modo como a pessoa entrevistada entende o papel das instituições locais na promoção do envelhecimento ativo. | 3. Em seu entender, como é que as instituições locais poderão trabalhar para enfrentarem os desafios colocados pelo envelhecimento rápido da população? | <p>3. Que tipo de trabalho deverá ser feito (em articulação ou rede)?</p> <p>3.1. Pode indicar-nos alguns exemplos de boas práticas neste âmbito, se as conhecer?</p> |
| | | 4. Qual a relação entre envelhecimento ativo e aposentação, na sua opinião? | <p>4. Como é que esta relação deve ser entendida?</p> <p>4.1. Como é que a articulação entre envelhecimento ativo e a aposentação pode ocorrer nos dias de hoje?</p> <p>4.2. Considera que falta alguma coisa a este nível?</p> |
| | 5. Perceber a opinião da pessoa entrevistada sobre o equilíbrio que deverá existir no trabalho entre diferentes instituições. | 5. Qual o papel da família, do Estado e da restante comunidade na resposta e/ou assistência às necessidades da população idosa? | |
| VII. Reconhecimento social das pessoas idosas | 1. Compreender a visão das pessoas entrevistadas sobre eventuais ações sociais para o reconhecimento e valorização da população idosa. | 1. Considera que nesta freguesia existe reconhecimento e valorização dos contributos dados pelas pessoas idosas? | 1. Concretize, por favor. Pode dar exemplos? |

| | | | |
|-------------------------------------|---|---|---|
| | 2. Conhecer o valor atribuído pela pessoa entrevistada à pessoa idosa enquanto mais-valia para as instituições locais. | 2. Na sua opinião que outros contributos poderiam dar os idosos? | 2. Gostaria que nos desse exemplos, por favor. |
| | 3. Perceber o valor atribuído aos programas destinados à promoção do envelhecimento ativo aos requisitos necessários ao sucesso dos mesmos. | 3. Pode-nos descrever o que considera ser essencial para a implementação de programas que favoreçam esta mudança de perspetiva e que levem as pessoas a envelhecerem de forma ativa, participativa e integrada na comunidade? | 3. Na sua opinião quais são os caminhos que deveriam de ser percorridos, para a melhoria da vida das pessoas enquanto envelhecem? 3.1. Pode dar-nos exemplos decorrentes da sua experiência, por favor? 3.2. Em seu entender, quais serão as melhores estratégias para o fazer? |
| VIII. Términus da entrevista | 1. Terminar a entrevista de forma agradável. | 1. Gostaria de partilhar mais alguma coisa connosco sobre a temática que abordamos? | 1. Fique à vontade para dizer o que quiser. |
| | 2. Criar um momento para a partilha de opiniões livres por parte da pessoa entrevistada. | 2. Em sua opinião, que estudos deveriam ser feitos, tendo em vista a concretização dos objetivos do AEEASG? | 2. Pode apresentar as sugestões que lhe parecerem mais pertinentes. |
| | 3. Agradecer a participação voluntária na entrevista. | | |

Anexo 2 – Termo de Consentimento Informado utilizado no estudo



Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Termo de Consentimento Informado

O aluno de Mestrado de Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária (MEFAIC) _____ e o(a) entrevistado(a) _____ celebram o seguinte acordo de compromisso:

O aluno de MEFAIC compromete-se a:

- 1 – Realizar o estudo em conformidade com os critérios adotados pela comunidade científica da especialidade.
- 2 – Transmitir oralmente a informação detalhada sobre os objetivos do estudo.
- 3 – Prestar todos os esclarecimentos adicionais sobre a realização do estudo que o(a) entrevistado(a) considere necessários.
- 4 – Utilizar o conteúdo da entrevista exclusivamente para este estudo, ressalvando que a equipa de investigação terá acesso à gravação oral e à sua transcrição.
- 5 – Conservar o sigilo sobre nomes, apelidos, data de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer informações que possam levar à identificação pessoal.
- 6 – Informar o(a) entrevistado(a) dos resultados do estudo.

O(A) entrevistado(a) compromete-se a:

- 1 – Participar de livre vontade neste estudo sem receber qualquer tipo de incentivo(s).
- 2 – Assumir o papel de entrevistado(a) respondendo com honestidade às questões colocadas.
- 3 – Autorizar a gravação áudio da entrevista.
- 4 – Permitir a utilização da entrevista neste estudo.
- 5 – Receber uma cópia deste Termo de Consentimento Informado devidamente assinado.

Coz, ___ de Maio de 2013

Assinatura do Entrevistado/a: _____

Local de Residência: _____ Contacto: _____

Assinatura do aluno de MEFAIC: _____

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo 3 – Matriz da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com unidades de registo

| Categorias | Subcategorias | Indicadores | Unidades de registo |
|--|-------------------------|---|---|
| 1. Conceções sobre envelhecimento ativo. | 1.1. Qualidade de vida. | 1.1.1. O envelhecimento ativo permite chegar ao fim da vida com alguma qualidade de vida. | E1 (...) é preciso é criar condições para que os idosos sejam ativos e tenham uma velhice digna e alegre e em confraternidade com outros, isso é que é importante”. E2 (...) “O envelhecimento ativo é chegar ao fim da vida com qualidade de vida. (...) chegar ao fim da vida com qualidade (...) é essencial”. E4 (...) “é uma pessoa que quer viver a reforma ativamente e com alguma qualidade de vida”. |
| | 1.2. Saúde e bem-estar. | 1.2.1. Manter um estilo de vida saudável e ativo proporciona bem-estar físico e mental. | E1 (...) “no fim de chegarem a uma idade bonita da vida delas que é a reforma, se tiverem atividades (...) é uma velhice mais bonita e mais saudável”. (...) pelo menos nessa parte da vida que nos dê prazer. (...) inda agora fizemos (...) um rastreio ao colesterol, à tensão, aos diabetes (...), à massa corporal organizada pela Câmara e na Associação de Coz, aberta também a toda a população ...”. E3 (...) “O envelhecimento ativo é as pessoas poderem ir cultivando (...) uma vida saudável...”. (...) manutenção das próprias forças humanas do equilíbrio do corpo. (...) no envelhecimento as pessoas podiam e deveriam de ser acompanhadas também em questões de saúde. (...) os nossos hospitais e (...) centros médicos poderiam ter a vida facilitada se as pessoas tivessem mais informação esclarecida sobre saúde e educação alimentar. (...) muitas vezes as pessoas porque estão sozinhas deixam-se de alimentar como devia ser e passam a vegetar”. (...) “pela comunicação social pelo interagir social penso que as pessoas se sentem também com essa responsabilidade de promover (...) o bem-estar”. E4 (...) “o básico é (...) as pessoas manterem sempre estilos de vida saudáveis (...) o desporto (...) é fundamental (...) quando chegarmos a uma idade mais avançada já temos esse princípio |

| | | |
|--|---|---|
| | | tão dentro de nós e acabamos por mantê-lo e isso dá bem-estar físico e também (...) bem-estar mental ...”. |
| 1.3. Atividade, utilidade e produtividade. | 1.3.1. Envelhecer ativamente pressupõe ser proactivo e útil à sociedade. | <p>E1 (...) “Tem de criar alguma coisa que o entretenha, que o mantenha vivo, útil. É o aposentado a partir da altura em que se fica aposentado não cruzar os braços e se sentar a ver televisão (...) se tivermos uma certa atividade é diferente de (...) paramos e nos deixarmos morrer. (...) o envelhecimento ativo (...) é nós irmos envelhecendo mas sempre a fazer alguma coisa de útil (...) mas não parar porque (...) é pior, vai ser uma velhice muito mais complicada”.</p> <p>E4 (...) “terem como princípio manterem-se ativos. (...) sermos pessoas proactivas”.</p> <p>E3 (...) sentirem-se empenhadas na medida do possível, numa resposta que se quer ativa, empenhada e válida numa comunidade que precisa de todos. (...) as pessoas se se unissem para perceberem que por exemplo fazer parte de um rancho folclórico não é apenas ir representar aquilo que sabem fazer, mas (...) é manterem-se vivos ...”.</p> |
| 1.4. Autonomia e independência. | 1.4.1. Envelhecer ativamente contribui para chegar à última fase da vida com maior autonomia e independência, o que é essencial para a pessoa se manter no seu local de residência. | <p>E2 (...) “chegar ao fim da vida (...) com discernimento, (...) lucidez e com alguma autonomia física é essencial”.</p> <p>E4 (...) “em relação aos lares, (...) até que ponto esta capacidade grande é boa (...) devíamos incentivar mais as pessoas a ficarem na localidade onde residem. (...) o ideal seria (...) lares mais pequenos. Porque há muita tendência das pessoas irem para muito longe e porque é que devemos desenraizar as pessoas, não faz grande sentido. (...) poderá até permanecer mais tempo em casa (...) que é para eles se podem manter mais tempo em casa e com mais qualidade de vida. (...) o programa de teleassistência”.</p> |
| 1.5. Direitos básicos garantidos. | 1.5.1. O envelhecimento ativo pressupõe que sejam | E3 (...) “é necessário é que as pessoas tomassem consciência (...) se reunissem e interagissem para eles próprios colmatarem as necessidades e reivindicar até aquilo que tinham que |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | <p>garantidos os direitos básicos às pessoas.</p> | <p>revindicar em várias situações de resposta necessária. (...) maior parte dos nossos reformados não tem 500€ por mês”.</p> <p>E4 (...) “O envelhecimento ativo (...) pressupõe as pessoas terem (...) os direitos básicos garantidos (...) se não (...) nada mais pode funcionar (...) a nível de acesso à saúde, aos serviços sociais, (...) acesso a uma reforma digna. (...) é todo um conjunto de ações (...) passa pela garantia dos mínimos para depois fazermos coisas mais abrangentes. (...) as pessoas estão a perder muito poder, (...) estão a perder a capacidade financeira que têm e isso está a trazer fragilidades básicas da alimentação, de poder ir a qualquer lado, do acesso à saúde. Há uma série de coisas que nós tínhamos como fundamentais, essenciais e básicas e víamos como uma resposta natural e efetiva que neste momento já não existe. As pessoas já não conseguem aceder como acediam antes. Então temos aqui a pensar numa série de atividades que promovem o bem-estar dessas pessoas, mas as pessoas não têm o básico. Não têm uma manutenção adequada, não têm o acesso à saúde como deveriam de ter, têm cortes cada vez mais nas reformas e isso parecendo que não baixa-lhes muito a autoestima porque tem a ver com problemas diários reais e graves e muitas vezes as pessoas estavam habituadas a ajudar a família, a ajudar os filhos e a ajudar os netos. E neste momento mal têm para eles quanto mais para os filhos e para os netos (...) está a afetar muito a vida dos idosos (...) primeiro manterem-se e promover o que é básico e depois então irmos para aquilo que é mais... que é importante também que tem a ver com o facto de as pessoas poderem (...) sentir que têm cá (...) outras atividades e que se podem distrair. Mas se nós não temos o que comer, não pensamos nas distrações (...). E, neste momento as pessoas estão a perder uma qualidade de vida imensa e não são só as pessoas em idade ativa, são muitas pessoas idosas. Tirar aquilo que eles acharam (...) ter para o resto da vida (...) estamos a regredir”.</p> |
|--|--|---|---|

| | | | |
|--|-----------------------------|---|--|
| | 1.6. Voluntariado. | 1.6.1. A participação voluntária da pessoa idosa em atividades comunitárias apresenta-se como mais-valia para a pessoa idosa e para a comunidade. | <p>E2 (...) “eles podem ajudar em enumeras atividades simples mas que podem trazer um conjunto de vantagens, desde coisas relacionadas com o artesanato, a própria animação sociocultural poderia aproveitar muito através da participação de alguns idosos que têm conhecimentos de música, de teatro, de uma série de coisas e que não está a ser minimamente valorizado”.</p> <p>E3 (...) “eles podem muitas vezes ser voluntários em tantas e tantas coisas. (...) sentir-se empenhado numa comunidade até se calhar às vezes com mais tempo para dar de si, não um trabalho braçal, mas se calhar um trabalho mais intelectual (...) que pode ajudar e muito”.</p> <p>E4 (...) “O envelhecimento ativo pressupõe uma pessoa que reformou-se e (...) quer ser participativo, (...) pode colaborar numa direção de uma instituição, (...) pode ser voluntário, (...) pode dar um pouco de si e ao mesmo tempo usufruir aquilo que a sociedade tem para lhe oferecer. (...) cada vez mais temos pessoas, voluntários, que vão a casa dos idosos para ter uma pequena conversa com eles, (...) fazer umas compras, (...) haver o tal apoio de proximidade. (...) um serviço de pequenos arranjos domésticos”.</p> |
| | 1.7. Mentalidade da pessoa. | 1.7.1. Promover um envelhecimento ativo ao longo da vida depende da mentalidade da pessoa, da sua integração social e educação. | <p>E1 (...) “Já houve pessoas aqui nesta instituição que “já trabalhei toda a vida agora não quero fazer mais nada (...) e ficam-se por ali. É preciso induzi-las a (...) quererem fazer alguma coisa e (...) gostarem porque também não pode ser escravatura”.</p> <p>E2 (...) “À medida que as pessoas se consciencialização que tem necessidade de envelhecer ativamente e quando essa consciencialização é feita antecipadamente as pessoas têm essa preocupação e não são só as instituições e nota-se que as pessoas que vão ficando reformadas tendem a procurar apoios e a procurar atividades e a aderir a movimentos que lhe proporcionem um envelhecimento mais ativo e mais saudável. (...) também temos que fazer nós próprios a nossa parte. Temos que ter abertura de espírito para querer envelhecer ativamente porque não basta definir políticas, não basta propor atividades. Elas podem vir de</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>fora, devem vir de fora, deve haver uma preocupação oficial com esta situação, mas também as pessoas elas próprias têm que ter em si a vontade de envelhecer ativamente e há pessoas que não têm isto, há pessoas que pela sua forma pela sua personalidade, pela vida que tiveram se desmotivaram e esses é difícil de conquistar para as atividades do envelhecimento ativo. Também haveria um trabalho a fazer com esses, mas esse era mais profundo e tinha já que envolver uma equipa (...) mas não deixaria de ser pertinente. (...) Juntam-se por faixas etárias, juntam-se por grupos de interesse, e chegam a promover sozinhos algumas atividades, embora aqui alguns elementos pertençam à Universidade Sénior de Alcobaça, mas penso que não são muitos, mas aderem coletivamente a atividades que são informais que não têm uma definição como seria aconselhável que não foram delineadas por ninguém, não têm um líder, mas há atividades. E, as pessoas vão e fazem e organizam-se e participam mas é tudo muito informal.</p> <p>E3 (...) “não devia de haver a ideia de que a pessoa para envelhecer não tem que fazer nada, quer dizer que está dispensada de tudo. (...) a mentalidade, a mentalidade da exclusão (...) muitas vezes, quando as pessoas descartam muito a sua responsabilidade pessoal e estão à espera que a ação social seja capaz de fazer tudo, há aí um iate de tempo e de espaço que muitas vezes dá-me impressão que as pessoas ainda não estão bem sensibilizadas no sentido de perceber que há um papel que lhes pertence. (...) As pessoas ficaram talvez com mais vontade de se valorizar a elas próprias, penso que hoje já não temos aquele manto negro de pessoas que viviam a viuvez e um certo desencanto pela idade de abandono que era a terceira idade. Penso que as pessoas hoje se arranjam mais, aparecem mais bem vestidas, (...) até com alguma maquilhagem de pessoas de mais idade que até tinham vergonha (...) talvez na conversa também (...) menos deprimente, mais positiva”.</p> <p>E4 (...) “é uma questão de mentalidade da própria pessoa idosa não só daqueles que a rodeiam. (...) Antes que se pensava que a única hipótese era quando chegassem a idosos era irem para</p> |
|--|--|--|

| | | | |
|---|---|--|---|
| | | | <p>um lar, e agora há outras respostas sociais o que é importante. (...) Muitas pessoas ainda pensam que se vão reformar e que aquelas que têm uma quinta vão trabalhar na quintinha deles (...) vão ficar no canto deles sossegados a gozar dos rendimentos, que era a ideia floreada que se tinha. (...) O nosso carácter é definido ao longo da vida. Se somos pessoas mais abertas e mais expansivas assim seremos enquanto idosos. Se ao longo da vida nos retrairmos e formos socialmente pouco ativos e pouco sociais, não é, acabamos por depois ter uma velhice mais retraída e menos social também. Portanto, penso que temos que ter uma postura aberta para a vida para depois no final quando envelhecermos conseguirmos manter essa postura. (...) O facto de (...) não ficarmos parados à espera que as coisas venham até nós mas procurarmos novas soluções e procurarmos novas respostas vinca depois a nossa maneira de estar e acaba por se refletir no futuro e no nosso envelhecimento”.</p> |
| 1.8. Solidariedad e inter e intra geracional e integração familiar e comunitária. | 1.8.1. A solidariedade entre pessoas indiferentemente das suas idades poderá trazer vantagens para todas as gerações. | <p>E1 (...) Os idosos (...) davam o contributo deles com a informação, até com a juventude, as estórias que eles contam aos jovens também são importantes. A história da experiência da vida deles, (...) é importante e é um contributo que eles dão”.</p> <p>E2 (...) “os idosos ativos podem dar (...) contributos ao nível das crianças porque podem ser referência para as crianças e os jovens, podem ser sustentação em termos de segurança de acompanhamento, etc. porque os pais estão mais ativos e mais ausentes e os idosos podem ter um papel importante na educação dos mais novos”.</p> <p>E3 (...) “os idosos têm alguma facilidade em conseguir-se desenganhar (...) têm sempre um bocadinho de terra, têm sempre recursos que às vezes os mais novos não têm essa possibilidade. (...) as pessoas perceberem que solidariamente conseguem dar vida a elas próprias e dar vida aos outros. (...) nota-se que o grosso das pessoas tenha (...) uma visão mais sã da vida, (...) contagia com alguma facilidade essa postura sobretudo da terceira idade. (...) essa influência veio (...) confirmar normalmente a influência que os mais novos fazem</p> | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>sobre os mais velhos. Os mais velhos andam sempre a dizer avó não faças isto, avó não faças aquilo porque não sei o quê, mas às tantas, porque eles tiveram essa valorização a partir de métodos próprios eles acabaram por aceitar mais facilmente o conselho dos netos. (...) os idosos deviam (...) ensinar a sua arte, a sua experiência de vida, os seus conhecimentos (...) os idosos precisam muito de falar porque, muitas vezes, se sentem sozinhos. (...) havia de haver espaços onde eles pudessem encontrar os mais novos, onde se pudessem encontrar com a sociedade ativa em espaços públicos e onde eles pudessem ser chamados nas competência a desenvolver nem que fosse a plantar um canteiro de morangos ou a fazer uma carpintaria ou fazer aquilo que eles sabem fazer, passando os conhecimentos práticos aos outros de forma se calhar até lúdica. (...) as crianças têm tudo a ganhar quando se relacionam com pessoas mais velhas. Eu penso que a nossa capacidade de sonhar vem pelo facto de lidarmos com os mais velhos e com as histórias dos mais velhos. (...) o envelhecimento ativo é procurar não deixar de fazer aquilo que sabe fazer e que se ele não fizer ninguém mais faz (...) Sentir-se empenhado constantemente na construção de uma comunidade mais sã, mais adequada, com mais recursos. (...) o ambiente ainda possível da aldeia onde as pessoas podem interagir umas com as outras mesmo para jogar às cartas ou para fazer outras coisas. As pessoas conhecem-se (...) têm proximidade, já se perdeu um bocadinho o hábito de ir à casa uns dos outros, (...) é péssimo mas que está a acontecer, (...) há montes de recursos que a sociedade moderna proporciona e que muitas vezes as pessoas se calhar por alguma limitação também vão (...) fechando-se mais no seu muro porque têm em casa um recurso que se chama televisão.</p> <p>E4 (...) “têm ali um grupo de pessoas que são tão ativas que depois obrigam que o vizinho do lado também seja. (...) sempre foi um grupo de pessoas que foram envelhecendo muito ativamente e com muitas atividades desenvolvidas por eles próprios (...) é uma comunidade</p> |
|--|--|--|--|

| | | | |
|----------------|--|--|--|
| | | | (...) muito ativa e capaz de abraçar qualquer projeto novo e de levá-lo a cabo (...) são uma comunidade aberta e expansiva”. |
| 1.9. Ocupação. | 1.9.1 As organizações devem promover e/ou incentivar à criação de organizações e atividades educativas, culturais, desportivas e de serviços que vão de encontro às necessidades dos séniores. | <p>E1 (...) se houver atividades e convívio entre elas nas atividades que às vezes são organizadas (...) a prática de ginástica, (...) aquelas hortazinhas que (...) os distraía e utilizava o tempo deles, (...) a feitoria de artesanato tudo isso é importante (...) os passeios pedestres, as visitas (...) à praia aos monumentos, tudo isso, é irem às festas organizadas por exemplo pela Câmara para idosos também é importante e o convívio que há nessas festas”. (...) Os idosos, (...) no nosso caso aqui, um dos contributos que eles podem fazer ou que têm feito é (...) artesanato, (...) hortinhas ...”.</p> <p>E2 (...) “Participação em ginástica, (...) em ateliers, (...) nas caminhadas, (...) nas feiras, o que quer que se faça desde que as pessoas sejam previamente (...) e devidamente informadas e convocadas porque a convocatória também tem relevo, (...) a forma como se tentam envolver as pessoas é essencial porque elas têm que perceber que têm vantagem (...) aderem”.</p> <p>E3 (...) vêm no trabalho não uma ocupação gratificante, mas muitas vezes um castigo (...) entretanto já vão aparecendo algumas pessoas que não têm estas características mas são muito poucas. De maneira que quando as gente as convida para fazer alguma atividade (...) que seja lúdico ou que seja uma atividade mais envolvente na comunidade as pessoas normalmente não aderem com muita facilidade. No entanto essa atividade que as pessoas vão desenvolvendo na comunidade, isso manifesta-se muitas vezes (...) a preparação das próprias atividades, o empenho (...) às festas que são rituais, que são habituais (...), nesta comunidade. (...) Havia (...) de existir sempre a preocupação da ocupação ser uma coisa muito sã e válida para o envelhecimento. (...) portanto, já (...) há por exemplo educação física para a terceira idade e uma ou outra atividade mas que (...) não são suficientes, mas (...) já é alguma coisa.</p> | |

| | | | |
|--|----------------------------|---|--|
| | | | <p>E4 (...) “criar clubes, coisas mais estruturadas, um clube sénior em que as pessoas possam ir, que tenha um certo estatuto para as pessoas (...) não sentirem que é sempre o fim da linha, (...) uma coisa que se arranjou que se atamancou para eles. Tem que haver coisas sérias estruturadas (...) que se veja que há (...) um trabalho de fundo e (...) eles possam usufruir (...) sempre para o dia-a-dia deles. (...) chamar às direções das instituições pessoas com alguma idade para poderem decidir qual o caminho que deve de ser feito pela instituição (...) agora mesmo são (...) as pessoas mais idosas que fazem parte da direção que reúnem com o poder político e que sensibilizam para a necessidade de determinados projetos. (...) vê-se bastante em centros recreativos, desportivos e IPSS’s nas direções, pessoas reformadas que têm muito para dar e que se empenham para tal. (...) organização de atividades de ocupação de tempos livres, (...) que (...) vão de encontro às necessidades. (...) de Santos Populares, (...) passeios seniores (...) o desporto sénior, tem havido bailes, comemorações da terceira idade, mas em vez de ser algo pesado e visto como uma comemoração fechada e só para aquele grupo etário tem-se tentado abrir à comunidade e (...) transmitir uma imagem mais leve que dá a entender que (...) a terceira idade é um processo como todos os outros e podemos vivê-la bem e com qualidade e com leveza. (...) com atividades intergeracionais...”.</p> |
| | 1.10. Educação e formação. | 1.10.1. As pessoas idosas são cada vez mais instruídas. | <p>E3 (...) acho que a educação para o envelhecimento ativo é a primeira coisa que é necessária. Depois que haja respostas na comunidade. (...) Universidade de Terceira Idade que não é para todos com certeza mas que dá respostas para alguns”.</p> <p>E4 (...) “não nos podemos esquecer que os idosos de agora são idosos diferentes daqueles que tínhamos à 7 ou 8 anos ou 9 anos atrás, porque que eram pessoas que aceitavam qualquer coisa. Agora são pessoas mais formadas, mais informadas, querem outro tipo de atividades, (...) temos se calhar arrancar, (...) com outro tipo de respostas e com outro tipo de atividades (...) saber-mo-nos adaptar a isso. Isso também é um desafio para nós. Espero que consigamos</p> |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | | | estar ao nível dele. (...) complementarem a formação com atividades, com outras disciplinas mais ou menos sérias desde o inglês, a matemática, até a hidroginástica, a informática”. |
| 2. Visões sobre o envelhecimento demográfico. | 2.1. Visão positiva do envelhecimento demográfico. | 2.1.1. Aumento da esperança média de vida/longevidade é visto como positivo. | E3 (...) “o envelhecimento demográfico do ponto de vista das pessoas que chegavam aos 70 anos e eram velhas e agora só aos noventa é que são, isso aí é uma coisa ótima porque a gente consegue ter esperança de vida até mais tarde, consegue manter-se cá mais tempo e quem gosta de viver, (...) usufruir daquilo que gosta de fazer, da sua família, dos seus amigos, etc.”. E4 (...) “a população idosa cada vez dura mais anos e felizmente”. |
| | 2.2. Visão negativa do envelhecimento demográfico. | 2.2.2. O aumento da longevidade e o decréscimo da natalidade são vistos como uma ameaça à sustentabilidade económica. | E1 (...) “é uma desgraça, porque, a população está muito envelhecida, cada vez há menos gente nova e depois vamos ter um grave problema que é os novos não conseguem ganhar para os idosos terem uma velhice digna, porque isto das grandes reformas e das reformas está tudo ‘a rebentar pelas costuras’ porque não há gente nova. (...) não vejo grande futuro a população está muito envelhecida estão a falecer nesta freguesia muitas, está a bater recordes de falecimento mesmo de gente que não é muito velha, a própria alimentação ou dos tratamentos ou da falta de cuidado, há pessoas com cinquenta anos e quarenta e tal a falecer, (...) vai-nos custar muito dinheiro futuramente, (...) não vai haver pessoas que depois tenham rendimentos para nos dar uma reforma digna, nem se calhar a mínima vamos ter porque isso vai acontecer. (...) ainda por cima, os nossos estão a sair do país, a nossa massa útil está sair do país, estão a incentivá-los a sair, cada vez somos menos e cada vez ficamos mais agarrados, porque não temos hipótese e como o país está a ser governado ainda pior ou tem sido governado”. E2 (...) “é um fenómeno grave. (...) O envelhecimento demográfico (...) não sendo (...) compensado com natalidade, (...) com políticas de promoção da fidelização dos jovens aos seu país é algo de muito aterrador, porque se as coisas continuarem como estão hoje, nós correremos o risco de daqui a alguns anos poucos, sermos um país de velhos. Este país não é para novos. Está a não ser para novos e como não é para novos o envelhecimento demográfico |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>aqui será qualquer coisa de dramático. É mesmo (...) um caos. Porque deixamos de ter jovens, os jovens vão ter os seus filhos a outros pontos que serão naturais de lá e onde é que está o futuro de um país (...) há motivo de grande preocupação e o envelhecimento demográfico é algo de muito assustador para quem aqui anda”.</p> <p>E3 (...) “é um problema porque as pessoas têm tendência a deslocar-se para os grandes centros e a comunidade de Coz sente-se muito com isso (...) as pessoas que se formaram acabam por sair da aldeia (...) não têm possibilidades localmente e portanto ainda que tenham menos filhos, (...) não ficam aqui. (...) é uma comunidade que esteve constantemente a exportar (...) gente nova (...) e isso é (...) um problema que depois faz ir embora os transportes públicos, (...) o emprego, (...) se não há procura no minimercado ele fecha (...) ou os outros serviços públicos que depois ficam cada vez mais distantes”.</p> <p>E4 (...) “é o facto de cada vez menos existirem jovens e aqueles que existem estarem a ir para fora (...) cada vez existe um número maior de idosos em relação à população jovem. (...) ou muda muito o nosso estado e nós conseguimos produzir num nível tal que (...) a qualidade do nosso trabalho (...) bons salários e maiores descontos ou então não sei (...) como vai ser revertida esta situação. (...) não termos população ativa que permita suportar as despesas que a população reformada implica (...) logo a população que (...) está a atingir a idade da reforma tem que cada vez mais tarde se reformar para se conseguir manter uma sustentabilidade financeira que é necessário em todos os países. E depois, também em termos de bem-estar populacional é muito complicado um país em que tende só para o envelhecimento e não há população jovem para (...) impulsionar e promover um país mais dinâmico e outro tipo de ações que (...) tem que ser feito pela população ativa e não por aquela que está na idade de reforma. Acaba por (...) não haver um suporte financeiro que permita a qualidade de vida da</p> |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--|---|---|--|
| | | | população idosa e é grave. (...) uma carga fiscal cada vez maior para aqueles que trabalham (...) não sei se nós aguentamos”. |
| 2.3. Estratégias para reverter o envelhecimento demográfico. | 2.3.3. O envelhecimento demográfico pode vir a diminuir na freguesia de Coz se existirem maiores incentivos à natalidade, sustentabilidade empresarial, desenvolvimento a nível económico, social, educativo e turístico e emigração de pessoas de outros países. | E1 (...) “Só se viessem para aí chineses e africanos (...) É o desenvolvimento (...) da agricultura do turismo (...) com o artesanato, produtos agrícolas, um apoio à comunidade vendendo esses mesmos produtos (...) só assim é que eu vejo que isto possa dar, porque temos um mundo inteiro para nos visitar. Está bem que é uma percentagem mínima quem tem dinheiro para, mas quem tem dinheiro para, (...) vem, agora é preciso é criar condições para eles virem, atraí-los para cá inclusive os próprios idosos. Se calhar à idosos (...) se fossem convidados a vir para uma aldeia destas o caso de franceses e ingleses que estão aí a viver e deixaram os seus países de origem para virem viver para aqui, (...) porque acham que tem mais saúde e liberdade e estão mais descansados numa aldeia pobre como a nossa e se calhar é para isso que se temos que virar é atrair pessoas para virem viver para a nossa terra”. | E3 (...) “as pessoas têm que ter condições para se instalarem e para desenvolverem as suas vidas a partir do ponto onde têm referências e onde se deviam de sentir bem. (...) Mas a criação de trabalhos localmente e sobretudo na panóplia de escolhas que as pessoas fazem é sempre complicado (...) e às vezes os serviços... por exemplo (...) os casais que querem pôr uma criança na creche, (...) ou mesmo na escola primária e se for uma escola da aldeia acaba por ter pouquíssimos recursos e a formação acaba por ser inferior a uma formação dada numa escola com mais condições (...), o repovoamento (...) apesar de termos bons acessos (...) há aqui falta de apostas concretas do que é que o estado português entende como bom para o desenvolvimento das pessoas e a partir daí, se há que apostar nas redes de transporte ou na educação, ou nisto e naquilo, quer dizer nas várias vertentes das coisas necessárias para que haja qualidade de vida. Não pode ser as pessoas a escolher, digamos assim, casuisticamente porque não vão fazer uma escolha de conjunto e portanto não vão beneficiar a todos”. |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | | | E4 (...) “maior sustentabilidade económica que retivesse cá os jovens, que houvesse uma política de promoção da natalidade efetiva (...) têm que ser criadas estruturas de retaguarda como creches (...) na maior parte delas financiadas pelo estado, como (...) horário de trabalho mais reduzido, (...) sustentabilidade empresarial (...) apoio do estado que permita de facto às famílias terem mais filhos para depois isto reverter e haver pessoas jovens para poderem contribuir para que este desnível não se acentue”...”. |
| 3. Reconhecimento social da pessoa idosa | 3.1. Reconhecimento por via dos contributos à comunidade. | 3.1.1. A pessoa idosa é reconhecida se ao longo da vida presta contributos importantes para a comunidade. | <p>E1 (...) “Pela parte de alguns (...) sim, há outras pessoas que não ligam nada a isso. (...) Ainda há uns anos houve um agradecimento público a uma professora primária que lecionou aqui na freguesia, (...) é um reconhecimento do trabalho dela, (...) em determinados eventos o reconhecimento de pessoas que passaram por determinadas associações (...) são agradecidas pelo trabalho que fizeram. (...) houve situações pontuais em que se fez isso. (...) Há famílias que sim e há outras que não, (...) há sempre dois pratos na balança...”.</p> <p>E3 (...) não quer dizer que seja geral mas (...) há esse reconhecimento. (...) houve uma senhora (...) que toda a vida trabalhou para a comunidade de uma forma muito empenhada (...) as pessoas reconheciam nela uma pessoa atenta às necessidades dos outros”. (...) foi quase espontâneo a necessidade de lhe fazer uma homenagem. (...) pode não haver até manifestações públicas, mas nota-se que há um carinho pelas pessoas que contribuíram. (...) as pessoas ao lidar com a morte por exemplo, com alguma facilidade fazem uma espécie de avaliação da vida daquela pessoa (...) portanto o funeral tem muita gente porque a pessoa era boa”.</p> <p>E4 (...) “considero que sim, porque (...) é uma comunidade que se foi construindo por ela própria”.</p> |
| | 3.2. Reconhecimento por via da | 3.2.1. A maioria das pessoas idosas são ainda | E2 (...) “Não. (...) as pessoas idosas têm uma história, uma experiência adquirida, têm um conjunto de conhecimentos, mesmo com algumas dificuldades se os pusermos a conversar |

| | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|
| | sabedoria acumulada e potencial da pessoa idosa. | pouco valorizadas e os seus contributos subaproveitados. | sobre alguns temas podemos dali tirar coisas muito interessantes a vários níveis e isso está a cair no esquecimento. As pessoas estão ocupadas, têm o espírito ocupado com outras realidades (...) preocupações (...) prioridades e eles vão partindo, (...) sem deixarem cá o seu testemunho (...) os seus conhecimentos, os valores que se podiam guardar, (...) não estão a ser valorizados nem aproveitados. (...) nos últimos anos têm-se promovido, tem-se deixado passar a ideia de que o idoso é um ‘elefante branco na sala’ que não é alguém a quem se possa recorrer e que possa ter um papel importante nas nossas vidas”. |
| 4. Visões sobre as políticas sociais | 4.1. Políticas sociais de promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. | 4.1.1. As políticas sociais não parecem abranger ainda respostas que se encontrem à altura das necessidades das pessoas idosas e do envelhecimento da população. | E1 (...) “faltam sempre coisas, (...) até tempo para criar determinadas atividade para atrair as pessoas de uma certa idade, mas pelo menos os serviços mínimos nós temos. (...) O problema é criar condições para. Mas era importante criá-las. As pessoas terem sempre um entretém, uma atividade, porque depois também temos de ir às pessoas (...) Percorridos (...) os caminhos, deviam-se de criar condições para que elas já tivessem uma certa informação e têm-na, que quando chegarem à altura da reforma criarem um <i>hobbie</i> qualquer, um entretém (...) uma grande parte deles fazem isso, ajudam os filhos, ajudam os netos, (...) há outros que não e nem sequer querem falar nisso. (...) Deviam de ser incentivados a isso e chamados se calhar à atenção que isso é mais saudável mas uma grande parte deles já fazem isso e já sabem disso. A maior parte. (...) É importante haver projetos para que os idosos tenham uma velhice mais digna, mais ativa e porque não ajudar nas visitas ao convento, no nosso caso, haver grupos dos que tiverem mais ativos para acompanharem os visitantes, (...) ajudar na venda de determinados produtos, tudo isso é bom para eles e para a velhice deles. (...) “os estudos se calhar estão feitos é preciso é pô-los em prática ...” E2 (...) “o que é que o nosso país quer fazer com os idosos que tem. Se prefere gastar o dinheiro com medicamentos, hospitalizações cuidados paliativos e continuados ou se não seria melhor redefinir a política, apostar mais na saúde, na promoção de atividades. Ficava mais |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>barato porque só uma pessoa consegue (...) delinear um projeto e pôr em prática, com apoios pontuais, e desde que as parcerias estejam afinadas e a funcionar (...) atividades para dezenas de pessoas e isso ficava sinceramente muito mais barato e era muito mais ético, mas não é isso que está a preocupar os nossos governantes neste momento. (...) era preciso promover a ideia de que os idosos valem a pena. (...) deveria de fazer parte de um planeamento estratégico que custa a arrancar, (...) sempre pelo mesmo motivo, razões económico-financeiras. (...) desejar que o envelhecimento ativo venha a ser uma realidade quer ao nível da nossa comunidade, quer ao nível mais geral, porque com o envelhecimento da população esta é uma temática que é cada vez mais urgente e deveria ter começado ontem. (...) Neste momento na freguesia de Coz não está a ser desenvolvida coisa nenhuma. Já foi e neste momento havia necessidade de relançar o projeto, (...) e fazer um ‘re-arranque’ para um processo dessa natureza. (...) Provavelmente (...) promover grupos de trabalho voluntário. Talvez através das próprias pessoas que estão a chegar a essa idade em que já precisam de atividades (...) têm de se promover atividades para o envelhecimento ativo. Provavelmente vai ter que haver (...) grupos comunitários que podem ser liderados por técnicos, (...) que fizesse ali a parte mais teórica e o aconselhamento profissional porque as coisas vistas do ponto de vista teórico e mais profissional podem depois ter um efeito prático mais saudável e em termos de organização das coisas (...) tem que haver alguém que sustente esses grupos (...) talvez as instituições locais tenham que começar a procurar entre aqueles que são mais ativos e mais disponíveis, formar grupos que promovam as diferentes atividades e depois esses diferentes grupos seriam coordenados por um técnico que punha essa malta toda a trabalhar. Se calhar esse vai ser o caminho porque não se está a ver que haja outra possibilidade. (...) Era preciso mudar as mentalidades, provavelmente tirar as pessoas dos sítios onde estão e pôr lá cabeças novas (...) dar oportunidades aos mais novos. E, não é com as políticas que estão a ser</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>seguidas, isto é de certeza absoluta que isto se vai reverter. (...) Ainda não existem mas são uma possibilidade (...) provavelmente é uma questão só de se começarem a convocar as pessoas certas para começar a desenvolver esse tipo de atividades, embora as pessoas estejam de alguma forma hoje em dia pouco pelo associativismo. Estão muito individualistas e aderem às atividades mas não estão disponíveis para fazer parte da organização delas. Preferem ficar nas suas casas, nas suas coisas e depois se houver atividades elas vão, mas fazer parte da sua preparação é algo que tem que ser desmontado e é uma coisa que tem que ser trabalhada. Mas é algo que pode vir a resultar no futuro. (...) tem que haver (...) política de envelhecimento que tem que ser uma política de cobertura de toda a população.</p> <p>E3 (...) “era muito importante perceber o que é que a própria sociedade espera digamos assim da terceira idade”. (...) as pessoas (...) têm algumas características que as leva a ter alguma dificuldade em aderir a estes programas (...) as pessoas quando se reformam não se reformam efetivamente (...) ficam sempre com alguma atividade mais que não seja a tratar dos animais e do quintal e da casa (...) são pessoas que normalmente têm atividade útil na proximidade também do apoio que dão à família, sempre que ainda têm condições para o fazer. De maneira que estes programas têm sempre alguma dificuldade em resultar se não forem bem adequados à zona da aldeia. (...) a estruturação e a iniciativa tinha que partir (...) se calhar mais das entidades públicas lançando desafios à comunidade para eles próprios construírem aquilo que eles são capaz de fazer. Às vezes até não é tanto pelo dinheiro mas é sobretudo pelo empenho”.</p> <p>E4 (...) “sensibilizar as pessoas para a importância de ao reformarem-se continuarem a participar na sociedade e a participarem naquilo que lhes é oferecido. (...) tem que haver um grande suporte social e é um desafio imenso porque não há verbas que permitam esse investimento que se tem que fazer no social e nas respostas destinadas às pessoas idosas. É um grande desafio. (...) ainda falta muito trilha, mas isso tem muito a ver para já com questões</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>de cidadania porque nós ainda estamos a aprender o que é que é cidadania em Portugal. E se uma pessoa não valorizou muito esse aspeto durante a vida ativa depois quando se reforma também acha que se calhar não se deve interessar tanto assim em colaborar para o bem-estar da comunidade em prol da população e acaba por ser uma pessoa sempre mais apagada. (...) ainda há muitos casos de pessoas que são usadas para ter em casa e para a família depois ficar com a reforma”. (...) mas (...) tem-se evoluído bastante e cada vez mais a população está mais sensibilizada para o bem-estar da pessoa idosa. (...) os políticos também estão (...) só que depois na prática é tudo retirado. (...) estamos num período de estagnação se não regressão. (...) temos que ter uma postura descontraída e de respeito para com as pessoas idosas, mas por outro lado vê-se tanta injustiça que no fundo emana de cima (...) tenho algum receio que tudo o que foi feito não dê uns passos atrás. (...) tivemos (...) uns anos de apogeu em que era tudo era promovido, tudo era fantástico... (...) o complemento solidário para idosos, que todas as pessoas tinham que ter um teto mínimo para sobreviver (...) foi promovido e foi implementado (...) complemento por dependência, todas as pessoas que estavam de certa forma dependente tinham esse apoio ...”.</p> |
| 4.2. O Ano Europeu do Envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. | 4.2.1. O Ano Europeu Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações passou um pouco despercebido. | <p>E1 (...) “Só tenho uma questão só não sei qual foi o ano (...) Há, foi o Ano Passado? Eu ouvi falar nisso mas agora estava distraído. (...) não houve assim se calhar muitas atividades (...) mas conseguimos (...) ter ginástica na Associação de Coz através da Câmara Municipal para idosos e depois o Centro de Bem-estar é que fez mais atividades direcionadas às pessoas que o utilizam e que estão interessadas. (...) não fez assim grandes atividades para os idosos embora eu gostasse de fazer mas pronto não é fácil. (...) ano europeu (...) as mudanças se calhar não se veem a olhos vistos, mas tentou-se pelo fazer algumas coisas para que se melhorasse a velhice aos idosos aos reformados neste caso”.</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>E2 (...) “Aliás eu estava a pensar que o Ano do Envelhecimento ativo era este ano. (...) estava a pensar que era 2013”.</p> <p>E4 (...) “o AEEASG é um ano crucial para ser comemorado (...) acho que foi pena ter vindo no ano em que veio, porque foi um ano em que havia muitos cortes orçamentais, havia muito a fazer, muito a desenvolver e de facto aqui no concelho ficou muito há quem de qualquer expectativa (...) tivemos muitos colóquios, muitas ações relacionadas com o envelhecimento e com o envelhecimento ativo antes deste ano (...) tivemos o projeto cidades que é um projeto que visa perceber quais são os défices que todos os concelhos têm em relação às pessoas com mais de 65 anos de idade. Fizemos um colóquio no ano anterior, tínhamos feito outros em anos anteriores, até porque (...) de 3 em 3 meses (...) com todas as IPSS’s do concelho planeando atividades em conjunto e quase todos os anos (...) decidimos organizar um colóquio ou um seminário. E neste ano precisamente pelos cortes orçamentais (...) acabámos por não realizar nenhuma atividade em concreto (...) não se comemorou como se deveria ter comemorado devido a contingências financeiras, infelizmente tivemos esse problema. (...) na freguesia de Coz por aquilo que me foi dado a perceber (...) tiveram um projeto muito específico e realmente quiseram mesmo tocar na intergeracionalidade e fazer um trabalho em conjunto entre os jovens e as pessoas idosas e felizmente eles já tinham um grupo lá de idosos, de pessoas com mais de 60 anos de idade ou 65 (...) que eram muito ativas e já participavam muito nomeadamente com a instituição, com o Centro de Coz. (...) eles conseguiram alcançar os objetivos que tinham (...) era uma freguesia que não tinha muitas atividades, que realmente abrangessem as suas faixas etárias (...) penso que foi fundamental este projeto para poderem (...) sensibilizar a população para a importância do respeitar a pessoa idosa e de realmente os mais novos participarem (...) e terem atividades conjuntas. (...) a freguesia de Coz foi uma das freguesias do concelho que teve sucesso e das poucas que acabaram por comemorar este</p> |
|--|--|--|--|

| | | | |
|-----------------------------------|--|--|---|
| | | | <p>ano internacional. (...) Não foi (...) o ano passado (...) que criou o tal trampolim (...) pelo facto de não ter havido tantas comemorações ou de não ter sido tão promovido quanto isso. (...) há, (...) dez, quinze anos a esta parte que as questões do envelhecimento têm tido especial atenção dos diferentes municípios”.</p> |
| 4.3. Reorganização das freguesias | 4.3.1. A junção das freguesias não é totalmente bem-vista pelos participantes. | | <p>E1 (...) “Estamos a falar das agregações (...) isso a nível de idosos pode ser bom por um lado e pode ser mau por outro (...) conseguíamos se calhar (...) poupança de meios, se se agrupasse por exemplo nas três freguesias (...) as IPSS’s todas, (...) cada qual na sua casa a fazerem o que tem a fazer, mas, se forem geridas em grupo que se consegue dar melhor resposta e até libertar algum pessoal, não quer dizer que se liberte pessoal para ir para a rua, não, para se servir melhor a população e com menos despesas porque não se compreende por exemplo o serviço dos Montes vir (...) para Póvoa ou Coz isso tem um custo, se tivesse agrupado Coz fazia o serviço de Coz, Montes fazia o serviço dos Montes (...) Montes por exemplo vai ter camas, (...) pelo menos estão a trabalhar para isso, se fosse preciso um utente de Coz ser acamado tinha nos Montes cama, (...) quem diz Montes diz Alpedriz tem de haver (...) uma permuta (...) acho que se conseguia melhor prestação de serviços e que era mais rentável (...) mesmo as compras se fossem em grupo atingia-se um <i>plafond</i> (...) que nos saía mais barato (...) que cada qual comprar a sua, mas também é preciso que as pessoas pensem um bocado nisso. (...) é trabalhar em grupo e depois ver quais eram as coisas que se podiam aproveitar dali, das três instituições o que é que se podia tirar proveito porque só depois de conversando e organizando é que dava. (...) até (...) se conseguia libertar por exemplo uma técnica, são três técnicas, para o apoio ao turismo, as próprias pessoas que trabalhavam que fazem o serviço de apoio domiciliário se houvesse por exemplo casas, que estão aí casas à venda, casas para arrendar, (...) que se podia arrendar por exemplo a visitantes, a estrangeiros, pôr-se uma coisa na net e depois dessas pessoas que ficavam mais aliviadas no trabalho davam apoio a</p> |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | <p>esse aluguer, (...) iam fazer a cama (...) limpar (...) conseguia-se rentabilizar mais, o dinheiro que viesse era para instituição, (...) mas, é preciso as pessoas organizadas e não começarem a puxar uma para cada lado”.</p> <p>E2 (...) “Não me parece que tenha um impacto positivo porque a população idosa está presa a questões de tradição e tem alguma dificuldade em ver alargada a sua freguesia, (...) em ver alterados procedimentos habituais, (...) em se deslocar e as remodelações implica outras deslocações e isso também vai ser difícil (...) vai ser mais um obstáculo que lhes é criado a eles e portanto (...) esse até será um dos grupos que será mais reativo negativamente. Embora se possam criar sinergias, mas não tenho a certeza que isso vá ser uma realidade”.</p> <p>E3 (...) “Não me parece que vá fazer grande alteração, pelo menos no habitat natural das pessoas não me parece nada (...) mas se juntam freguesias para economizar também não estou a ver um aproveitamento de recursos, mas que tipo de recursos, não estou a ver. (...) A não ser que as respostas passem a ser da Junta de Freguesia, mas que também não me parece. Portanto as respostas serão tanto melhores quanto a comunidade se envolver e der respostas. (...) se uma resposta que funciona bem em Coz for capaz depois de abranger as outras duas freguesias que se vão agregar, ótimo (...) Mas não me parece que haja muitas mudanças por aí...”.</p> <p>E4 (...) “não sei se pelo menos primariamente se será muito bom. (...) até agora os Presidentes da Junta que existiam eram pessoas que conheciam muito bem o local e conheciam muito bem as pessoas que cá viviam e nós podíamos ligar e perguntar sobre determinada pessoa e eles por A mais B conseguiam ver quem era, quem era a família e identificar a pessoa idosa. (...) com a junção das freguesias (...) o Presidente não tem noção de determinada freguesia que não era dele ou que ele nunca viu como sendo o seu núcleo habitacional e aqui ainda vemos um meio muito rural. (...) o facto de (...) termos sempre visto essa pessoa conviver numa</p> |
|--|--|--|---|

| | | | |
|---|---|--|---|
| | | | freguesia diferente vai depois limitar aqui a intervenção do Presidente de Junta. (...) pode não ser bom para a intervenção direta porque mais dificilmente nós conseguiremos depois pedir a intervenção e tentar saber informação daquela pessoa. (...) a nível mais macro não estou a ver assim grandes vantagens por causa da fase em que nós estamos a atravessar de razões financeiras, mas por outro lado se a freguesia é grande já pode ela própria proporcionar algumas atividades porque o número de idosos é maior e justifica, (...) abrir uma atividade de ocupação de tempos livres para os idosos (...) não estou a ver assim grandes vantagens”. |
| 4.4. Consciencialização pública para alteração de comportamentos face ao envelhecimento, velhice e aposentação. | 4.4.1. A sensibilização junto da população de Coz foi feita e teve um impacto positivo. | E1 (...) “O impacto foi bom. (...) Está a ser promovida (...) pelo Centro Bem-estar (...), o resto está a ser pouco promovida, a não ser esses dias, esses os anos, ou seja o ano europeu também há vários eventos, o resto é o dia-a-dia e ninguém faz mais nada se não forem as instituições a fazer alguma coisa o estado é difícil”. | E2 (...) “O impacto é positivo e a sensibilização foi efetiva. A questão é que com a crise que se vive, embora a sensibilização esteja feita e os objetivos estejam mais ou menos definidos depois à dificuldades, há um conjunto de obstáculos que se prendem com as questões económicas e com a incapacidade para pôr algumas das medidas em prática uma vez que não há recursos. Nós temos uma população muito envelhecida (...) na instituição temos só praticamente quarta idade e a terceira idade neste momento está a ser deixada um pouco, (...) ao abandono, porque para delinear, desenvolver, pôr em prática atividades para o envelhecimento ativo implica dinheiro, (...) meios, (...) recursos que na grande maioria das vezes não temos. (...) Essa consciencialização teve, tem e vai continuar a ter impacto porque as pessoas tomam conhecimento da situação que vivem os que estão agora na quarta idade e que embora vão resistindo em termos de anos de vida estão a ficar muito limitados na sua autonomia tanto ao nível físico como ao nível mental e começam a ter essa consciencialização e essa preocupação e portanto aderem com muita facilidade, eu acho, pelo menos aqui na |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>freguesia isso tem-se notado desde que as propostas sejam interessantes e definam bem os objetivos as pessoas aderem e vão e querem participar por forma a garantir o seu próprio envelhecimento ativo, sem dúvida nenhuma que a consciencialização e o dar a conhecer tanto os efeitos como as medidas é essencial é fundamental. (...) oficialmente e de forma formal neste momento não há. Mas (...) até os próprios meios de comunicação social (...) veiculam esta ideia da necessidade de se promoverem formas de envelhecimento ativo, então há uma consciencialização coletiva da necessidade do envelhecimento ativo per si. Cada pessoa toma consciência até pelas dificuldades que vai sentido com o seu próprio envelhecimento. Cada pessoa a partir dos cinquenta e picos começa a achar que se não fizer alguma coisa por si independentemente das políticas do envelhecimento ativo às tantas tem a vida complicada pelo menos a médio prazo e há de facto uma consciencialização”.</p> <p>E3 (...) “ser velho não é nenhuma condenação é apenas um processo natural e que as pessoas por serem velhas não têm que viver à margem, nem têm que ser desprezado as grandes possibilidades que têm que foi a aprendizagem da vida deles. (...) estas pessoas muitas vezes têm uma visão talvez um bocadinho pessimista sobre o envelhecimento e sobre a vida”.</p> <p>E4 (...) “muitas vezes (...) nas instituições (...) as pessoas querem que os idosos participem nas atividades e eles acabam por dizer agora não porque estou na reforma e quero é paz e sossego. (...) A perceção em relação ao envelhecimento tem vindo a mudar, felizmente, ao longo dos últimos anos. (...) Felizmente houve um grande investimento (...) em ações de promoção de atividades de ocupação de tempos livres, de promoção do bem-estar e de facto viu-se que as pessoas gradualmente iam-se envolvendo e iam participando nestas atividades e sentiam que estavam a ser valorizadas e que o facto delas serem reformadas ou de serem consideradas já idosas não as punha (...) à parte da sociedade, pelo contrário eram chamadas para atividades muito específicas e a pouco e pouco elas foram também, participando (...) e</p> |
|--|--|--|--|

| | | | |
|---|---|--|--|
| | | | <p>sentindo-se (...) ocupados e sentindo que realmente poderiam ter mais qualidade de vida do que aquela que eles esperavam ter quando olhavam para a velhice deles. (...) um processo gradual e não apenas consequente de apenas o ano passado. (...) tivemos durante muitos anos aquela ideia de há é idoso agora tem que ficar quietinho e no canto dele (...) isso tem vindo (...) a mudar muito devido a campanhas nacionais, mas também, sobretudo aos projetos feitos pela autarquia. (...) têm dado uma imagem muito leve e muito natural de todas as atividades que têm feito junto dos sêniores. (...) a nível nacional temos tido vários projetos, o projeto TIO e outros que realmente têm trazido alguma publicidade em relação a adotar comportamentos adequados e civilizados, porque de facto nós devíamos de beber mais das pessoas mais idosas porque eles sim têm o <i>know how</i> e têm a experiência e eles podem-nos dar muito mais do que aquilo que nós pensávamos em determinada altura”. (...) “Quanto às instituições (...) nomeadamente as IPSS’s elas estão mais sensibilizadas para esta questão, portanto acabam por fazer exposições, algumas ações com vista a sensibilizar a comunidade”.</p> |
| <p>5. Estratégias das instituições na promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações</p> | <p>5.1. Tipos de estratégias utilizadas</p> | <p>5.1.1. As estratégias centraram-se em boa parte em atividades de sensibilização e não estão a ter continuidade.</p> | <p>E1 (...) “Não sou a pessoa indicada para falar nas estratégias (...) não temos (...) nada direcionado exatamente para, mas tem-se tentado fazer alguma coisa em colaboração com o Centro Bem-estar”.</p> <p>E2 (...) “neste momento como não se está a fazer praticamente nada (...) a fragilidade é total. (...) se não tenho atividades neste momento definidas não consigo apontar nem as fragilidades nem os pontos fortes da política em si porque ela não existe”.</p> <p>E3 (...) “procuramos valorizar também a pessoa humana e a sua envolvência e a sua importância na família. (...) não fazer coisas estanques para as crianças, coisas estanques para os jovens, coisas estanques para a idade do trabalho ou para a idade do ativismo e depois para a terceira idade mas procurar que as atividades que vou desenvolvendo elas possam ter a cumplicidade de todos neste sentido de haver interajuda, aquilo que a terceira idade pode fazer</p> |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | | | <p>pode complementar aquilo que as crianças podem fazer e vice-versa e acredito nisso nesse tipo de formação e penso que é por aí que mais se tem notado, digamos assim, o desenvolvimento. (...) que haja o enriquecimento da comunidade pela participação ativa de várias gerações. (...) por aquilo que me foi dado a perceber isso passou muito pela área social que é desenvolvida em Coz concretamente do Centro de Dia e do apoio ao domicílio (...) havia bastante empenho nalgumas atividades mais práticas tipo valorizar as artes sabidas pelos mais velhos (...) havia essa partilha (...) de saberes e ao mesmo tempo (...) de valorização e ocupação dos mais velhos no Centro de Dia”.</p> <p>E4 (...) é um trabalho municipal (...) as IPSS’s, claro, têm um trabalho fundamental porque (...) trabalham muito próximo das comunidades e como têm os Centros de Dia e os Centros de Convívio e mesmo as pessoas que estão em Apoio Domiciliário acabam por participar muito nas atividades e acabam por ter ali uma dinâmica diferente. (...) reuniões periódicas com as Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho. (...) Talvez seja uma lacuna (...) se calhar tínhamos que trabalhar isso mais tarde, de ver as especificidades (...) da freguesia e dar-lhes aquilo que realmente mais necessitam.</p> |
| | <p>5.2. Meios de comunicação utilizados para fazer chegar a informação às pessoas</p> | <p>5.2.1. São diversos os meios utilizados na divulgação e informação à população.</p> | <p>E1 (...) “Através de cartazes de folhas de informação nos <i>placards</i> (...) de folhetos”.</p> <p>E2 (...) “Chega por circular e por contacto pessoal. Como se trata de uma freguesia pequena e como temos equipas de apoio domiciliário na rua e circulamos por todos os lugares da freguesia (...) sempre que há alguma atividade de relevo nós fazemos contacto pessoal, fazemos convite, personalizamos o convite”.</p> <p>E3 (...) “a informação através dos jornais, de panfletos, de cartazes, de placards que têm informação, a informação também passa muito por boca pelo menos com as coisas específicas”. (...) há uma pequenina folha que nós distribuímos (...) que chamamos o marcador porque é mesmo muito pequenino, porque as pessoas hoje são um bocadinho</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>avessas a papéis e então tendencialmente fazemos aquela folhinha muito pequenina, que é para não ocupar muito espaço e as pessoas levarem com alguma facilidade”.</p> <p>E4 (...) “A incentivar a participação (...) eu só estou a ver portanto os meios promocionais (...) promovemos as atividades quer nos meios de comunicação, na rádio através dos meios da comunicação social, nos jornais colocamos sempre a divulgação das atividades e depois temos a internet que (...) está assim um bocadinho mais parado. Mas sabemos que estas redes sociais não chegam tanto às pessoas idosas, portanto sobretudo rádio e jornais, esses meios de comunicação social. E depois também as pessoas que nós conhecemos, acabamos por encontrá-las na rua e dizer-lhes olha não se esqueça que há esta atividade... e por outro lado temos uma vantagem que é temos (...) um professor (...) de desporto e ele tem uma relação muito próxima com todos os idosos. Então sempre que temos uma atividade que queiramos chamar mais pessoas a participarem pedimos a ele para promover junto do grupo de alunos que ele tem, embora já seja um grupo que já está beneficiado por participar no desporto sénior, mas sabemos que são pessoas ativas e que gostam de participar e se for com o passa palavra dele acaba por funcionar sempre bem. (...) alguns são os utentes das IPSS’s, a própria IPSS passa a palavra aos utentes. (...) acabam por organizar os grupos e (...) incentivá-los a participar. Depois temos (...) a ligação com o professor de desporto que acaba por transmitir muitas vezes que há determinada atividade (...) incentiva as pessoas a participarem e temos (...) e depois o passa palavra”.</p> |
| | <p>5.3. Públicos-alvo das políticas e das práticas para o envelhecimento ativo e solidariedade entre</p> | <p>5.3.1. As estratégias para o envelhecimento ativo, destinam-se quase na sua</p> | <p>E2 (...) “Destinam-se sempre à população da freguesia. (...) mais à população da terceira idade ativa do que propriamente (...) à população que está institucionalizada (...) porque vivemos agora um momento em que a grande maioria dos nossos idosos estão com problemas físicos e mentais que limitam muito as atividades, (...) o número de pessoas da instituição que podem participar é muito baixo porque temos muitas pessoas acamadas, doentes, cadeiras</p> |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>gerações e recetividade destes às iniciativas propostas</p> | <p>totalidade à população aposentada autónoma.</p> | <p>de rodas, etc. não temos neste momento na instituição um grupo de pessoas que dê para desenvolver grandes atividades, (...) esse tipo de atividade é mais preventiva e é mais direcionada para a população da terceira idade que está ativa e que participa nas atividades que se reformou recentemente que tem disponibilidade. (...) é uma boa recetividade de uma maneira geral a adesão é significativa”.</p> <p>E3 (...) “as pessoas são muito avessas à novidade não é, mas depois também quando se entusiasma facilmente procuram (...) por que acham gratificante”.</p> <p>E4 (...) “as atividades socioculturais (...) os passeios séniores para pessoas com mais de 65 anos de idade, (...) a pessoas com mais de 60 anos de idade. (...) todas elas utentes das IPSS’s que muitas vezes não têm esta idade mas que por já serem utentes podem participar. (...) tem sido bom, foi gradual, no primeiro ano acaba por haver uma certa estranheza mas depois quando vão vendo que corre bem, que gostam de participar, voltam no ano seguinte e depois dizem ao amigo para vir também e temos notado que (...) cada ano que passa em todas atividades temos tido mais participantes, o que é muito bom e dá ânimo para continuar. (...) o que é feito tem boa recetividade por parte das pessoas idosas, e de facto as pessoas sentem-se acarinhadas e sentem que (...) está ali algo específico para a melhoria, para o bem-estar”.</p> |
| | <p>5.4. Políticas da instituição à qual o/a entrevistado/a pertence para a promoção dos princípios do AEEASG.</p> | <p>5.4.1. As políticas para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações não são prioridade por parte das instituições.</p> | <p>E1 (...) São fracas perante os meios que há, (...) podia haver mais se houvesse mais meios, (...) mas faz-se os possíveis por com pouco se fazer muito e ajudar quem faz porque às vezes não é propriamente nós fazermos (...) quem está dentro do meio quem trabalha com idosos tentamos ajudar (...) achamos que é melhor do que sermos nós a fazer porque à mais qualificação para o fazer.(...) neste caso é o Centro Bem-estar a maior parte das vezes. (...) Fizemos agora o rastreio, ajudar no transporte para determinados eventos também é uma das políticas de ajuda nesse processo, a ginástica, conseguimos cá manter a ginástica uma vez por semana para idosos ou para reformados (...) alguns espetáculos (...) musicais mas que às</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>vezes (...) as pessoas não vão, às vezes por falta de transporte, por falta de acompanhamento, (...) abrir o convento (...) a visitas de outros idosos até de outras instituições. (...) não posso estar dizer que vou implementar ou não a única coisa que se pode tentar fazer é criar melhores acessibilidades e mas quanto ao resto é difícil (...) depois também não sei exatamente qual o seguimento de tudo isto. (...) A minha instituição não tem feito, mas tem recorrido à Câmara que tem já gabinete de apoio ao idoso, tem aquele Alcobaça Amiga que dá um certo apoio e nós tentamos recorrer à Câmara quando vimos que está aqui alguma coisa mal, que precisamos (...) através da Câmara às vezes conseguimos esse apoio. (...) intermediário para estas instituições que estão vocacionadas para isto o caso do Centro Bem-estar e da Câmara, da Alcobaça Amiga que às vezes temos de recorrer a elas que estão vocacionadas para isto para depois prestarem o apoio devido”.</p> <p>E2 (...) “Falta tudo, falta muita coisa, está a faltar mesmo tudo, acho que sim. (...) deficientes muito. (...) essa não é uma prioridade. Os problemas que afligem (...) não passam por este tipo de orientação (...) baseiam-se basicamente na gestão financeira, na gestão dos recursos humanos e pouco mais. (...) é uma política que acaba por ser em vez de ser preventiva, porque no fundo o envelhecimento ativo é uma política ‘preventiva’ (...) desde já começar a fazer coisas no sentido de promover a saúde, o bem-estar, etc. da população sénior (...) nós estamos numa atitude de política ‘curativa’ porque como não se faz nada para prevenir os efeitos da idade quando vamos ‘buscar’ os idosos (...) trazemos num estado em que eles nem podem, parte das vezes, depois corresponder a qualquer tipo de atividade, (...) acudimos em situações limites, mas isto penso que tem que ser sempre visto num âmbito mais global e tem que ser visto se calhar a nível nacional. (...) “havendo necessidade (...) estamos sempre disponíveis para ceder instalações e para ajudar a promover atividades, por vezes também disponibilizamos os recursos humanos mas essa disponibilização passa mais pela carolice e</p> |
|--|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>pelo empenho pessoal e privado de cada uma das funcionárias do que propriamente uma disponibilização institucional. Porque tudo o que se faz tem que ser fora das horas normais de trabalho. Não há recursos para compensar horas extraordinárias e portanto nós temos tido sempre a boa vontade de participarmos, de nos disponibilizarmos para o que quer que se faça para fazermos os acompanhamentos, os fins-de-semana. (...) Para já essencial era definir uma política. Começar por fazer uma definição teórica, um enquadramento teórico daquilo que se pretende fazer e dos impactos e dos objetivos e da filosofia de orientação dessa política e depois não querer dar a passada maior que a perna e definir passos para a ir implementando com lógica desde a sensibilização à efetivação, mas fazer uma definição correta, discutida posta inclusivamente à apreciação de um grupo de pessoas que estivesse pronta para... até fazer (...) um estudo piloto, ou um grupo de pessoas que entrassem em atividades e que lhes fizessem avaliações para depois poder transferir aquilo para toda a população”.</p> <p>E3 (...) “temos tido um ato positivo na medida em que (...) sensibilizo a (...) comunidade para os problemas sociais (...) podem-se tornar mais sensíveis aos problemas sociais que vão acontecendo à sua volta e de sentirem que são problemas de todos nós, não são os problemas nem do governo, nem do Estado, nem das Instituições que têm o rótulo de fazer caridade, mas que é uma necessidade de todos nós estarmos atentos e não sabendo às vezes como resolver os problemas, saber recorrer a quem os pode ajudar a resolver os problemas. (...) nestas comunidades pequenas onde muitas vezes nunca se ganhou o hábito de leitura ou que não está tanto divulgado como devia estar, (...) fazer esse projeto envolvendo os mais velhos e os mais novos nas comunidades (...) penso que é uma iniciativa de âmbito cultural (...) Ou termos a possibilidade de envolver as pessoas em mais atividades onde os mais velhos que têm mais tempo pudessem ter disponibilidade para se sentirem mais ocupados, quer dizer, não diria uma universidade da terceira idade porque não haveria condições para o fazer neste sentido, mas</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>gostaria muito mais de, se não houvesse aquela tal ocupação das pessoas que ainda têm vida útil estarem muito na proximidade da família e serem um apoio muito importante poderem também contribuir na comunidade para esse trabalho necessário, desenvolvimento de atividades que fossem proveitosas para os mais velhos e para os mais novos, para todos. Não estou a ver assim outra atividade que eu possa desenvolver com os fracos recursos. (...) às vezes há falhas, não de encontrarmos uma pessoa morta há sete ou oito anos em casa mas (...) de (...) não ser eficaz ou até às vezes de sentirmos as mãos e os pés atados em determinadas situações onde não temos tempo ou não somos capazes de agir, de resolver, (...) são tantas as necessidades que muitas vezes acontecem (...) são sempre também de emergência, (...) à partida nós temos a certeza de uma resposta social que vem depois de tratar de não sei quantos documentos, e de fazer não sei quantas burocracias, mas muitas vezes não somos suficientemente rápidos para agir antes de se perder uma pessoa”.</p> <p>E4 (...) “agora de repente é tudo cortado sem se dar explicação e sem qualquer justificação. (...) já tivemos melhor, já tivemos mais atividades lúdicas, já tivemos mais atividades com vista à promoção da qualidade de vida do idoso. Neste momento dadas as restrições financeiras cada vez temos menos atividades e são muito tiradas a ferros. (...) estamos em altura de contingência e quer queiramos quer não depois estas atividades lúdicas acabam sempre por sofrer um bocadinho. E nem sempre se percebe o impacto que tem, porque não é um impacto direto, é um impacto a longo prazo, é um impacto que realmente não é visível a não ser que a pessoa ficou satisfeita e que se sente bem (...) já tivemos uma panóplia maior de atividades, neste momento não está a funcionar tão bem como já funcionou. (...) o balanço é sempre positivo, porque aquilo que já foi feito foi muito bom e resultou muito bem. E de facto as pessoas não se esquecem das atividades que foram promovidas e do bem-estar que lhes proporcionou. (...) é um ponto de viragem, (...) estamos agora numa fase mas que</p> |
|--|--|---|

| | | | |
|--------------------|---------------|--|---|
| | | | <p>entretanto iremos fazer mais e quando voltarmos a fazer espero que mais adaptado”. (...) é muito grave porque estamos a perder muitos direitos adquiridos ao longo dos anos e que se pensava que já não íamos regredir e que iríamos sempre evoluir no sentido de conseguir mais e melhor (...) neste momento estamos a trabalhar para conseguir coisas essenciais, para garantir que as pessoas tenham o mínimo. E nunca pensámos (...) trabalhar nesta base (...) pensei sempre que fosse evolutivo e que agora já estava estes direitos garantidos e vamos trabalhar para outros diferentes (...) estamos muito primários outra vez (...) nós já termos tido um trabalho para trás de intervenção junto das pessoas idosas a nível mais macro pode ser que (...) a haver mudança que consigamos facilmente fazer ver a importância de atividades com maior incremento e que envolvam ainda mais pessoas do que aquelas que envolviam até agora. Mas ainda demora algum tempo, por enquanto não estou a ver assim um futuro muito risonho. (...) chegámos a fazer alguns colóquios e workshops dirigidos à população em geral com vista realmente à sensibilização para o bem-estar da pessoa idosa e para atividades e (...) sensibilização para o envelhecimento ativo (...) e as pessoas participavam e nós trazíamos alguns exemplos concelhios e de fora do concelho e ajudavam a sensibilizar para esta questão. (...) “Bem as entidades têm que criar cada vez mais respostas e respostas diversificadas (...) nós estamos habituados a trabalhar formatados de determinada forma e temos que realmente mudar”.</p> |
| 6. Papéis sociais. | 6.1. Família. | 6.1.1. O papel da família é importante e deve ser assumido pelos seus membros. | <p>E1 (...) “A família tem de dar apoio às pessoas que os criaram e que lutaram uma vida inteira para eles terem condições ou não, (...) porque também acontece o contrário. (...) esse era o principal papel das famílias apoiarem mais os idosos no seu envelhecimento, mas a maior parte das famílias às vezes querem é ver-se livre deles. (...) às vezes podiam fazer um bocadinho mais por eles podiam. Em certas situações, não digo que sejam todas (...) porque a vida, nós também não podemos avaliar a vida dos outros e às vezes a vida deles está</p> |

| | | | |
|---------------------------------|---|--|---|
| | | | <p>complicada também até para ganhar o pão, o dia-a-dia deles, não tem por vezes disponibilidade para cuidar mais dos pais, dos sogros (...) das pessoas com mais idade (...) dos reformados”.</p> <p>E2 (...) “a família tem um papel essencial e neste momento está com uma grande dificuldade em o cumprir, porque em vez de apoiar os seus idosos está a verificar-se alguma exploração dos idosos. As famílias estão mais preocupadas com a garantia do seu bem-estar do que com a garantia do bem-estar do idoso que pertence a essa família, e até se verifica isso é sabido que vão buscá-los aos lares evitam que frequentem instituições para poder beneficiar dos valores da reforma que eram direcionados para essas instituições. Isso não traz uma mais-valia para o idoso porque se os fossem buscar para os integrar na família e portanto o idoso fazia parte, era um elemento integrante, mas não, vão buscá-los e deixam-nos um pouco ao abandono sendo que o valor da reforma é gasto em benefício da família nuclear que tem aquele apêndice apenas e portanto a família não está a desempenhar o seu papel”.</p> <p>E4 (...) “é fundamental (...) sobretudo para aquela população idosa que está mais inerte. (...) a família chamar o idoso a participar nas atividades que são propostas e a sensibilizá-lo para a importância de ser uma pessoa mais ativa. (...) a família (...) mais na sensibilização porque (...) também sendo trabalhadores (...) não podem (...) promover atividades diretas para a pessoa idosa”.</p> |
| 6.2.Vizinhos/amigos/comunidade. | 6.2.1. Em Coz a solidariedade que caracteriza a aldeia, parece estar a desvanecer-se. | | <p>E1 (...) “A restante comunidade devia de dar mais apoio às vezes e não dá, mas está dentro também de quem gere as IPSS’s, quem gere as Juntas, dar um certo apoio”.</p> <p>E2 (...) “a restante comunidade tenta enfiar a cabeça na areia, a fazer de conta que não está a acontecer nada. (...) ninguém está a cumprir o seu papel para com os idosos”.</p> <p>E3 (...) “as pessoas sentirem-se membros vivos de uma comunidade onde eles têm quota-parte de responsabilidade, essa consciência dá-me impressão que é uma consciência que</p> |

| | | |
|--|-------------------|---|
| | | <p>tradicionalmente é própria da aldeia e que parece que teimosamente a modernidade quer apagar porque as pessoas tendencialmente tendem a subir os muros digamos assim da indiferença uns para com os outros, e portanto, a comunidade é um apelo a que isso não aconteça não é, que se sintam envolvidas (...) procuro que a (...) comunidade seja sensível a esse acolhimento necessário a todos, quer as pessoas (...) se sintam mais ou menos pertencentes à comunidade porque à pessoas (...) vêm de fora e que não se sentem pertencentes à comunidade. (...) há um papel que lhes pertence, que é indispensável, os cuidados de proximidade, o apoio da vizinha só de todos os dias gritar à janela D. Maria está bem, pode facilitar imenso o processo todo de proximidade, de uma pessoa ter a sua independência, (...) se continuarem em casa e estarem a ser apoiada pela proximidade acho que é fundamental. (...) quando sei que vai chover torrencialmente ou vai haver um tempo mais desfavorável que até aviso para pedirem aos vizinhos para ajudarem a ver se os telhados estão ou não entupidos no sentido depois de provocar danos nas casas, de procurar sensibilizar nesse sentido da catástrofe”.</p> |
| | 6.3. Instituições | <p>6.3.1. Os papéis sociais das diferentes entidades podem ser melhorados.</p> <p>E2 (...) “As instituições fazem, as associações ainda têm um papel, mais uma vez sempre informal mas têm, promovem coisas. Ainda este fim-de-semana a Junta de Freguesia com a Associação de Coz promoveram um passeio pedestre com avaliações de glicémia, colesterol, triglicéridos, pesos, tensões arteriais etc. foi divulgado e foi feito também com a participação da Câmara Municipal de Alcobaça. (...) as instituições estão abertas às iniciativas, mas as famílias e as empresas não vejo, vejo as empresas mais preocupadas com a sobrevivência”.</p> <p>E3 (...) “quando as pessoas sofrem o embate de ficarem dependentes, (...) ou porque não aceitam essa dependência, ou porque deixam de ter apoio familiar ou famílias desestruturadas. (...) criou-se muitos clubes (...) que hoje não passam de cafés onde se joga às cartas, não têm importância (...) quase nenhuma e que podiam ser lugares privilegiados onde as pessoas</p> |

| | | |
|-------------|--|---|
| | | <p>podiam não só criar, mas também reivindicar os direitos. (...) não é uma participação democrática das pessoas, mas é apenas o clube de alguns que têm o café mais perto de casa. (...) as famílias na medida em que vão precisando vão consultando e vão ficando informadas, mais nesse sentido. Portanto tirando a igreja e o Centro de Dia não estou a ver nem os clubes nem... não sei se têm assim tanta importância.</p> <p>E4 (...) “as instituições (...) têm esse dever de promover as atividades, de abrir espaço para que eles possam participar. (...) no trabalho direto é que nós conseguimos sensibilizar as famílias. (...) é pedido no fundo (...) as pessoas saberem respeitar o que é o direito da pessoa idosa (...) os direitos que estão consagrados têm que ser realmente implementados. E muitas vezes (...) porque a pessoa está numa fase mais debilitada (...) mais carente e não tem uma voz tão ativa e a família acaba por abusar (...) acabam por não ter em consideração, (...) aquilo que a pessoa pensa e aquilo a que a pessoa tem direito e o que fazemos é realmente sensibilizar a família para os direitos que o próprio tem e para o facto de enquanto família serem responsáveis por aquela pessoa idosa e também de ter obrigação de promover o bem-estar da pessoa que é idosa e que é da família deles.</p> |
| 6.4. Estado | 6.4.1. O Estado parece estar a desresponsabilizar-se dos seus papéis sociais para com as pessoas idosas. | <p>E1 (...) “O estado com a parte de saúde e das reformas, também contribui alguma coisa para o bem-estar dos idosos (...), embora nem toda a gente tenha uma boa reforma, nem (...) um serviço de saúde como deve de ser, mas pronto, é suportado na maior parte pelo estado...”</p> <p>E2 (...) “o Estado está a pagar as reformas, (...) primeiro dá com uma mão e depois tira com a outra, aumenta um conjunto de coisas que os idosos têm que pagar, promete cortar alguns acordos de cooperação e as instituições ficam sem capacidade de resposta e também os têm que aumentar. O Estado também não está a cumprir o seu papel”.</p> |

| | | | |
|--|--------------------------|--|--|
| | | | <p>E3 (...) ”falta o incentivo talvez público mais concreto (...) se calhar para resolver problemas (...) a sociedade ainda não se habituou (...) a viver agora nesta situação de haver muitos desempregados e o que fazer com o tempo livre”.</p> <p>E4 (...) “ (...) o Estado tem obrigação de (...) de promover essas atividades e de dar espaço para que as pessoas idosas participem porque muitas vezes eles podiam estar mais ativos (...) E o papel é se calhar o Estado (...) precisa de uma opinião sobre determinado assunto chamar a comunidade com mais idade a participar e a informar porque realmente eles têm uma ideia de como é que o processo todo teve continuidade e podem realmente nos abrir olhos para aquilo que pode ser agora determinado assunto, porque realmente a história é importante e rentabilizar esse <i>know how</i> que eles têm e o saber que eles foram adquirindo ao longo da vida”.</p> |
| 7. Relação entre envelhecimento ativo e aposentação. | 7.1. Perceções pessoais. | 7.1.1. A aposentação é vista como uma etapa da vida que deve de ser preparada. Nesta fase ocorre um abandono do trabalho profissional a tempo inteiro, passando as pessoas reformadas a serem é semi-financiadas ou financiadas na totalidade pelos descontos feitos. Verifica-se uma maior disponibilidade para se fazer atividades | <p>E1 (...) “A reforma é quando nós chegamos à idade de receber alguma coisa daquilo que descontámos a vida inteira ou não, (...) e o envelhecimento ativo é tirar partido disso, (...) não termos de ser obrigados a trabalhar o dia inteiro mas pelo menos termos uma atividade que nos mantenha vivos e úteis e mais saudáveis”.</p> <p>E2 (...) “Uma coisa não tem a ver necessariamente não tem a ver diretamente com a outra embora quando as pessoas se reformam ficam mais livres, ficam com mais disponibilidade para aderir a atividades do envelhecimento ativo. Mas eu sei que há essa ideia porque as pessoas pensam agora não posso fazer, tenho a minha vida tenho o meu trabalho, as minhas coisas e portanto não tenho disponibilidade para fazer atividades, para ir à ginástica à natação, às atividades da Universidade, inscrever-me numa formação, ler e guardam tudo para a idade da reforma (...) quando eu me reformar vou ler todos os livros que não li enquanto estive na vida ativa, vou fazer toda a ginástica que não fiz, vou fazer tudo o que devia de ter feito e não fiz, vou ao cinema as vezes todas que me apetecer. Eu acho que isso depois não é assim. Se não houver algum trabalho prévio e as pessoas não começarem a fazer um esforço um pouco</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | | <p>significantes para a pessoa que podem proporcionar um envelhecimento ativo e ao mesmo tempo levarem uma vida mais descontraída.</p> | <p>atrás depois pode ser um pouco tarde demais e aquela predisposição que pensavam que iam ter talvez na prática não se traduza nessa tal predisposição e depois deixem cair um pouco os braços. Eu acho que a política de envelhecimento ativo não pode ser guardada apenas para quando as pessoas se reformam que agora parece que vai ser aos 66. É tarde, é muito tarde para iniciar atividades para promover o envelhecimento ativo, (...) isso tem que vir de trás e essas atividades terão que ser vistas em duas perspetivas, ao serem planeadas tem que haver umas direcionadas para quem já está livre e outras para quem tem vontade de prevenir o envelhecimento e portanto fazer em horas diferentes, em momentos diferentes, com níveis de exigência diferentes porque se tratam de populações diferentes, mas que devem ser as duas tidas em conta”.</p> <p>E4 (...) “a aposentação, aquilo que nós temos a ideia e quando se fala em aposentação é nós pensamos a pessoa pôs as botas, como é que se diz tirou as botas, não é bem assim mas qualquer coisa do género. Essa situação normalmente faz-nos lembrar uma pessoa que se reformou e depois vive a reforma com inércia sem atividade nenhuma. (...) fundamentalmente a pessoa que se reforma vai com a ideia que se reforma é para descansar e não para estar com grandes chatices e para participar em muitas coisas, é a minha opinião”.</p> |
| 8. Trabalho em articulação e parceria. | 8.1. Ocasões onde se verifica a cooperação. | 8.1.1. O trabalho em parceria acontece pontualmente, na realização de atividades ou na resposta a situações limites. Não parece existir um trabalho de cooperação contínuo e planeado em | E1 (...) “é sempre através da Câmara o que há em rede é nós recorrermos à Câmara e às IPSS’s, às instituições para por vezes (...) socorrerem em determinadas situações que nos aparecem porque só eles é que nos podem socorrer no caso. (...) A cumprir pode não estar, mas que ajuda (...) vai dando resposta às situações pedidas (...) minimamente tem dado”. (...) se recorrermos à Câmara e aos gabinetes de apoio (...) e ao Centro de Bem-estar ao mesmo tempo e à Segurança Social por vezes, conseguimos resolver os problemas, embora não na totalidade, mas tentamos pelo menos resolver as coisas de uma maneira que as pessoas fiquem |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | <p>Coz, que tenha bem delineado os papéis de cada entidade e os objetivos sociais que se pretendem alcançar com a cooperação de forma a poderem ser alcançados resultados concretos.</p> | <p>minimamente servidas, (...) porque nem sempre se consegue tudo e nos tempos de hoje ainda mais difícil está”.</p> <p>E2 (...) “É um trabalho que não tem sido desenvolvido. (...) Era muito importante vir a desenvolver. Era fundamental vir a desenvolver. Faz parte daquilo que deveria de ser a filosofia de orientação de qualquer instituição desta área, mas para ser honesta não há um trabalho, não está feito e não sei quando vai ser e não... está complicado”. E2 (...) “Qualquer coisa que se faça é sempre em parceria com a Junta de Freguesia e em alguns casos também com a Câmara. Mas (...) neste momento as parcerias fracas”. (...) nota, nota, pela escassez de atividade. (...) quando tentamos recorrer a entidades e fazer parcerias por forma a conseguir efetivá-las não conseguimos obter uma resposta positiva. Portanto, uma coisa é o plano teórico que aí está tudo mais que reconhecido e toda a gente quer se perguntarmos desde a Câmara à Junta, à Segurança Social e a todos os parceiros toda a gente diz do ponto de vista teórico que o envelhecimento ativo é a aposta que é muito importante e que é incontornável, depois na prática todos tentam escapar a essa responsabilidade partindo do princípio que talvez a instituição possa sozinha fazer isso ou tentar desenrascar isso, mas as políticas de envelhecimento ativo não são para ser desenrascadas são para fazerem parte de um planeamento estratégico a médio e longo prazo e isso não se verifica”.</p> <p>E3 (...) “esse trabalho de parceria ele acontece de uma forma menos institucional digamos assim e mais ocasional. (...) “darmos apoio aos mais idosos que estão no Centro de Dia” (...) depois também quando o Centro precisa desenvolve atividades por exemplo de sensibilização para comprar uma carrinha para fazer isto, para fazer aquilo, portanto nós somos o veículo transmissor digamos assim das atividades que o Centro quer implementar ou desenvolver e pede a parceria (...) para a divulgação. (...) há outras atividades que são normais (...) uma procissão, as festas tradicionais onde naturalmente as pessoas se sentem com alguma pertença</p> |
|--|--|--|---|

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>e que o Centro promove também para que essa pessoas possam estar presentes e possam usufruir (...) das várias atividades que já são normais, mas que eles têm uma participação que não poderiam ter se não tivessem apoio logístico”.</p> <p>E4 (...) “a rede social (...) tem como objetivo criar sinergias e aproveitar o que cada um pode dar para realmente para produzir efeitos em qualquer uma das áreas, em qualquer um dos eixos, portanto que está diagnosticado como sendo prioritário. (...) aí há um trabalho de articulação e de (...) trabalho em rede. (...) existe um grupo de trabalho que foi criado pela rede social(...) em que se junta várias entidades concelhias como a GNR, a PSP, a Saúde, a Câmara as Juntas de Freguesia e as IPSS’s de cada concelho no sentido de identificarem pessoas idosas que vivam sozinhas ou que estejam numa situação de perigo ou de isolamento e é feito um trabalho em conjunto no sentido de saber quem é que já identificou aquela pessoa, o que é que já se conhece sobre aquela pessoa e que intervenção vai ser feita no futuro. (...) a rede social é o sítio privilegiado para trabalhar em conjunto com intervenção com as várias entidades. (...) Faz parte dessa rede todas as instituições concelhias que se mostrem interessadas em participar (...) que tenham alguma vertente de cariz social. (...) quando elas não se mostram interessadas muitas vezes há um contacto por parte do responsável da Rede (...) para convidá-las a participar. (...) existem reuniões (...) são postos a debate temáticas que possam vir a mudar aquilo que foi diagnosticado como estando em falha no (...) concelho. E aí sim só se trabalha em rede e se promovem novos projetos. (...) as diferentes entidades que podem sinalizar casos e podem ter intervenção direta junto dos casos e cada uma delas na reunião propor o que é que pode ser feito junto àquele idoso e depois um deles trabalhar em nome de todos. Isso é um trabalho em rede. Porque se não anda a PSP vai a casa de uma pessoa e identifica a pessoa como estando sozinha e vai lá regularmente, mas depois nós e os serviços de Ação Social também vamos lá (...) poderemos ver o que é que cada um pode dar, que mais-</p> |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | <p>valias e que serviço tem e depois aplicar essas mais-valias junto da pessoa ou no grupo. (...) Realizamos anualmente algumas atividades em parceria (...) o carnaval sénior que nós cedemos aqui a tenda, e cedemos... damos algum apoio logístico às IPSS's, eles trazem-nos os utentes (...) também temos o som, a música a organização musical (...) também é aberto à comunidade essa atividade (...) os Santos Populares que também damos apoio na cedência do espaço, e da cedência de uma equipa de limpeza, das mesas e das cadeiras (...) o Magusto Sénior. Eles fazem as coreografias para serem apresentadas e nós organizamos o resto (...) do Magusto. (...) há atividades mais específicas (...) churrascos, sardinhas, mas ao longo do ano, mais ou menos de três em três meses vamos organizando uma atividade que é conjunta com a Câmara e as IPSS's. (...) com empresas não estou a ver que tenhamos feito com vista a esta sensibilização, não me estou a recordar de trabalho junto de empresas, embora cada vez mais agora esteja na moda, felizmente, o voluntariado e então sentimos muitas vezes que quando as pessoas se voluntariam é para fazerem apoio de proximidade junto das pessoas idosas e muitas entidades muitas empresas estão a implementar como uma política deles os empregados darem um dia enquanto voluntários por alguma causa. (...) o ser voluntário obrigado não é muito bom, porque as pessoas ou são ou não são voluntárias não é (...) não é nada saudável (...) o facto da empresa ter o cuidado (...) de a pessoa ter de disponibilizar um dia por mês para fazê-lo, (...) está a sensibilizar os funcionários para estas questões também".</p> |
|--|--|--|---|